



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1352

Quarta-feira - 23 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### **Municípios**

Água Doce .....	2
Alto Bela Vista .....	4
Antônio Carlos .....	4
Biguaçu .....	5
Bom Jesus do Oeste .....	7
Bom Retiro .....	9
Braço do Trombudo .....	9
Caçador .....	10
Camboriú .....	19
Campo Alegre .....	26
Campos Novos .....	27
Capinzal .....	49
Catanduvas .....	50
Chapadão do Lageado .....	51
Cocal do Sul .....	51
Concórdia .....	53
Cordilheira Alta .....	53
Coronel Freitas .....	55
Coronel Martins .....	80
Correia Pinto .....	81
Corupá .....	81
Curitibanos .....	82
Faxinal dos Guedes .....	82
Forquilha .....	86
Fraiburgo .....	89
Garopaba .....	91
Garuva .....	92
Gaspar .....	112
Grão Pará .....	113
Imbituba .....	114
Ipumirim .....	120
Irineópolis .....	122
Itá .....	125
Itaiópolis .....	146
Itapoá .....	146
Jacinto Machado .....	148
Joaçaba .....	148
Lages .....	156
Lebon Regis .....	157
Leoberto Leal .....	157
Lindóia do Sul .....	158
Luzerna .....	158
Maracajá .....	164
Maravilha .....	165
Massaranduba .....	168
Meleiro .....	168
Monte Carlo .....	169
Navegantes .....	171
Nova Trento .....	177

Orleans .....	177
Ouro Verde .....	178
Palhoça .....	178
Papanduva .....	179
Passos Maia .....	180
Paulo Lopes .....	180
Pomerode .....	182
Porto União .....	183
Rio do Sul .....	186
Salto Veloso .....	187
São Bento do Sul .....	191
São Domingos .....	211
São João do Sul .....	213
São José .....	217
São Lourenço do Oeste .....	221
São Pedro de Alcântara .....	223
Schroeder .....	223
Serra Alta .....	236
Siderópolis .....	237
Sombrio .....	238
Timbé do Sul .....	240
Timbó .....	240
Três Barras .....	257
Tunápolis .....	258
Turvo .....	277
Vargeão .....	277
Videira .....	277
Xavantina .....	280

### **Associações**

AMMVI .....	289
EGEM .....	289

### **Consórcios**

ARIS .....	291
CIS/AMUREL .....	293
CISAMA .....	293

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Água Doce

### PREFEITURA

**Portaria 244/2013**

PORTARIA Nº 244/2013 de 15 de outubro de 2013

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Elias Vieceli, inscrito sob CPF nº 560.164.689.91 ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, a partir de 15/10/2013 a 13/11/2013 , período 06/07.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de outubro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 245/2013**

PORTARIA Nº 245/2013 de 15 de outubro de 2013

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Evarista Bernadete Trento ,inscrite sob CPF nº 028.865.979-10 ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 15/10/2013 a 13/11/2013 , período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de outubro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

**Extrato do Contrato Nº. 77/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Arquispace Projetos e Obras- Lucy N. Haiashi

**Araújo**

OBJETO : Contratação de empresa para revisão da planilha da planta de valores do cadastro técnico imobiliário para subsidiar cobrança - valores de IPTU para cada indicação fiscal trabalhando de forma participativa com os técnicos da prefeitura municipal de Água Doce.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 74/2013 - Dispensa de Licitação nº. 11/2013

PREÇO : O valor total do contrato é de R\$ 14.250,00 (Quatorze mil duzentos e cinquenta reais)

PAGAMENTO : 50% na autorização e 50% na entrega dos trabalhos.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 21/11/2013.

DATA : 21/10/2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Hamilton Diniz Araújo pela contratada.



**FECAM  
CONVOCA  
ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA**

**PREFEITOS DE  
SANTA CATARINA**

**Balancete Financeiro - Pref - Setembro2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.503.084,35	Despesa Orçamentária	1.180.204,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	95.994,57	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.172.997,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.629,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	569.953,25
RECEITA PATRIMONIAL	3.035,20	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.479,07
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.194,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	545.347,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.371.835,08	INVESTIMENTOS	17.671,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.431,58	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	32.546,22
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.963,85		
		Despesas Intra-orçamentárias	7.206,88
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.206,88
Receita Extra - Orçamentária	1.354.517,61	Despesa Extra - Orçamentária	1.674.487,68
DEPÓSITOS	118.867,18	DEPÓSITOS	121.641,32
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	118.867,18	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.641,32
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	118.867,18	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.641,32
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.235.650,43	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.235.979,36
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.195.313,14	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.194.840,21
FORNECEDORES	542.386,57	FORNECEDORES	489.882,12
PESSOAL A PAGAR	415.423,48	PESSOAL A PAGAR	415.423,48
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	115.357,49	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	115.570,92
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	509,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	509,00
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	48.979,56	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	97.959,12
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	72.657,04	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	75.495,57
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	40.337,29	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	41.139,15
ENTIDADES CREDORAS	312,00	ENTIDADES CREDORAS	312,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	40.025,29	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	40.827,15
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	316.867,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	316.867,00
		REPASSE CONCEDIDO	316.867,00
Saldos anteriores	2.316.859,50	Saldos atuais	2.319.769,38
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	389.731,39	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.423.648,51
BANCO C/ MOVIMENTO	1.042.860,28	BANCO C/ MOVIMENTO	748.324,50
BANCOS C/ VINCULADAS	768.559,61	BANCOS C/ VINCULADAS	80.613,06
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	115.708,22	POUPANÇA	67.183,31
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.174.461,46	Total	5.174.461,46

AGUA DOCE , 21/10/2013

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contador CRC 022069/0-8

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 009/2013 Modalidade: Pregão Nº 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2013  
Modalidade: PREGÃO nº 005/2013

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma presencial, do tipo MENOR PREÇO por item, objetivando:

- A compra de materiais para confecção de próteses dentárias de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, e
- contratação de laboratório protético para realização de serviços de confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Belavistense.

regido de acordo com as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 08:30 horas, do dia 31/10/2013, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: [compras@altobelavista.sc.gov.br](mailto:compras@altobelavista.sc.gov.br).

Alto Bela Vista (SC), em 21 de outubro de 2013.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA MUNICIPAL

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 443/2013

PORTARIA Nº 443/2013  
Concede Adicional.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidor efetivo, RODRIGO CONRAT, por "GRADUAÇÃO", ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, a contar de outubro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de outubro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 23 de outubro de 2013.

#### Aviso de Licitação Nº 96/2013 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 096/2013; Modalidade: Pregão Presencial nº. 069/2013; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços com fornecimento de um caminhão palco com som, luz, cenário e equipe técnica, a ser utilizado em eventos de comemoração do Cinquentenário do Município, a realizar-se nos dias 06, 08 e 09 de novembro de 2013, no município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 04/11/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email [licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br), ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br), ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 21 de outubro de 2013.  
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER  
Prefeito Municipal em Exercício

#### Portaria Nº 444/2013

PORTARIA Nº 444/2013  
Concede Adicional.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidor efetivo, FLAVIA DANUBIA JUNKES PETRY, por " PÓS GRADUAÇÃO", ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a contar de outubro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de outubro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 23 de outubro de 2013.

#### Extrato de Contrato Nº 215/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 215/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cooperativa De Coleta Seletiva E Reciclagem Do Vale - COOPERVAT; Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis no Município, bem como a destinação deste material, objetivando melhorar a qualidade de vida e saúde da população antoniocarlense, aumentar a consciência e educação ambiental e reduzir a poluição do ar, água e solo. Valor do Contrato: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Prazo: 04/10/2013 - 31/12/2013.

Antônio Carlos, 04 de outubro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito Municipal

**Chamamento Público Nº 010/2013**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 10/2013

Contratação Temporária de Operador de Máquinas

Adelino Bonifácio Kretzer, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: Operador de Máquinas, conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretária de Administração e Finanças desta municipalidade, sito a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 28/10/2013, segunda - feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, aos cuidados do Secretário Municipal José Roberto de Amorim, munidos dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho.

Cargo	Vaga	Formação/Exigência	Período de Trabalho	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Operador de Máquinas	01	Ser portador de Carteira de Habilitação profissional e experiência em operação de máquinas e equipamentos rodoviários	Integral	40h	Secretaria de Agricultura	R\$ R\$1.392,90 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	04 meses	Contrato temporário

**CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:**

Função: Operador de Máquinas:

- 1) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;
- 2) Grau de Escolaridade;
- 3) Idade;
- 4) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 22 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****Estabelece Horário de Verão**

DECRETO LEGISLATIVO N.º 005/2013

Estabelece o horário de expediente externo durante o Horário Brasileiro de Verão e dá outras providências.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o estabelecido no Decreto nº 6.558 de 8 de setembro de 2008, que instituiu regras para a decretação do Horário Brasileiro de Verão em território nacional, que neste ano compreenderá o prazo de meia-noite do dia 20 de outubro de 2013 até o

dia 16 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO, que a alteração no horário em questão traz inquestionáveis benefícios à população, de forma geral, e às repartições públicas, que conseguem neste período realizar considerável diminuição no consumo de energia elétrica;

CONSIDERANDO, por fim, que é competência exclusiva do Presidente da Câmara de Vereadores a fixação do horário de funcionamento desta Casa Legislativa;

**DECRETA:**

Art. 1ª - Fica estabelecido o Horário Especial de Verão, para atendimento da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, que funcionará das 07:00 horas às 13:00 horas, ininterruptamente, até o dia 16 de fevereiro de 2014.

Art. 2ª - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 22 de outubro de 2013.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

**Biguaçu****PREFEITURA****Portaria Nº 3021 de 18 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 3021 de 18 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIA HELENA CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIA HELENA CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/10/2013 a 21/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/10/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3022/2013**

PORTARIA Nº 3022/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções



laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10051/2013 em anexo no período de 27/09/2013 a 10/11/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3023/2013**  
PORTARIA Nº 3023/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALINE AMORIM DE SOUZA TRAJANO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10095/2013 em anexo no período de 14/10/2013 a 02/11/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3024/2013**  
PORTARIA Nº 3024/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SERGIO VALDERI MACHADO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10114/2013 em anexo no período de 11/10/2013 a 04/11/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3025/2013**  
PORTARIA Nº 3025/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIÃO MANOEL FRANCISCO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10074/2013 em anexo no período de 11/10/2013 a 20/10/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3027/2013**  
PORTARIA Nº 3027/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZANGELA SILVA DE SOUZA MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de COPEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10048/2013 em anexo no período de 03/10/2013 a 01/02/2014.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3028/2013**  
PORTARIA Nº 3028/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), AMARILDA MANES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10038/2013 em anexo no período de 10/10/2013 a 24/10/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3029/2013**  
PORTARIA Nº 3029/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANESSA CORREIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10122/2013 em anexo no período de 14/10/2013 a 18/10/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3030/2013**  
PORTARIA Nº 3030/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSIMERE APARECIDA DE SOUZA DIAS, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10113/2013 em anexo no período de 08/10/2013 a 18/10/2013.

Biguaçu, 18 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 3044/2013**

PORTARIA nº 3044/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei Nº 53 de 04 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, VIVIAN DENISE PRUNER PERES ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 20/10/2013 a 17/04/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 3045/2013**

PORTARIA nº 3045/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei Nº 53 de 04 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, ROSIMERE APARECIDA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 21/10/2013 a 17/02/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 3046/2013**

PORTARIA Nº 3046/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILANDE ESTEVÃO CABRAL, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9649/2013 em anexo no período de 26/09/2013 a 30/09/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 12/2013 FUNREBOM

Devido à falta de empresas interessadas no PP 12/2013 FUNREBOM, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL HATCH ZERO QUILOMETRO PARA O BOMBEIROS DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Até às 13:45 horas, do dia 05/11/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 05/11/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Sem mais para o momento.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### **Decreto Homologação 4455/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4455/2013 de 21 de Outubro de 2013.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01941/2013, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4347/13 de 02 de janeiro de 2013, sob o Processo de Licitação nº 01941/2013, que tem por objeto Aquisição de servidor para centro administrativo municipal, aquisição de material para emissão de carteiras de trabalho, aquisição de móveis para sala da vigilância sanitária e cabeamento de antiga rede de internet do centro municipal de saúde.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Servidor com processador de no mínimo 15 MB, quantidade de processador suportado 2, memória padrão 8 GB, memória máxima 768 GB, slot de memória livre11, slot de memória total 12 , baias de discos livres 6, disco máximo 18 TB, placa de rede 4x10/100/1000, 10 portas USB, 2 fontes de alimentação, gabinete torre e 3 anos de garantia, com HD 450 GB 15 K 3.5 in LFF SC Ent Hotplug, e mais HD 500 GB para Backup	1,00	14.190,00
2	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Serviço de configuração de servidor Windows Server 2008	1,00	979,00
1	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Coletor de assinatura digital com entrada USB	1,00	3.090,00
2	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Leitor de Impressão Digital	1,00	970,00
3	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Web Cam	1,00	48,00
1	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Mesa 1,50x60 em MDF	1,00	193,00
2	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Mesa 1.20x .60 em MDF	1,00	159,00
3	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Canto de mesa econômico em MDF	1,00	69,00
4	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Cadeira giratória secretária espuma injetada 35 mm com braço	1,00	225,00
5	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Arquivo de aço com 4 gavetas, chapa 26 com puxador independente para cada gaveta, 71 cm de profundidade com chave	1,00	294,00
1	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Conector fema cat. 5ET568A/B	90,00	1.773,00

2	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Etiqueta Identificada	180,00	50,40
3	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Frente Falsa 2U	5,00	185,00
4	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Frente Falsa 1U	15,00	495,00
5	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Guia de Cabo Fechado 1U	9,00	252,00
6	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Patch Panel Cat 5ET568A/B 24 P	5,00	1.875,00
7	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Calha 19 ABS 10 Tomadas 2P-T	2,00	282,00
8	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Bandeija 1U	2,00	330,00
9	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Placa ABS c/ Bastidor 4x2	45,00	231,75
10	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Modulo Cego	45,00	112,05
11	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Modulo P/ RJ-45 s/ conexão	90,00	226,80
12	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Patch Cord UTP Cat 5 E 1,5 M Vermelho	20,00	307,00
13	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Patch Cord U/UTP Cat. 5E 1,5 Amarelo	20,00	307,00
14	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Patch Cord U/UTP Cat. 5E 2,5 mm Vermelho	20,00	376,00
15	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Patch Cord U/UTP Cat.5E 2,5 MM Verde	5,00	90,00
16	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Parafuso M5X12 Niquelado p/Rack	140,00	79,80
17	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Porca Gaiola p/ Rack	140,00	107,80



18	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Cabo Telefonico CTP-APL 50x30 P	10,00	149,00
19	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Canaleta 20x20x2000	40,00	720,00
20	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Cabo de Rede UTP Cat 5.E	3.900,00	6.123,00
21	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Switch 10/100/1000 24 Portas	1,00	2.448,00
22	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Rack Fechado 19 44U 600x800	1,00	2.789,00
23	Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda ME	Serviços Tecnicos para Substituição de Rede de Cabeamento no Centro Municipal de Saude	1,00	4.088,00
1	MONTECH INFORMATICA LTDA ME	Micro computador 3.4 GHZ 3 MB, sistema operacional free dos, memoria DDR 3 4GB, teclado multimedia PS2, mouse optico USB, 2 baias externas, disco rigido HDD 500 GB	1,00	1.589,00
2	MONTECH INFORMATICA LTDA ME	Monitor Led 18.5 polegadas	1,00	447,50

quarenta e três mil seiscentos e quatorze reais e sessenta centavos	43.614,60
dois mil e trinta e seis reais e cinquenta centavos	2.036,50

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 21/10/13.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### 956.10.13 - P. Férias Emilio da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 956/13 de 21.10.13

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Emilio da Silva, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 21 de outubro com término no dia 19 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 21 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Decreto 082/2013

DECRETO N.º 082/2013 22.10.2013.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 37 da Lei Complementar nº 09/99, de 17.11.99 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98, etc

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos servidores: Mônica Dalila Sell Dalmarco, Denise Schussler Werter, Michelle Vermoehlen, Mauros Mueller e Juliana Defreyn.

Art. 2º - A Comissão será presidida pela servidora Mônica Dalila Sell Dalmarco e Secretariada por Denise Schussler Werter e tem como objetivo executar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório.

Art. 3º - A Comissão ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 067/05, de 26.08.05 que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 22 de outubro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

### Portaria 214/2013

PORTARIA 214/2013

Designa Servidores para Autenticar Documentos.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designadas as servidoras Denise Schüssler Werter, portadora do CPF nº 022.538.329-28 e Juliana do Nascimento portadora do CPF nº 041.750.579-51, para autenticar documentos públicos municipais, declarando-os como cópia fiel de documentos apresentados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 047/2004 de 02.07.2004.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.049- Autoriza Alienar Bens Móveis Inservíveis de Propriedade do Município de Caçador.

LEI Nº 3.049, de 17 de outubro de 2013.

Autoriza alienar bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de avaliação, os bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Caçador, descritos nos incisos a seguir:

I - um automóvel Gol Power 4 portas, Marca Volkswagen, ano 2007, Modelo MI Power Total Flex, placas MDQ8444, Renavam 924858877, suspensão ruim e pneus regular, lataria boa, motor péssimo (alta quilometragem), estado de conservação regular, Km 429.000, código 28179;

II - um automóvel Gol CLI/CL 1.8, Marca Volkswagen, ano 1995, placas LWW4435 Renavam 634376098, lataria boa, pneus meia vida, motor em estado ruim, Km 59.735, embreagem ruim, código 31687, no estado em que se encontra;

III - um automóvel Tempira IE, marca Fiat, 2 portas, ano 1996, cor

cinza, placas HUT3895, Renavam 657508179, lataria com pintura ruim, pneus ruins, suspensão ruim, código 31703, no estado em que se encontra;

IV - um automóvel Gol 1.0, marca Volkswagen CL Star, ano 1992, placas LZJ3874 Renavam 541830983, lataria regular, pneus ruim, motor ruim, suspensão regular, código 31402, no estado em que se encontra;

V - um automóvel Santana CD Volkswagen, ano 1986/1986, cor azul, placas LXV7514, Renavam 553045563, código 32097, estado de conservação ruim, no estado em que se encontra;

VI - um automóvel Fiat Uno Mille Fire 2002/2002, cor branca, placas MCS0192. Renavam 779177916, código 2950, estado de conservação regular, no estado em que se encontra;

VII - um veículo Kombi/VW, cor branca, ano 2004/2004, placas MEA7672, Renavam 823984117, código 6786, estado de conservação regular, no estado em que se encontra;

VIII - um veículo Kombi/VW, cor branca, ano 2001/2001, placas MBR4652, Renavam 755279140, código 3831, estado de conservação regular, no estado em que se encontra;

IX - um Micro-ônibus Sprinter Marca Mercedes Benz, ano 2004, placas MCP5856, Renavam 834120062, pneus meia vida, motor regular, lataria boa, estado de conservação regular, código 2970, o referido veículo falta trocar os bicos, no estado em que se encontra;

X - um Micro-ônibus Volkswagen 33 passageiros, ano 1999/1999, estado de conservação regular, placas MAP9651, Renavan 715051059, código 3002, no estado em que se encontra;

XI - um ônibus - Tipo Saúde Móvel 5 passageiros, mobiliado, ano 1994/1995, estado de conservação regular, placas KPS3045, Renavan 627557686, código 2971, no estado em que se encontra;

XII - um Caminhão Prancha, sem o munck marca Volkswagen, modelo VW 11130, ano 1986, placas LZV6423, Renavam 55186468, pneus meia vida, conservação regular, Km 23.686, código 3346, no estado em que se encontra;

XIII - um Caminhão Basculante Volkswagen, sinistrado, ano 1989/1989, placas LZK0728, Renavan 551941561, código 3221, motor com radiador amassado, no estado em que se encontra;

XIV - uma retroescavadeira Fiat Allis FB 80.2. ano 2000, máquina nº 57, código do bem 19.817, estado de conservação ruim, embuchamento ruim, o estado em que se encontra;

XV - um britador móvel 50x30 marca série 048 CCM, conjunto completo, com rodado duplo na traseira e simples na frente, ano 2011, com 545 horas de trabalho, estado de conservação bom, código 31.326, no estado em que se encontra;

XVI - uma máquina Motoniveladora HWB Scânia, modelo 165 s, ano 1979, conservação regular, motor bom, pneus Meia vida, código 19880, no estado em que encontra;

XVII - uma carreta para Trator c/ 4 pneus, sem marca, com pneus dianteiros 235/75. 15 e traseiros 750x16, conservação regular, código 20909, no estado em que se encontra;

XVIII - um automóvel Vectra CD 2.2. ano 1997, cor branca, placas CND7803. Renavan 675662443, código 31.704, estado de conservação regular, no estado em que se encontra.

Parágrafo único. Os bens móveis inservíveis constantes deste artigo serão levados a leilão, conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações.

Art. 2º As despesas oriundas da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.050 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador**

LEI Nº 3.050, de 17 de outubro de 2013.

Suplementa e anula Dotações Orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar as Dotações Orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco de Atenção Básica

3.3.50.00.0002 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 250.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da Dotação Orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco de Atenção Básica R\$ 20.000,00

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos

4.4.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.151 - Bloco de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.151 - Bloco de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0008.2.062 - Bloco de Vigilância em Saúde

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### **Lei Nº 3.051 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013**

LEI Nº 3.051, de 17 de outubro de 2013.

Suplementa e anula Dotações Orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar as Dotações Orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.182.0004.2.017 - Auxílios Financeiro à Associação de Serviços Voluntários de Caçador

3.3.50.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 138.000,00

Total R\$ 138.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da Dotação Orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais):

02.01 - Gabinete do Prefeito

06.182.0002.2.156 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.097 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

20.606.0026.2.098 - Programa de Subsídio para Implantação de Agroindústrias

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Total R\$ 138.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.052 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.052, de 17 de outubro de 2013.

Suplementa e anula Dotações Orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as Dotações Orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.056 - Manutenção do Convênio com a ACEIAS

3.3.50.00.0001 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 460.000,00

Total R\$ 460.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 460.000,00

Total R\$ 460.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Decreto Nº 5.750 - Suplementa Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

DECRETO Nº 5.750, de 10 de outubro de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.959/12:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, por conta do Provável Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso 0063 - Bolsa Família, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

4.4.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 5.753 - Suplementa Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador**

DECRETO Nº 5.753, de 11 de outubro de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

08. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0065 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

Recurso 65 - Mac R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de outubro de 2013

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA



**Decreto Nº 5.755 - Suplementa Dotações Orçamentárias, por Conta de Remanejamento Entre Despesas.**

DECRETO nº 5.755, de 18 de outubro de 2013.

Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.959/12:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício 2013, na importância total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais):

14. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente  
3.1.91.00.0080 Aplicações Diretas - Operações Intra Orçamentárias R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais):

14. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente  
3.1.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 5.756 - Suplementa Dotações Orçamentárias, por Conta de Remanejamento Entre Despesas.**

DECRETO nº 5.756, de 18 de outubro de 2013.

Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.959/12:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício 2013, na importância total de R\$ 2.102,00 (dois mil cento e dois reais):

14. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação  
4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 2.102,00

TOTAL R\$ 2.102,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 2.102,00 (dois mil cento e dois reais):

14. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação  
3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 2.102,00  
TOTAL R\$ 2.102,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 5.757 - Suplementa Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

DECRETO nº 5.757, de 18 de outubro de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.959/12:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício 2013, por conta do Provável Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso 0019 - Transferências do FUNDEB 40%, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%  
3.3.50.00.0019 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 5.758 - Suplementa Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

DECRETO Nº 5.758, de 11 de outubro de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas



atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

# DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais):

## 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

### 02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - Aplicação dos Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

TOTAL R\$ 2.000.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais):

Recurso 18 - Transferências do Fundeb 60% R\$ 2.000.000,00

TOTAL R\$ 2.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

SECRETÁRIO DA FAZENDA

## Resolução 15/2013 - Dispõe Sobre Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2012

Resolução 15/2013 de 15 de Outubro de 2013.

Dispõe sobre "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2012 Serviços/Programas, Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família - IGD-M PBF. Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social-IGD-SUAS. Reprogramação dos saldos de 2012".

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93;

Considerando os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2012" Serviços/Programas, Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família - IGD-M PBF. Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS.

Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos membros da Comissão de finanças do colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Gestora do Programa Bolsa Família, Equipe da contadoria Municipal.

Considerando a Ata nº 216 a qual aprova por unanimidade de votos os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2012"

# RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o documento denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2012, visto o colegiado ter

concluído ser o mesmo a expressão da verdade.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2012".

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 15 de Outubro de 2013.

ANDRÉIA TERESINHA DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## Portaria Nº 23.095

PORTARIA Nº 23.095, de 01 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

# R E S O L V E:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Contratação
Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi	Médico	006	39	20	Falta de pessoal concursado	De 01/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso
Gabriela Foresti Fezer	Médico	006	39	20	Falta de pessoal concursado	De 07/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso
Gabriela Foresti Fezer	Médico	006	33	10	Falta de pessoal concursado	De 07/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso
João Carlos Souza dos Santos	Médico	006	39	20	Falta de pessoal concursado	De 01/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso

Ricardo Rigo Burkle	Médico	006	39	20	Falta de pessoal concursado	De 01/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso
Walter Syrrillo das Neves	Médico	006	33	10	Falta de pessoal concursado	De 01/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE SAÚDE

#### Portaria Nº 23.096

PORTARIA Nº 23.096, de 02 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

NOMEAR os servidores a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e apresentarem o respectivo Laudo Médico à Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 05 dias a contar da realização das perícias, especificando: código, nome e cargo, conforme segue:

Cód.	Nome do Servidor	Cargo
12809	Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi	Médica
12808	João Carlos Souza dos Santos	Médico
12810	Ricardo Rigo Burkle	Médico

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 02 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.102

PORTARIA Nº 23.102, de 03 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais de Caçador, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

#### RESOLVE:

Art 1º - DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal CARMEM LUCIA ALANO DE SOUZA MAIA, ocupante do cargo de Servente junto a Secretaria Municipal de Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 6.298 (seis mil, duzentos e noventa e oito) dias, ou seja, 17 (dezesete) anos e 03 (três) meses e 03 (três) dias conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00020/09-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 23/07/2009.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.103

PORTARIA Nº 23.103, de 05 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Raquel Aparecida Padilha	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora Escolar)	1.3/A	20	EMEB Esperança	VV Cizete Catellan, a disposição da Direção da Unidade Escolar	02/10/2013 a 20/12/2013
Marisa Martins	Professora de Português	1.3/A	16	EMEB Pierina S Perret	VV Clarice Halfe, Licença Prêmio	20/09/2013 a 20/12/2013
Hilda Salete Villanova	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Hilda G Souza	Vaga Excedente, face a rescisão de contrato de outra Servidora	30/09/2013 a 20/12/2013
Francieli Savi Mundi	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	VV Irene Meireles Prestes Pasa, Lic. Saúde	24/09/2013 a 23/10/2013

Noeli Angelica Andrade	Professora de História	1.1/A	15	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barbosa	VV Ecleides de Fátima B. Cruz, Lic. Saúde	25/09/2013 a 07/10/2013
Jane Regina Dallagol	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Esperança	VV Cloris CASagrande, Licença Prêmio	23/09/2013 a 20/12/2013
Maria Odete Padilha	Professora de Ciências	1.3/A	15	EMEB Alto Bonito	VV Jerferson Witte, Lic. Prêmio	23/09/2013 a 20/12/2013
Silmara Margarete da Costa Matos	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Alto Bonito	VV Elzira Costa, Lic. Trat Saúde	23/09/2013 a 20/12/2013
Carla Renata Goes	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Henrique J Berger	VV Dalila de Almeida, Lic. Prêmio	23/09/2013 a 20/12/2013
Gleci Aparecida de Moura	Professora de Arte	1.3/A	10	EMEB Pierina S. Perret	Vaga Excedente, face a rescisão de contrato de outra Servidora	18/09/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.104

PORTARIA Nº 23.104, de 05 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### R E S O L V E:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, Licença Nojo, especificando: código, nome, cargo e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Dias Afast.	Assento do Óbito
7982	Adriana Bento Grobe	Técnico em Enfermagem	5	23/09/2013
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	5	24/09/2013
12775	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor de Secretário	5	08/10/2013
1855	Maria Ivonete Bento Rodrigues	Auxiliar de Enfermagem	5	23/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Outubro de 2013

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.105

PORTARIA Nº 23.105, de 06 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

#### RESOLVE:

Art 1º - DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal NERY OLIVEIRA GUERIN ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4.858 (Quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito) dias, ou seja, 13 (treze) anos e 03 (três) meses e 23 (vinte e três) dias conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00042/13-9, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 10/10/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.106

PORTARIA Nº 23.106, de 06 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

#### R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo indeterminado os cidadãos abaixo relacionados, em virtude da classificação em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, conforme Edital nº 02/2013, e Decreto nº 5.713, de 19 de Setembro de 2013, que homologou o resultado final, especificando: nome, cargo, secretaria/fundação, referência, carga horária e período conforme segue:

Nome	Cargo	Sec./Fund.	Ref.	C.H	Período
Cristiane Aparecida Kasectari	Auxiliar de Biblioteca	013	01	35h	01/10/2013 a 01/10/2014
Lucimar dos Santos	Instrutor de Artes Plásticas/Artesanato	013	01	35h	01/10/2013 a 01/10/2014

Mauro Sérgio França	Instrutor de Violão	013	01	35h	01/10/2013 a 01/10/2014
Minéia Mafioleti	Professora de Dança	013	01	35h	01/10/2013 a 01/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de Outubro de 2013  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.107

PORTARIA Nº 23.107, de 07 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, o cidadão, a seguir relacionado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Razão	Período
Jorge Vanderlei Branco	Educador Social	18	35	Ausência Servidor concursado.	03/10/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso público

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### Portaria Nº 23.108

PORTARIA Nº 23.108, de 15 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 238, de 22/03/2012 e suas alterações

#### RESOLVE:

NOMEAR TERESINHA APARECIDA MARTINS DA SILVA para exercer o Cargo em Comissão de Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FMEC, "Grupo Ocupacional Comissão", Referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar do dia 15 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.109

PORTARIA Nº 23.109, de 15 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mas o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal DEISIANE SANTANA TELLES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e lotada na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 30 de Setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.110

PORTARIA Nº 23.110, de 15 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mas o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ELIZABETH OLSEN, ocupante do cargo de Secretária Escolar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.112

PORTARIA Nº 23.112, de 16 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Secretária Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal



ELIZABETH OLSEN, em virtude de seu pedido de exoneração, a contar de 07 de Outubro de 2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.113

PORTARIA Nº 23.113, de 16 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 5 e art. 15, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e na Lei Complementar nº 203, de 23/12/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

#### R E S O L V E:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, e Decreto nº 4.624 de 24 de Setembro de 2010, que homologou o resultado final do concurso, as cidadãs abaixo relacionadas, para ocuparem cargos nos Grupos Ocupacionais do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal e data do exercício e posse, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data Exercício e Posse
Deisiane Santana Telles	Assistente Administrativo	14	35	01/10/2013
Elisabeth Olsen	Assistente Administrativo	14	35	07/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Aviso de Licitação - PR 72 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 72/2013  
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h00min do dia 12/11/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 12/11/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br).

Caçador/SC, 21 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### Contrato Administrativo Nº 85/2013 - Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2013 CONCORRÊNCIA Nº 02/2013, Contratação de Agência especializada para prestação de serviços de publicidade e propaganda para a Prefeitura Municipal de Caçador, CONTRATADA: INTERMÍDIA 1 - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.959.091/0001-27, com sede na cidade de Ribeirão Pires, SP, O valor estimado para presente contratação é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O presente Contrato tem o prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste e findando dia 17 de outubro de 2014

### Ata de Registro de Preço Nº 127 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2013, PROCESSO LICITATÓRIO – Nº 87/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA O PROCON, Empresa DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.698.920/0001-74, com sede na Rua Tubarão, 250, Bairro Bom Jesus, na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários:

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	1	9	UNID	CADEIRAS GIRATORIAS , COM ENCOSTO EM TECIDO TELADO ACRÍLICO, ASSENTO EM POLIÉSTER COM ESPUMA INJETADA, BRAÇOS ARTICULÁVEIS EM NYLON, MECANISMO RELAX COM TRAVA, PÉS ARANHA 350MM DE NYLON PRETA, PISTÃO COM CAPA EM NYLON E RODÍZIOS EM PU	ENJOY	400,00	3.600,00
				TOTAL DO LOTE			3.600,00
LOTE	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
02	2	1	UNID	MESA 1,20M X 0,70M X 0,25MM EM POST FORMING NA COR AZUL ESCURO(PADRÃO PREFEITURA) BORDAS ARREDONDADAS, PÉS EM METAL NA COR CINZA CLARO COM REGULAGEM DE ALTURA, TUBOS PARA PASSAGEM DE FIOS.	DISMACENTER	306,42	306,42



3	1	UNID	MESA 1,50M X 0,70M X 0,25MM, EM POST FORMING NA COR AZUL ESCURO(PADRÃO PREFEITURA)	DISMA CENTER	337,4417	337,44
4	1	UNID	BORDAS ARREDONDADAS, PÉS EM METAL NA COR CINZA CLARO COM REGULAGEM DE ALTURA, TUBOS PARA PASSAGEM DE FIOS	DISMA CENTER		
5	1	UNID	GAVETEIRO FIXO COM DUAS GAVETAS COM CHAVE NA COR AZUL ESCURO (PADRÃO PREFEITURA), CORREDIÇAS EM METAL, PUCHADORES DE PVC NA COR CINZA CLARO	DISMA CENTER	77,5728	77,57
			CONEXÃO PARA MESA 0,70M X 0,70M X 0,25MM EM POST FORMING, NA COR AZUL ESCURO(PADRÃO PREFEITURA)	DISMA CENTER	77,5728	77,57
			BORDAS ARREDONDADAS			
			TOTAL DO LOTE			799,00

**Ata de Registro de Preço Nº 128 - 2013 - Prefeitura**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Empresa NUTRISOFT REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.196.430/0001-93, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDA-DE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$
01	1.600	Unidade	Refeições industriais tipo marmitex, número 08, composta de no mínimo os seguintes itens: 1/2 porção de arroz todos os dias, 1/2 porção de feijão todos os dias, 02 porções de carne de gado, frango, suíno ou peixe todos os dias (variando durante a semana), 01 porção diferente de prato complementar todos os dias (panqueca, aipim, suflê, macarrão, batata, polenta ou legumes gratinados), 02 variedades de saladas (no mínimo) todos os dias, 01 fruta todos os dias (variando durante a semana); 01 copo de suco com 300 ml sabor variado; Oferecer variedades no cardápio durante a semana, com uma quantidade mínima de frituras. Obs.: O cardápio deverá seguir as normas do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, com 1.400 calorias, ser elaborado e supervisionado por uma nutricionista.	8,68
			VALOR GLOBAL	13.888,00

## Camboriú

### PREFEITURA

#### PR 32/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2013-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONserto DOS VEÍCULOS SPRINTER MFW 6207, SPRINTER MIF3586, RENAULT MASTER MIE0186, KOMBI MIX 9524, GOL MFP 7647, CORSA MJE 2593, DUCATO MDQ 7627, SA-VEIRO MGS 6347 PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 04 (Quatro) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 21 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

#### PR 64/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESTINADO A PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRES, LOMBADAS, MEIO FIOS E POSTES DA CIDADE E PARA A CONFEÇÃO DE PLACAS DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 22 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1074/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1074/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM0301	55653467D	6599/2	10/09/2013	230 * V
ADM0301	55653468D	5169/1	10/09/2013	165
ADU6521	54623259E	6920/0	17/09/2013	233
ALE0925	54622847E	6599/2	14/08/2013	230 * V
AND1206	54623252E	6599/2	06/09/2013	230 * V
ASO5040	54623343E	6920/0	05/09/2013	233
ATT5131	54623663E	6920/0	05/09/2013	233
BJH4172	54622780E	5010/0	03/09/2013	162 * I
BJH4172	54622781E	6599/2	03/09/2013	230 * V
BJH4172	54622783E	6912/0	03/09/2013	232
DEO2030	54623660E	6920/0	05/09/2013	233
DZK9719	55653596D	6599/2	09/08/2013	230 * V
DZK9719	55653597D	5045/0	09/08/2013	162 * V
DZK9719	55653598D	6912/0	09/08/2013	232
IPV4675	54623609E	6599/2	06/09/2013	230 * V
IPV4675	54623610E	5010/0	06/09/2013	162 * I
IPV4675	54623611E	5061/0	06/09/2013	163 c/c 162 * I
JPA3517	54623350E	6920/0	05/09/2013	233
LXY3286	54622044E	6912/0	23/09/2013	232
LYF2903	55653395D	6726/1	30/08/2013	230 * XVIII
LYJ0106	54623481E	6599/2	19/09/2013	230 * V
LYJ4106	54623274E	6920/0	17/09/2013	233
LYW6364	54622185E	6599/2	14/08/2013	230 * V
LYW6364	54622187E	5010/0	14/08/2013	162 * I
LZN4475	54623359E	6599/2	05/09/2013	230 * V
LZU6928	54622750E	5304/0	05/09/2013	176 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAS3897	54623657E	6920/0	05/09/2013	233
MAU0898	54623406E	6599/2	17/09/2013	230 * V
MAU0898	54623408E	6912/0	17/09/2013	232
MBH3588	54457434E	6610/2	10/09/2013	230 * VII
MBH7166	54623605E	6599/2	06/09/2013	230 * V
MBH7166	54623606E	6408/0	06/09/2013	221
MBH7166	54623607E	5010/0	06/09/2013	162 * I
MBH7166	54623608E	5061/0	06/09/2013	163 c/c 162 * I
MBX8309	54456144E	6769/1	30/08/2013	230 * XXII
MCL1489	54456432E	6599/2	11/08/2013	230 * V
MCP9304	54622840E	6599/2	13/08/2013	230 * V
MCP9304	54622841E	6912/0	13/08/2013	232
MDN1004	54622745E	6920/0	08/08/2013	233
MDR9013	54623083E	6599/2	23/09/2013	230 * V
MDT1824	54623081E	6912/0	18/09/2013	232
MDT7575	54622914E	6912/0	14/08/2013	232
MDT7575	54622915E	5045/0	14/08/2013	162 * V
MEC7352	55655117D	6599/2	09/09/2013	230 * V
MEC7352	55655118D	5010/0	09/09/2013	162 * I
MEC7352	55655119D	6912/0	09/09/2013	232
MEE2571	54622552E	6769/1	20/09/2013	230 * XXII
MEE2571	54622553E	6637/2	20/09/2013	230 * IX
MGD1657	54622172E	7340/0	13/08/2013	252 * IV
MGD7986	54622945E	6599/2	09/09/2013	230 * V
MGD7986	54622947E	6912/0	09/09/2013	232
MGM4352	54623603E	5045/0	05/09/2013	162 * V
MGU2498	54457388E	6653/1	20/09/2013	230 * XI
MGV9397	54623256E	6920/0	17/09/2013	233
MHA3851	54623404E	5010/0	17/09/2013	162 * I
MHA3851	54623405E	5061/0	17/09/2013	163 c/c 162 * I
MHP1871	54457385E	5045/0	04/09/2013	162 * V
MHP1871	54457386E	6637/2	04/09/2013	230 * IX
MHX4055	54623423E	5061/0	19/09/2013	163 c/c 162 * I
MIK4187	54623268E	6920/0	17/09/2013	233
MIM6546	55653465D	5045/0	03/09/2013	162 * V
MIM6546	55653466D	6653/1	03/09/2013	230 * XI
MIO1157	54622784E	7340/0	03/09/2013	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJE2895	54622942E	6599/2	09/09/2013	230 * V
MJE2895	54622943E	6912/0	09/09/2013	232
MJE2895	54622944E	5045/0	09/09/2013	162 * V
MJK2486	55655116D	6599/2	08/09/2013	230 * V
MOM0005	54623664E	6920/0	05/09/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE OUTUBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1078/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1078/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA8486	54622042E	6599/2	14/09/2013	230 * V
AWW4468	54456445E	5169/1	26/09/2013	165
AWW4468	54456446E	6912/0	26/09/2013	232
DRU9612	54622918E	5045/0	15/08/2013	162 * V
DRU9612	54622919E	6556/1	15/08/2013	230 * I
JDT5266	54623851E	6599/2	20/09/2013	230 * V
JDT5266	54623852E	5045/0	20/09/2013	162 * V
JDT5266	54623854E	6912/0	20/09/2013	232
KCP9919	55653398D	6599/2	24/09/2013	230 * V
KJY4970	54622764E	6670/0	22/08/2013	230 * XIII
LXG2379	54623833E	5010/0	24/09/2013	162 * I
MAK2858	54457387E	5010/0	17/09/2013	162 * I
MAO6494	54456441E	6653/1	20/08/2013	230 * XI
MBY1639	54457431E	6610/2	10/09/2013	230 * VII
MBY1639	54457433E	6637/2	10/09/2013	230 * IX
MDJ2003	54623464E	6610/2	12/09/2013	230 * VII
MDJ2003	54623465E	6556/1	12/09/2013	230 * I
MDJ2003	54623466E	7340/0	12/09/2013	252 * IV
MDW1577	54623366E	5010/0	14/09/2013	162 * I
MDW1577	54623367E	6637/2	14/09/2013	230 * IX
MDZ5073	54623517E	6599/2	30/08/2013	230 * V
MEP0339	54456444E	6653/2	23/09/2013	230 * XI
MFR9096	55653469D	6599/2	17/09/2013	230 * V
MFR9096	55653470D	5061/0	17/09/2013	163 c/c 162 * I
MFR9096	55653473D	5010/0	17/09/2013	162 * I
MFR9096	55653474D	6912/0	17/09/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR9096	55653475D	5274/1	17/09/2013	175
MGD8702	54622923E	5010/0	22/08/2013	162 * I
MGM4352	54623602E	6610/2	05/09/2013	230 * VII
MHX4055	54623422E	5010/0	23/09/2013	162 * I
MHX4055	55958109B	5010/0	18/09/2013	162 * I
MKW9074	54623409E	5010/0	18/09/2013	162 * I
MKW9074	54623411E	7340/0	18/09/2013	252 * IV
MKW9074	54623414E	5274/1	18/09/2013	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE OUTUBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Ata Tomada de Preços 95/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 95/2013)

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Gustavo Machado do Amaral, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 7. 845 de 05 de julho de 2013) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 95/2013, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação Reforma e Reestruturação do prédio do Clube do idoso "Sagrada Família", Rua João Pius Schindler, Bateias de Baixo, neste Município. Os recursos são provenientes do Convênio 4.505/2012-5 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra contrapartida com recursos próprios (Municipal). Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 10.834.999/0001-28 e PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.015.251/0001-63. Nenhuma empresa credenciou representante na sessão. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, estando a documentação das empresas licitantes de acordo com o exigido no Edital, a Comissão Permanente de Licitação julgou todas as empresas devidamente HABILITADAS. As duas empresas licitantes comprovaram o enquadramento como Empresa de Pequeno porte. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 72.504,85, sendo que a empresa PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta com o valor global de R\$ 77.589,69. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### Pregão 99/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº. 99/2013

O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de copa/cozinha e de limpeza para a Secretaria Municipal de Administração.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 05/11/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

## VALOR ESTIMADO

### LOTE 01

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	260	Lt	Álcool 70% Frasco com 1000ml	4,00	1.040,00
02	20	frs	Álcool gel 500g	4,55	91,00
03	200	frs	Limpador p/ piso diluível em água 500ml	4,30	860,00
04	315	frs	Água sanitária 1litro	1,35	425,25
05	280	frs	Desinfetante, eucalipto, frasco com 2L	2,45	686,00
06	80	frs	Hipoclorito de sódio 1 litro	3,13	250,40
VALOR TOTAL DO LOTE 01					3.352,65

### LOTE 02

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
07	678	pct	Copo descartável 180 ml c/ 100 unidades	2,79	1.891,62
08	290	cx	Chá caixa com 15 sachês, nos sabores hortelã, camomila, erva doce, maçã, pêssego, mate natural	1,85	536,50
09	100	cx	Chá com 25 saquinhos nos sabores laranja, pêssego e canela	2,99	299,00
10	200	cx	Filtro de papel nº 103 com no mínimo 30 unidades	2,25	450,00
11	100	pct	Açúcar branco, refinado, 5kg	9,20	920,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					3.798,12

### LOTE 03

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
12	150	pct	Papel toalha, 60 folhas por rolo, pacote com 2 rolos	2,10	315,00
13	140	frd	Papel toalha branco, interfolhas, com 100 unidades (para banheiro)	6,80	952,00
14	70	pct	Guardanapo de papel com 50 unidades 30x30cm	1,70	119,00
15	50	un	Pano para limpeza de chão, alvejado, tamanho 44cm x 69cm	2,75	137,50
16	50	un	Pano de prato, 100% algodão, tamanho aproximado de 47x69cm.	2,70	135,00
17	20	pct	Pano para limpeza com 3 unidades (atoalhado)	2,99	59,80
18	10	pct	Filtro para aspirador ARNO H2PO 1400W. Embalagem com 3 filtros.	12,00	120,00
19	30	un	Adoçante líquido 100ml	2,85	85,50
20	50	un	Esponja de limpeza dupla face, tamanho aprox. 110 x 75 mm	0,80	50,80



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

21	80	pct	Esponja de lã de aço com 08 unidades	1,99	159,20
VALOR TOTAL DO LOTE 03					2.133,80
LOTE 04					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
22	200	pct	Papel higiênico, folhas simples, branco, picotado, fardo com 12 rolos de no mínimo 10cm x 60m	8,15	1.630,00
23	25	frs	Cera líquida incolor para piso, frasco com no mínimo 750ml	2,50	62,25
24	60	frs	Cera líquida vermelha, frasco com no mínimo 750ml	2,50	150,00
25	10	frs	Cera líquida amarela - c/ no mínimo 750 ml p/ piso laminado de madeira	6,86	68,60
26	10	frs	Cera diluível em água, 750ml	8,00	80,00
27	80	pct	Sabão em pó 1kg com amaciante	4,00	320,00
28	150	frs	Saponáceo líquido cremoso, 300ml	2,65	397,50
29	120	frs	Saponáceo em pó, 300g	1,35	162,00
30	110	frs	Detergente líquido neutro - 500 ml	1,15	126,50
31	10	Pct	Sabão em barra 1kg com 05 unidades	5,35	53,50
VALOR TOTAL DO LOTE 04					3.050,35
LOTE 05					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
32	06	un	Desodorizador de ar	8,15	48,90
33	230	pct	Saco para lixo 30 litros com 10 unidades	1,50	345,00
34	195	pct	Saco para lixo 50 litros com 10 unidades	1,60	312,00
35	50	pct	Saco para lixo 100 litros com 05 unidades	2,50	125,00
36	30	par	Luvas para limpeza tamanho M	2,15	64,50
37	80	frs	Lustra móveis 200ml	3,10	248,00
38	07	un	Rodo de borracha 40cm com cabo	11,00	77,00
39	05	unid	Pá lixo cabo longo 60 cm	5,00	25,00
40	20	un	Vassoura nylon com cabo	10,15	203,00
41	20	un	Vassoura de arroz com cabo	10,15	203,00
42	06	un	Garrafa térmica 1,8L	69,50	417,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05					2.068,40

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação do mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 99/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a

responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 21 de outubro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### Extrato Contrato 73/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2013

Objeto: prestará a CONTRATANTE, serviços de torno e usinagem para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos e serviço de torneiro, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 93/2013.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; - Serviço de Transporte e frota; Atividade: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários.

Vigência: 16/10/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Contratado: LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME

Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 93/2013 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

## Campos Novos

### PREFEITURA

### Lei Nº 3.949/13 Autoriza o Poder Executivo a Firmar Convênio com o Estado Para Implantação do Sindec

LEI Nº 3.949/2013 DE 21/10/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SINDEC - NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SJC, para a implantação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, no Procon Municipal de CAMPOS NOVOS.

Art. 2º. O convênio a que se refere a presente lei compreende a autorização de uso do software licenciado pela União ao Estado de Santa Catarina, a realização de cursos e treinamentos para sua aplicação, que possibilitem o registro, armazenamento e compartilhamento da base de dados municipal de demandas de consumo com as bases estadual e nacional, resultando, inclusive, na elaboração dos Cadastros Municipal, Estadual e Nacional de



Reclamações Fundamentadas, dentre outras ações que promovam políticas públicas integradas para a defesa do consumidor, conforme minuta do Termo de Cooperação em anexo (Anexo I), que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 07 de outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

Termo de cooperação técnica que entre si celebram o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, por meio do DEPARTAMENTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON-SC, e o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS visando à implantação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, no Município de CAMPOS NOVOS

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SJC, com sede administrativa na Rua Frei Caneca, nº. 400, Agronômica, na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada SJC, neste ato representada por sua Secretária de Estado, ADA LILI FARACO DE LUCA, inscrito no CPF sob o nº 226.271.111-91, por meio do DEPARTAMENTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON-SC, doravante denominado PROCON-SC, com sede na rua Victor Meirelles, nº 53, na cidade de Florianópolis, neste ato representado por sua Diretora Executiva, ELIZABETE LUIZA FERNANDES BAESSO, e o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, inscrito no CNPJ sob o nº (XXXXXXX), com sede administrativa na Rua (XXXXXXX), neste ato representada pelo seu Prefeito (XXXXXXX), inscrito no CPF sob nº (XXXXXXX), doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, sob a égide da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, Lei Complementar Estadual nº 534, de 20 de abril de 2011 e Portaria nº 2.348, de 13 de dezembro de 2.006, do Ministério da Justiça.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a implantação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC - no Procon Municipal de CAMPOS NOVOS compreendendo a autorização de uso do software licenciado pela União ao Estado de Santa Catarina, a realização de cursos e treinamentos para sua aplicação, que possibilitem o registro, armazenamento e compartilhamento da base de dados municipal de demandas de consumo com as bases estadual e nacional, resultando, inclusive, na elaboração dos Cadastros Municipal, Estadual e Nacional de Reclamações Fundamentadas, dentre outras ações que promovam políticas públicas integradas para a defesa do consumidor.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

#### I - DA SJC/PROCON-SC:

- Requerer a cessão por parte da União para o MUNICÍPIO do direito de uso do software Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, de propriedade da União, para ser utilizado exclusivamente pelo Procon Municipal de CAMPOS NOVOS;
- Capacitar e treinar o corpo técnico do órgão de proteção e defesa do consumidor, indicado pelo MUNICÍPIO, para a completa e adequada implantação e utilização do software Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC;

c) Orientar e apoiar o Procon Municipal de CAMPOS NOVOS na adequação dos procedimentos de atendimento e processamento das demandas dos consumidores para a linguagem e rotina do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC;

d) Repassar ao Procon Municipal, após o seu recebimento, as atualizações e/ou informações referentes à utilização e manutenção do Sistema SINDEC.

#### II - DO MUNICÍPIO

a) Aderir, por meio do PROCON-SC, ao programa federal descentralizado de implementação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, por meio do Procon Municipal de CAMPOS NOVOS promovendo a execução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica e operacional.

b) Disponibilizar, ao Procon Municipal, microcomputadores que possam suportar Windows XP/98/2000 ou programa equivalente e que possuam no mínimo 128 MB de memória RAM.

c) Disponibilizar, ao Procon Municipal, acesso rápido via Internet com um Link de no mínimo 512 de Kbps, para comunicação com o PROCON-SC e para acesso às informações dos demais órgãos integrados ao SINDEC via portal [www.mj.gov.br/dpdc/sindec](http://www.mj.gov.br/dpdc/sindec).

d) Promover a devida adequação do procedimento interno do órgão municipal de defesa do consumidor à linguagem e rotinas do SINDEC, sendo vedadas quaisquer alterações ou derivações no programa.

e) Observar, nas atividades pertinentes ao Procon Municipal, as regras procedimentais e processuais estabelecidas pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, ou norma que venha a substituí-lo, bem como eventuais regulamentações administrativas complementares, na elaboração do Cadastro Municipal de Reclamações Fundamentadas, caso não haja norma local estabelecendo rito diverso;

Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor

f) Promover a alimentação diária do Sistema SINDEC com todas as demandas dos consumidores recebidas pelo Procon Municipal.

g) Manter o PROCON-SC informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução do presente termo cooperação.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES

O MUNICÍPIO, por meio do Procon Municipal, se compromete a zelar pela veracidade, correção, precisão e clareza das informações encaminhadas ao PROCON-SC e, consequentemente, ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor/Ministério da Justiça, sendo responsável perante terceiros prejudicados por eventuais falsidades, imprecisões ou obscuridades contidas nas ditas informações.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A União permanecerá com a plena, total e definitiva titularidade sobre os direitos de propriedade intelectual do projeto básico relativo e respectivas derivações do software Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, vedado ao MUNICÍPIO efetuar quaisquer modificações, derivações ou licenciamentos sem prévia e formal autorização, sob pena da aplicação dos dispositivos constante da Lei nº 9.609/98.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os direitos previstos nesta cláusula são definitivos e permanecerão mesmo após a extinção do presente vínculo, seja por decurso de prazo, seja por denúncia de uma das partes ou em virtude da rescisão do termo de cooperação técnica.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Como titular dos direitos de propriedade intelectual do sistema de computador descrito no caput



da presente cláusula, a União tem o direito de alterar o software Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, desde que razões técnicas supervenientes justifiquem a mudança. Por sua vez, o MUNICÍPIO, na hipótese de alterações no citado software, compromete-se a promover a devida adaptação no prazo máximo de 01 (um) mês, a contar da comunicação expressa do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça ou do PROCON-SC, desde que receba o suporte e as informações técnicas para esse fim por parte do órgão estadual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O MUNICÍPIO, por meio do Procon municipal, poderá propor modificações na classificação das tabelas integrantes do software Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, bem como em outros itens do mesmo. As propostas de alterações deverão ser encaminhadas ao PROCON-SC, que, por sua vez, fará o devido encaminhamento à Coordenação Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, órgão do DPDC, que elaborará manifestação técnica opinativa a ser submetida à apreciação majoritária dos órgãos de defesa do consumidor integrados.

Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor

**PARÁGRAFO QUARTO** - O MUNICÍPIO responsabiliza-se por eventuais ações de terceiros decorrentes de toda e qualquer violação dos direitos de propriedade intelectual em relação ao software Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo não sofrerão alterações na sua vinculação funcional /empregatícia originária, cabendo a cada um dos partícipes a responsabilidade pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária de seus funcionários.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de Termo Aditivo, de acordo com os interesses dos partícipes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser rescindido por qualquer dos partícipes, desde que o interessado notifique a outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na hipótese de rescisão, denúncia ou extinção do presente convênio, cessará o acesso recíprocos aos dados e informações objeto deste convênio, persistindo as obrigações ressalvadas na Cláusula Quarta relativas ao direito de propriedade intelectual do programa SINDEC. Nessas hipóteses, cessará também o direito de uso do Sistema SINDEC, de que trata a alínea ☐a' do inciso I da Cláusula Segunda do presente Instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim de direito, na presença de testemunhas abaixo qualificadas.

Florianópolis, de de 2013.

ADA LILI FARACO DE LUCA

Secretária de Estado da Justiça e Cidadania.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal de Campos Novos

ELIZABETE LUIZA FERNANDES BAESSO

Diretora Executiva do Departamento

(XXXXXXX)

Coordenador(a) do Procon Municipal de Campos Novos

Testemunhas:

PROCON-SC MUNICIPAL

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

#### **Lei Nº 3.950/13 Autoriza o Município a Firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com o Estado de SC**

LEI Nº 3.950/2013 DE 21/10/13

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Campos Novos, através do seu Poder Executivo, autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bem imóvel pertencente ao município, tendo como favorecido o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O objeto da cessão de uso é um terreno urbano, localizado na Avenida Belincanta Neto, com área de 1.063,83m² (um mil e sessenta e três metros e oitenta e três centímetros quadrados), a ser desmembrada da área total de 3.380,00m² (três mil trezentos e oitenta metros quadrados), matriculado sob nº 19.156 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos.

Art. 3º. A presente cessão de uso tem por objeto a construção, por parte do Estado, através de recursos do BNDES, de edificação destinada à instalação do CREAS no Município de Campos Novos - SC.

Art. 4º. As condições em que se operará a Cessão de Uso de bem público municipal são as constantes da minuta do Termo de Cessão em anexo, a qual passa a fazer parte integrante e inseparável da presente Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 21 de outubro de 2013.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

MINUTA TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº \_\_\_\_/2013

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.232/0001-74, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON CRUZ, portador do RG nº 857.908, CPF nº 445.587.329-53, doravante denominado

CEDENTE, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, nº 4600, Km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.951.229/001-76, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com sede na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.509.770/0001-88, , neste ato representada pelo Secretário de Estado Senhor JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 109.269 e do CPF nº 049.355.369-49, residente e domiciliado neste Estado, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de terreno do Município de Campos Novos, com área de 1.063,83m<sup>2</sup> a ser desmembrada da área total de 3.380,00m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Belincanta Neto, matriculado sob nº 19.156, de tendo ao Norte extensão de 12,00m, ao Sul 28,74m, a Leste 50,05 m e a Oeste 41,90m, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA de CREAS, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo para a construção de CREAS.

CLÁUSULA TERCEIRA - O CEDENTE deverá providenciar os equipamentos, materiais permanentes e recursos humanos necessários ao funcionamento do CREAS de acordo com as leis, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA QUARTA - A CESSIONÁRIA, através de projetos realizados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, providenciará aquisição parcial de equipamentos e mobiliários destinados ao CREAS.

CLÁUSULA QUINTA - O CEDENTE se compromete a assumir a responsabilidade de apoiar na organização de acordo com as diretrizes da Política Nacional da Assistência Social, com a finalidade de prevenir situações de risco social e vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades e atendimento integral as famílias.

CLÁUSULA SEXTA - O CEDENTE responsabilizar-se-á pela oferta de serviços, programas e projetos que fortaleçam vínculos familiares e comunitários e demais programas de transferência de renda, de acordo com nível de complexidade do equipamento social construído.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica estabelecido que todas as despesas concernentes ao imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste termo, e demais outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta do CEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA - A CESSIONÁRIA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nesta cláusula e cláusula primeira deste Termo, para que ao final do prazo de vigência do presente o mesmo seja entregue em boas condições.

CLÁUSULA NONA - É obrigação do CEDENTE a apresentação da consulta de viabilidade da construção do equipamento social à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA MODALIDADE DA CESSÃO

A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula Segunda e suas respectivas subcláusulas.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica desde já autorizado às partes rescindir de pronto a presente cessão caso seja dado fim ao imóvel cedido diverso do disposto na cláusula segunda do presente, não cabendo qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, o bem cedido deverá ser devolvido à CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo inicia na data da sua assinatura e termina em 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura, ou até eventual rescisão ou denúncia por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado no prazo e na forma do art. 13, do Decreto Estadual nº 307, de 4 de junho de 2003.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos-SC, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes, e pelas 2 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Campos Novos, de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Nome do Prefeito) Nelson Cruz  
Prefeito Municipal de Campos Novos  
CEDENTE

\_\_\_\_\_  
JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA  
Secretário de Estado  
CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**Decreto Nº 6829/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 6829/13 DE 21/10/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento Geral do Município, no valor de 43.282,00 (quarenta e três mil, duzentos e oitenta e dois reais) no projeto e na atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 3 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 43.282,00

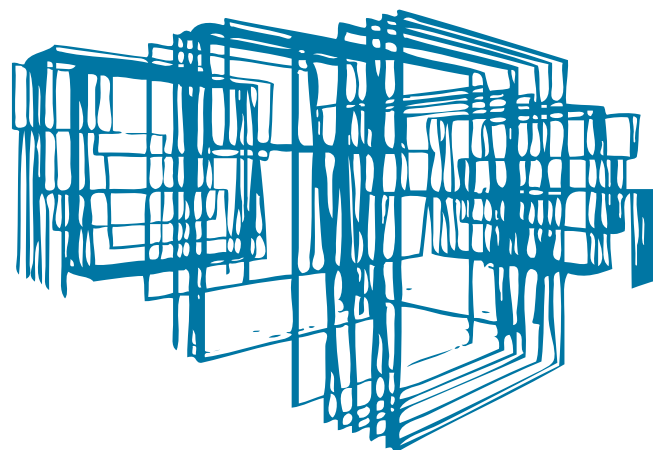
Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 43.282,00 (quarenta e três mil, duzentos e oitenta e dois reais) provenientes de Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de outubro de 2013.

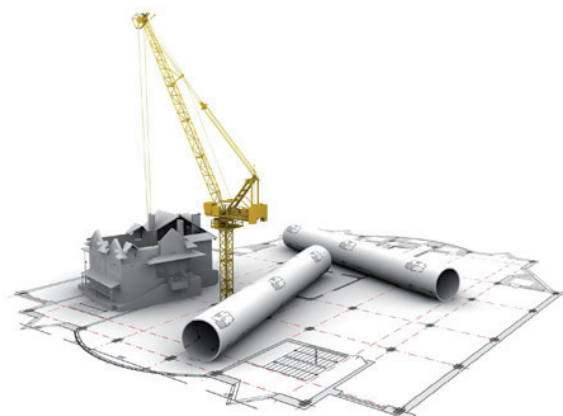
NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Ata do Registro de Preço Nº 01/2013 Fundo Rotativo Habitacional**

ATA DO REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2013 PROCESSO N 01/2013 DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/17

**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

<b>Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 15/10/2013      Válido até: 15/10/2014</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO 18 LITROS	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	194,0000	1
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	198,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	TINSUL	0	210,0000	3
2	MASSA ACRÍLICA 18 LITROS	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	73,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	renner	0	74,5000	2
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	75,0000	3
3	TINTA OLEO CORES 3.6 LITROS	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	39,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	renner	0	40,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	TINSUL	0	40,8000	3
4	TINTA ESMALTE 3.6 LITROS	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	45,5000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	TINSUL	0	46,0000	2
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	52,0000	3
5	SOLVENTE 5 LITROS	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	38,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	TINSUL	0	39,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	42,0000	3
6	ROLO ANTI-GOTA 23 CM 321/10	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	12,4000	1
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	14,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ATLAS	0	14,1000	3
7	LIXA G125 120MM G120	M	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	NORTON	0	2,6500	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	3,6000	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	alcar	0	4,1000	3
8	LIXA G125 120MM G80	M	PONTO CERTO LTDA (6199)	alcar	0	2,4000	1
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	2,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	NORTON	0	2,6500	3
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	3,5000	4
9	PISO 45X45 45009	MT2	PONTO CERTO LTDA (6199)	piso forte	0	11,4000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ANGELGRES	0	11,5000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	12,4000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ARGAMASSA INT.AC-1 20 KG	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	ceramfix	0	6,8000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	QUARTZOLIT	0	6,9000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	7,8000	3
11	REJUNTE 1KG	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	ceramfix	0	1,8000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	1,9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	QUARTZOLIT	0	2,5000	3
12	TOMADA ILUMINAÇÃO EXT. RED PADRAO 10A	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	3,2000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	4,2000	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	peeza	0	4,2000	3
13	INTERRUPTOR EXT 1 TS RED CZ1	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	3,2000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	4,2000	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	peeaza	0	4,2000	3
14	INTERRUPTOR ILUMINAÇÃO 1 TS+TU 10A PAD	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	7,4000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	peeza	0	7,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	8,5000	3
15	INTERRUPTOR 1 TS	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	4,1000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MECTRONIC	0	4,2000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	4,9000	3
16	CAIXA LUZ PLASTICA 2x4	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	0,4000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GASPARZINH	0	0,4500	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	plastperola	0	0,6500	3
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	0,6500	4
17	MANGUEIRA CORRUGADA FLEX PT.3/4	M	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	0,5000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GASPARZINH	0	0,5400	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	0,9000	3
18	BACIA SIFONADA CORES	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	logasa	0	72,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	FIORI	0	75,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	99,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	COLUNA CORES	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	LOGASA	0	33,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	logasa	0	34,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	56,0000	3
20	LAVATÓRIO CORES	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	LOGASA	0	46,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	logasa	0	47,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	49,0000	3
21	ANEL CERA C/GUIA	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	maxseal	0	7,5000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	CENSI	0	7,8000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	12,9000	3
22	ENGATE C/40 CM N°3	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	krona	0	2,0000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	2,1000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	AMANCO	0	2,3900	3
23	TORNEIRA LAVATORIO MESA FOZ 1/2 BEGE	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	viqua	0	9,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	VIQUA	0	10,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	10,5000	3
24	VALVULA LAVATORIO	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	astra	0	1,8500	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	1,9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ASTRA	0	2,0000	3
25	ESPUDE WC	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	1,9500	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ASTRA	0	2,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	3,4000	3
26	ASSENTO SANITÁRIO MACIO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ASTRA	0	13,0000	1
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	14,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	19,0000	3
27	CAIXA DESCARGA EXT. C-4/2	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	14,5000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	CIPLA	0	14,9000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	17,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	TUBO DE DESCARGA LONGO	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	6,9000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	AMANCO	0	7,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	7,5000	3
30	MASSA ACRÍLICA 3,6 LITROS	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	renner	0	18,9900	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	TINSUL	0	19,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	20,9000	3
31	PORTA MOD. 3100 DIREITA/ESQUERDA M	UN	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	130,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GRANDO	0	140,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	143,0000	3
32	PORTA EXTERNA MONTADA	UN	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	150,0000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	154,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GRANDO	0	179,0000	3
33	PORTA INTERNA 80CM MONTADA	UN	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	100,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GRANDO	0	102,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	104,0000	3
			PONTO CERTO LTDA (6199)	frutima	0	112,0000	4
34	MARCO P/PORTA 1A	UN	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	40,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GRANDO	0	41,0000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	43,0000	3
35	DOB. PARA PORTA 1A	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	rocha	0	0,9500	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	JAPI	0	0,9900	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	1,2300	3
			MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	1,4900	4
36	FECHADURA BANHEIRO 3003	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	SOPRANO	0	14,0000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	14,9500	2
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	18,4000	3
37	FECHADURA INTERNA 40X53	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	SOPRANO	0	14,0000	1
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	21,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	23,0000	3
38	FECHADURA EXTERNA 3001	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	SOPRANO	0	18,0000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	22,8000	2
			MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	22,9000	3
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	23,0000	4
39	VIDRO BASCULANTE 60X40	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	gasperin	0	14,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GASPARIN	0	16,0000	2
40	REGISTRO PRESSAO SOLDAVEL	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	viqua	0	10,9500	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	LEKAT	0	11,0000	2
41	TOMADA UNIVERSAL	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	4,3000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MECTRONIC	0	4,4000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	6,0000	3
42	CANTONEIRA PVC	MT2	PONTO CERTO LTDA (6199)	perfirmax	0	2,4500	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	PLASBIL	0	2,4900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 10/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	2,7700	3
43	ACABAMENTO PVC UNIAO INT/EXT	MT2	PONTO CERTO LTDA (6199)	perfixmax	0	1,6000	1
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	1,6500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	PLASBIL	0	3,5000	3
44	PREGO 12X12	KG	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GERDAU	0	7,8000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	gerdau	0	9,0000	2
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	9,5000	3
45	PREGO 17X27	KG	PONTO CERTO LTDA (6199)	gerdau	0	6,4000	1
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	6,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GERDAU	0	7,6500	3
46	PREGO 19X39	KG	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GERDAU	0	6,2000	1
			CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	6,4500	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	7,3500	3
47	FORRO PVC (M²)	MT2	PONTO CERTO LTDA (6199)	perfixmax	0	9,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 11/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	NOVAPLAST	0	9,1000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	13,0000	3
			MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	13,1000	4
48	CANTONEIRA PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	4,2500	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	perfinax	0	4,5000	2
49	RODAPE ESTREITO PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	1,5000	1
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	1,8500	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	pontinho	0	2,4000	3
50	JANELA VIDRO CORRER 120X100	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	ribeiro	0	52,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	GASPARIN	0	53,0000	2
51	PORTA LAMPADA FIXO RETO 15	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	peeza	0	1,5000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MECTRONIC	0	1,5900	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	1,6000	3
52	TOMADA BEM	UN	CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME (6302)		0	4,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 12/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 15/10/2013

Válido até: 15/10/2014

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	4,9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	FAME	0	6,5000	3
53	PISO 32X45	UN	PONTO CERTO LTDA (6199)	piso forte	0	8,5000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ANGELGRES	0	8,9000	2
			CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	12,8000	3
54	GARFO ROLO 23CM	UN	CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA (6305)		0	5,0000	1
			EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREITEIRA RECH) (6303)		0	5,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	ASTRA	0	6,0000	3
55	ASSOALHO PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	17,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	pontinho	0	17,5000	2
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	17,6000	3
56	FORRO PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	8,5000	1
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	8,9000	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	pontinho	0	11,3000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 13/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 15/10/2013****Válido até: 15/10/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	MADEIRA 1x4 PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	1,4300	1
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	1,4400	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	3,5000	3
			PONTO CERTO LTDA (6199)	camargo	0	3,5000	4
58	MADEIRA 2x3 PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	1,9000	1
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	1,9500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	4,6000	3
			PONTO CERTO LTDA (6199)	camargo	0	4,6000	4
59	MADEIRA 2x4 PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	3,9000	1
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	3,9500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	5,5000	3
			PONTO CERTO LTDA (6199)	camargo	0	5,5000	4
60	MADEIRA 2x6 PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	3,9000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	4,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 14/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 15/10/2013****Válido até: 15/10/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	4,5000	3
			PONTO CERTO LTDA (6199)	camargo	0	6,7000	4
61	MADEIRA PINUS 30x4,20	DZ	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	250,0000	1
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	270,0000	2
			PONTO CERTO LTDA (6199)	camargo	0	270,0000	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	270,0000	4
62	PAREDE PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	17,1000	1
			PONTO CERTO LTDA (6199)	camargo	0	17,1500	2
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	17,5000	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	22,0000	4
63	MEIA CANA PINUS	M	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	1,2000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	1,3000	2
			VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	1,6500	3
64	ESPELHO PINUS	M	VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. (6304)		0	4,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 15/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 15/10/2013****Válido até: 15/10/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME (6292)		0	4,7000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6306)	MAD.FORTE	0	4,7500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 16/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 15/10/2013****Válido até: 15/10/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	VIDRO LISO 3mm	MT2	PONTO CERTO LTDA (6199)	mechelin	0	40,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 17/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 15/10/2013****Válido até: 15/10/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2013****PROCESSO Nº 1/2013**

(6199) - PONTO CERTO LTDA

(6292) - MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME

(6302) - CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MAT.ELÉTRICOS LTDA ME

(6303) - EDSON FERNANDO RECH - ME (EMPREENHEIRA RECH)

(6304) - VISOMADE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.

(6305) - CASA BLANCA COM. E CONSTRUTORA LTDA

(6306) - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Campos Novos, 15 de Outubro de 2013.



**SAMAE****Ext Tp172013**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844  
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 31/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº 17/2013, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 COMPACTADOR DE SOLO E 02 ROÇADEIRAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO, A SEREM UTILIZADO PELA COORD. TÉCNICA

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00 hs do dia 11/11/2013, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários.das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00Horas e nos sites samaecn.com.br e campos-novos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE.

**Capinzal****PREFEITURA****Portarias**

PORTARIA Nº 836, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013  
Designa servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Francisco Dirceu de Araújo, matrícula nº 31005.0, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo, nível CC - 5, conforme o Anexo III - A, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para exercer a função de Gestor Municipal de Convênios e Contratos - GMC, até o dia trinta e um (31) de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de outubro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 871, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.  
Readapta servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 10 de outubro de 2013, a servidora Universina de Paula Guedes, matrícula nº 32546.5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na no Centro Administrativo Municipal sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer somente atividades laborais com esforço de média a fraca intensidades.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de outubro de 2013.

Capinzal - SC, em 10 de outubro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 872, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013  
Concede licença por motivo de casamento a servidor, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 106401 01 55 2013 2 00021 198 0001480 48, resolve:

Art. 1º Concede licença por motivo de seu casamento, pelo período de 11 a 19 de outubro de 2013, à servidora Daniela Esganzella, matrícula nº 32761.1.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 11 de outubro de 2013.

Capinzal - SC, em 11 de outubro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 873, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.  
Altera nome de servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a Certidão de Casamento matrícula 106401 01 55 2013 2 00021 198 0001480 48, resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Daniela Esganzella, matrícula nº 32761.1, ocupante do cargo de Professor, nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a assinar Daniela Esganzella Ficagna.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de outubro de 2013.

Capinzal - SC, em 11 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 874, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 15 de outubro de 2013 a 11 de fevereiro de 2014, conforme atestado médico, à servidora Marilei da Silva Pinto Bergamo, matrícula nº 31529.0, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência F, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de outubro de 2013.

Capinzal, SC, em 15 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 875, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 17 de outubro a 15 de dezembro de 2013, à servidora Luciane da Silva Lima, matrícula nº 33100.7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

## Catanduvras

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.935, de 08 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 1.935, de 08 de outubro de 2013.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PARA APU-  
RAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECOR-  
RENTES DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM REGIME DE  
MUTIRÃO, NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-  
CIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal), art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010 e Lei Complementar nº 64, de 6 de maio de 2010,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 2.248, de 12 de março de 2010, que estabelece o regime de mutirão para pavimentação de vias públicas municipais;

CONSIDERANDO que estão sujeitos a cobrança de Contribuição de Melhoria os proprietários lindeiros que não aderiram ao regime de mutirão para pavimentação de vias públicas, conforme estabelece o art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a comissão permanente de avaliação para apuração do valor da contribuição de melhoria decorrentes do termo de acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão, composta pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech - Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;

II - Caroline Joana Lenieski Johan - Controle interno

III - Ivan Cláudio Sacchet - Mercado Imobiliário

IV - Francielle Dias dos Santos - Setor de Tributos

V - Tissyana Begnini - Setor de Tributos

VI - Sandra Maria Dilda Bucco - Setor de Habitação

Art. 2º Compete à Comissão proceder a vistoria das obras, documentos dos termos de acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão e emitir laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvras (SC), 08 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Decreto N° 072/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 072/2013

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, I, da Lei nº 0563 de 18.12.2012, DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais) no valor de R\$ 18.387,57 (dezoito mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

01 - Divisão de Serviços Urbanos

15 - Urbanismo

31 - Urbanismo

451 - Infra-Estrutura Urbana

90- Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1059 - Construção do Centro de Eventos R\$ 18.387,57

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

### Decreto N° 074/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 074/2013

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTICOES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC."

CONSIDERANDO o transcurso do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro;

CONSIDERANDO as disposições do Art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º Será ponto facultativo dia 01 de novembro de 2013 (sexta-feira), em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em virtude da transferência das comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público", comemorado em 28 de outubro.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### Decreto SAF/N°. 494/13

DECRETO SAF/N°. 494/13, de 09 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO "COMITÊ GESTOR MUNICIPAL", DO PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições e de acordo com o art. 9º, Parágrafo único, da Lei nº. 1.008, de 24 de agosto de 2010, resolve,

NOMEAR:

NELSON ROSSO, ELVIO JOÃO SCARPATTO, CLEDIO FACHIN, LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, RENIVALDO MUFATTO, CLEYTON JOSÉ PEREIRA, NILTON GONÇALVES, DÁRIO ANTONIO BROLESE, VALDIR ALANO, JAIRO PAULO RODRIGUES e MARCELO ROSSO, para comporem o Comitê Gestor Municipal, do Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar de Cocal do Sul.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### Decreto SAF/N°. 495/13

DECRETO SAF/N°. 495/13, de 10 de outubro de 2013.

DEFINE O VALOR REFERENTE AO LITRO DO OLEO DIESEL PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DESCRITOS NO ARTIGO 8º DA LEI 1.008, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica definido o valor referente ao litro do óleo diesel para utilização da máquina - escavadeira hidráulica S-90 - consoante determina o artigo 8º da Lei 1.008, de 24 de agosto de 2010.

a) Litro Óleo Diesel R\$ 2,39(dois reais e trinta e nove centavos)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de outubro de 2013.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Decreto SAF/Nº. 504/13**

DECRETO SAF/Nº. 504/13, de 15 de outubro de 2013.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1.118, de 14 de dezembro de 2012, resolve:

#### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte, Cultura  
1.011 - Construção de Quadras Poliesportivas para Ed. Física.  
4.4.90.00.00.00.00.0090 - Aplicações Diretas R\$ 245.000,00.

TOTAL R\$ 245.000,00.

Art. 2º A suplementação de que trata o Art. 1º, ocorre por conta do convênio termo de compromisso PAC204799/2013, celebrado entre o município de Cocal do Sul e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - âmbito PAC 2.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de outubro de 2013.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Decreto SAF/Nº. 507/13**

DECRETO SAF/Nº. 507/13, de 18 de outubro de 2013.  
ALTERA ART. 4º. DO DECRETO SAF/Nº. 333/13, DE 23 DE ABRIL DE 2013, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE AOS AGENTES COMUNITÁRIOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica altera redação do art. 4º. do Decreto SAF/Nº. 333/13, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Pela execução das atividades previstas no art. 1º, do Decreto SAF/Nº. 333/13, de 23 de abril de 2013, o agente comunitário receberá o valor de R\$ 1,65(um real e sessenta e cinco centavos) por notificação ou intimação exitosa ou positiva”.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de outubro de 2013.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLÉDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Aviso Concorrência Nº 06/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 06/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 83/2013 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Concorrência Pública nº. 06/2013, que objetiva a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Público, para fins de instalação de indústrias neste município, (02) dois terrenos urbanos, localizados na área industrial II, com a área de 3.000,00m² cada, constituído dos lotes 12 e 13 da quadra “D”. A documentação de habilitação e proposta será recebida até as 13:45 horas do dia 26 de novembro de 2013 e a abertura da sessão será as 14:00 horas do mesmo dia. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 22 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### **Aviso Tomada de Preços Nº 05/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 82/2013 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Tomada de Preços nº. 05/2013, que objetiva a construção da cobertura de uma quadra poliesportiva, para a escola de ensino fundamental Demétrio Bettiol, no município de Cocal do Sul, conforme termo de compromisso PAC204799/2013 aprovado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A documentação de habilitação e proposta de preço será recebida até as 09:00 horas do dia 08 de novembro de 2013 e a abertura da documentação de habilitação será as 09:10 horas do mesmo dia. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas pelo site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 22 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal.

### **Audiência Pública - Apresentação da Lei Orçamentaria Anual Para 2014**

AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E OS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 10:00



HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL. NA OPORTUNIDADE ESTARÁ SENDO APRESENTADA E DISCUTIDA A FORMA DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014.

COCAL DO SUL, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 21 de outubro de 2013, Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para consultas especializadas de Alta Complexidade, exames de alto custo e cirurgia eletivas, a favor de CESS - Centro Especializado de Serviços de Saúde, no valor de R\$ 13.980,00 (treze mil, novecentos e oitenta reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Decreto N. 654/2013

DECRETO Nº 654/2013, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. JANETE P. BERGAMIN, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Decreto N. 655/2013

DECRETO Nº655/2013, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. FERNANDO MORELATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Decreto N. 656/2013

DECRETO Nº 656/2013, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. IDINEI SALLES, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Decreto N. 657/2013

DECRETO Nº 657/2013, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. SYDIANE MARIA DEBASTIANE ZAMIANI ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Decreto N. 658/2013**

DECRETO Nº658/2013, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder à Servidor Municipal, Sr. JOÃO DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, lotado na Secretaria municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período de 24/09/2012 à 23/09/2013, que serão gozadas no período de 24/10/2013 à 22/11/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JOÃO DO ROSÁRIO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 659/2013**

DECRETO Nº659/2013, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. JAIR BORSOI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período de 17/01/2012 à 16/01/2013, que serão gozadas no período de 29/10/2013 à 17/11/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JAIR BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 660/2013**

DECRETO Nº660/2013, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. MARIA TERESINHA LUZA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período de 01/02/2011 à 31/01/2012, que serão gozadas no período de 29/10/2013 à 12/11/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARIA T. LUZA Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 661/2013**

DECRETO Nº661/2013, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, 40 horas, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período de 08/02/2012 à 07/02/2013, que serão gozadas no período de 29/10/2013 à 27/11/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

TAISA BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

### **Decreto N. 662/2013**

DECRETO Nº662/2013, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

“REVOGA DECRETO Nº 447/2013 QUE INSTITUI EXCEPCIONALMENTE TURNO ÚNICO À SERVIDORES MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 447/2013 de 13 de junho de 2013 que institui, horário especial, aos Servidores Municipal, Sr<sup>as</sup>. LOURDES MARIA LANZARIN FÁVERO, TAÍSA BORSOI E TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, das 12 às 18 horas, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, retornando ao horário normal compreendido das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas, a partir de 29 de outubro de 2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Editais de Notificação de Recebimento de Recursos Transporte Escolar/ Outubro.2013**

Editais de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino médio

Município de Cordilheira Alta

Editais de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 8ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Médio, no valor de R\$ 14.774,22 (Quatorze mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos).

Cordilheira Alta SC, 22 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Editais de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta

Editais de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 8ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental, no valor

de R\$ 5.162,78 (cinco mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Cordilheira Alta SC, 22 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## **Coronel Freitas**

### **PREFEITURA**

### **Decreto N. 6.563**

DECRETO Nº. 6.563, 28 de agosto de 2013.

ESTABELECE LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Considerando - o falecimento do Sr. Jandir Braz Favaretto, Secretário Municipal de Educação no período de 02/01/2005 a 31/12/2008 e Diretor da Escola Estadual Profª Délia Régis;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica estabelecido luto oficial em todas as repartições públicas do Município de Coronel Freitas, pelo período de três dias consecutivos, pelo falecimento do ex-secretário de educação Sr. Jandir Braz Favaretto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.948**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.948, 22 de agosto de 2013.

Institui o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS, do município de Coronel Freitas, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS, do município de Coronel Freitas, nos termos do anexo único, sendo destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos, para o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos no Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 2º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta

de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.949**

LEI MLEI MUNICIPAL Nº. 1.949, 22 de agosto de 2013.

FIXA VALOR DE TARIFA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS POR TAXI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica fixado o valor para exploração do serviço de transporte de pessoas, categoria táxi, com as seguintes tarifas:

I - Bandeira 01 = R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos);

II - Bandeira 02 = R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos);

III - KM rodado - Bandeira 01 = R\$ 2,00 (dois reais);

IV - KM rodado - Bandeira 02 = R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

V - Hora parada R\$ 12,00 (doze reais);

VI - Bandeira Inicial R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

UNICIPAL Nº. 1.949, 22 de agosto de 2013.

FIXA VALOR DE TARIFA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS POR TAXI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica fixado o valor para exploração do serviço de transporte de pessoas, categoria táxi, com as seguintes tarifas:

I - Bandeira 01 = R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos);

II - Bandeira 02 = R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos);

III - KM rodado - Bandeira 01 = R\$ 2,00 (dois reais);

IV - KM rodado - Bandeira 02 = R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

V - Hora parada R\$ 12,00 (doze reais);

VI - Bandeira Inicial R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.950**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.950, 11 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 508.510,00 (quinhentos e oito mil e quinhentos e dez reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 14.500,00

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.005 - Manutenção do Ensino Infantil

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - R\$ 100.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.012 - Administrativo da Educação

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos

R\$ 350.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.029 - Manutenção e assistência ao Produtor Rural

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 4.510,00

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0027 - Conselho Tutelar

Ação: 2.091 - Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 24.500,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 02.01 - Chefia do Gabinete

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0002 - Gestão Administrativa Superior

Ação: 2.002 - Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 60.000,00

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 4.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 1.031 - Construção de Campo de Futebol na Sede

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 1.032 - Construção de Pista de Motocross e Bicicross

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 1.034 - Construir Trilha Ecológica e Área de Preservação

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0009 - Abrigo para Passageiros

Ação: 1.038 - Construção de Abrigo para Passageiros

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 8.720,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 8.720,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 28.000,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção e Talento

Ação: 2.021 - Manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 8.000,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 25.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 1.029 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 30.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0014 - Pavimentação Rural e Iluminação Pública

Ação: 1.062 - Calçamento em Comunidade do Interior

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 22.600,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana

Programa: 0015 - Urbanização da Cidade

Ação: 1.073 - Construção de Ponte Sobre o Rio Taquaruçú na Rua Iguaçu

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0015 - Urbanização da Cidade





Ação: 1.075 - Aquisição de Caminhão Tanque para Combate Incêndio  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbano  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.081 - Construção de Passarelas  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.020,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbano  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.083 - Construção de Passeio Público Padronizado  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 121 - Planejamento e Orçamento  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.084 - Rever, Atualizar e Readequar o Plano Diretor  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.088 - Aquisição de Terreno para o Lixo Verde  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.121 - Construir Rótulas nas Esquinas da Avenida  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
 Função: 26 - Transportes  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais  
 Ação: 2.043 - Manutenção, Abertura, Conservação e Recuperação de Estradas  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 96.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 2.046 - Programas de Conservação e Recuperação dos Ambientes Urbanos e naturais  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbano  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 2.050 - Desenvolver Campanha Junto aos Moradores "Adote um Canteiro"  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
 Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública  
 Ação: 2.052 - Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 24.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa: 0010 - Agricultura  
 Ação: 1.048 - Implantação do Horto Florestal  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.052 - Abertura de Poços Artesianos e Distribuição de Água  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 15.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.054 - Implantação de Sistemas para Coleta, Tratamento e Distribuição de Água do Rio Chapecó  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 25.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.120 - Aquisição de Áreas com Mananciais, com a Finalidade de captar, tratar e Construir Reservatórios  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00



Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.02 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 18 - Gestão Ambiental  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0032 - Meio Ambiente  
 Ação: 1.123 - Implantação e Manutenção do Conselho Municipal do Meio Ambiente  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais  
 Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 692 - Comercialização  
 Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuario  
 Ação: 2.038 - Apoio ao Associativismo e Cooperativismo  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.02 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 18 - Gestão Ambiental  
 Sub-função: 543 - Recuperação de Áreas Degradadas  
 Programa: 0032 - Meio Ambiente  
 Ação: 2.110 - Recuperação da Área do antigo Lixão  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
 Unidade: 13.01 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 22 - Industria  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0033 - Preservar, Recuperar e Melhorar a Qualidade de Vida  
 Ação: 2.114 - Manutenção do Departamento do meio Ambiente  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
 Unidade: 13.01 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 22 - Industria  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0033 - Preservar, Recuperar e Melhorar a Qualidade de Vida  
 Ação: 2.115 - Dispor de um Pavilhão para o Armazenamento de Produtos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 5.450,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
 Unidade: 13.01 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 22 - Industria  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0033 - Preservar, Recuperar e Melhorar a Qualidade de Vida  
 Ação: 2.118 - Construção de Sistemas de captação de Água da Chuva, Cisternas Edifícios Públicos Municipais  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$

1.000,00

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social  
 Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social  
 Função: 08 - Assistência Social  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0023 - Proteção Social Básica  
 Ação: 2.071 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 48.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2013.  
 MAURI JOSÉ ZUCCO  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
 Secretária de Administração e Finanças.

### Lei Municipal N. 1.951

LEI MUNICIPAL Nº. 1.951, 23 de setembro de 2013.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO AO LIONS CLUBE DE CORONEL FREITAS, PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção ao LIONS CLUBE de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 83.610.113/0001-36, sediado na cidade de Coronel Freitas, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Único - A subvenção prevista no art. 1º desta Lei, destina-se a cooperação financeira do Poder Público para dar suporte as despesas da XXX Festa do Leitão, que se realizará no dia 28 de setembro de 2013.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.  
 MAURI JOSÉ ZUCCO  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
 Secretária de Administração e Finanças.

**Lei Municipal N. 1.952**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.952, 23 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNAP.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência médica dos servidores municipais - FUNAP, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.00 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Unidade: 08.01 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 030 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Ação: 2.095 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 100.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Lei Municipal N. 1.953**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.953, 23 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial suplementar no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programas: 00005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Programa: 1.015 - Aquisição de Terrenos, Veículos e Equipamentos para a Educação

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.58 - Salário Educação - R\$ 35.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.58 - Salário Educação.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Lei Municipal N. 1.954**

LEI MUNICIPAL Nº 1.954, 23 de setembro de 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por movimentação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04- Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003- Manutenção das Atividades de Administração do Município

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00.

Para elemento: 3.3.93.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Lei Municipal N. 1.955**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.955, 01 de outubro de 2013.

Dispõe sobre diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, motoristas de veículos da saúde, Secretários e Demais Servidores Municipais.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas

Art. 2º. A diária será concedida quando do deslocamento temporário, para fora do território municipal, em objeto de serviço, diárias, para custear as despesas de alimentação e hospedagem, considerando-se como diária integral o período de afastamento superior a 12 (doze) horas, e como meia diária o período de afastamento entre 06 (seis) e 12 (doze) horas.

§ 1º. A diária será concedida quando o deslocamento for superior à 100 Km.

Art. 3º. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:

- I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;
- II - justificativa do deslocamento;
- III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º. A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais ou previstas na legislação própria do ente.

§ 2º. Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º. O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 4º. As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 4º. Valores das diárias:

Cargos	Capitais de Estado, cidades do interior e outras localidades	Capital Federal e Exterior
Prefeito e Vice-Prefeito	500,00	700,00
Motoristas de Veículos da Saúde	200,00	300,00
Secretários Municipais e Demais Servidores	300,00	450,00

§ 1º. Os valores previstos das diárias serão reajustados anualmente pela Unidade de Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

§ 2º. Será facultado o ressarcimento pelos comprovantes de despesa efetivamente realizada pelo servidor.

Art. 5º. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas em formulário próprio contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação: nome, matrícula, cargo, emprego ou função do

agente;

II - deslocamento: data e hora de saída do local de origem e de chegada ao local de destino;

III - meio de transporte utilizado;

IV - descrição sucinta do objetivo da viagem;

V - número de diárias e o montante creditado.

Art. 6º. A prestação de contas de recursos concedidos a título de diárias, para comprovação da efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, será instruída com os seguintes documentos:

I - Comprovantes do deslocamento:

- a) Ordem de Tráfego e Autorização para Uso de Veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque em se tratando de transporte aéreo.

II - Comprovantes da estada no local de destino:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota fiscal de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - Comprovantes do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;
- b) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar inspeção, auditoria e similares;
- c) declaração de agente público quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
- d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento, atividades de capacitação ou formação profissional;
- e) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º. O beneficiário é obrigado a restituir integralmente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º. No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pelo concedente.

Art. 7º. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno.

Art. 8º. Constatada a ausência da prestação de contas será adotadas as providências administrativas visando regularizar a situação.

Parágrafo único - Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

Art. 9º. Os processos de prestação de contas de que trata esta Instrução Normativa poderão, a critério do Tribunal, ser remetidos por meio informatizado.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do art. 49 e seus incisos da Lei 1.241/2001 e Lei 1.856/2012.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.956**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.956, 09 de outubro de 2013.  
Autoriza o Município a Receber Através de Doação Área para Rua Pública em Parte da Chácara N. 32.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Coronel Freitas a aceitar através de doação de área para acréscimo de largura da Rua N. 03, utilizando parte do chácara N. 32, da matrícula 30.865, de área doada por Leonir Rafaeli, com área de 1.067,87m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Norte com parte do mesma chácara N. 32, em 266,30m; Sul, com parte da mesma chácara N. 32, em 264,30m; Leste com parte das chácaras N. 38 e 39, em 4,00m, Oeste, com parte da chácara N. 32, em curva com 5,83m, conforme memorial descritivo e anexo único.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.957**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.957, 16 de outubro de 2013.  
Dá Nova redação ao "caput" do artigo 11, da Lei Municipal N. 1.497/2006, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O "caput" do artigo 11 da Lei Municipal 1.497/2006, passa a vigorar com nova redação:

"Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social como unidade orçamentária".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.958**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.958, 16 de outubro de 2013.  
Dá Nova redação ao "caput" do artigo 1º da Lei Municipal N. 1.602/2008, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O "caput" do artigo 1º. da Lei Municipal 1.602/2008, passa a vigorar com nova redação:

"Art. 1º. Esta lei institui o Fundo Rotativo Habitacional - FRH como unidade orçamentária do Município de Coronel Freitas, e o Conselho Municipal de Habitação".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Lei Municipal N. 1.959**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.959, 17 de outubro de 2013.  
ALTERA O ANEXO 03 DA LEI MUNICIPAL N. 1.390/2004 QUE DISPÕE SOBRE PARAMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DA SEDE MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica alterado o ANEXO 03 - (mapa 30) Parâmetros de ocupação do Solo Urbano, da Lei 1.390/2004, o qual passa a vigorar conforme prevê o Anexo A.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal



Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.561**

DECRETO Nº. 6.561, 27 de agosto de 2013.  
DISPDECRETO Nº. 6.561, 27 de agosto de 2013.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Itamar Malagutti, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO N. 6.562**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Itamar Malagutti, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.562**

DECRETO Nº. 6.562, 27 de agosto de 2013.  
CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária.

Art. 2º. São atribuição da Comissão Municipal:

- a) Será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessária a sensibilização e informação dos munícipes;
- b) Levantamento e indicação a credenciada de áreas passíveis de regularização fundiárias;
- c) Formação gratuita a credenciada de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico de áreas que poderão ou que serão objeto do trabalho de regularização;
- d) Acompanhamento de articulação, mobilização, acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária no município.

Art. 3º. Ficam designados os seguintes servidores para compor esta Comissão Municipal: Luiz Carlos Oss, Nilvo José Bagio, Joraci Pagnussat.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.564**

DECRETO Nº. 6.564, 28 de agosto de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 01/2013 - Convite N. 01/2013 - FMH, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Planacel terraplenagem Coronel Ltda, no valor de R\$ 12.375,00 (doze mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.565**

DECRETO Nº. 6.565, 28 de agosto de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 74/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 74/2013 - Convite N. 27/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Azevedo Projeto e Construção Ltda-Me, no valor de R\$ 118.094,12 (cento e dezoito mil, noventa e quatro reais e doze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.566**

DECRETO Nº. 6.566, 29 de agosto de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 78/2013 - Convite N. 24/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda, no valor de R\$ 25.062,03 (vinte e cinco mil, sessenta e dois reais e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de agosto de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.567**

DECRETO Nº. 6.567, 30 de agosto de 2013.

REORGANIZA POR SECRETARIAS, MAQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente com a Lei Orgânica do município.

**D E C R E T A**

Art. 1º. As máquinas, veículos e equipamentos da municipalidade ficam organizados por secretarias, conforme segue:

Relação de veículos e máquinas:

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:

	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
	Vw/parati 1.6 track e Field 04 portas flex	Mbk0812	2006	Mauri José Zucco e Cesar Luis Martinelli
Total de veículos/máquinas na secretaria				01

Secretaria de Administração e Finanças:

	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
Total de veículos/máquinas na secretaria				

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
	Ônibus Iveco Cityclass 70C17	MKW 6726	2012	Alcimir Silveira, Jair A. Cavalli
	Ônibus Marco- polo Volare A6 Escolar	MDV 9921	2004	Alcimir da Sil- veira, Claudir Dal Piva, Jair Cavalli, Clemil- son Salvador



	Ônibus VW 15.190 EOD EHD ORE	MJT 4076	2012	Alcemir da Silveira, Clemilson Salvador, Jair A. Cavalli
	Ônibus VW 15.190 EOD Escolare HD.Ore	MKY 9634	2013	Alcemir da Silveira, Clemilson Salvador, Jair A. Cavalli
	Ônibus Mer- cedes bens OF 1318 em desuso	BWU 5154	1992	Alcemir da Silveira, Clemilson Salvador, Jair A. Cavalli
	VW Kombi	MFV 2452	2005	Alcemir da Silveira, Clemilson Salvador, Jair A. Cavalli, Claudir Dal Piva
	Motocicleta Honda CG 125 FAN	MHD 1922	2007	Alcemir da Silveira
	Automóvel Logan Renault Logan Exp 16	MJN 1839	2010	Alcemir da Silveira, Clemilson Sal- vador, Jair A. Cavalli, Claudir Dal Piva, Claci Mazetto, Sandra Veloso, Simone Zuffo, Naieli Perin
Total de veículos/máquinas na secretaria				08

## Secretaria de Saúde:

	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
	Fiat Uno	MKP 2829	2011	Antonio Mar- cos De Cezaro e Outros
	Fiat Uno	MCJ 7992	2001	Rafael dal Cor- tivo e Outros
	Fiat Palio Weekend	MFI 6505	2010	Zelindo matiasso e Outros
	Fiat Uno	MJE 0846	2012	Cleomar Pagnussat e Outros
	Renault Master	MKL 6123	2012	Sedimar Cella, Nelson Dalla- gasperina, Milton Taglian
	Fiat Ducato	MDD 4644	2006	Milton Taglian, Sedimar Cella, Nelson Dalla- gasperina
	Peugeot Boxer	MGI 5980	2006	Rafael Dal Cortivo, Anto- nio Marcos de Cezaro

	Agrale Volare (micro ônibus)	MLX 8869	2011	José Mohr Rafael Dar Cortivo, Antonio M. De Cezaro
	Honda Moto CG 125	MCQ 8659	2002	Cleomar Pag- nussat, Alan Favareto
	Fiat Uno	MGV 9494	2010	Joraci Pagnus- sat e Outros
Total de veículos/máquinas na secretaria				10

## Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos: (Serviços urbanos)

Cod	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
2	Caminhão Mercedes Benz 1318	LZS 0501	1986	Jonatan Mon- tagna, Valmir Schabat
5	Caminhões Mercedes Bens 1313	MAI 9075	1986	Jacques neckel
6	VW Caminhão Munk	MAP 7796	1985	Jacques Neckel
20	Case Retro Escavadeira 4X4		2000	Paulo Garcia
32	Ford F-4000 Basculante	LXA 2389	1982	Paulo Garcia
35	Ford Pick-up Curie	MBB 1861	2000	Junior Batisti
44	Madal Guindaste Hidraulico MD 11504		1999	Jacques Neckel
49	Husqvarna Motossera 236E-16PR3/8		2013	Domingos Klassmann
56	Mepel Dis- tribuidor de adubo organico		2013	Junior Batisti
59	Fiat Uno Mille Fire	5101	2002	Junior Batisti
69	Husqvarna Roçadeira 143R-II		2009	Assis Fagun- des
68	Husqvarna Roçadeira 143R-II		2009	Darci dos Santos
70	Sthil Roçadei- ra FS160		2008	Domingos Klassmann
62	Tanque 6000L Acoplado Caminhão 2			Jonatan Mon- tagna, Valmir Schabat
Total de veículos/máquinas na secretaria				14

## Secretaria de Agricultura:

Cod	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
1	Mercedes Bens Cami- nhão 1313	LZI 9572	1985	Valmir Scha- bat
8	Ford Ca- minhão Bascu- lante 4x4	MKE 8616	2002	Joelci Dalcor- tivo

9	VW Caminhão Choromeiro 180 CV	MBQ 1987	2000	Alcimar Zucco
15	Ford Trator de Pneu 50X30 4x4 4C		1997	Valmir Luiz Schabat
19	Rondon Re- troescavadeira RD 4X4		2012	André Piaia
17	Jonh Deere Trator de Pneu 5600 4X4 SLC		1998	
29	Mepel Tanque Imacrel 3000L		2000	
8	Fiat Uno	MIF 4779	2010	Valdecir José Giachini
53	Peugeot Boxer Jaedi Turbo	MJB 4279	2006	Amarildo Magri
60	Tanque 6000L Acoplado Caminhão 9			Alcimar Zucco
61	Tanque 6000L Acoplado Caminhão 1			Valmir Luiz Schabat
65	Doosan Escavadeira Hidraulica DX 140LC		2013	Roberto Ma- rafon
Total de veículos/máquinas na secretaria				12

## Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos: (DMER)

Cod	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
3	VW Caminhão Basc. Worker 24-220	MDP 4325	2007	Claudionei Petrolli
4	VW Caminhão Basc. Worker 24-220	MDR 1445	2007	Jonatan Mon- tagna
7	Ford Cami- nhão Basc. Traçado 24- 220	MDC 6372	2002	Ivanir de Castro
16	Jonh Deere Trator de Pneu 5600 4X4		1998	Valmir Luiz Schabat
18	Bomg Fayat Rolo compac- tador c/motor		2012	Vilmar Zucco
21	Rondon Re- troescavadeira RK406 4X4		2002	David Piaia
22	Caterpillar Motonivelado- ra 21		1987	Fernando Stuani
23	Volvo Moto- niveladora Champion série 2		1999	Fernando Stuani
24	Komatsu Mo- toniveladora GD 555		2012	Ivo S. Cardoso Pendon
25	New Hollando Escavadeira Hidraulica 135B		2010	Acelmo Zucco

26	Michigam Carregadeira 45C		1994	David Luiz Piaia
27	Britador Aco- plado a Trator			David Luiz Piaia
28	Britador Motor Estacionario			
31	Ford F-2000	LZZ 0906	1980	
34	GM Pick-up Corsa	MBM 5934	2002	Roque Zanon
46	CMV Rolo Compactador Acoplado CRV 15L		1999	Vilmar Zucco
63	Caterpillar Tra- tor de esteira D4		1995	
64	Fiat Unoflex	MJD 6932	2010	Roque Zanon
Total de veículos/máquinas na secretaria				18

## Secretaria de Assistência Social:

	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
	Fiat Uno Mille Way Eron	MIT 4899	2011	Jaime Fava- retto, Valdir Feijó, Dirceu R. da Costa
	VW Kombi Lotação	MCJ 9568	2002	Dirceu R. da Costa, Jaime Favaretto
	Celta – Conse- lho Tutelar	MFX 4160		Neudi José Petter
Total de veículos/máquinas na secretaria				03

## Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

	MARCA/TIPO	PLACA	ANO	CONDUTOR
01	VW Gol Special 1.0 2 portas	MBQ 8174	2002	Nilvo
Total de veículos/máquinas na secretaria				01

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.568**

DECRETO Nº. 6.568, 30 de agosto de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº

8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 69/2013 - Pregão Presencial N. 20/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Britter Rodovias Ltda, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.569**

DECRETO Nº. 6.569, 02 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica nomeado João Deoclésio Neckel, para o cargo de motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 7, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.570**

DECRETO Nº. 6.570, 03 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 16 e

seus incisos da Lei Municipal nº 1.245/01, de 21/12/01;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica concedida Progressão por mérito dos cursos de aperfeiçoamento realizados pelos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao período aquisitivo de 2011.

Parágrafo Único - Os servidores municipais abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 1º. passarão a receber o percentual de 1% (um por cento).

Adriane Johann Mascarello, Arceli Ninow Bollis, Bernardo Ibagy Pacheco, Camar Fátima Valandro Tofoli, Claudete Mascarello Petter, Dulce Lucia brisot, Eli Guaragni Daloma, Eliane Bee Farias Bento, Elizet M. Bombassaro Pederseti, Gislani L. Bonetti Lanfredi, Guiomar Alberto Silvestrin, Idiana Maria Milani, Iglaci Carmen Palharini, Iraci Salete Milan, Iracy T. martelli Miorando, Ivone Salete Zanatta, Ivonete Sordi, Jandineia Tecchio Martinelli, Joraci Pagnussat, José Mohr, Juvilete Maria Wigikoski Trentin, Kátia pitt, Lenise Nespolo, Leonice Pasinato Michele, Leonir Rafaeli, Lucy Maria Vicentini da Silva, Luci Rosa Zoldan Pagnussat, Magali Teresinha Battistella, Márcia Matilde Ferreira, Margaret Teresinha Ciarini Grando, Mari Lucia O. Zanardi, Maria F. Velasco, Maristela Luiza bernieri Favaretto, Maristela Lunardi Daniel, Marivone Ângela Zortea Flores, Milton Taglian, Miriam Serraglio Dallagasperina, Nair Tereza Pagnoncelli, Nelcy Teresinha Martelli, Noemi Begnini, Paulo César Strada, Pedro Ariberto Martelli, Rakele Cavazotto Cavalli, Rosecleia Forte Smaniotto, Sedimar Antonio Cella, Silvana Fátima Gollo Favaretto, Silvana Teresinha Bernieri, Simone Guerre Tosetto, Solange R. C. Peretti, Tania Márcia Rees, Teresinha A. G. Conrado, Valdecir Gollo, Vanerlei Ceccato, Vanuza Janete Moura dos Santos.

Art. 2º. Fica concedida Progressão por mérito dos cursos de aperfeiçoamento realizados pelos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao período aquisitivo de 2012.

Parágrafo Único - Os servidores municipais abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 2º. passarão a receber o percentual de 1% (um por cento).

Adriane Johann Mascarello, Alcmir da Silveira, Aselmo José Zucco, Bernardo Ibagy Pacheco, Camar Fátima Valandro Tofoli, Carla Markwardt Fernandes, Claudete Mascarello Petter, Claudinei José Petrolí, Cleusa de Moura, Davi Luiz Piaia, Denise Cenci, Domingos C. Klassmann, Edson Luis Regoso, Eli Guaragni Daloma, Eliane Bee Farias Bento, Elizet M. Bombassaro Pederseti, Fernanda R. S. Tozetto, Gislani L. Bonetti Lanfredi, Idiana Maria Milani, Iglaci Carmen Palharini, Iraci Salete Milan, Iracy T. martelli Miorando, Ivo S. Cardoso Pendon, Ivone Salete Zanatta, Jandineia tecchio Martinelli, Janete A. P. dos Santos Pinheiro, Janete M. Bernardi Zilli, Joelci José Dalcortivo, José Mohr, Josiel de Lima Amaro, Juvilete Maria Wigikoski Trentin, Kátia Pitt, Lediane C. Martarello Giachini, Ledovino Piasseta, Lenise Nespolo, Leonice Pasinato Michele, Lucy Maria Vicentini da Silva, Luci Rosa Zoldan Pagnussat, Magali Teresinha Battistella, Márcia Matilde Ferreira, Margaret Teresinha Ciarini Grando, Mari Lucia O. Zanardi, Maria Grando Bernardi, Marines Costa Martelli, Maristela Luiza bernieri Favaretto, Maristela Lunardi Daniel, Marivone Ângela Zortea Flores, Miriam S. Dallagasperina, Nadir Valdir Klassmann, Nelcy Teresinha Martelli, Noeli Pompelli, Noemi Begnini, Paulo César Strada, Pedro Ariberto Martelli, Rakele Cavazotto Cavalli, Rosecleia Forte Smaniotto, Rosileida A. Tavares, Sidney Gerson Rosalen, Silvana Fátima Gollo Favaretto, Silvana Teresinha Bernieri, Simone Guerre Tosetto, Solange R. C. Peretti, Tania Márcia Rees, Valdecir Gollo, Vanderlei Bourscheidt, Vanerlei Ceccato, Vanuza Janete Moura dos Santos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.571**

DECRETO Nº. 6.571, 05 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada Cassiane Ficagna, para o cargo de técnico em administração, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 14, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.572**

DECRETO Nº. 6.572, 05 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 64/2013 - Concorrência N. 02/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Britter Rodovias Ltda, no valor de R\$ 1.379.740,13 (um milhão, trezentos e

setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e treze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.573**

DECRETO Nº. 6.573, 05 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 77/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 77/2013 - Convite N. 28/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Jonathan Ribeiro Escobar, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.574**

DECRETO Nº. 6.574, 06 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 19/2013 - Pregão Presencial N. 07/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Christopher Gallotti Vieira, no valor de R\$ 11.520,00 (onze mil, quinhentos



e vinte reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.575**

DECRETO Nº. 6.575, 09 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Rodrigo Gilberto Anzollin, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.575, 09 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Rodrigo Gilberto Anzollin, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação

deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.575, 09 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Rodrigo Gilberto Anzollin, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.576**

DECRETO Nº. 6.576, 09 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Mauro Cezar Zanella, para o cargo de operador de máquinas I, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 7, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

ETO Nº. 6.576, 09 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Mauro Cezar Zanella, para o cargo de operador de máquinas I, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 7, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.577**

DECRETO Nº. 6.577, 11 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.950/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 508.510,00 (quinhentos e oito mil e quinhentos e dez reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 14.500,00

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.005 - Manutenção do Ensino Infantil

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - R\$ 100.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.012 - Administrativo da Educação

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 350.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.029 - Manutenção e assistência ao Produtor Rural

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 4.510,00

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0027 - Conselho Tutelar

Ação: 2.091 - Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 24.500,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 02.01 - Chefia do Gabinete

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0002 - Gestão Administrativa Superior

Ação: 2.002 - Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 60.000,00

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 4.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer



Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 1.031 - Construção de Campo de Futebol na Sede  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 1.032 - Construção de Pista de Motocross e Bicicross  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 1.034 - Construir Trilha Ecológica e Área de Preservação  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.05 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0009 - Abrigo para Passageiros  
 Ação: 1.038 - Construção de Abrigo para Passageiros  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 8.720,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 8.720,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 28.000,00  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
 Função: 13 - Cultura  
 Sub-função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção e Talento  
 Ação: 2.021 - Manutenção do Departamento de Cultura  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 8.000,00  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 25.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 1.029 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$

10.000,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos R\$ 30.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
 Função: 26 - Transporte  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0014 - Pavimentação Rural e Iluminação Pública  
 Ação: 1.062 - Calçamento em Comunidade do Interior  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 22.600,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.073 - Construção de Ponte Sobre o Rio Taquaruçú na Rua Iguaçu  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.075 - Aquisição de Caminhão Tanque para Combate Incêndio  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbano  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.081 - Construção de Passarelas  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.020,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbano  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.083 - Construção de Passeio Público Padronizado  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 121 - Planejamento e Orçamento  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.084 - Rever, Atualizar e Readequar o Plano Diretor  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.088 - Aquisição de Terreno para o Lixo Verde  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.121 - Construir Rótulas nas Esquinas da Avenida  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
 Função: 26 - Transportes  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais  
 Ação: 2.043 - Manutenção, Abertura, Conservação e Recuperação de Estradas  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 96.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa: 0015 - Urbanização da Cidade  
 Ação: 2.046 - Programas de Conservação e Recuperação dos Ambientes Urbanos e naturais  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbano  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 2.050 - Desenvolver Campanha Junto aos Moradores "Adote um Canteiro"  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
 Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública  
 Ação: 2.052 - Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 24.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa: 0010 - Agricultura  
 Ação: 1.048 - Implantação do Horto Florestal  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$

1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.052 - Abertura de Poços Artesianos e Distribuição de Água  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 15.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.054 - Implantação de Sistemas para Coleta, Tratamento e Distribuição de Água do Rio Chapecó  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 25.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.120 - Aquisição de Áreas com Mananciais, com a Finalidade de captar, tratar e Construir Reservatórios  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.02 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 18 - Gestão Ambiental  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0032 - Meio Ambiente  
 Ação: 1.123 - Implantação e Manutenção do Conselho Municipal do Meio Ambiente  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais  
 Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 692 - Comercialização  
 Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário  
 Ação: 2.038 - Apoio ao Associativismo e Cooperativismo  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.02 - Departamento de Meio Ambiente  
 Função: 18 - Gestão Ambiental  
 Sub-função: 543 - Recuperação de Áreas Degradadas  
 Programa: 0032 - Meio Ambiente  
 Ação: 2.110 - Recuperação da Área do antigo Lixão  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 13.01 - Departamento de Meio Ambiente  
Função: 22 - Industria  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0033 - Preservar, Recuperar e Melhorar a Qualidade de Vida  
Ação: 2.114 - Manutenção do Departamento do meio Ambiente  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 13.01 - Departamento de Meio Ambiente  
Função: 22 - Industria  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0033 - Preservar, Recuperar e Melhorar a Qualidade de Vida  
Ação: 2.115 - Dispor de um Pavilhão para o Armazenamento de Produtos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 5.450,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 13.01 - Departamento de Meio Ambiente  
Função: 22 - Industria  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0033 - Preservar, Recuperar e Melhorar a Qualidade de Vida  
Ação: 2.118 - Construção de Sistemas de captação de Água da Chuva, Cisternas Edifícios Públicos Municipais  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 1.000,00

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social  
Função: 08 - Assistência Social  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0023 - Proteção Social Básica  
Ação: 2.071 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários - R\$ 48.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.578**

DECRETO Nº. 6.578, 13 de setembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 73/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 73/2013 - Tomada de Preços N. 06/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Sérgio Conrado Casasola & Cia Ltda, no valor de R\$ 106.434,25 (cento e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.579**

DECRETO Nº. 6.579, 13 de setembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 75/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 75/2013 - Tomada de Preços N. 07/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Tecnologia em Telecomunicações Ltda, no valor de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.580**

DECRETO Nº. 6.580, 18 de setembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 08/2013 - Pregão Presencial N. 05/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Andra-de Esportes Ltda, com o item 21, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais); José Paulo Bitencourt Me, com o item 11, no valor de R\$ 166,50 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos); Kaliduk Comercial Ltda, EPP, com o item 1, 2, 12, 15, 17, 24, 28, no valor de R\$ 1.409,50 (mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos); MB Catarinense Ltda, ME, com os itens 14, 20, 25 a 27, no valor de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais); Patrícia M. Muller Me, com os itens 3, 4, 7, 9, 10, 22, 23, 29, no valor de R\$ 1.785,10 (mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos); Telecopy Equipamentos Ltda, com os itens 13, 16, 18, 19, 30, no valor de R\$ 961,47 (novecentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de setembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.581**

DECRETO Nº. 6.581, 19 de setembro de 2013.

DISPÕE SDECRETO Nº. 6.581, 19 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica nomeado Claudinei Savaris, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de setembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**OBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital Nº. 001/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica nomeado Claudinei Savaris, para o cargo de operador de máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 8, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal Nº. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de setembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.582**

DECRETO Nº. 6.582, 20 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE - DECRETO Nº. 6.582, 20 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro em 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05 Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programas: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.000000000000.01.01 - Receitas de Imposto e de Transferência de Impostos R\$ 40.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.



Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

TE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro em 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05 Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programas: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Imposto e de Transferência de Impostos R\$ 40.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.583**

DECRETO Nº. 6.583, 23 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.953/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial suplementar no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013,

no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programas: 00005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Programa: 1.015 - Aquisição de Terrenos, Veículos e Equipamentos para a Educação

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.58 - Salário Educação - R\$ 35.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.58 - Salário Educação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto N. 6.584**

DECRETO Nº 6.584, 23 de setembro de 2013.

ABRE CRDECRETO Nº 6.584, 23 de setembro de 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.954/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por movimentação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04- Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003- Manutenção das Atividades de Administração do Município

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00.

Para elemento: 3.3.93.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**ÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.954/2013.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por movimentação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04- Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003- Manutenção das Atividades de Administração do Município

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00.

Para elemento: 3.3.93.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.585**

DECRETO Nº. 6.585, 23 de setembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNAP.**

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.952/2013.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência médica dos servidores municipais - FUNAP, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.00 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Unidade: 08.01 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 030 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Ação: 2.095 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 100.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto N. 6.586**

DECRETO Nº. 6.586, 26 de setembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.**

DECRETO Nº. 6.586, 26 de setembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica - nomeada Telma Claudia Vailatti, para o cargo de Diretora do Departamento de Saúde, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.399/2013.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica - nomeada Telma Claudia Vailatti, para o cargo de



Diretora do Departamento de Saúde, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.399/2013.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.587**

DECRETO Nº. 6.587, 30 de setembro de 2013.

DISPÕE DECRETO Nº. 6.587, 30 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012;  
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 05 - Departamento de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 305 - Alimentação e Nutrição  
Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
Ação: 2.008 - Manutenção da Merenda Escolar  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
R\$ 25.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 05 - Departamento de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 305 - Alimentação e Nutrição  
Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
Ação: 2.008 - Manutenção da Merenda Escolar  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
R\$ 25.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.588**

DECRETO Nº. 6.588, 30 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 81/2013 - Pregão Presencial N. 25/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Auto Mecânica Brugalli Ltda-Me, com o item 1, no valor de R\$ 59.760,00 (cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta reais); Gleidimar de Vargas-Me, com o item 2, no valor de R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.589**

DECRETO Nº. 6.589, 01 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 82/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 82/2013 - Pregão Presencial N. 26/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Atual Informática e Assistência Técnica Ltda-Me, com o item 14, no valor de R\$ 3.130,00 (três mil, cento e trinta reais); Francieli Haiduk Rigo Me, com o item 13, no valor de R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); J.P. Equipamentos Ltda-Me, com os itens 5, 11, no valor de R\$ 6.076,00 (seis mil e setenta e seis reais); MB Catarinense Ltda-Me, com os itens 6, 8, 10, 12, no valor de R\$ 3.201,90 (três mil, duzentos e um reais e noventa centavos); Odicris Comercio de Moveis Ltda, com o item 7, no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais); Peretti Eletro-Móveis Ltda-Me, com os itens 1, 2, 3, 4, 9, no valor de R\$ 4.774,10 (quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e dez centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.590**

DECRETO Nº. 6.590, 02 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 20/2013

- Tomada de Preços N. 01/2013-FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Construtora Construções Ltda-EPP, no valor de R\$ 15.993,17 (quinze mil, novecentos e noventa e três reais e dezessete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 02 DE OUTUBRO DE 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.591**

DECRETO Nº. 6.591, 04 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 80/2013 - Tomada de Preços N. 08/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Azevedo Projeto e Construção Ltda-Me, no valor de R\$ 305.708,87 (trezentos e cinco mil, setecentos e oito reais e oitenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.592**

DECRETO Nº. 6.592, 08 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 83/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 83/2013 - Convite N. 29/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Paulo Cesar Hubner, no valor de R\$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecientos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.593**

DECRETO Nº. 6.593, 11 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 85/2013 - Pregão Presencial N. 27/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 7.594,98 (sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.594**

DECRETO Nº. 6.594, 14 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 86/2013 - Pregão Presencial N. 28/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 4.190,00 (quatro mil, cento e noventa reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.595**

DECRETO Nº. 6.595, 14 de outubro de 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 28/10/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Considerando - O dia do funcionário público comemorado no dia 28 de outubro, conforme prevê o artigo 161 da Lei Municipal Nº. 1.241/2001.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais, no dia 28 de outubro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto N. 6.596**

DECRETO Nº. 6.596, 15 de outubro de 2013.

REVOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº. 8.666/93.

Considerando - que nenhum proponente apresentou proposta para o certame - prestação de serviços em gestão de Convênios;

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida a deserção no processo administrativo Nº. 84/2013 - modalidade Convite Nº. 30/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### Decreto N. 6.597

DECRETO Nº. 6.597, 18 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 88/2013 - Pregão Presencial N. 30/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Betha Sistemas Ltda, no valor de R\$ 271.494,00 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### Ata de Registro de Preços Nº 13/2013

ESTADO E SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços Nº 13/2013

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de Combustível

PROCESSO Nº 89/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

A presente ata tem por objeto o registro de preços de COMBUSTÍVEL das empresas, conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT	UNI	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNITÁRIO	CLASSIF.
1	60.000	LT	Gasolina Comum	Maxsul	2,65	1º

			Óleo Diesel Comum	Petrobrás	1,99	1º
2	200.000	LT	Óleo Diesel S-50	Petrobrás	2,17	1º
3	40.000	LT				

Coronel Freitas (SC), 21/10/2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

### Decreto Nº.194 de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº.194 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual 2010/2013, da LDO para 2013, Lei Orçamentária Anual nº. 588, de 08/11/2012, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Classificação	Descrição	Red.	Fonte	Valor R\$
3.3.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5	01.0002.0	15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no art. 1º fica anulado o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Classificação	Descrição	Red.	Fonte	Valor R\$
4.4.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	9	01.0002.0	15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete



# Correia Pinto

## CÂMARA MUNICIPAL

### Publicação Rerratificação - Processo 001/2013

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2013  
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

A Câmara Municipal de Vereadores de Correia Pinto, através do seu Presidente, Ângelo Irineu de Barros Lourenço, torna público, a todos os interessados em participar do referido certame, a RERRATIFICAÇÃO do Edital de Concorrência n.º 001/2013, do Processo Licitatório n.º 01/2013, em face alteração do edital nos itens 2.1 e 2.2, que passam a ter a seguinte redação: 2.1 - DO OBJETO - AQUISIÇÃO DE UM TERRENO URBANO COM ÁREA MÍNIMA DE 720,00 m² (setecentos e vinte metros quadrados), destinado a Construção da sede da Câmara de Vereadores, área central ou próxima desta, tendo como base de localização o Prédio do Paço Municipal, numa distância máxima deste de até 1.500m (hum mil e quinhentos metros), na cidade de Correia Pinto/SC. Deve ainda, estar livre de quaisquer ônus, devidamente inscrito no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca, conforme especificação, com a respectiva planta de localização e estar desocupado.

2.2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Onde se lê: data para abertura e hora para abertura: Data e hora da abertura: 23.10.2013 - 14h15min, leia-se 25.11.2013, mantendo-se o horário e demais critérios.

Abertura do Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO

Data da abertura: 23.10.2013 - 15h30min. leia-se: 25.11.2013 - 15h30min.

Portanto, retifica-se o presente edital nos itens acima citados, mantendo-se os demais.

Correia Pinto, 21 de Outubro de 2013.

ÂNGELO IRINEU DE BARROS LOURENÇO

Presidente

# Corupá

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 640/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 640/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 13.000,00 ( treze mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Depart. de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00	0.0.00.63	Aplicações Diretas	8.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.0.00.63	Aplicações Diretas	5.000,00
		TOTAL	13.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 00.00.63 – Bolsa Família no valor de R\$ 13.000,00 ( treze mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 07 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos sete dias do mês de outubro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

### Portaria Nº 2724/13

PORTARIA Nº 2724/13

LICENCIA A SRA. INGEBURG MORETTI DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, e

Considerando o pedido de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família formulado pela Servidora Ingeburg Moretti;

Considerando que a Servidora fora aprovada na avaliação de servidor em estágio probatório;

Considerando que, conforme laudo médico, a mãe da Servidora encontra-se com a saúde debilitada e inspira cuidados especiais, devendo estar acompanhada durante todo o tempo;

Considerando que, conforme laudo de assistente social, não há outra pessoa na família da Servidora que possa fazer o acompanhamento da mãe da mesma;

Considerando que o artigo 95 da Lei Complementar Municipal reza que "O servidor poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, do filho ou enteado e de irmão, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal a esta e que não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de acompanhamento pela Administração Municipal".

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada na forma do Art. 95 da Lei Complementar



Municipal 14/09, por Motivo de Doença em Pessoa da Família, enquanto perdurar a necessidade e por até 24 (vinte e quatro) meses, a Sra. Ingeburg Moretti, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela portaria nº 115/99.

Art. 2º- A licença será remunerada, contudo o período em que perdurar a licença não será considerado para qualquer efeito de vantagem pessoal, para contagem de triênio ou tempo para aposentadoria, na forma do Art. 95, § 3º e 5º da Lei Complementar 14/09.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 21 de outubro de 2013.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 54/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para aquisição de Equipamentos Eletroeletrônicos para a manutenção da Secretaria de Educação, Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 18 de Outubro de 2013.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

## Faxinal dos Guedes

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2.307/2013.

LEI nº 2.307/2013. DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa

Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, efetuar transferência financeira na ordem de até R\$-5.000,00 (cinco mil reais), no ano de 2013, a Associação De Moradores Da Comunidade De Santo Antônio, inscrita no CNPJ nº 07.765.231/0001-35, para auxiliar a Associação na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, compreendido a reforma e ampliação da cozinha e banheiros do Centro Comunitário, incluindo a aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulicos e mão de obra. Art. 2º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado, Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente. Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de Outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,  
Prefeito Municipal.

#### Lei Nº 2.308/2013.

LEI Nº 2.308/2013. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I. DA NATUREZA E DA FINALIDADE. Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de Faxinal dos Guedes, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Faxinal dos Guedes é vinculado ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições. Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal. § 1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. § 2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social. § 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política. CAPÍTULO II. DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO. Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS): I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu

funcionamento; II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação; III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno; IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos; V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social; VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências; VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS); VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do governo municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos; IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social no município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social; X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento; XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços; XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município; XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis; XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS; XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais; XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais; XVII - publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações. Art. 4º Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações: I - da Secretaria Municipal de Assistência Social: a) o plano municipal de assistência social; b) o plano de ação; c) a proposta orçamentária da secretaria de assistência social para apreciação e aprovação; d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF); e) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício; f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso; g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social; h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social: o estatuto social; o plano de trabalho; o relatório anual de execução do plano de trabalho; os documentos contábeis. III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS): a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas; b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e

resoluções fixadas pelo CNAS. IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas). V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado. Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências. CAPÍTULO III. DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO. Seção I. Da Composição. Art. 5º O Conselho de Assistência Social deverá ser composto por 50% de representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil, com o presidente eleito, entre os seus membros, em reunião plenária, com a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-presidência em cada mandato, sendo permitido uma única recondução. § 1º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução, por igual período. § 2º Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho. § 3º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno. § 4º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto por 10 membros titulares e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios: I - cinco representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma: um da Secretaria Municipal de Assistência Social; um da Secretaria Municipal de Educação; um da Secretaria Municipal da Saúde; d) um da Secretaria Municipal de Agricultura; e) um da Secretaria Municipal de Administração. II - cinco representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma: a) dois representantes dos usuários ou organizações e usuários da assistência social; b) um representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; c) dois representantes de trabalhadores do SUAS; § 5º A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público, tendo como candidatos e/ou eleitores os descritos no parágrafo anterior, inciso II. Deve-se, ainda, observar: I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal; II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto; III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade. § 6º Recomenda-se que a nomeação, responsabilidade do respectivo Chefe do Poder Executivo, e a posse dos conselheiros ocorram em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade do funcionamento do conselho. Art. 6º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso. Art. 7º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. § 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas

isoladas ou cumulativamente: I - de atendimento: aqueles que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009; II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS; III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS. § 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos. § 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades. Art. 8º Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS. Art. 9º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social. Art. 10. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes. Seção II Do Funcionamento Art. 11. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas. Art. 12. Os Conselhos têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas. Art. 13. Os Conselhos de Assistência Social deverão ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, devendo ser habilitado em serviço social e inscrito no conselho profissional. § 1º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo; § 2º A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para prestar apoio técnico-logístico. Art. 14. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas

por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões: I - de Normas, Regulamentos e Inscrições; II - de Financiamento e Orçamento; III - de Políticas; IV - de Divulgação e Comunicação. Art. 15. Recomenda-se que, no início de cada nova gestão, seja realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho. Art. 16. Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo governo federal. Art. 17. O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como: I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados; II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas; III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade; IV - racionalização dos eventos dos Conselhos, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos, em municípios pequenos; V - garantia da construção de uma política pública efetiva. Seção III. Do Desempenho. Art. 18. Para o bom desempenho do Conselho, é fundamental que os conselheiros: I - sejam assíduos às reuniões; II - participem ativamente das atividades do Conselho; III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado; IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços; V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social; VI - mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as especificidades de cada região do País; VII - colaborem com o Conselho no exercício do controle social; VIII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade; IX - desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental; X - estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social; XI - aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social; XII - mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de assistência social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento; XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços sócio-assistenciais; XIV - mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social; XV - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social. Seção IV Da Organização. Art. 19. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos: I - da Assembleia Geral; II - da Mesa Diretora; III - das Comissões; IV - da Secretaria Executiva. § 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). § 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos: I - o Presidente; II - o Vice-Presidente; III - o 1º Secretário; IV - o 2º Secretário. CAPÍTULO



IV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. Art. 20. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados. Art. 21. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse. Art. 22. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos. Art. 23. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido à Assembleia Geral, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo. Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nº 1.479 de 08 de julho de 1996 e Lei 1.487 de 12 de agosto de 1996.

Faxinal dos Guedes, SC em 08 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,  
Prefeito Municipal.

#### **Lei Nº 2.309/2013**

LEI nº 2.309/2013. AUTORIZA A BAIXA DE BEM MÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, a proceder a baixa do patrimônio público do bem móvel -RENAULT/MASTER JAEDI TUR, COR BRANCA, ANO/MODELO 2013, CHASSI 93YADC1L6DJ551045, PLACAS MKX 5073, patrimônio do Município do Fundo Municipal de Saúde, registrado sob o nº 8956 e, dar a destinação final que se faz necessário, observado o contrato de Seguro. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,  
Prefeito Municipal.

#### **Decreto Nº 378/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 01 de Outubro de 2013. DECRETO nº 378/2013. NOMEIA COMISSÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS 005/2013 E 006/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: DECRETA: Art. 1º. Ficam nomeados para comporem as Comissões dos Concursos Públicos, objeto dos Editais nº 005/2013 e 006/2013, os seguintes servidores: I - ARIANA SOMAVILLA GONÇALVES; II - SIRLEY TREVISAN; III - SUZETE TEREZEINHA LAZZAROTTO RAMILO; IV - LUIZ CARLOS NEVES DE OLIVEIRA; V - HILEM DA ROSA FUNINI. Art. 2º. Terão a atribuição de acompanhar e fiscalizar os referidos Concursos Públicos, bem como, resolver os casos omissos no Edital citado no artigo 1º. Art. 3º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados a comunidade. Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de Outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,  
Prefeito Municipal.

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

#### **Decreto Nº375/2013.**

DECRETO Nº375/2013. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN KELLY DALL'AGNOL, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, com a Lei Municipal 2.303 de 10/09/2013; DECRETA: Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 61.069,77 para a seguinte dotação orçamentária: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. 05.01 - Departamento de Educação. 05.01.12.361.1201.1.024 - 4.4.90.00 - 01.22 - 12 - Aplicações Diretas 61.069,77. Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.22 - Transferências de Convênios para Educação - FUNDEB Estado) no valor R\$ 61.069,77. Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2013.

JEAN KELLY DALL'AGNOL,  
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado e registrado em data supra.

#### **Decreto Nº376/2013**

DECRETO Nº376/2013. DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN KELLY DALL'AGNOL, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e art. 7º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, alterado pela Lei Municipal n. 2.260 de 01 de março de 2013; DECRETA: Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 275.026,10 (duzentos e setenta e cinco mil, vinte e seis reais e dez centavos) para as seguintes dotações orçamentárias: Da: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes 05.01 - Departamento de Educação 12.361.1201.2.027 - 3.3.90.00 - 01.0001 - 18 - Aplicações Diretas 136.096,87 Para: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes 05.01 - Departamento de Educação 12.361.1201.2.027 - 4.4.90.00 - 01.0001 - 21 - Aplicações Diretas 136.096,87 Da: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes 05.01 - Departamento de Educação 12.361.1201.2.027 - 3.1.90.00 - 01.0018 - 16 - Aplicações Diretas 138.929,23 Para: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes 05.01 - Departamento de Educação 12.361.1201.2.027 - 4.4.90.00 - 01.0019 - 100 - Aplicações Diretas 138.929,23. Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2013.

JEAN KELLY DALL'AGNOL,  
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado e registrado em data supra.

**Decreto Nº379/2013**

DECRETO Nº379/2013. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.777,78 para a seguinte dotação orçamentária: 11 - Fundo Municipal de Saúde 11.01 - Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.1001.1.012 - 4.4.90.00 - 01.64 - 26 - Aplicações Diretas 20.777,78 Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 - Atenção Básica) no valor de R\$ 20.777,78 - Incentivo a Construção da Academia Ampliada. Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 01 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

## Forquilha

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 104, de 09 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº. 104, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.  
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, de acordo com o que consta do Processo de Avaliação do Estágio Probatório e,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, dispõe que "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 0,8 (zero vírgula oito) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do servidor, nas formas desta Lei";

CONSIDERANDO que na segunda avaliação do estágio probatório a servidora VANESSA DA SILVA não alcançou pontuação mínima exigida no § 3º do art. 6º, Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008;

CONSIDERANDO que a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional no Estágio Probatório propôs a instauração do processo de exoneração da Servidora VANESSA DA SILVA,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para a instauração do respectivo processo de exoneração da Servidora VANESSA DA SILVA, matrícula nº. 2.809, ocupante do cargo de Agente de serviços gerais, por não ter alcançado a pontuação mínima exigida no § 3º do art. 6º da Lei Municipal

nº 1368, de 30 de abril de 2008.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Kelly Karitiana Moro Scussel, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2776;  
II - Fabiane Venson, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2722;  
III - Renata Pereira Fritzen, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2369.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado à servidora envolvida no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de Outubro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de Outubro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Decreto Nº. 105, de 09 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº. 105, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.  
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, de acordo com o que consta do Processo de Avaliação do Estágio Probatório e,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, dispõe que "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 0,8 (zero vírgula oito) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do servidor, nas formas desta Lei";

CONSIDERANDO que na segunda avaliação do estágio probatório a servidora SALETE SCHELL DOS SANTOS não alcançou pontuação



mínima exigida no § 3º do art. 6º, Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008;

CONSIDERANDO que a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional no Estágio Probatório propôs a instauração do processo de exoneração da Servidora SALETE SCHELL DOS SANTOS,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para a instauração do respectivo processo de exoneração da Servidora SALETE SCHELL DOS SANTOS, matrícula nº. 2.819, ocupante do cargo de Agente de serviços gerais, por não ter alcançado a pontuação mínima exigida no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Kelly Karitiana Moro Scussel, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2776;

II - Fabiane Venson, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2722;

III - Renata Pereira Fritzen, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2369.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado à servidora envolvida no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de Outubro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de Outubro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Decreto Nº. 106, de 09 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº. 106, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, REVOGANDO O DECRETO 11 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a

Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, de acordo com o que consta do Processo de Avaliação do Estágio Probatório e,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, dispõe que "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 0,8 (zero vírgula oito) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do servidor, nas formas desta Lei";

CONSIDERANDO que na segunda avaliação do estágio probatório a servidora SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOUTO não alcançou pontuação mínima exigida no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, para requisito "Produtividade e Qualidade no Trabalho", quesitos 4.1 e 4.2 da Avaliação;

CONSIDERANDO que a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional no Estágio Probatório propôs a instauração do processo de exoneração da Servidora SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOUTO,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para a instauração do respectivo processo de exoneração da Servidora SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOUTO, matrícula nº. 2703, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, por não ter alcançado a pontuação mínima exigida no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 1368, de 30 de abril de 2008, para requisito "Produtividade e Qualidade no Trabalho", quesitos 4.1 e 4.2 da Avaliação.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Sandra Helena Savi Marcelino Macarini, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 809;

II - Janaina Preis da Silva Motta, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 2.778;

III - Fabiane Venson, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2722;

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado à servidora envolvida no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

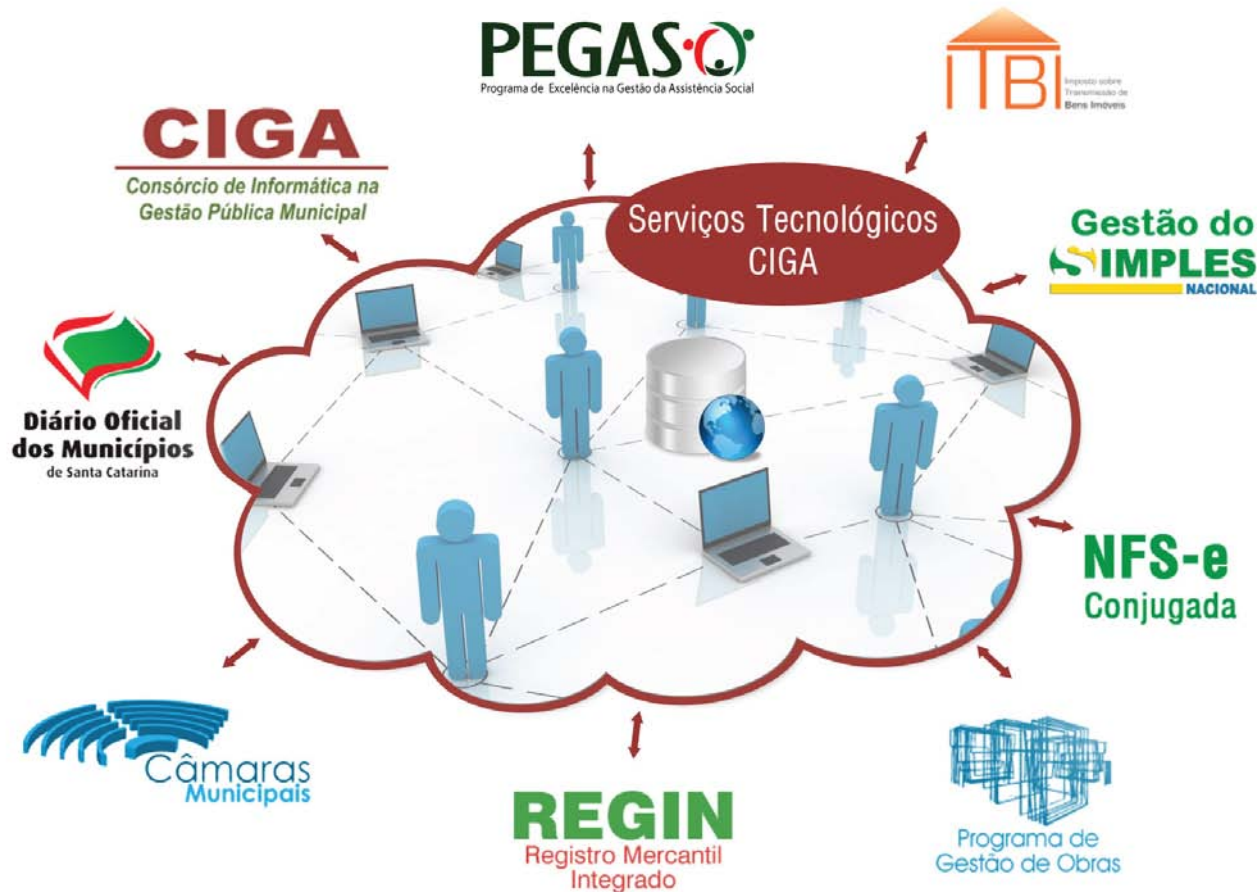
Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de Outubro de 2013.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de Outubro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 0310/2013

DECRETO Nº 0310, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Edital de Concurso Público nº 001/2013, conforme relação anexa.

Art. 2º. Os candidatos aprovados e classificados, em etapa anterior à nomeação, serão convocados de acordo com a necessidade do Município de Fraiburgo e dentro do prazo de validade do concurso público, para a apresentação dos documentos exigidos em lei, comprovação da escolaridade prevista no edital, registro no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional e perícia médica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 22 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

ANEXO DECRETO N. 0310, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013

Cargo	Inscrição	Nome	Nascimento	Nota	Classificação
Médico de Saúde de Família	10	RODRIGO OLIVEIRA FREAZA GARCIA	10/01/1984	9.00	1
Médico de Saúde de Família	6	NADIA LUCAS ANTUNES	11/07/1986	9.00	2
Médico de Saúde de Família	21	CLAUDIA ADRIANI TRAESEL	04/09/1972	8.25	3
Médico de Saúde de Família	39	DANIELI RAMALHO MALUCELLI	13/02/1980	8.00	4
Médico de Saúde de Família	40	THIAGO BASTOS DE BARROS	29/11/1983	8.00	5
Médico de Saúde de Família	34	JEFERSON RODRIGUES	14/07/1984	8.00	6
Médico de Saúde de Família	16	JORGE LUIZ FARIA COUTO	11/07/1956	7.75	7
Médico de Saúde de Família	4	WALLACE XAVIER PONTES	17/12/1970	7.50	8
Médico de Saúde de Família	32	JEAN CARLOS TURAZZI GONCALVES	12/09/1984	7.00	9
Médico de Saúde de Família	31	MARCELO TELLES GONTIJO	21/04/1984	6.75	10
Médico de Saúde de Família	24	LEONARDO HIDEKI MORITA	03/11/1982	6.50	11
Médico de Saúde de Família	30	JOEL WORMA DE SOUZA	29/12/1982	6.50	12
Médico de Saúde de Família	5	ALESSANDRO FUSATTO NETO	09/12/1971	6.25	13
Médico de Saúde de Família	33	VINICIUS CELLA	10/03/1988	6.25	14
Médico de Saúde de Família	35	ANTONIO DE CARVALHO PEREIRA	14/12/1938	6.00	15
Médico de Saúde de Família	11	SAMUEL CRISTALDO DOMINGUEZ	16/02/1987	6.00	16
Médico de Saúde de Família	7	CESAR MINORU KURITA NAGASAWA	03/12/1974	5.75	17
Médico de Saúde de Família	9	IRONDI BITTENCOURT MARTINS	21/02/1953	5.00	18
Médico de Saúde de Família	29	MATHEUS MORO	03/10/1983	4.50	19
Médico de Saúde de Família	37	RAVENNA SILVA MACHADO	01/02/1986	4.50	20

### Portaria Nº 2229/2013

PORTARIA N.º 2.229, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 005/2010, homologado pelo decreto 310/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDREZA FUZINATO CALDERAM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 034.474.619-42, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 23 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2230/2013**

PORTARIA N.º 2.230, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 17 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 392/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRO FUSATTO NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.524.867-60, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2231/2013**

PORTARIA N.º 2.231, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 392/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.584.989-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2232/2013**

PORTARIA N.º 2.232, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 392/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2233/2013**

PORTARIA N.º 2.233, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 23 de maio de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 392/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARISSE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.866.129-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2234/2013**

PORTARIA N.º 2.234, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de



junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 392/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GEOVANA LIEBL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.286.829-27, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2235/2013**

PORTARIA N.º 2.235, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 392/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.323.749-59, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0140/2013-PMF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0140/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de um refrigerador para uso da Secretaria de Agropecuária no armazenamento de tuberculinas, vacinas e antígenos. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 07.11.2013. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Resultado do Julgamento da Proposta - CC 0005/2013-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0161/2013 - PMF

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0005/2013 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a "Contratação de empresa para construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, na Rua 25 de agosto, no Bairro Vila Salete, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares em anexo ao PAL, quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, houve situação de empate entre as propostas apresentadas pela micro-empresa e pela empresa de pequeno porte (que apresentaram a declaração constante do subitem 3.4 deste Edital) uma vez que as propostas das empresas ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA, empresa de pequeno porte e CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA, microempresa, foram superiores em até 10% da proposta melhor classificada da empresa GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA no valor de R\$ 1.778.723,26 (um milhão, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte três reais e vinte e seis centavos). Desta forma, nos termos dos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 e do item 6.7, 6.7.2 e 6.8.2, "a" do Edital e por ordem de classificação, a licitante ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA foi NOTIFICADA formalmente para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas apresentasse nova PROPOSTA a qual deveria ser inferior a melhor proposta (R\$ 1.778.723,26). Assim, diante da apresentação no prazo e termos referidos, a Comissão declarou vencedora com o MENOR PREÇO a proponente ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP no valor total de R\$ 1.778.271,15 (um milhão setecentos e setenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e quinze centavos), cumprindo plenamente com o item "6.9" do Edital e demais condições editalícias.

Fraiburgo(SC), 21 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

**Decreto N.º 147/2013**

DECRETO Nº 147, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 87.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 27.000,00

0412292.005 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração 7.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 4.000,00

0618292.007 - Func. E Manutenção do Funrebow 20.000,00

3.3.90.0.1.60.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00



4.4.90.0.1.60.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
14.01 - ENCARGOS GERAIS 40.000,00  
2884500.063 - Contribuição ao PASEP 40.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 40.000,00  
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 20.000,00  
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 20.000,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Outubro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### **Portaria N.º 838/2013.**

PORTARIA N.º 838, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
ALTERA A PORTARIA N.º 751, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 21/10/2013 o art. 1º. da Portaria nº. 751/2013 que constitui a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo 021/2013, passa a ser formada pelos servidores municipais: CENIR RAMOS, MARIVONE INÁCIA DE ABREU e PAULA PEDRON.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **Aviso de Licitação Pe086/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 086/2013

Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo, MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a madeiras, ferramentas e máquinas para a Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio do endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 04/10/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 04/10/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 18 de outubro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Ata de Registro de Preço Nº75/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2013  
PMG

Ata nº. 75/2013; Processo nº. 176/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: LIONAR LAVRATTI; ROGERIO RIBEIRO SANTOS; JONES DA SILVA COSTA. Objeto: Contratação de profissionais para ministrar oficinas com objetivo de promover ações de acesso à cultura a Secretária de Assistência Social. Valor: R\$ 41.160,00; Data da Assinatura: 23/10/2013.

**Garuva**

**PREFEITURA**

#### **Lei Nº 1727/2013**

LEI Nº 1727, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
"DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE APOIO À FAMÍLIA."

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Declara de utilidade pública a Associação Centro de Apoio à Família, inscrita no CNPJ sob nº 18.816.431/0001-96, com sede a Rua Elias Nicolau, s/n, Giorgia Paula, CEP 89248-000, Garuva - SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 1728/2013**

LEI Nº 1728, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
"ADOTA COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE EM CONCURSOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE MESÁRIO NOS PROCESSOS ELEITORAIS."

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O desempenho das funções de mesário nos processos eleitorais para a ser adotado como primeiro critério de desempate em concursos públicos promovidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 2º - Os órgãos e entidades que integram a Administração Pública Municipal ficam obrigados a incluir como primeiro critério de

desempate nos editais de concursos públicos para preenchimento de seus quadros efetivos de pessoal, o desempenho das funções de mesário nos processos eleitorais.

Art. 3º - Como requisito indispensável para o usufruto do benefício instituído por esta Lei, o candidato deverá apresentar, no ato da inscrição do concurso público, comprovante emitido pela Justiça Eleitoral referente atuação pretérita como mesário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 240/2013**

DECRETO Nº. 240 de 21 de outubro de 2013

“Dispõe sobre a nomeação da senhora Denise Lima Borges, para o cargo comissionado de Diretora de Juventude.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a senhora DENISE LIMA BORGES, portadora do CPF nº 043.203.229/08, para o cargo comissionado de Diretora de Juventude - CC3, subordinada a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar da data de 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 557/2013**

PORTARIA Nº 557, de 07 de outubro de 2013.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SUELEN PAOLA CASAGRANDE, inscrita no CI-RG 4.294.355 e CPF 082.492.899-78, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 08 de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### **Portaria Nº 558/2013**

PORTARIA Nº 558, de 07 de outubro de 2013.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LILIAN THALITA DIERSCHNABEL, inscrita no CI-RG 5.006.788-5 e CPF 085.432.769-00, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 08 de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### **Portaria Nº 559/2013**

PORTARIA Nº 559, de 07 de outubro de 2013.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

JOSÉ CARLOS SCHUTZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO MUNICIPAL 188/2013;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, IDAIR PELISON, inscrito no CI-RG. 5.216.840-9 e CPF 044.226.459-35, na função de Operador de Máquinas, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 08 de outubro de 2013.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**Editais de Teste Seletivo Nº 15/2013**

PREFEITURA DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 015/2013

A Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais e conferidas através da Portaria 520/2013 de 12/09/2013, torna público as normas para a realização do processo seletivo para a admissão de professores e especialista em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, e programas de Governo executados no âmbito do Município em que a Prefeitura se obriga a fornecer professor para atuar na rede municipal para o ano letivo de 2014.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A - Da Remuneração, Cargo e Carga Horária (Anexo V – LC 45/09)

TABELA DE VENCIMENTOS – MAGISTÉRIO

CARREIRA	CARGO	CARGA HORÁRIA (*)	VENCIMENTO R\$ (*)	PRÉ-REQUISITOS
Professor	Professor Nível II	10 h	437,36	Licenciatura Plena na Área de atuação e registro no MEC
		20 h	874,73	
		30h	1.312,05	
		40h	1.749,46	
	Professor Nível I	10 h	404,43	Magistério/Ensino Médio
		20 h	808,86	
		30h	1.213,29	
		40h	1.617,72	
Especialista	Orientador Escolar	40 h	2.539,19	Graduação em pedagogia com habilitação em Orientação Escolar e registro no MEC
	Supervisor Escolar	40 h	2.539,19	Graduação em pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar e registro no MEC

\* Carga horária Semanal

\* Acréscimo de 15% para educação infantil e 10% series iniciais e para anos finais a título de regência de classe para o cargo de professor

\* R\$ 380,00 a título de auxílio alimentação, proporcional a carga horária

**B - Da Relação Jurídica**

Conforme artigo 8º, da Lei Complementar 18/2002, ao contratado aplica-se o disposto nos artigos 54, 56, 57, 58, 65, 107, 108, incisos II, III, IV, VIII, XII, 113, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 202, 203, 241, 247, 248, 250 da Lei Complementar nº 001/98, de 16 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 30/2006, parágrafo 1º e 2º, Lei Complementar nº 34/2007 e Lei Complementar 39/08.

**C – Do prazo de contratação**

O candidato classificado será contratado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, por um período de até 11 meses, prorrogável a critério da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com Artigo 4º da Lei Complementar 18/2002.

**II - DA HABILITAÇÃO**

O candidato poderá se inscrever orientando-se pelas tabelas constantes neste edital.

O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/nível/modalidade, após o resultado da prova escrita, conforme normas disposta no presente edital.

O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, até a data da escolha da vaga.

O candidato que se inscrever como Habilitado e não apresentar o diploma até a escolha da vaga será automaticamente desclassificado no processo seletivo.

A respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

**NÍVEL - EDUCAÇÃO INFANTIL**

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

NÍVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Infantil	Habilitado–Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Educação Infantil ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio.
	Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Curso Normal Superior ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio.
	Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.

**NÍVEL - ENSINO FUNDAMENTAL:**

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
--	----------------------------

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Séries Iniciais ou Curso Normal Superior ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Educação Artística ou de Licenciatura Plena e Artes. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes, ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.  Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação.  Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação.
Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Ciências. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Ensino Religioso	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Ciências da Religião – Licenciatura Plena em Ensino Religioso, Licenciatura Plena em Teologia Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Ciências da Religião – Licenciatura Plena em Ensino Religioso; Licenciatura Plena em Teologia ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Geografia. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em História. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras – Inglês. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.

Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras Português. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério o Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou u Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Matemática. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio, Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Professor de Informática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores ou Tecnólogo em Informática, ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena com Ênfase em Tecnologia da Informação. Não Habilitado – Certidão de Frequência em Curso Superior de Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores, Engenharia de Computação ou Tecnólogo em Informática, a partir da 2ª fase ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Ensino Médio comprovando no mínimo 60 (sessenta) horas de curso na área de Informática. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Certificado. ou Declaração com no mínimo 01 (um) ano de experiência na disciplina. no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Certificado. ou Declaração com no mínimo 01 (um) ano de experiência na disciplina. no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Certificado. ou Declaração com no mínimo 01 (um) ano de experiência na disciplina.
	no mínimo 01 (um) ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Ética e Cidadania	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena na área de atuação – que contemplem as disciplinas de Didática, Filosofia e/ou Sociologia, ou Curso de Magistério Ensino Médio. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Séries Iniciais ou Curso Normal Superior ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.

### 3. MODALIDADE - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes, ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Geografia	Habilitado – Diploma e Certidão de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.



Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras-Inglês. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras Português. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério o Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou u Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Matemática. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física ou Diploma/Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Ética e cidadania	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena na área de atuação – que contemplem as disciplinas de Didática, Filosofia e/ou Sociologia, ou Curso de Magistério Ensino Médio. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Séries Iniciais ou Curso Normal Superior ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Anos Iniciais Nivelamento I e II	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Séries Iniciais ou Curso Normal Superior ou Diploma/Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.
Professor de Informática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores ou Tecnólogo em Informática, ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena com Ênfase em Tecnologia da Informação. Não Habilitado – Certidão de Frequência em Curso Superior de Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores, Engenharia de Computação ou Tecnólogo em Informática, a partir da 2ª fase ou
Cont. Prof. de Informática	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Ensino Médio comprovando no mínimo 60 (sessenta) horas de curso na área de Informática. Declaração ou Certidão que comprove no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Certificado. ou Declaração com no mínimo 01 (um) ano de experiência na disciplina. no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Certificado. ou Declaração com no mínimo 01 (um) ano de experiência na disciplina. no mínimo um ano de exercício como professor na disciplina. Certificado. ou Declaração com no mínimo 01 (um) ano de experiência na disciplina. Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.

#### 4- MODALIDADE – EDUCAÇÃO ESPECIAL

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
--	----------------------------

<p>Educação Especial (Segundo Professor) Para: Ensino Fundamental, Educação Infantil e EMEJA</p> <p>Cont. Educação Especial (Segundo Professor)</p>	<p>Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas.</p> <p>Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia – Educação Especial, Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação / Aprofundamento em Educação Especial ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação / Aprofundamento em Educação Especial, ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas. Diploma de magistério nível médio ou superior, com no mínimo 01 (um) ano de experiência na área de Educação Especial.</p> <p>Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.</p>
<p>Professor de Libras</p>	<p>Habilitado - Diploma e Histórico de Curso de Licenciatura Plena Letras LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Bacharelado em Letras- LIBRAS com Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial, ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas ou Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas ou Oficinas de Tradução e Interpretação LIBRAS /Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação / Aprofundamento em Educação Especial, com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior, com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.</p> <p>Não Habilitado – Certidão de Frequência, a partir da 2ª fase, em Curso de Licenciatura Plena Letras LIBRAS, com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, 200 (duzentas) horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas; ou, Certidão de Frequência, a partir da 2ª fase, em Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas; ou, Certidão de Frequência, a partir da 2ª fase, em Curso de Pedagogia, com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas; ou, Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio - Magistério Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 200 (duzentas) horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação – LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.</p> <p>Habilitado e Não Habilitado para fins de classificação e em relação a remuneração.</p>

## 5. ÁREA - ESPECIALISTAS

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

ÁREA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Supervisor Escolar	Habilitado – Diploma e de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar.
Orientador Escolar	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Escolar.

## III - DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.

Será reservada vaga para candidato portador de necessidades especiais, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que seja portador, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações.

O candidato portador de necessidades especiais integrará a listagem geral e será classificada de acordo com sua opção, área e disciplina, observada a ordem de classificação.

Não havendo candidatos aprovado se classificados para as vagas reservadas para pessoa portadora de necessidades especiais, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais àquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto

Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

O candidato portador de necessidades especiais deverá anexar a ficha de inscrição o laudo médico especificando a respectiva necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças- CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital

O candidato inscrito para a vaga reservado a portador de necessidades especiais que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no edital terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de necessidades especiais.

O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

Candidato como portador de necessidades especiais ou não; e

o grau de necessidade especial, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Não será admitido recurso relativo à condição de portador de necessidades especiais de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

#### IV – DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

O candidato inscrito ou não como pessoa portadora de necessidades especiais, que necessitar de condições especiais para a realização da prova escrita, deverá requerê-lo até o dia 05 de novembro de 2013, à Secretaria Municipal de Educação, por escrito, comprovando sua necessidade com laudo médico e relacionando as condições que julgar necessárias.

O atendimento às condições solicitadas por candidato portador de necessidades especiais ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

O candidato portador de necessidades especiais que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

Não será realizado atendimento domiciliar, em qualquer hipótese. Também não será permitido o atendimento em hospital fora da cidade sede de realização da prova.

#### V - JORNADA DE TRABALHO

O regime de trabalho para o cargo de Professor ACT - Admitido em Caráter Temporário, na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, corresponde à carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e/ou 40 (quarenta) horas semanais. Para o cargo de Especialista (Supervisor e Orientador Escolar a carga horária será de 40 (quarenta) horas semanais.

#### VI. DAS INSCRIÇÕES

A ficha de inscrição deverá ser preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias 22 de outubro de 2013 até 05 de novembro de 2013, das 08h00min às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva/SC

A ficha de inscrição estará disponível no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br), a partir de 22/10/2013.

Parágrafo único- O Professor e/ou especialista não poderá se inscrever neste processo seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 2 (dois) anos, em decorrência de processo administrativo disciplinar.

O candidato poderá se inscrever conforme descrição abaixo:

Educação Infantil + Disciplina; ou

Educação Infantil + Especialista; ou

Educação Infantil + Educação Especial; ou

Educação Infantil + EMEJA; ou

Educação Infantil + Ensino Fundamental (anos iniciais); ou

Ensino Fundamental (anos iniciais) + Disciplina; ou

Ensino Fundamental (anos iniciais) + Especialista; ou

Ensino Fundamental (anos iniciais) + Educação Especial; ou

Ensino Fundamental (anos iniciais) + EMEJA; ou

Disciplina + Disciplina; ou

Disciplina + Especialista; ou

Disciplina + Educação Especial ou

Educação Infantil; ou

Ensino Fundamental (anos iniciais); ou

Disciplina; ou

Educação Especial; ou

Especialista.

#### VII - DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO

Ao candidato só será permitida uma inscrição, com a escolha, conforme inciso anterior.

#### VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A homologação das inscrições será divulgada em 07 de novembro de 2013, pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva

#### IX - DO PROCESSO SELETIVO



O processo seletivo, objeto deste Edital, constará de 2 (duas) etapas:

a. prova escrita: de conhecimentos gerais, conhecimentos específicos, e uma redação, todas de caráter eliminatório, valoradas de 0 a 10, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 40% (quarenta) por cento de acerto em cada uma delas;

PROVA	PESO
Conhecimentos Gerais	01
Conhecimentos Específicos	02
Redação	02

b. prova de títulos: pós graduação, cursos de aperfeiçoamento ou atualização e tempo de serviço, de caráter classificatório.

#### X - DA CONFIRMAÇÃO DO LOCAL DE PROVA

O local da prova será na Escola Municipal Vicente Viera, no endereço, em caso de mudança do local de prova será divulgado pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva.

É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova.

#### X I - PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Em caso de mudança de endereço, ou do número de telefone, após a inscrição, é responsabilidade do candidato, comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Educação.

#### XII - DAS PROVAS

##### DO CALENDÁRIO DA PROVA ESCRITA

A prova escrita será realizada no dia 10 de novembro de 2013, conforme tabela abaixo:

Horário	Provas
8:30 às 11:30	Conhecimentos Gerais e Redação
13:30 às 17:00	Conhecimentos específicos

O candidato optante por mais de uma disciplina ou área responderá no cartão resposta apenas uma prova de conhecimentos gerais e uma redação.

O local de realização da prova escrita constará do documento de confirmação do local de provas.

Em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova escrita fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

A Comissão reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior.

A realização da prova escrita na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização

Havendo alteração da data prevista, a prova escrita poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

#### b) DAS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

1. A prova escrita objetiva será composta por questões no formato de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta, de "A" a "E", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta:

uma prova de conhecimentos gerais com 10(dez) questões; e

por uma prova de conhecimentos específicos com 10 (dez) questões.

2. As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo I deste Edital

#### c) DA ETAPA DA PROVA ESCRITA - SUBJETIVA

1. A etapa da Prova subjetiva consistirá em uma redação que será elaborada a partir de um tema proposto, ou em um ou mais textos ou fragmentos de textos. O candidato adotará uma linha de abordagem utilizando a tipologia textual "Dissertação", o seu texto deverá apresentar valores, opiniões, crenças, hipóteses, idéias, em suma, os aspectos axiológicos ou cognitivos para esse tipo de produção textual.

2. Na Prova de Redação o candidato somente poderá registrar seu número de inscrição e assinatura em lugar/campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato deste concurso público.

3. A folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo e em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

4. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Prova de Redação, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida.

5. Somente serão corrigidas as Provas de Redação com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

6. Não será permitido o uso de corretivo no texto.

#### d) CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA REDAÇÃO

A Redação será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Desconto por erro
a) o atendimento ao tema proposto;	0,5	0,5
b) Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de idéias, uso apropriado de articuladores, não-contradição, coesão referencial e sequencial;)	2,5	0,1
c) Argumentação e informatividade - AI - (originalidade, criatividade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações a clareza de argumentação/senso crítico, informatividade)	2,0	0,1
d) Morfossintaxe - M - (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais)	2,5	0,1
e) Pontuação, acentuação e ortografia - PO (atendimento à norma padrão da Língua Portuguesa;	2,0	0,1

f) atendimento à proposta e ao gênero ou tipologia textual solicitada.	0,5	0,5
TOTAL	10	-----

O candidato terá sua redação avaliada com nota 0 (zero), e estará, automaticamente, eliminado do Concurso Público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema no gênero ou tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preto;
- e) desenvolver o texto com menos de 15 (quinze) linhas ou mais de 30 (trinta) linhas;
- f) não for apresentada na versão definitiva ou for entregue em branco ou desenvolvida com letra ilegível; com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens.
- g) apresentar identificação de qualquer natureza: nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos, exceto os permitidos.

2. A redação a ser produzida pelo candidato versará sobre tema da atualidade.

#### e) DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial, original ou fotocópia autenticada.

#### f) DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
2. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei n.º 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.
3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias.

#### g) DO MATERIAL PERMITIDO

1. Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.
2. O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
3. Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

### XIII - DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA ESCRITA

Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido. O candidato que chegar ao local da prova escrita após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

O acesso às salas de provas de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local e em casos específicos.

### XIV - DA SAÍDA DA SALA

O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão-resposta.

Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

Será permitido levar o rascunho do gabarito.

### XV – DAS CANDIDATAS LACTANTES

Fica assegurado às mães lactantes o direito de participarem do concurso, nos critérios e condições estabelecidas pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000.

A candidata que seja mãe lactante deverá indicar esta condição na respectiva ficha de inscrição, para a adoção das providências necessárias pela Comissão do Concurso.

As mães poderão retirar-se, temporariamente, das salas / locais onde estarão sendo realizadas as provas, para atendimento aos seus bebês em sala especial a ser reservada pela Comissão do Concurso.

Poderá haver compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local do Concurso.

O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Comissão do Concurso.

A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de "fiscal" que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

### XVI - DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DE PROVAS E DO GABARITO

As questões das provas e o gabarito preliminar estarão à disposição dos interessados a partir das 10h (dez horas) do dia 11 de novembro





de 2013, pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva. Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos.

#### XVII - DOS RECURSOS E DA ANULAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso nos dias 12 e 13 de novembro de 2013.

Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Prefeitura Municipal de Garuva, nos dias acima descritos, das 8 às 12 horas..

Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido;

Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico: <http://www.garuva.sc.gov.br>, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

#### XVIII - DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PROVA ESCRITA

A prova escrita é de caráter eliminatório e classificatório.

Todos os candidatos inscritos deverão realizar as provas: Conhecimentos Gerais, Específicos e uma Redação.

A pontuação final na Prova escrita será obtida pela soma dos pontos obtidos na prova de Conhecimentos Gerais/Redação e na prova de Conhecimentos Específicos.

Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que zerar na prova de conhecimentos gerais ou na prova de conhecimentos específicos ou na Redação.

#### XIX - DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

Após o resultado da prova escrita, os candidatos classificados deverão apresentar documentos comprobatórios dos títulos e/ou tempo de serviço, do dia 18 a 22 de novembro de 2013, das 08h às 14h na Prefeitura de Garuva, na Secretaria de Educação.

A prova de títulos para todos os cargos será avaliada quanto:

- Doutorado, Mestrado e Pós Graduação;
- Cursos de aperfeiçoamento ou atualização; e
- Tempo de serviço no magistério.

3. É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço conforme normas previstas neste Edital.

4. Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

5. Os comprovantes dos títulos e/ou tempo de serviço não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais, com exceção das certidões.

6. Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital.

7. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

8. Não serão considerados, para efeito de pontuação os documentos ilegíveis, bem como os emitidos via fax, páginas eletrônicas ou outras formas não previstas neste edital.

9. A escolha dos títulos a serem encaminhados é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Organizadora cabe apenas avaliar os títulos relacionados e encaminhados pelo candidato.

10. Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos.

11. Por ocasião dos recursos, podem ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

12. A Comissão não poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição, quanto ao nível de escolaridade caso o documento apresentado não comprove a escolaridade mínima exigida conforme normas do Edital.

#### XX - DA PROVA DE TÍTULOS

Aos números indicados no subitem anterior serão acrescidos aqueles cujas notas empatarem com a última nota classificada.

Os demais candidatos não convocados para apresentação dos títulos ou que não se enquadrem nas exigências previstas no edital, serão considerados eliminados do Concurso para todos os efeitos.

A análise dos títulos será efetuada pela comissão.

A comprovação dos títulos deverá observar obrigatoriamente o contido no edital.

#### DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

A avaliação do nível de escolaridade será feita através dos certificados ou diplomas de curso de pós- graduação na área da educação, ou na área a que concorre, em nível de: Doutorado, Mestrado ou Especialização, na área de formação específica da disciplina para a qual o candidato se inscreveu obedecendo à tabela de pontos abaixo:

TABELA DE PONTOS			
ALÍNEA	TÍTULO	PONTOS DE CADA TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA DOS TÍTULOS
A	Conclusão de Doutorado na área da educação, mercado de trabalho, ou de ensino	300	300
B	Conclusão de Mestrado na área da educação, mercado de trabalho, ou de ensino	250	250

C	Conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso que tenha sido aprovado, na área da educação, mercado de trabalho, ou de ensino.	200	200
D	Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação ou de ensino: planejamento, avaliação, Projeto Pedagógico, Educação para Diversidade, Métodos e Práticas de Ensino, Temas Transversais, Educação em Direitos Humanos, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 10 (dez) horas.	20 (vinte) pontos para cada 40 (quarenta) horas de curso, limitando-se a 400 (quatrocentas) horas no máximo.	200
E	Certificados, atestados ou declarações, de participação, como ministrante, ouvinte, em seminários, simpósios, congressos e outros na área da Educação, Temas Transversais, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 10 (dez) horas.	10 (Dez) pontos para cada 10 horas -	100
F	Declaração de participação no PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, com data de conclusão até 31/12/2013.	200	200
G	Tempo de Serviço	10(dez) pontos para cada 06(seis) meses de trabalho , Máximo de 25 anos	500

3. A nota expressa na tabela de pontos de escolaridade acima será computada, não cumulativamente, por título.

4. Para receber a pontuação relativa ao título nas Alíneas A e B, o candidato deverá comprovar conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, através de fotocópia do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, ou certificado/declaração de conclusão de curso, expedida por instituição credenciada pelo MEC ou CEE, acompanhado do histórico escolar, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da dissertação ou da tese.

5. Para comprovação do curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, apenas será aceito o diploma revalidado por instituição de ensino superior no Brasil, salvo se a revalidação for dispensada pela legislação brasileira em vigência, fato que deve ser comprovado por documento hábil.

6. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na Alínea C, o candidato deverá comprovar, através de fotocópia do certificado de que o curso de especialização foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou ainda CEE.

7. Caso o certificado não comprove que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no item anterior, deverá ser anexada fotocópia da declaração da instituição, atestando que o curso atende à Lei nº. 9.394, de 1996, ou às normas do CNE ou do extinto CFE, ou ainda CEE.

8. Não receberá pontuação na Alínea C da tabela de pontos de nível de escolaridade o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com a Lei nº 9.394, de 1996, ou com as normas do CNE ou do extinto CFE, ou CEE ou, ainda, sem a declaração da instituição referida no item anterior deste edital.

9; Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na Alínea C, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária mínima de 360 horas.

10. A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação ou de ensino e na área a que concorre será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, freqüentados, ministrados e concluídos no período de 2011/2013, obedecida a tabela acima.

11. Para receber a pontuação relativa ao título na Alínea D, o candidato deverá comprovar através da apresentação de fotocópia, dos diplomas ou certificados devidamente registrados, expedido por instituição credenciada pelo MEC ou CEE, exclusivamente na área da educação ou de ensino com carga horária mínima de 10 (dez) horas e realizados no período de 2011/2013.

12. A data limite para os cursos de capacitação realizados no ano de 2013, serão aceitos até a data da inscrição

13. Para receber a pontuação relativa ao título na Alínea E, o candidato deverá comprovar através da apresentação de fotocópia, dos certificados devidamente registrados, expedido por instituição credenciada pelo MEC ou CEE, exclusivamente na área da educação ou de ensino, ou na área a que concorre (ensino profissionalizante), ou dos Atestados/Declarações expedidas pelas instituições que promoveram ou realizaram os eventos, devidamente assinados pelos responsáveis com carga horária mínima de 10 (dez) horas e realizados no período de 2011/2013.

14. Para efeito da pontuação das Alíneas D e E, não será considerado título com carga horária inferior a exigida, nem título com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 01 (um), entre os apresentados com a mesma data.

15. Para efeito de pontuação serão desconsiderados os títulos anteriormente apresentados cuja data limite não esteja compreendida no período de período de 2011/2013.

16. Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento.

17. Não serão considerados estágios e nem monitoria, nem será valorizada a participação em cursos ou seminários (ou eventos similares), quando os mesmos fizerem parte do currículo de cursos de graduação ou pós-graduação e que forem requisitos para a conclusão dos mesmos.

18. Todo e qualquer certificado que estiver em língua estrangeira, somente será considerado se vier acompanhado da tradução por Tradutor Público Juramentado (tradução original), excetuando-se dessa exigência os certificados expedidos pelos países integrantes do Acordo do MERCOSUL.

**DA AVALIAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO**

O valor máximo da avaliação do tempo de serviço é de 500 (quinhentos) pontos.

A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, particular de Santa Catarina e de outros Estados, e obterá a pontuação de 10 (dez) pontos para cada 06 (seis) meses completos de tempo de serviço, limitando-se a 25 (vinte e cinco) anos no máximo.

Para receber a pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério, o candidato deverá comprovar através de:

para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária a comprovação através de fotocópia dos seguintes documentos:

1) carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; ou

2 – original da certidão de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, conforme Modelo Anexo II;

b. o tempo de serviço será válido até a data da entrega do título.

c. para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária a comprovação através do original da atestado de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, conforme Modelo Anexo II, emitida pelos seguintes órgãos:

c.1 - Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;

c.2 - Departamento de Recursos Humanos, quando se tratar de tempo de serviço municipal;

c.3 - Secretaria da Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros Estados;

c.4 - Setor de Recursos Humanos do Órgão Federal ou de Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público federal e particular, respectivamente;

c.5 - Não será considerado o tempo de serviço computado para efeito de aposentadoria.

4. Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

.5. Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

6. Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

.7. Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

**XXI - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela Comissão organizadora, por nível, disciplina, modalidade e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, conforme a seguinte fórmula:

**PONTUAÇÃO FINAL**

$$PF = (CG + CE \times 2 + R \times 2) : 5 + \text{Títulos}$$

CG – Conhecimentos Gerais

CE – Conhecimentos Específicos

R – Redação

Em caso de empate na pontuação final do Processo Seletivo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

obtiver o maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;

obtiver o maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais;

obtiver o maior número de acertos na prova de títulos.

Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

Os candidatos portadores de necessidades especiais concorrerão em lista classificatória própria.

Os candidatos não habilitados concorrerão em lista classificatória própria.

**XXII - DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO**

A relação preliminar dos candidatos classificados será divulgada na Prefeitura Municipal de Garuva, seu mural e no site (<http://www.garuva.sc.gov.br>) até o dia 09 de dezembro de 2013.

**XXIII - DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO**

O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo poderá interpor recurso nos dias 10 e 11 de dezembro.

Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Prefeitura Municipal de Garuva.

Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem.

Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico (<http://www.garuva.sc.gov.br>), no dia 13 de dezembro de 2013. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

A decisão final da COMISSÃO será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

Não será aceito recurso via postal, fax, e-mail ou ainda, fora do prazo.

A decisão final da COMISSÃO será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

#### XXIV - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final com a relação dos candidatos classificados será divulgado no site da prefeitura (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 13 de dezembro de 2013.

#### XXV - DA ESCOLHA DE VAGAS

As vagas a serem oferecidas para os candidatos inscritos e classificados serão as vagas remanescentes do concurso de ingresso e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

As vagas para a 1ª chamada serão publicadas até no dia 14 de Dezembro de 2014, (<http://www.garuva.sc.gov.br>), ou no mural da Prefeitura de Garuva.

A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada nos dias 16 e 17 de dezembro de 2013, na Escola Municipal Vicente Vieira, conforme estabelecido no quadro abaixo:

Dia	Horário	Área/Disciplina
15	8:00	Especialista
15	10:00	Educação Infantil
15	13:00	Ensino Fundamental/ séries iniciais
16	8:00	Ensino Fundamental/ séries finais
16	13:00	Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial

A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga.

O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Educação justificativa e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

O candidato poderá escolher até 60 (sessenta) horas semanais.

A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

Após cada chamada será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem. Ou seja, a cada chamada encerrada, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

O candidato terá 2 (dois) dias, considerando-se os dias úteis, para se apresentar a documentação contida no edital no Departamento de Recursos Humanos. Passado o prazo, fica a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

#### XXVI - DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

No ato da escolha da vaga o candidato deverá apresentar Diploma de Conclusão de Curso para as vagas dos Habilitados. Documentos exigidos para a Admissão, que deverão ser entregues no ato de escolha da vaga:

Cópia simples dos seguintes documentos:

Certidão de nascimento (se solteiro)

Certidão de casamento (se casado)

Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)

RG e CPF

Título de eleitor

Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)

Cartão do PIS/PASEP

Certificado de reservista (p/ homens)

Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos

Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos

Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)

Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)

Certidão negativa de antecedente criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (internet ou solicitado no FÓRUM)

Certidão de quitação eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br))

Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)

Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição

Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal

Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário

01 foto 3x4 RECENTE

Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)

Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

ASO (a guia será entregue após a escolha de vaga, o candidato terá o prazo máximo de 10 dias para sua realização)

Original e cópia do comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA)

Original e cópia do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)

Original e cópia do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis e serão autenticadas no local.

## XXVII - DISPOSIÇÕES FINAIS

O candidato classificado que escolher vaga será admitido em caráter temporário no ano de 2014 de acordo com a legislação em vigor.

O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2014, conforme Lei Complementar

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão organizadora

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 21 de outubro de 2013.

STELLA MARIS BARTH WANIS

Presidente da Comissão

Portaria 520/2013

## ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

NÍVEL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Educação Infantil	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações básicas, expressões numéricas e situações problema - LDB 9394/96 ii. Conhecimentos Específicos - Critérios para um atendimento em Creche que respeite os direitos fundamentais da criança - RCNEI – vol. I, II e III

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Ensino Fundamental Anos Iniciais e EMEJA Nivelamento I e II	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações básicas, expressões numéricas, cálculo com frações e situações problema LDB – 9394/96 ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente ii. Conhecimentos Específicos Caderno do Ensino Fundamental de 9 anos PCNs – Anos Iniciais (todos os volumes)

DISCIPLINAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Ensino Fundamental e EMEJA Anos Finais Língua Portuguesa Matemática História Geografia Ciências Inglês Educação Física Artes	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações, expressões numéricas, porcentagem, situações problema, geometria e equações de 1º grau LDB – 9394/96 ECA - Estatuto da criança e do Adolescente ii. Conhecimentos Específicos PCNs – Anos Finais – o candidato deve estudar somente o caderno (PCN) da disciplina na qual se inscreveu.

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Ética e Cidadania Ensino Religioso	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações, expressões numéricas, porcentagem, situações problema, geometria e equações de 1º grau LDB 9394/96 ii. Conhecimentos Específicos - PCNs Anos Iniciais e Finais – Temas Transversais

NÍVEL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
-------	-----------------------



Educação Especial e Libras	<ul style="list-style-type: none"><li>i. Conhecimentos Gerais<ul style="list-style-type: none"><li>- Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico)</li><li>- Matemática – Operações básicas, expressões numéricas e situações problema</li><li>- LDB 9394/96</li><li>- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente</li></ul></li><li>ii. Conhecimentos Específicos<ul style="list-style-type: none"><li>- Cadernos de Educação Inclusiva Direito a Diversidade – MEC/ volumes 1,2,3 e 4</li><li>- Disponível no site do MEC em publicações.</li><li>- <a href="http://www.mec.gov.br">www.mec.gov.br</a></li></ul></li></ul>
----------------------------	--

ESPECIALISTA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Supervisor Escolar Orientador Escolar	<ul style="list-style-type: none"><li>i. Conhecimentos Gerais<ul style="list-style-type: none"><li>- Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico)</li><li>- Matemática – Operações, expressões numéricas, porcentagem, situações problema, geometria e equações de 1º grau</li><li>- LDB 9394/96</li><li>- ECA – Estatuto da criança e do Adolescente</li></ul></li><li>ii. Conhecimentos Específicos<ul style="list-style-type: none"><li>- RCNEI (vol. I, II e III)</li><li>- PCNs - Anos iniciais e finais (todos os cadernos)</li><li>- Cadernos de Educação Inclusiva Direito a Diversidade – MEC/ volumes 1,2,3 e 4 (disponível site MEC)</li></ul></li></ul>



**ANEXO II**  
**ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO**

**Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)**

---

---

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o **Edital do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário do ano letivo de 2014**, que o Senhor(a)

\_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade  
/ \_\_\_\_\_ nº

\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ exerceu ou ainda exerce atividades no  
magistério nessa instituição, no cargo de **PROFESSOR**, conforme abaixo especificado:

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
/ \_\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
/ \_\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
/ \_\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
/ \_\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
/ \_\_\_\_\_

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

**Observação: Informar o tempo de serviço total do candidato e não apenas o tempo referente ao ano de 2013.**

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição



**ANEXO III**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DE GARUVA</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> <b>INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2014</b> <b>EDITAL Nº 15/2013</b>		
NOME DO(A) CANDIDATO(A)		Nº DA INSCRIÇÃO
RG	CPF	DATA NASC.
ENDEREÇO/ E-MAIL		TELEFONES
<b>INSCRIÇÃO</b> 1. ( ) Educação Infantil 2. Ensino Fundamental ( ) Anos Iniciais ( ) Anos Finais – Disciplina(s):..... 3. EMEJA ( ) Anos Iniciais ( ) Anos Finais – Disciplina(s):..... 4. Educação Especial ( ) Educação Especial – 2º professor ( ) Libras 5. Especialista ( ) Orientador(a) ( ) Supervisor(a)		
PARA CLASSIFICAÇÃO: HABILITADO ( )    NÃO HABILITADO ( )		
Local e data Garuva, .....de.....de 2013		
Declaro que aceito todas as normas especificadas no Edital de abertura deste Teste Seletivo e que possuo todos os documentos exigidos no mesmo, para a vaga a qual me candidato. Sou responsável pelo preenchimento da ficha de Inscrição, pelas informações aqui prestadas e estou ciente das penalidades em caso de Declaração falsa.  <hr/> <p align="center"><b>Assinatura do(a) candidato(a)</b></p>		<p align="center"><b>Assinatura do Responsável pelo recebimento da Inscrição</b></p> <p align="center"><b>STELLA MARIS BARTH WANIS</b> Presidente da Comissão</p>



**ANEXO IV**  
**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PREFEITURA DE GARUVA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2014**

**EDITAL Nº 15/2013**

NOME DO(A) CANDIDATO(A)		Nº DA INSCRIÇÃO
RG	CPF	DATA NASC.

INSCRIÇÃO

1. ( ) Educação Infantil

2. Ensino Fundamental

( ) Anos Iniciais

( ) Anos Finais – Disciplina(s):.....

3. EMEJA

( ) Anos Iniciais

( ) Anos Finais – Disciplina(s):.....

4. Educação Especial

( ) Educação Especial – 2º professor

( ) Libras

5. Especialista

( ) Orientador(a)

( ) Supervisor(a)

Local e data

Garuva, .....de.....de 2013

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável**  
**pelo recebimento da Inscrição**

**STELLA MARIS BARTH WANIS**  
Presidente da Comissão



**ANEXO V**  
**CRONOGRAMA**

- 1 – INSCRIÇÃO :** 22 de outubro a 05 de novembro de 2013;
- 2 – PROVA :** 10 de novembro de 2013;
- 3 – GABARITO :** 11 de novembro de 2013;
- 4 – RECURSO GABARITO :** 12 e 13 de Novembro de 2013;
- 5 – RESULTADO FINAL DO GABARITO:** 14 de novembro de 2013;
- 6 – PROVA DE TÍTULOS :** 18 a 22 de novembro de 2013;
- 7 – RESULTADO TÍTULOS E RESULTADO FINAL:** 09 de dezembro de 2013;
- 8 – RECURSO DE RESULTADO FINAL:** 10 e 11 dezembro de 2013;
- 9 – RESULTADO FINAL DOS RECURSOS :** 13 de dezembro de 2013;
- 10 – LISTA DOS APROVADOS:** 13 de dezembro de 2013;
- 11 – QUADRO DE VAGAS:** 14 de dezembro de 2013;
- 12 – ESCOLHA DE VAGAS :** 16 e 17 de dezembro de 2013;
- 13 – ENTREGA DOS DOCUMENTOS :** *( Conforme Inciso XXVI )*; no dia da escolha da vaga;
- 14 – ASSINATURA DO CONTRATO NO SETOR DE RH:** Janeiro de 2014;
- 15 – INÍCIO DAS ATIVIDADES :** Final de janeiro a início de fevereiro de 2014.;

**24**  
**OUT**  
**2013**

**FECAM**  
**CONVOCA**  
**ASSEMBLEIA GERAL**  
**EXTRAORDINÁRIA**  
**PREFEITOS DE**  
**SANTA CATARINA**





# Gaspar

## PREFEITURA

**Portaria Nº 3.205, de 16 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.205, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, O SERVIDOR ANDRESS CRISTIAN DAUER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar o servidor ANDRESS CRISTIAN DAUER, ocupante do cargo efetivo de Zelador, nomeado pelo Decreto nº 5.593/2013, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº 3.202, de 16 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 09/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE ANDRÉ LUIS DA CONCEIÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de outubro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 09/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de André Luis da Conceição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.206, de 16 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.206, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 04/2012, INSTAURADA PARA APURAR COMETIMENTO DE ATITUDES INDEVIDAS NO ÂMBITO DA EBB NORMA MÔNICA SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de outubro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 04/2012, instaurada para apurar cometimento de atitudes indevidas no âmbito da EBB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 3.203, de 16 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.203, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar os servidores abaixo, ocupantes do cargo efetivo de Zelador, lotados com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, nomeados pelo Decreto nº 5.593/2013:

I - Eladio Parenho;

II - Cleidimar de Mello;

III - Gilson Zucatelli;

IV - Adilson Salesio da Silva;

V - Antonio Delmar de Souza;

VI - Altair Augustinho Theiss.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº 3.204, de 16 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.204, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, O SERVIDOR CLAUDI MILTON PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar o servidor CLAUDI MILTON PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Zelador, nomeado pelo Decreto nº 5.593/2013, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar na Fundação Municipal de Esportes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### Extrato do Contrato Nº SAF-89/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-89/2013

Início da vigência: 19/10/2013 Vencimento: 19/10/2014. Dispensa nº.: 159/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel, contendo terreno de 5.607,90m² e área total construída de 1.815,00m², destinado às instalações do Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar/SC. Contratado: LINCE PART. E EMPREENDIMENTOS LTDA (75.278.085/0001-73). Valor total do contrato: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Gaspar/SC, 10 de Outubro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 66/2013

RESOLUÇÃO Nº 66/2013.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO.

A Mesa Diretora, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I, IV e VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.639, de 04 de outubro de 2013, de autoria de sua Excelência, o Prefeito do Município de Gaspar, que decreta ponto facultativo na Administração Direta e Indireta no dia 28 deste mês, por ocasião do dia do servidor público,

#### RESOLVE

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo no dia 28 de outubro de 2013 nesta Casa Legislativa.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Vice-Presidência, 18 de outubro de 2013.  
JOSÉ HILÁRIO MELATO                      MARCELO DE SOUZA BRICK  
Presidente                                      Vice-Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO      MARLI IRACEMA SONTAG  
1º Secretário                              2ª Secretária (em licença).

Grão Pará

## PREFEITURA

### 4º Termo Aditivo Contrato 18/2011

QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 18/2011, DATADO DE 19 DE AGOSTO DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA ITAMAR CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA ME, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa ITAMAR CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA ME, estabelecida na Rua 03 de Outubro, 61, Sala 03, Piso Superior, Centro, Imbituba/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 08.581.359/0001-01, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pela Senhora SANDRA HELENA NASCIMENTO PACHECO, brasileira, casada, Sócia Administradora, CNPF n. 671.522.019-00, Carteira de Identidade n. 1.567.784-SSP/SC, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 18/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 07 (sete) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 28 (vinte e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 26 de agosto de 2011.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 26 de maio de 2013.

#### CONTRATANTE

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

#### CONTRATADA

SANDRA HELENA NASCIMENTO PACHECO  
Sócia Administradora Empresa Contratada

#### T E S T E M U N H A S

### 5º Termo Aditivo ao Contrato N 18-2011

QUINTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 18/2011, DATADO DE 19 DE AGOSTO DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA ITAMAR CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA ME, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa ITAMAR CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA ME, estabelecida na Rua 03 de Outubro, 61, Sala 03, Piso Superior, Centro, Imbituba/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 08.581.359/0001-01, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pela Senhora SANDRA HELENA NASCIMENTO PACHECO, brasileira, casada, Sócia Administradora, CNPF



n. 671.522.019-00, Carteira de Identidade n. 1.567.784-SSP/SC, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 18/2011, no que diz respeito à alteração da vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo de vigência contratual, totalizando, assim, 36 (trinta) meses o prazo da vigência do Contrato, contados de sua assinatura, que ocorreu em 19 de agosto de 2011.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 19 de agosto de 2013.

CONTRATANTE

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

SANDRA HELENA NASCIMENTO PACHECO

Sócia Administradora Empresa Contratada

#### TESTEMUNHAS

**Imbituba**

**PREFEITURA**

#### Lei Complementar Nº 4.262.2013

Lei Complementar nº 4.262, de 17 de outubro de 2013.

Revoga e altera dispositivos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, que Instituiu o Código Tributário do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam revogadas as alíneas "c", "d" e "e", do Inciso II, da Tabela de Valores relativos à Taxa de Serviços Diversos, do art. 360, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006.

Art. 2º Fica alterado o Parágrafo único do art. 360, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passando a ser o "Parágrafo primeiro" e fica criado o Parágrafo segundo no mesmo art. 360, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

"§2º Não se exigirá prévio recolhimento de taxas, salvo os referentes ao fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida que será aferido pela autoridade competente responsável pela concessão dos documentos requisitados. Para vistas ou consulta, quer seja na repartição pública ou por meio digital disponibilizado no sítio da Prefeitura Municipal, não será exigido qualquer pagamento ou espécie de cobrança."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

&#8195;

#### Lei Nº 4.261.2013

Lei nº 4.261, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 88.145,00 (oitenta e oito mil e cento e quarenta e cinco reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

Manutenção da SEDURB

15.122.0007-2.031

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115) Aplicações Diretas 10.000,00

Manutenção da SEDURB

15.122.0007-2.031

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0116) Aplicações Diretas 78.145,00

Total 88.145,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

Modernização de Gestão Urbana e Ambiental

15.451.0007-2.030

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0118) Aplicações Diretas 18.145,00

Cadastramento Imobiliário Geo-referenciado

15.452.0007-2.028

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0119) Aplicações Diretas 50.000,00

Lazer, Direito de Todos

27.813.0007-2.033

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0120) Aplicações Diretas 20.000,00

Total 88.145,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei Nº 4.263.2013**

Lei nº 4.263, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECR. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE

Manutenção da SDR/Norte

04.122.0007-2.041

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0129) Aplicações Diretas 27.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0130) Aplicações Diretas 32.000,00

Total 59.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

SECR. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE

Manutenção das Estradas - SDR/Norte

15.451.0007-2.107

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0131) Aplicações Diretas 27.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0132) Aplicações Diretas 32.000,00

Total 59.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

&#8195;

**Lei Nº 4.264.2013**

Lei nº 4.264, de 17 de outubro de 2013.

Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL

Manutenção da SDR/Sul

04.122.0007-2.042

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0134) Aplicações Diretas 12.000,00

Total 12.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da

seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL

Manutenção das Estradas - SDR/Sul

15.451.0007-2.108

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0137) Aplicações Diretas 12.000,00

Total 12.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

&#8195;

**Lei Nº 4.265.2013**

Lei nº 4.265, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para novo item orçamentário e reforço de dotação orçamentária como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESPORTE

Manutenção da SESPORTE

27.122.0007-2.134

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0152) Aplicações Diretas 10.000,00

Manutenção da SESPORTE

27.122.0007-2.134

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0153) Aplicações Diretas 10.000,00

Festivais e Campeonatos Esportivos

27.812.0010-2.138

3.3.90.00.00.00.00.00.0172 (0171) Aplicações Diretas 20.000,00

Total 40.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados no exercício de 2012 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESPORTE

Espaço Esportivo nas Praças

27.813.0010-1.047

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0154) Aplicações Diretas 20.000,00

Total 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.



Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 132.2013**

DECRETO PMI Nº 132, de 11 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a recondução dos membros da JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações, no âmbito Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei no 2.224, de 6 de dezembro de 2001, alterada pela Lei n.º 3.526, de 08, de julho de 2009,

Considerando a Resolução JARI/IMB/SC Nº 01, de 08 de julho de 2013, que Dispõe sobre a abertura do Processo de Escolha dos Membros da Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI, e;

Considerando a Avaliação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de pessoal - CERSP, exarado as fls. 46, no Processo nº 13896/2013.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam reconduzidos para a composição da JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações vinculada a CIRETRAN - Circunscrição Estadual de Trânsito a que o município de Imbituba estiver vinculado, os abaixo relacionados:

I - Antônio Roz de Souza - integrante com conhecimento na área de trânsito;

II - Dorvalino Pedro de Mello Filho - servidor do órgão ou entidade pública municipal;

III - Cristian Amorin - representante de entidade ligada à área de trânsito que a presidirá;

IV - Maurício Mazzoca Pires - Secretário Executivo, servidor público municipal.

Art. 2º Os membros da JARI serão remunerados na forma do § 2º, da Lei no 2.224/2001, conforme redação dada pela Lei n.º 3.526, de 08, de julho de 2009.

§ 1º Os membros e Secretário Executivo da JARI, serão remunerados por sessão, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Salário Mínimo Nacional.

§ 2º Os membros da JARI se reunirão ordinariamente quinzenalmente e extraordinariamente quando houver necessidade de trabalho e por convocação de seu Presidente.

§ 3º O servidor público, quando for designado como membro ou Secretário Executivo da JARI, terá direito à remuneração prevista no caput somente quando a sessão ordinária ou extraordinária for realizada fora do horário normal de expediente."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua edição.

Imbituba, 11 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 133.2013**

DECRETO PMI Nº 133, de 14, de outubro de 2013.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 28 de outubro de 2013, segunda-feira, por ocasião do Dia do Funcionário Público.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, e da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

#### **Decreto PMI Nº 134.2013**

DECRETO PMI Nº 134, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais), para novo item orçamentário e reforço de item orçamentário, como segue:

#### **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA - FMS**

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

4.4.90.00.00.00.00.0184 (0055) Aplicações Diretas 100.000,00

Assist. Ambul. e Hospitalar

10.302.0014-2.061

3.3.50.00.00.00.00.00.0106 (0026) Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucr. 36.000,00

Total 136.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2013, conforme segue:

#### **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA - FMS**

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

3.3.90.00.00.00.00.00.0184 (0014) Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 14 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 135.2013**

DECRETO PMI Nº 135, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre proibição a utilização das quadras esportivas, pertencentes ao Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica proibida a utilização das quadras esportivas, pertencentes ao Município de Imbituba, sem o prévio recolhimento da respectiva taxa, através do Documento de Arrecadação Municipal.

Art.2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a liberar a utilização das quadras para a realização de eventos sociais, esportivos e culturais, desde que comprovadamente não obtenham fins lucrativos, sem a cobrança de taxa.

Art.3º Findo os eventos de que trata o Art. 2º, os usuários das quadras as devolverão na mesma situação em que a receberam.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 136.2013**

DECRETO PMI Nº 136, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.261, de 17 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 88.145,00 (oitenta e oito mil e cento e quarenta e cinco reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB  
Manutenção da SEDURB  
15.122.0007-2.031  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115) Aplicações Diretas 10.000,00  
Manutenção da SEDURB  
15.122.0007-2.031  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0116) Aplicações Diretas 78.145,00

Total 88.145,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB  
Modernização de Gestão Urbana e Ambiental  
15.451.0007-2.030  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0118) Aplicações Diretas 18.145,00  
Cadastramento Imobiliário Geo-referenciado  
15.452.0007-2.028  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0119) Aplicações Diretas 50.000,00  
Lazer, Direito de Todos  
27.813.0007-2.033  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0120) Aplicações Diretas 20.000,00  
Total 88.145,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

&#8195;

### **Decreto PMI Nº 137.2013**

DECRETO PMI Nº 137, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 4.263, de 17 de outubro de 2013

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECR. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE  
Manutenção da SDR/Norte  
04.122.0007-2.041  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0129) Aplicações Diretas 27.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0130) Aplicações Diretas 32.000,00  
Total 59.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

SECR. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE  
Manutenção das Estradas - SDR/Norte  
15.451.0007-2.107  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0131) Aplicações Diretas 27.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0132) Aplicações Diretas 32.000,00  
Total 59.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 138.2013**

DECRETO PMI Nº 138, de 17 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.265, de 17 de outubro de 2013

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para novo item orçamentário e reforço de dotação orçamentária como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESPORTE  
Manutenção da SESPORTE  
27.122.0007-2.134  
3.3.90.00.00.00.00.0080 (0152) Aplicações Diretas 10.000,00  
Manutenção da SESPORTE  
27.122.0007-2.134  
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0153) Aplicações Diretas 10.000,00  
Festivais e Campeonatos Esportivos  
27.812.0010-2.138  
3.3.90.00.00.00.00.0172 (0171) Aplicações Diretas 20.000,00  
Total 40.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados no exercício de 2012 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESPORTE  
Espaço Esportivo nas Praças  
27.813.0010-1.047  
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0154) Aplicações Diretas 20.000,00  
Total 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI Nº 023.2013**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 023, de 12 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que

lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

Considerando, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 6390/2013;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a suposta irregularidades referente disparidade de valores arrecadados com produtividade na Área Azul.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Maurício Mazzoca Pires, Agente Administrativo, matrícula nº 396, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que exercerá a função de presidente;  
II - Daniel Henrique de Sá, matrícula nº 542, Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura; e  
III - Jailson Maria, Assistente Administrativo, matrícula nº 1014, lotado na Secretaria de Administração e Gestão Pública.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da LEI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de junho de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI/DGP Nº 629/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 629, de 21 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 14383, de 23 de setembro de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora MILENE RIBEIRO, inscrita no CPF sob o n.º 043.356.679-57, Agente Administrativa, matrícula n.º 4850, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.  
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 630/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 630, de 21 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre a Demissão de Agente Administrativo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 18 de junho de 2008, através do Concurso Público Edital - 01/2007 e PORTARIA DRH/SEAD N.º 275, de 19 de junho de 2008, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Michel Martins	Agente Administrativo	035.700.849-90	31/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Publicação de Extrato de Concorrência Nº 05/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 122/2013  
CONCORRÊNCIA Nº 05/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 10 de dezembro de 2013, licitação na modalidade de Concorrência, tipo melhor técnica e preço, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de agência de publicidade para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de outubro de 2013.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Presidente da Comissão de Licitação

### Extrato: SEINFRA 2013/124 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEINFRA 2013/124 A00  
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP  
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NAS RUAS CUSTÓDIA DE CARVALHO FERREIRA - BARRA IBIRAQUERA, RUA SANTA LUZIA - VILA NOVA E RUA JORGE LACERDA.  
Valor: R\$ 23.097,26 Prazo: 90 dias  
Fundamento: Processo nº. 105/2013 Carta Convite nº10/2013

Imbituba, 15 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal  
Contratante

IMBIMOLDE PRÉ MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP  
Representante Legal  
Contratada

### Edital SEAGP Nº 093/2013

EDITAL SEAGP Nº 093/2013  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Outubro a 17 de Novembro de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com

classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 093/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

SERVENTE MERENDEIRA

ADRIANA DE OLIVEIRA VIEIRA

### Edital SEAGP Nº 094/2013

EDITAL SEAGP Nº 094/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO  
Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Rua Ernani Cotrin 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Outubro a 17 de Novembro de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público 02/2011.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 094/2013

Odontólogo

FABIANE ALVES FARIAS

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### Decreto N. 2.009 de 21 de Outubro de 2.013

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 474.574,61.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II c/c ao § 2º e 730; do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.727 de 18 de outubro de 2.013,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 7, Projeto 2.007 - Ações de Parcerias para o Fortalecimento do Municipalismo, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 1.500,00.

II. Código reduzido 14, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 42.624,61.

III. Código reduzido 16, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 61.000,00.

IV. Código reduzido 35, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 70.000,00.

V. Código reduzido 43, Projeto 2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 52.409,00.

VI. Código reduzido 45, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 42.000,00.

VII. Código reduzido 48, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 30.541,00.

VIII. Código reduzido 59, Projeto 2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 29.000,00.

IX. Código reduzido 53, Projeto 2.048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 13.000,00.

X. Código reduzido 68, Projeto 2.043 - Gestão das Políticas e



Ações da Cultura, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 5.000,00.

XI. Código reduzido 73, Projeto 2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 33.500,00.

XII. Código reduzido 82, Projeto 2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 12.000,00.

XIII. Código reduzido 78, Projeto 2.051 - Gestão das Ações de Melhoramento Genético Animal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 12.000,00.

XIV. Código reduzido 86, Projeto 2.069 - Gestão das Ações do Conselho Tutelar e CMDCA, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 18.000,00.

XV. Código reduzido 93, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 10.000,00.

XVI. Código reduzido 106, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.000,00.

XVII. Código reduzido 100, Projeto 2.065 - Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 7.000,00.

XVIII. Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 474.574,61

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das anulações totais e parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 19, Projeto 0.000 - Amortização e Encargos da Dívida Contratual, elemento 32900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 23.000,00.

II. Código reduzido 21, Projeto 0.001 - Amortização da Dívida de Débitos Consolidados, elemento 32900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 3.400,00.

III. Código reduzido 22, Projeto 0.001 - Amortização da Dívida de Débitos Consolidados, elemento 46900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 4.000,00.

IV. Código reduzido 27, Projeto 2.055 - Gestão das Políticas de Meio Ambiente, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 5.000,00.

V. Código reduzido 31, Projeto 2.056 - Gestão das Ações de Preservação e Utilização de Recursos Hídricos, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 9.059,56.

VI. Código reduzido 33, Projeto 1.032 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinário Pesado destinados ao DMER, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 20.000,00.

VII. Código reduzido 41, Projeto 1.019 - Edificações para a Modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 23.950,00.

VIII. Código reduzido 58, Projeto 1.053 - Edificações para a Modernização do Ensino Infantil, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 10.000,00.

IX. Código reduzido 49, Projeto 2.038 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 120.000,00.

X. Código reduzido 39, Projeto 2.039 - Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 15.000,00.

XI. Código reduzido 67, Projeto 1.027 - Equipamentos e Edificações para Modernização das Ações da Cultura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 10.000,00.

XII. Código reduzido 70, Projeto 1.029 - Edificações para o Desporto Amador e o Lazer Comunitário, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 30.000,00.

XIII. Código reduzido 71, Projeto 1.030 - Equipamentos para Modernização das Ações do Desporto, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 5.000,00.

XIV. Código reduzido 74, Projeto 2.019 - Ações de Parceria com Entidades Desportivas e Comunitárias, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 3.000,00.

XV. Código reduzido 80, Projeto 1.024 - Equipamentos e veículos para Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 10.000,00.

XVI. Código reduzido 83, Projeto 2.014 - Ações de Parceria com Associações de Agricultores, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 9.065,05.

XVII. Código reduzido 104, Projeto 1.035 - Aquisição de Equipamentos e Veículos destinados a Modernização das Ações no Urbanismo, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 9.100,00.

XVIII. Código reduzido 109, Projeto 1.045 - Incentivos a expansão da Indústria, Comércio e Serviços, elemento 44900000000000,



fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.000,00. XIX. Código reduzido 103, Projeto 2.093 - Regularização, manutenção e expansão de cemitérios municipais, elemento 3390000000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 130.000,00.

XX. Código reduzido 1, Projeto 1.041 - Veículos e Equipamentos destinados a Modernização da Saúde Pública, elemento 4490000000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.000,00.

XXI. Código reduzido 2, Projeto 1.052 - Edificações para funcionamento de Unidades de Saúde, elemento 4490000000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 474.574,61

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 21 de outubro de 2.013.

Ipumirim-SC, 21 de outubro de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1742-2013

LEI N.º 1.742/2013.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR BEM IMÓVEL PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Executivo, autorizado a adquirir um imóvel rural, de propriedade em comum, de CILDETE APARECIDA BOSSOW KICHILESKI, portadora do RG nº 3.362.570-0-SSP/SC, CPF nº 899.076.989-20, e seu marido DANIEL KICHILESKI, portador do RG nº 18/R 1.799.571-SSP/SC, CPF 509.588.029-20, residentes na Localidade de Pé da Serra, ANTONIO CESAR BOSSOW, portador do RG nº 10/C 3.363.893-SSP/SC, CPF nº 899.080.669-00, e sua mulher JOANITA DENISE FERREIRA BOSSOW, portadora do RG nº 4.917.364-SSP/SC, CPF nº 062.972.109-26, residentes na localidade de Rio Branco, ELIANE BOSSOW DE FREITAS, portadora do RG nº 3.791.272-SSP/SC, CPF nº 899.080.749-20, e seu marido MOACIR CORREA DE FREITAS, portador do RG nº 4.470.409-SSP/SC, CPF 038.766.119-03, residentes na localidade de São Pascoal, SILMARA BOSSOW HOLTEMANN, portadora do RG nº 3.991.180-SSP/SC, CPF nº 040.290.659-45 e seu marido RAFAEL HOLTEMANN, portador do RG nº 10/C 3.362.515-SSP/SC, CPF nº 020.892.2779-23, residentes na localidade de Vila Nova do Timbó, JUÇARA BOSSOW DE LIMA, portadora do RG nº 4.667.769-SSP/SC, CPF nº 0459.003.529-93, e seu marido CLAUDEMIR DE LIMA portador do RG nº 4.917.618-8-SSP/SC, CPF nº 048.633.699-99, residentes na localidade de Rio Branco, com reserva de usufruto vitalício em favor de CÉLIO BOSSOW, brasileiro,

viúvo, residente e domiciliado na localidade de Rio Branco, neste Município, Portador do CPF Nº 218.515.499-00 e RG nº 494.416-0 SSP-SC, localizado na localidade de Timbozinho, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, com área de 7.500,00m² (sete mil e quinhentos metros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes medidas e confrontações: vértice 0=PP, de coordenadas N:7079273.201m e E:526503.703m; segue pela Estrada Geral com azimutes e distâncias: 256°19'37" e 127.45m até o vértice 01, de coordenadas N:7079273.201m e E:526503.703m; segue confrontando com o terreno de Antonio Cesar Bossow e outros com azimute e distância de 169°06'57" e 69.10m até o vértice 02, de coordenadas N:7079175.216m e E:526392.912m; segue confrontando com terreno de Antonio Cesar Bossow e outros com os seguintes azimutes e distâncias: 67°35'51" e 131.74m até o vértice 03, de coordenadas N:7079225.425m e E:526514.712m; segue confrontando com o terreno da Prefeitura Municipal de Irineópolis com azimutes e distancia 347°01'23" e 49,03m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º O imóvel, objeto deste Decreto, destina-se exclusivamente à construção de uma quadra poliesportiva coberta.

Art. 3º O imóvel de que trata esta Lei, em caso de desapropriação amigável, poderá ser adquirido pelo Poder Executivo Municipal, através de escritura pública de compra e venda.

Art. 4º A aquisição de que trata esta Lei é feita com dispensa de licitação, com base no artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, em razão de que as necessidades de instalação e localização condicionada a sua escolha.

Art. 5º Pelo imóvel identificado no artigo 1º, o Município pagará ao vendedor a importância de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), sendo que o valor da transação corresponde ao valor de mercado do imóvel, conforme comprova o laudo de avaliação que faz parte integrante desta lei.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas a serem consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de outubro de 2.013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 1743-2013

LEI N.º 1.743/2013.

“AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, LEI:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção à Associação dos Pacientes Oncológicos do Município de Irineópolis/SC, no valor global de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser repassado em 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a partir do mês de setembro de 2013.

Art. 2.º - O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2013, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº

8.666/93.

Art. 3.º - Os valores repassados serão destinados a auxiliar na manutenção da entidade, para cobrir despesas correntes, afetas as atividades previstas em seu Estatuto Social.

Art. 4.º - Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 5.º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2020 - 126 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

Art. 6.º - A entidade beneficiária firmará com o Município, termo de Convênio, estabelecendo normas e critérios para a concessão do benefício.

Art. 7.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de outubro de 2.013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2490/2013**

Decreto nº 2490/2013.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13, DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais.)

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.00.0100(113) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

**T O T A L** R\$ 35.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0100(116) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

**T O T A L** R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2491/2013**

DECRETO Nº 2491/2013, de 22 de outubro de 2013.

**DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVA ACOMPANHADA DE GRANIZO - 1.3.2.1.3, CONFORME IN/MI 01/2012.**

O Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

**CONSIDERANDO:**

I. que a precipitação de chuva seguido de granizo e rajadas de ventos fortes, ocorrida em data de 21/10/2013, atingiu toda a zona urbana e rural do município de Irineópolis;

II. que em decorrência desse desastre temos várias casas destruídas e famílias desalojadas, as estradas municipais estão prejudicadas, dificultando o acesso;

III. que tendo como agravantes da situação de anormalidade: ventos extremos, com queda de granizo, resultando em danos materiais e prejuízos econômicos e sociais;

IV. que as intempéries climáticas supracitadas, atingiram as áreas rurais do Município, causando estragos e prejuízos nas lavouras em geral;

V. que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

VI. que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como precipitação de granizo - 1.3.2.1.3, conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigendo pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito,  
aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal de Irineópolis - SC.

#### **Portaria Nº 334/2013 - Republicação.**

PORTARIA Nº 334/2013 - REPUBLICAÇÃO.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o artigo 7º da Lei nº 647/92, com redação dada pela Lei nº 1736/2013, de 09/10/2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR os membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

##### **I. DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS**

###### **a) Secretaria Municipal da Educação**

Efetivo: Ana Paula Martins Reichardt

Suplente: Sezinanda Aparecida dos Santos;

###### **b) Secretaria Municipal da Saúde:**

Efetivo: Jaqueline Aparecida Schleger

Suplente: Cícera Angélica de Souza Costa;

###### **c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário**

Efetivo: Tania Regina Rückl Pereira

Suplente: Wianey de Cássia Oliveira Godoy Teles dos Santos;

###### **d) Secretaria Municipal da Administração**

Efetivo: Ellen Anny Konopka Colombo

Suplente: Patrícia Fabiane Fronczak;

###### **e) Polícia Militar de Irineópolis**

Efetivo: Rogério dos Santos Ferreira

Suplente: Luiz Carlos Coelho.

##### **II. DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS**

###### **a) Associação de Pais e Professores da E. E. B Horácio Nunes**

Efetivo: Bernadete Konkol Fritzen

Suplente: Maria Romilda Senff Miranda;

###### **b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Efetivo: Lirian Margareth Batschauer Oliveira

Suplente: Maria da Luz Cordeiro;

###### **c) Associação de Pais e Professores do G.E. Dalmo Edson Sfair**

Efetivo: Marli Terezinha Alves Perdun

Suplente: Beatriz Nascimento Alves;

###### **d) Associação de Pais e Professores do G.E. Zélia Milles**

Efetivo: Jandira Naretnick Teodoro

Suplente: Maria Cecília B. da Silva;

###### **e) Cáritas Bom Samaritano**

Efetivo: Maria Rosa Schafaschek

Suplente: Eliza Terezinha Maidel.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria nº 209/2011 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria Nº. 337/2013**

PORTARIA Nº. 337/2013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997, consoante relato de ocorrências verificadas em data de 08 de outubro de 2013, na área da Saúde Pública Municipal

#### **RESOLVE:**

Art 1º - Constituir Comissão de Sindicância Administrativa nº 009/2013 e designar os servidores Edson Luiz Rosa, código 625, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, em exercício do cargo comissionado de Coordenador do Sistema de Controle Interno, Presidente da Comissão; Tatiana Rucinski, código 1441, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, e Cleci Moreira, código 096, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município, respectivamente, membros da Comissão, com a incumbência de apurar responsabilidades quanto aos seguintes fatos:

I. Que em data de 08/10/2013, conforme relato de ocorrências, aconteceram episódios com resultados não concebidos na área da saúde pública municipal, relacionados possivelmente a atuação de servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, quando no atendimento de paciente gestante, na Unidade Sanitária de Saúde e Hospital Municipal bom Jesus;

II. Que as atitudes tomadas pelos servidores relacionados, podem ter contribuído para o agravamento da situação da paciente, o que levou a consequência final dos fatos.

Art. 2º - A conduta em questão pode ser caracterizada como descumprimento dos deveres e infrações às proibições de ordem funcional, previstos na Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997: art. 144, e art 145.

Art. 3º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais,



buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar aos servidores envolvidos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Extrato Processo Licitatorio Nº 71/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 71/2013

TOMADA DE PREÇOS N.º 14/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de novembro de 2013, às 09:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com empreitada por preço unitário, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA APARECIDA, EM ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA, COM ÁREA DE 1285,63M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTARIA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 22 de outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Itá**

**PREFEITURA**

#### **Aviso Processo Licitatório**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2013

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 05 de novembro de 2013, para aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADO, MODELOS SPLIT HIGH WALL, PARA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL, MODELO FNDE. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 05 de novembro de 2013 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "[www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br)" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508 ou 3458-9543.

Itá - SC, 22 de outubro de 2013.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal



## **O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 491 a 509**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 491/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJK5306	55511397D	5010/0	13/03/2013	162 * I
MJZ3737	55890023D	5185/1	20/02/2013	167
MJZ3737	55890024D	5185/2	20/02/2013	167
NLX0716	55890105D	6920/0	19/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 492/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCO2178	54139320D	6920/0	12/09/2011	R\$ 127,69	233
LZU0042	54139187D	6920/0	26/09/2011	R\$ 127,69	233
MDQ6636	54139186D	6912/0	19/09/2011	R\$ 53,20	232
MFZ7953	55511096D	6599/2	20/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHA6132	55248114C	5010/0	27/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHA6132	55248115C	5118/0	27/09/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHA6132	55248116C	6912/0	27/09/2010	R\$ 53,20	232
MIL2235	54139278D	5185/1	19/11/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 493/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWR8509	55511284D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MBY1760	55511440D	6920/0	20/03/2013	233
MCT9003	55511150D	5010/0	28/02/2013	162 * I
MCT9003	55890108D	5118/0	28/02/2013	164 c/c 162 * I
MCT9003	55890110D	6599/2	28/02/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 494/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADW8462	55890069D	5541/1	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CYO3215	54139188D	6920/0	04/10/2011	R\$ 127,69	233
LYG8688	55247991C	7056/1	17/12/2011	R\$ 191,53	244 * III
LYG8688	55247992C	7030/2	17/12/2011	R\$ 191,53	244 * I
LYG8688	55247993C	6050/2	17/12/2011	R\$ 191,53	208
LYG8688	55247994C	6122/0	17/12/2011	R\$ 191,53	214 * I
LZB8630	54139455D	6556/1	07/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
MGD1397	54139462D	5010/0	12/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGD1397	54139463D	6912/0	12/11/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 495/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDH5275	55890092D	5010/0	25/03/2013	162 * I
CDH5275	55890093D	5118/0	25/03/2013	164 c/c 162 * I
DYJ0559	55890083D	5207/0	02/03/2013	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 496/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HJE5569	54139503D	6912/0	08/11/2011	R\$ 53,20	232
LZB8630	54139456D	6912/0	07/11/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 497/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHA0828	55890111D	5010/0	08/03/2013	162 * I
CHA0828	55890112D	5118/0	08/03/2013	164 c/c 162 * I
HOT3597	55248397C	5185/1	01/04/2013	167
MAC7824	55511398D	5010/0	14/03/2013	162 * I
MAC7824	55511399D	5118/0	14/03/2013	164 c/c 162 * I
MAC7824	55890089D	6599/2	14/03/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 498/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFV3295	54139413D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
AHV5244	55511475D	5452/3	01/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CAW5228	54139189D	6920/0	09/11/2011	R\$ 127,69	233
MHT7953	55890060D	5452/3	31/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 499/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HOT3597	54139398D	5185/1	09/04/2013	167
IBT2704	55511439D	6920/0	11/03/2013	233
MHQ6981	55511400D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MHQ6981	55890090D	7030/1	17/03/2013	244 * I
MHQ6981	55890091D	5118/0	17/03/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 500/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASL8218	55511259D	5428/1	20/02/2012	R\$ 191,53	181 * V
DVL3297	55511026D	6920/0	12/01/2012	R\$ 127,69	233
IGT9825	55890081D	5185/1	25/02/2013	R\$ 127,69	167
LAT7217	54139366D	5185/1	31/12/2011	R\$ 127,69	167
LZT7960	55511020D	5452/1	31/12/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MAA6609	54139284D	5380/0	01/01/2012	R\$ 85,12	181 * I
MAO9991	55248364C	6599/2	22/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAO9991	55248365C	5118/0	22/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAO9991	55248366C	5010/0	22/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBE9608	54139489D	6920/0	18/01/2012	R\$ 127,69	233
MFJ4445	54139378D	6912/0	31/12/2011	R\$ 53,20	232
MGB9958	54139285D	5185/1	06/01/2012	R\$ 127,69	167
MGQ9983	54139427D	5185/1	31/12/2011	R\$ 127,69	167
MGX2288	54139292D	5045/0	07/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHA5290	54139449D	6599/2	29/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHR7877	55511027D	5061/0	14/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHR7877	55511028D	5169/1	14/01/2012	R\$ 957,69	165
MHR7877	55511030D	5010/0	14/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIA2291	55511067D	5185/1	20/02/2012	R\$ 127,69	167
MII8101	54139569D	6548/2	31/12/2011	R\$ 85,12	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 501/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMO8410	55248247C	6920/0	24/11/2011	R\$ 127,69	233
MAB5569	55511065D	6858/0	19/02/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MAJ9571	54139335D	6599/2	19/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAJ9571	54139336D	6912/0	19/02/2012	R\$ 53,20	232
MAJ9571	54139337D	5045/0	19/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAJ9571	54139338D	5070/1	19/02/2012	R\$ 957,69	163 c/c 162 * II
MAJ9571	54139338D	5096/0	19/02/2012	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MDZ3318	54139479D	5169/1	27/11/2011	R\$ 957,69	165
MIP1583	54139600D	5185/1	19/02/2012	R\$ 127,69	167
MJE9735	54139519D	7030/3	18/02/2012	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 502/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INF1932	55511197D	5185/1	23/04/2013	167
LAF7127	55890206D	6742/0	18/04/2013	230 * XX
LZS0279	55890114D	6920/0	16/04/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 503/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWY9895	54139375D	6610/2	31/12/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LXI7208	55511282D	5118/0	09/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYP6776	55511057D	6912/0	12/02/2012	R\$ 53,20	232
MAB4517	54139412D	6378/0	20/12/2011	R\$ 127,69	220 * XII
MAH2456	55511007D	6548/2	31/12/2011	R\$ 85,12	229
MAJ9571	54139339D	5029/1	19/02/2012	R\$ 957,69	162 * II
MAV5113	55248369C	6556/1	14/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAV5113	55248370C	6637/1	14/12/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MAV5113	55248371C	6599/2	14/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAV5113	55248372C	5010/0	14/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGL1199	55511068D	6556/1	20/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGM8958	54139495D	5010/0	11/02/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 504/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BPF7037	55511022D	5452/1	01/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 505/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAJ3557	55890251D	6920/0	03/05/2013	233
MDU7744	55511198D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MDU7744	55511199D	5118/0	02/05/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 506/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARB9787	54139530D	6920/0	28/02/2012	R\$ 127,69	233
BRJ1971	54139367D	6610/2	31/12/2011	R\$ 127,69	230 * VII
CXC5643	55511012D	6548/2	31/12/2011	R\$ 85,12	229
DIM8515	54139372D	5185/2	31/12/2011	R\$ 127,69	167
LYP6776	55511031D	5010/0	12/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYP6776	55511032D	5118/0	12/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAV6218	55511307D	5010/0	10/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR6671	54139535D	6920/0	22/03/2012	R\$ 127,69	233
MCR3218	54139291D	6912/0	31/01/2012	R\$ 53,20	232
MDN1950	54139579D	6599/2	06/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDQ6514	54139532D	5037/1	03/03/2012	R\$ 574,61	162 * III
MFL5192	55511351D	6912/0	24/02/2012	R\$ 53,20	232
MGG0376	54139420D	5185/1	31/12/2011	R\$ 127,69	167
MHB4917	55890082D	5525/0	25/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 507/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KFP7838	55511103D	6920/0	14/02/2012	R\$ 127,69	233
LXO3710	54139533D	5010/0	03/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZT7312	55511033D	5010/0	04/04/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 508/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AWE5550	55511442D	5045/0	09/05/2013	162 * V
MHB3691	55890027D	5525/0	03/06/2013	181 * XV
MHJ5902	55248400C	6912/0	03/06/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 509/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IAT2297	55511106D	5185/1	10/03/2012	R\$ 127,69	167
MAE1110	55511262D	5452/1	20/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MDI0626	55511312D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
MEH7270	55511313D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
MFN5856	55511105D	5479/0	19/02/2012	R\$ 85,12	181 * X
MGH1735	55511355D	5185/1	07/04/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**Pedido de Licença Ambiental de Operação****PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL**

Licença Ambiental de Operação de Correção

A Prefeitura Municipal do município de ITÁ - SC torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Licença Ambiental de operação / correção do Complexo Turístico Thermas Itá, localizado na Rodovia Pedro Paludo, s/n, SC 466, Km 72, Bairro Lago Azul, ITÁ - SC  
 Cep: 89760-000. Processo - DIV 0058 - CRP  
 Foi determinado ECA (Estudo Ambiental de Conformidade Ambiental).  
 Rua Felipe Schmidt, 485, Centro  
 CEP - 88010-001 - Florianópolis - Sc  
 Fone: 55 48 3216 1700  
 E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br

**Itaiópolis****PREFEITURA****Extrato de Edital**

Processo Licitatório nº 48/2013 - Pregão Presencial nº 35/2013  
 - Objeto: registro de preços para aquisição de materiais para fabricação de tubos de concreto e lajotas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 06 de novembro de 2013, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 06 de novembro de 2013, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 18 de outubro de 2013. GER-VÁSIO UHLMANN Prefeito Municipal

**Itapoá****PREFEITURA****Ata de Sessão Pública Convite 14/2013**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	22/10/2013	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 14/2013 Nº 105/2013

**OBJETO:**

Contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2014, conforme especificações do Anexo V do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial de Santa Catarina, Diário Oficial da União e Mural Público Municipal, no dia 09/05/2013 a fim de ampla divulgação. Retiraram o edital as empresas: GRÁFICA

AGNUS LTDA, CNPJ/MF: 04.491.814/0001-27, POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA, CNPJ/MF: 02.089.950/0001-60 e OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA, CNPJ/MF: 68.852.870/0001-22. Exatamente às 09 horas encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
22/10/2013	303	08:48	POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS	02.089.950/0001-60

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foram abertos os envelopes de PROPOSTA da empresa habilitada, os quais foram achados conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS	R\$ 18.150,00

Portanto a empresa POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 18.150,00 (Dezoito mil cento e cinquenta reais), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 20.394,00 (Vinte mil trezentos e noventa e quatro reais). Ciente o licitante do resultado supra, e consultado o representante da respectiva empresa, manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
VALERIO PACHECO MEMBRO	

**Convite Nº 16/2013 - Processo Nº 111/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 01/11/2013 às 10h00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:30min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 16/2013 - PROCESSO Nº 111/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção de mureta com tela, com área total de 107,34m no Centro de Preparação de Merenda Escolar, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), como também consultado pelo site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). Para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.





Itapoá, 22 de outubro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

### **Edital de Pregão Nº 55/2013 Proc Nº 107/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2013  
PROCESSO Nº 107/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09:00 estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09:30 do dia 04 de novembro de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa para aquisição de peças e serviços de mão de obra para recuperação do sistema de transmissão da motoniveladora Car-tepillar - 140G, conforme especificações do Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 21 de outubro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo N.º37/2013 Que Visa Aditivar o Contrato Administrativo N.º 18/2013. (2º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º37/2013 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 18/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Bem Estar Social, ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, inscrita no CNPF/MF sob o nº: 820.875.479-04 e portadora do CI.RG2.968091 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, com sede na Av. Paraná, 70, Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.263.284/0001-09 e Inscrição Estadual Isento, representada neste ato por proprietário, a Sr. OSMAR MAYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15 e do CI. RG nº 8/R 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção do Centro de Referência de assistência social (CRAS), com área total de 196,36 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com

a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 01/2013 - PROCESSO Nº 06/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 18/2013 em 30 (trinta) dias contados a partir do dia 18 de outubro de 2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 18/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 18/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 18 de outubro de 2013.

CONTRATANTE  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal  
MUNICIPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA OSMAR MAYER RIBEIRO

CONTRATANTE  
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA  
SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

### **Tomada de Preço Nº 09/2013 - Processo Nº 110/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 11/11/2013 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 09/2013 - Processo nº 110/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a reforma e ampliação da EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do Norte, compreendendo 1.164,56m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 22 de outubro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### Edital Nº. 008/2013

EDITAL Nº. 008/2013

PROCEDE À CHAMADA PARA MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS, AO PROVIMENTO DE VAGAS EM ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado, em cumprimento ao Art. 208, da Constituição Federal/88 e LDB nº 9394/96, Torna público para conhecimento dos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes que estão cursando ou que vão iniciar sua escolarização no ano de 2014 que os Centros de Educação Infantil e Escolas da Rede Municipal de Educação de Jacinto Machado, estão autorizados a realizar matrículas para o Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como rematrículas, para fins de atualização de cadastro, no período de 04 de novembro a 06 de Dezembro de 2013, no horário escolar regular.

Idades recorrentes para matrículas:

- Educação Infantil (creche): 00 (zero) a 03 anos e 11 (onze) meses.
- Pré-Escolar: 04 anos completados até 31 de março de 2014.
- Ensino Fundamental: 06 anos completados até 31 de março de 2014.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado - (SC),  
22 de outubro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Lei Nº 4.401 de 18 de Outubro de 2013.

LEI Nº 4.401 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LINHA PATO ROXO - SÃO PAULO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LINHA PATO ROXO - SÃO PAULO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 00.070.903/0001-49, visando a utilização por parte da entidade de um distribuidor de adubo líquido, com capacidade para 4 mil litros, Patrimônio Nº 07835, de propriedade do Município.

Art. 2º O prazo de vigência desta Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas de manutenção e conservação do bem móvel, provenientes da execução desta cessão de uso ocorrerão por conta da associação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 18 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### Lei Nº 4.402 de 18 de Outubro de 2013.

LEI Nº 4.402 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO de Cooperação Técnica e Institucional, com a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC, que tem por objetivo viabilizar a concessão de estágio supervisionado obrigatório não remunerado para alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos/programas de ensino ministrados pela UDESC, em cumprimento do que dispõe a Lei nº 11.788/2008.

Art. 2º O prazo de duração do Convênio é de 60 (sessenta) meses.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta da UDESC, em conformidade com as obrigações contidas no Convênio, parte integrante desta LEI.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### Lei Nº 4.403 de 18 de Outubro de 2013.

LEI Nº 4.403 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, objetivando a Cessão de Uso de um imóvel de propriedade do Município com área total de 1.402,50m², situado na Rua Adair Gasparini Zílio, Bairro Nossa Senhora de Lourdes - Matrícula R.1 30.360 do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba. Parágrafo único - O imóvel destina-se exclusivamente para construção e implantação do CREAS, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento

- BNDES.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos decorrentes da celebração da Cessão de Uso Nº 05/2013.

JOAÇABA (SC), em 18 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Lei Nº 4.404 de 18 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 4.404 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio de Cooperação Técnica com a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC, objetivando a cessão, por parte do Município, de um servidor para desenvolvimento dos trabalhos junto a JUCESC.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de Dotações próprias, do Orçamento vigente.

Art. 3º O prazo de duração do Convênio é de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Lei Nº 4.405 de 18 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 4.405 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 948.848,00 (novecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

#### **ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO**

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj. Ativ.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000- 1 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000- 2 Tranf. a Inst.Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 5.048,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000- 3 Despesas Correntes- Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

UNIDADE 02: Coordenadoria de Planejamento

Proj. Ativ.2.023 Manutenção da Coordenadoria de Planejamento  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000- 6 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj. Ativ.2.021 Manutenção da Assessoria de Comunicação

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-13 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 800,00

UNIDADE 05: Assessoria de Meio ambiente

Proj. Ativ.2.022 Manutenção da Assessoria de Meio ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-17 -Aplicações Diretas R\$ 500,00

UNIDADE 06: Assessoria de Eventos

Proj. Ativ.2.023 Manutenção da Assessoria de Eventos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-20 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 500,00

UNIDADE 08: Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj. Ativ.2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-30 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

UNIDADE 11: Coordenadoria de Serviços Públicos

Proj. Ativ.2.022 Manutenção da Assessoria de Meio ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-40 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

UNIDADE 12: Coordenadoria de Controle Interno

Proj. Ativ.2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-43 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

#### **ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO**

UNIDADE 01: Gabinete do Vice-Prefeito

Proj. Ativ.2.027 Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000- 46 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

#### **ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj. Ativ.2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-49 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 99.119,54

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0000000-262 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 30.880,46

#### **ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj. Ativ.2.030 Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-66 Despesas Correntes- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj. Ativ.2.031 Contribuição Patronal ao RPPS- Diversos órgãos

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-68 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Proj. Ativ.2.057 Contribuição Patronal ao PLASS- Diversos órgãos

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-69 Pessoal e Enc. Sociais- Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

#### **ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj. Ativ.2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0000000-136 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic. Diretas R\$ 345.000,00

Proj. Ativ.2.044 Manutenção da Intendência de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0000000-154 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic. Diretas R\$ 170.000,00

#### **ÓRGÃO 11: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

UNIDADE 01: Procuradoria Geral do Município



Proj. Ativ.2.067 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-165 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic. Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto parcialmente com recursos provenientes da anulação das dotações pertencente ao orçamento da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no valor de R\$ 768.848,00 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais), conforme segue abaixo identificado e o valor de 180.000,00 (cento e oitenta mil) de recursos provenientes da anulações de dotações do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA :

#### ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj. Ativ.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000- 4 Tranf. a Inst.Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000- 5 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 3.080,00

UNIDADE 03: Divisão de Turismo

Proj. Ativ.2.034 Manutenção da Divisão de turismo

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-10 Tranf. a Inst.Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-11 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-12 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 2.510,00

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj. Ativ.2.021 Manutenção da Assessoria de Comunicação

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-14 Aplicações Diretas R\$ 44.955,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.000000-219 Aplicações Diretas R\$ 14.045,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-15 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 292,00

UNIDADE 05: Assessoria de Meio ambiente

Proj. Ativ.2.022 Manutenção da Assessoria de Meio ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-16 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-18 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 1.000,00

UNIDADE 06: Assessoria de Eventos

Proj. Ativ.2.023 Manutenção da Assessoria de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-22 Aplicações Diretas R\$ 2.610,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-23 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 2.000,00

UNIDADE 08: Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj. Ativ.2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-32 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 2.000,00

UNIDADE 09: Junta de Serviço Militar

Proj. Ativ.2.032 Manutenção da Junta de Serviço Militar e Tiro de Guerra

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-36 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 810,00

UNIDADE 10: Comissão Municipal de defesa Civil

Proj. Ativ.2.037 Manutenção das Ações de Defesa Civil

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-38 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 2.000,00

UNIDADE 12: Coordenadoria de Controle Interno

Proj. Ativ.2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-45 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 1.590,00

ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa  
Proj. Ativ.2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-51 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 2.759,08

#### ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj. Ativ.2.029 Manutenção da secretaria de Gestão Financeira

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-61 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

Proj. Ativ.2.030 Encargos Gerais do Município

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-64 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Proj. Ativ.2.094 Transf.de Recursis ao Ciga-Consorcio inf.na Gestão Pública Municipal

3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-70 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 716,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-71 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 164,00

#### ÓRGÃO 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Ação Social

Proj. Ativ.2.102 Manutenção das Ativ. Cons.Dir.Criança e do adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-72 Aplicações Diretas R\$ 3.405,48

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-73 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 4.000,00

#### ÓRGÃO 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj. Ativ.1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-123 Aplicações Diretas R\$ 77.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-125 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 14.066,45

Proj. Ativ.1.027 Construção de Calçadas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.000000-201 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 14.934,24

Proj. Ativ.1.054 Duplicação e Restauração do Acesso Adolfo Ziguelli

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-134 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 90.000,00

Proj. Ativ.2.043 Manutenção de Prédios Públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-147 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 83.304,63

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.000000-231 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 1.901,22

UNIDADE 03: Intendência de Obras-Santa Helena

Proj. Ativ.2.042 Manutenção da Intendência de Obras-Santa Helena

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-158 Aplicações Diretas R\$ 373,90

UNIDADE 04: Intendência de Obras-Nova Petrópolis

Proj. Ativ.2.041 Manutenção da Intendência de Obras-Nova Petrópolis

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-160 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic. Diretas R\$ 105.000,00

#### ÓRGÃO 10: CONSELHO TUTELAR

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj. Ativ.2.091 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000-163 Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000-164 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 1.671,00

ÓRGÃO 11: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

UNIDADE 01: Procuradoria Geral do Município  
Proj. Ativ.2.067 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0000000-167 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 7.235,00  
UNIDADE 02: Diretoria do Procon  
Proj. Ativ.2.059 Manutenção da Diretoria do Procon  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-172 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0000000-174 Obras e Investimentos-apl.Direta R\$ 7.425,00

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL  
UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento sustentável

Proj. Ativ.2.097 Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento sustentável  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-176 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º Fica autorizado anular as dotações abaixo identificadas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais):

ÓRGÃO 16: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Proj. Ativ.2.068 Proteção Social Básica-Idoso  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-8 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 110.000,00  
Proj. Ativ.2.071 Proteção Social Especial-PETI/CREAS  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-13 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Art. 4º Fica autorizado a suplementar as dotações abaixo identificadas da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do saldo remanescente da anulação de que trata o artigo 3º deste Decreto:

ÓRGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA

UNIDADE 01: Fundação Municipal de Cultura e Esporte  
Proj. Ativ.2.002 Manutenção das Atividades Esportivas  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-6 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 69.000,00  
Proj. Ativ.2.003 Manutenção das Atividades Culturais  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-11 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 5.700,00  
Proj. Ativ.2.080 Contribuição Patronal RPPS-F.M.C.E.  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-16 Aplicações Diretas-Op. Intra Orçamentária R\$ 20.000,00  
Proj. Ativ.2.081 Contribuição Patronal PLASS-F.M.C.E.  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000-17 Aplicações Diretas-Op. Intra Orçamentária R\$ 5.300,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Lei Nº 4.406 de 18 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 4.406 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE JOAÇABA, para pagamento de despesas conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta LEI.

Art. 2º. O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser repassado em três parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a partir de 31 de outubro de 2013, sendo que a prestação de contas deverá ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento de cada parcela.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do exercício financeiro de 2013.

ÓRGÃO 02 Gabinete do Prefeito

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito  
Proj. Ativ.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0000000- 2 Tranf. a Inst.Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Lei Nº 4.407 de 18 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 4.407 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
DENOMINA ESCADARIA DOM HENRIQUE MULLER QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica denominada ESCADARIA DOM HENRIQUE MULLER àquela com início na Rua Syro Beal e final na Rua Domingos Zanini.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Decreto Nº 4.429 de 21 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº 4.429 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS N. 4.408/2013 E 4.409/2013 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto nº 4.408/2013, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 138.252,54 (cento e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) para o Fundo Municipal de Saúde; e o Decreto n. 4.409/2013, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Joaçaba (SC), 21 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Errata ao Decreto Nº 4.345 de 15 de Julho de 2013.**  
ERRATA AO DECRETO Nº 4.345 DE 15 DE JULHO DE 2013.

No Decreto nº 4.345/2013 que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

Onde se lê:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0  
Valor: R\$ 15.000,00

Leia-se:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0  
Valor: R\$ 15.000,00

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Errata ao Decreto Nº 4.381 de 16 de Agosto de 2013.**  
ERRATA AO DECRETO Nº 4.381 DE 16 DE AGOSTO DE 2013.

No Decreto nº 4.381/2013 que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 138.252,54 (cento e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

Onde se lê:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0  
Valor: R\$ 5.000,00  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0  
Valor: R\$ 10.452,54

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.064.0  
Valor: R\$ 122.800,00

Leia-se:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0  
Valor: R\$ 10.452,54

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.064.0  
Valor: R\$ 122.800,00  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0  
Valor: R\$ 5.000,00

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Extrato de Termo de Convênio Nº 17/2013-PMJ**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 17/2013-PMJ

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),  
CONVENIADO: CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL

OBJETO: ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO PELA ENTIDADE, NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO NATAL ENCANTADO DE 2013. VIGÊNCIA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 06 MESES.

JOAÇABA-SC, 08 DE OUTUBRO DE 2013.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

PABLO AMIN CALLUANS  
PRESIDENTE

**Extrato de Termo de Convênio Nº 19/2013-PM**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 19/2013-PMJ

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),  
CONVENIADO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

OBJETO: TEM POR OBJETIVO VIABILIZAR A CONCESSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NÃO REMUNERADO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EFETIVA NOS CURSOS/PROGRAMAS DE ENSINO MINISTRADOS PELA UDESC, EM CUMPRIMENTO DO QUE DISPÕE A LEI Nº 11.788/2008  
O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 60 MESES.

JOAÇABA-SC, 02 DE SETEMBRO DE 2013.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

ANTÔNIO HERONALDO DE SOUZA  
REITOR UDESC

**Extrato de Termo de Convênio Nº 19/2013-PM**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 19/2013-PMJ

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),  
CONVENIADO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

OBJETO: TEM POR OBJETIVO VIABILIZAR A CONCESSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NÃO REMUNERADO

PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EFETIVA NOS CURSOS/PROGRAMAS DE ENSINO MINISTRADOS PELA UDESC, EM CUMPRIMENTO DO QUE DISPÕE A LEI Nº 11.788/2008  
O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 60 MESES.

JOAÇABA-SC, 02 DE SETEMBRO DE 2013.

RAFAEL LASKE  
PREFEITO

ANTÔNIO HERONALDO DE SOUZA  
REITOR UDESC

### **Resolução 002/2013 Eleição IMPRES**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO Nº 002/2013

JULIANA DARTORA BESBATI, Presidente do Conselho de Administração do IMPRES, no uso de suas atribuições legais e por deliberação do Conselho de Administração

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão Eleitoral para as eleições dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do IMPRES que ocorrerá no dia 25/10/2013:

Élio da Silva  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Júlio Cesar Bissani  
Patrícia Callegari Warken  
Roberto Minati

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba(SC), em 21 de outubro de 2013.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente do Conselho de Administração do IMPRES

## **SIMAE**

### **Ata Registro de Preços 004/2013 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2013

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0012/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/04/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### **1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Biológicos para utilização na elevação da eficiência da estação de tratamento de esgoto, neutralizando os odores provocados pelo tratamento de efluentes domésticos das ETE's, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0012/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Produto biológico líquido para tratamento de efluentes de estações de tratamento de esgoto sanitário a base de

microorganismos para aumento da degradação de matéria orgânica promovendo a redução dos índices de DBO, DQO, óleos e graxas e sólido totais elevando assim a eficiência do sistema de tratamento. Quantidade: 2.000. Unidade de medida: Litros. Marca: Bio Liq. WT.

1º Colocado - AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, no valor de R\$ 13,30 por litro;

Item 02 - Produto biológico líquido, 100 % solúvel em água, para neutralização de odor em estações de tratamento de esgoto sanitário contendo biosurfactantes produzidos a partir de microorganismos do tipo pseudomonas putida ou similiar, contendo em sua formulação ainda óleos essenciais, corantes e outros produtos capazes de reduzir a tensão superficial da água. Quantidade: 1.000. Unidade de Medida: Litros. Marca: BQ BIO.

1º Colocado - PROJETANDO SOLUÇÕES - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, no valor de R\$31,50 o litro.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Produtos Biológicos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### **2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0012/2013 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes;
- c) Planilha de lances do pregão.

#### **3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 Os Produtos Biológicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE - Solicitação de Entrega, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez)

dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão possuir registro na ANVISA ou IBAMA, conforme detalhado no Anexo I, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser no máximo de 06(seis) meses anterior a data de entrega.

4.5 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.6 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.7 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

4.8 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.9 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.10 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.11 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.12 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.13 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.14 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na LEI.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água

e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega dos Produtos Biológicos pós solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Solicitação de Entrega, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Fornecer junto com os produtos comprovação de registro na ANVISA ou IBAMA, conforme o produto;

f) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;

d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

**9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

**10 PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
  - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
  - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

**11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba - (SC), 23 de Abril de 2013.  
ANA PAULA PEREIRA  
Pregoeira

Equipe de Apoio  
ELIANE APARECIDA CERON VIER  
LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

Representantes:  
LEORI HERMANN  
AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

MIGUEL ANGEL PÉREZ DEL BUSTO JÚNIOR  
PROJETANDO SOLUÇÕES - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EPP.

**Ordem de Serviço 0014/2013 - SIMAE**  
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 014/2013

Autorizo por meio desta, a empresa FIORIN USINAGENS LTDA a iniciar MONTAGEM DE BARRILETE E CONJUNTO MOTOR BOMBA MEGACHEM 40-150 POTENCIA DE 25CV; LOCAL EAT 008/LUZERNA-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0021/2013, Pregão JHL 0017/2013, Protocolo JHL 1099/2013, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0041/2013 de 21 de Maio de 2013.

O valor Global dos serviços e materiais contratados correspondentes ao respectivo processo é de R\$ 8.600,00 (Oito mil e seissentos reais), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 22 de Outubro de 2013.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

Contratado: FIORIN USINAGENS LTDA  
Responsável: Adilson Jose Fiorin  
Sócio Administrador  
CPF 021.421.889-90

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Contrato Jhl0100/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0100/2013  
TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0080/2010  
PREGÃO PRESENCIAL 0036/2010 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2010  
PROTOCOLO Nº 2154/2010  
Data: 22/10/2013

Objeto: COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 65, INCISO I, LETRA "A" E PARÁGRAFO 1º DA LEI 8666/93, FORAM REALIZADOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES NO OBJETO, BEM COMO PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL E REAJUSTE DO VALOR MENSAL.  
Contratado: DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA  
Valor Mensal do Contrato: R\$ 906,07 R\$ (Novecentos e seis reais e sete centavos).  
PROGRAMA 17.122.0029  
ELEMENTO 3.3.90.39.20.00.00  
Prazo de vigência: 01/11/2013 a 31/10/2014

ELISABET MARIA ZANELLA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.



# Lages

## PREFEITURA

### PP 47-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 47-2013 PML.

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 11/11/2013 às 14:30  
Valor Estimado: R\$ 16.300,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

### PP 47-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 47-2013 PML.

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 11/11/2013 às 14:30  
Valor Estimado: R\$ 16.300,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

### PP 82-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 82-2013 PML.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 11/11/2013 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 370.104,71

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

### Rerratificação Nº 02 PP 65-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
RERRATIFICAÇÃO  
ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013 - PML.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que foram necessárias algumas alterações no Edital em comento.

No Anexo Termo de Referência, Do Quantitativo e Especificações dos Aparelhos: Onde lê Aparelhos do Tipo 1 - Estratégico 50 (cinquenta) peças: Leia-se 40(quarenta). E onde lê Aparelhos Tipo 2 - Operacional 100(cem) peças: Leia-se 110(cento e dez) peças. Esta Rerratificação se encontra disponibilizado no site da Prefeitura: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 22 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

### Extrato de Contrato 339/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 339/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.908.992/0001-85, estabelecida à Rua Dos Andradas nº 1.121 - sala 502, em Porto Alegre/RS - CEP:90.020-015.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Solução em Gestão de frota de Veículos Terrestres e de Equipamentos Motorizados, Acoplados e Rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)  
16/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) mensais por unidade veicular.

ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

### Extrato de Contrato 340/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 340/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º



82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 08.158.865/0001-92, estabelecida à Av. Cláudio Zacchi nº 110, Palhoça/SC - CEP: 88.132-060.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Locação de container sanitário para atendimento das necessidades dos transeuntes da Praça João Costa, em Lages, SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/06/2013 à 31/12/2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

### Extrato de Contrato 341/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 341/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BRITAGEM GASPARGASPAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.924.996/0001-94, com sede na Rua Padre Diego Feijó, sem número - Bairro Bom Jesus, Lages, SC - Lages/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Fornecimento de 3.350 (três mil e trezentos e cinquenta) toneladas de concreto betuminoso usinado a quente (CBQU) - faixa "C".

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

16/10/2013 à 31/12/2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 491.780,00 (quatrocentos e noventa e um mil e setecentos e oitenta reais).

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Lebon Régis**

**PREFEITURA**

### Homologação de Processo Licitatório

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2013

HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2013

CONTRATADO: GEOPROCESSO TECNOLOGIA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de cadastramento e recadastramento imobiliário urbano no Município de Lebon Régis, conforme condições definidas no Anexo I do Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

### Extrato Inscrições Processo Seletivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO para contratação de pessoal, inclusive professores, para o ano de 2014,

em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e LC Municipal n. 65/2010, o qual reger-se-á pelas instruções dos Editais n. 03 e 04/2013, disponíveis na íntegra no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). As inscrições poderão ser realizadas no período de 23/10/2013 a 22/11/2013, diretamente na Secretaria Municipal de Educação, com endereço na Rua Ivens de Araújo, centro, Lebon Régis(SC). Maiores informação nos fones (49) 32470188 ou 32471134. Lebon Régis (SC), 22 de outubro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

O Presidente da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, de Lebon Régis/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO para contratação de pessoal para o ano de 2014, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e LC Municipal n. 65/2010, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n. 02/2013, disponível na íntegra no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). As inscrições poderão ser realizadas no período de 23/10/2013 a 22/11/2013, diretamente na Secretaria Municipal de Educação. Maiores informação nos fones (49) 32470188 ou 32471134. Lebon Régis (SC), 22 de outubro de 2013.

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### Decreto N.º 074/2013

DECRETO Nº 074, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 933 de 06 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.328,84
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.328,84
Função	04	Administração	6.328,84
Sub-função	122	Administração Geral	6.328,84
Programa	03	Gestão geral e Administrativa	6.328,84

Atividade	2003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	6.328,84
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.328,84
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.328,84
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.328,84
Fonte de Recursos	0.3.0024.4	Transferências de Convênios – Outros – Construção Agroindústria	6.328,84
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			6.328,84

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.3.0024.4	Transferências de Convênios – Outros – Construção Agroindústria	6.328,84
TOTAL DE RECURSOS DO SUPERÁVIT UTILIZADOS			6.328,84

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de outubro de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial 58/2013**  
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e mão de obra para conserto da máquina Pá Carregadeira Michigan 75 III, as 8:30 horas do dia 04 de novembro de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de outubro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Lei 1158

LEI Nº 1158 de 22 de outubro de 2013.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcial ou totalmente a dotação abaixo, atribuída à Atividade e Projeto abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 118.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 118.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída à Atividade discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Outras Despesas Correntes  
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 118.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 118.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Lei 1159

LEI Nº 1159 de 22 de outubro de 2013.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcial e/ou totalmente as dotações abaixo, atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
GABINETE DO VICE-PREFEITO

Atividade - 0301.04.122.0004.2003 - Gabinete do Vice-Prefeito  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

**SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 28.000,00  
Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 18.425,00

**TOTAL ANULADO R\$ 72.425,00**

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividades discriminadas:

**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Gabinete do Prefeito  
Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Gabinete do Prefeito  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 18.400,00

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 28.225,00

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.300,00

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS**

Atividade - 1101.15.42.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.500,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 72.425,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Lei 1160**

LEI Nº 1160 de 22 de outubro de 2013.

**"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA"**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro à ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para contribuir na realização do I ENCONTRO FOLCLÓRICO GERMÂNICO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- A entidade beneficiada deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas dos recursos recebidos até 20 de dezembro de 2013.

Art.3º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária: 08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Lei 1161**

LEI Nº 1161 de 22 de outubro de 2013.

**"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA"**

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, as dotações atribuídas às Atividades e Projetos abaixo discriminados:

**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Projeto - 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 150.000,00  
Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 62.782,00

TOTAL ANULADO R\$ 212.782,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 150.000,00  
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 62.782,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 212.782,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Lei 1162

LEI Nº 1162 de 22 de outubro de 2013.  
"AUTORIZA PROCEDER A DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEIS AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a DOAÇÃO COM ENCARGOS ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS LUZERNA, autarquia federal, de caráter educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 106.354.240/0008-52, com sede na Rua São Roque, 41, neste Município de Luzerna(SC), dos seguintes imóveis:

\*imóvel com área de 9.095,14m<sup>2</sup> (nove mil, noventa e cinco metros e quatorze centímetros quadrados) com confrontações constantes no mapa em anexo, a ser desmembrada de área maior, devidamente registrada a área total sob nº 29.870 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC);  
\* imóvel com área de 8.917,54 m<sup>2</sup> (oito mil, novecentos e dezessete metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados) com confrontações constantes no mapa em anexo, a ser desmembrada de área maior, devidamente registrada a área total sob nº 29.871 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC),

Art.2º - Os encargos da doação referem-se a destinação dos imóveis para a ampliação do Campus de Luzerna, retornando ao Patrimônio Público Municipal, caso não seja dada essa destinação, observado o prazo de 60 (sessenta) meses para conclusão da ampliação.

Art.3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetivar a

doação mediante Dispensa de Licitação por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e diante do interesse público que reveste a doação.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº1072 de 13 de novembro de 2012 e Lei nº 1100 de 02 de abril de 2013.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Lei 1163

LEI Nº 1163 de 22 de outubro de 2013.  
"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente, a dotação atribuída ao Projeto abaixo discriminado:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Projeto - 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 58 - Salário Educação R\$ 30.019,82

TOTAL ANULADO R\$ 30.019,82

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída ao Projeto abaixo discriminado:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Projeto - 0801.12.365.0028.1085 - Ampliação e Reforma da Creche  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 58 - Salário Educação R\$ 30.019,82

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 30.019,82

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Decreto 1681

DECRETO Nº 1681 de 14 de outubro de 2013.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1076, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:



Art.1º - Ficam anuladas parcial e/ou totalmente, nas Atividades e Encargos Especiais abaixo discriminados, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Gabinete do Prefeito

Atividade - 0201.04.122.0004.2002- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

ASSESSORIA JURIDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos Especiais - 0602.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas - Juros e Encargos a Dívida

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade - 0701.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.925,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar - Educação Infantil

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar - Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 14.000,00

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 221.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 56.920,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 11.600,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.720,00

ASSESSORIA DA INDUSTRIA E COMERCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2046 - Manutenção dos Serviços de Incentivo à Indústria

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 16.900,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.968,47

TOTAL ANULADO R\$ 407.133,47

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas às Atividades e Encargos Especiais abaixo relacionados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Gabinete do Prefeito

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

ASSESSORIA JURIDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos Especiais - 0602.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas - Juros e Encargos a Dívida

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade - 0701.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes



Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.925,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar - Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 500,00

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar - Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 14.000,00

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na valorização dos profissionais do magistério) R\$ 277.920,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 26.600,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.720,00

#### ASSESSORIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2046 - Manutenção dos Serviços de Incentivo à Indústria

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 18.900,00

#### SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.968,47

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 407.133,47

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Decreto 1684

DECRETO Nº 1684 de 18 de outubro de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM/LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM/LUZERNA, ficando assim constituído:

#### REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

Titular : MICHELE TEDESCO

Suplente: JOANA REGENSBURGER

Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Titular : VALI CAROLINA SPIER

Suplente: REGINA CARIN JACOB CUREAU

Representantes da Secretaria de Fazenda e Administração

Titular : MARIANA DE AZEVEDO RAMOS

Suplente: CHEILA PEGORARO

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Representantes da Cruz Vermelha

Titular : LEONILDE DA COSTA FEDRIGO

Suplente: IRACEMA LAMB

Representantes do Serviço de Promoção Humana

Titular : NELVA DALLA LANA SOCOL

Suplente: MARIA VERÔNICA PALHARIN

Representantes da APROSSMOSC

Titular : JOVIANE COLOMBELLI

Suplente : CARLA MARIA COLUSSO

Art.2º- O exercício do mandato de Conselheiro do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM/LUZERNA é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Decreto 1685

DECRETO Nº 1685 de 22 de outubro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1158 de 22 de outubro de 2013,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcial ou totalmente a dotação abaixo, atribuída à Atividade e Projeto abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 118.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 118.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída à Atividade discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Outras Despesas Correntes  
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
R\$ 118.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 118.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Decreto 1686

DECRETO Nº 1686 de 22 de outubro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1159 de 22 de outubro de 2013,  
DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcial e/ou totalmente as dotações abaixo, atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
GABINETE DO VICE-PREFEITO  
Atividade - 0301.04.122.0004.2003 - Gabinete do Vice-Prefeito  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 28.000,00  
Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 18.425,00

TOTAL ANULADO R\$ 72.425,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Gabinete do Prefeito  
Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Gabinete do Prefeito  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal

e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 18.400,00

### ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 28.225,00

### ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.300,00

### SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.42.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 72.425,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Decreto 1687

DECRETO Nº 1687 de 22 de outubro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1161 de 22 de outubro de 2013,  
DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às Atividades e Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Projeto - 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 150.000,00  
Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 62.782,00

TOTAL ANULADO R\$ 212.782,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 150.000,00  
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 62.782,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 212.782,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Decreto 1688

DECRETO Nº 1688 de 22 de outubro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1163 de 22 de outubro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada totalmente, a dotação atribuída ao Projeto abaixo discriminado:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Projeto - 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 58 - Salário Educação R\$ 30.019,82

TOTAL ANULADO R\$ 30.019,82

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída ao Projeto abaixo discriminado:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Projeto - 0801.12.365.0028.1085 - Ampliação e Reforma da Creche  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 58 - Salário Educação R\$ 30.019,82

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 30.019,82

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Extrato de Homologação - PL 063.2013 - PP 48.2013 - Premiações (Placas e Medalhas) - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0063/2013 - PML  
Pregão nº 0048/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0063/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de placas e medalhas destinadas para os eventos esportivos e culturais da Escola Municipal São Francisco e da Secretaria de Administração do Município de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):  
\* SCHNEIDER E CIA LTDA.

- Valor total: R\$ 5.820,00

Luzerna (SC), 22 de outubro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

## Maracajá

### PREFEITURA

#### Extrato de Termo Aditivo - Errata

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo - ERRATA  
4º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2012  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratado: Melcon Construção Civil Ltda.

Objeto: Aditiva valor do Contrato 26/2012

Onde se Lê:

Cláusula Primeira - O valor previsto na Clausula Quinta do contrato original, de R\$ R\$ 299.906,94 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e seis reais e noventa e quatro centavos), fica acrescido de R\$ 35.720,38 (trinta e cinco mil, setecentos e vinte reais e trinta e oito centavos), restando em R\$ 335.627,32 (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos).

Leia-se

Cláusula Primeira - O valor previsto na Clausula Quinta do contrato original, de R\$ 299.906,94 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e seis reais e noventa e quatro centavos), fica acrescido de R\$ 39.449,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais) e decrescido de R\$ 3.351,85 (três mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), restando em R\$ 336.004,09 (trezentos e trinta e seis mil, quatro reais e nove centavos).

Maracajá, 30 de Setembro de 2013

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.700/2013

LEI Nº 3.700, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre repasse financeiro para o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Maravilha e Região e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar em forma de contribuição financeira o valor de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais), para o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Maravilha e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 85.197.663/0001-09, localizada na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, nº 322, neste Município.

Parágrafo único. O repasse da referida contribuição financeira à Entidade será realizado em cota única, no mês subsequente a aprovação da presente LEI.

Art. 2º A contribuição de que trata o artigo 1º tem por objetivo apoiar financeiramente o Projeto "Resíduos Sólidos e Meio Ambiente Rural", realizado pela Entidade.

Art. 3º O Sindicato deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012, apresentando os documentos relacionados no Anexo Único da presente LEI.

Art. 4º Fica o beneficiário proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 21 de outubro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

Documentos que devem acompanhar a prestação de contas dos recursos concedidos a título de subvenção, auxílio ou contribuição (Art. 43, § 4º):

I - Processo de concessão dos recursos;

II - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

III - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos

recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;  
IV - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

V - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório - resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VII - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de número ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

VIII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

IX - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

X - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

### Lei Nº 3.701/2013

LEI Nº 3.701, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a abertura de créditos adicionais suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 385.200,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de manutenção e desenv. ensino

12 - Educação

12.361 - Ensino Fundamental

12.361.0007 - Educação para a Cidadania

12.361.0007.1.090 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMÁTICA E CIÊNCIAS

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.361.0007.2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 137.000,00



04.03 - Departamento de Cultura  
13 - Cultura  
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico  
13.391.0009 - Apoio e desenvolvimento da cultura  
13.391.0009.2.024 - APOIO A CULTURA EM GERAL  
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários  
3.0.00.00 - Despesas Correntes  
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes  
3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 30.000,00  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO  
05.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10 - Saúde  
10.301 - Atenção Básica  
10.301.0010 - Saúde para Todos  
10.301.0010.2.026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA, SANITÁRIA E ODONTOLÓGICA  
Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde  
3.0.00.00 - Despesas Correntes  
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 123.200,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
04.01 - Departamento de manutenção e desenv. ensino  
12 - Educação  
12.361 - Ensino Fundamental  
12.361.0007 - Educação para a Cidadania  
12.361.0007.1.090 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico  
4.0.00.00 - Despesas de Capital  
4.4.00.00 - Investimentos  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 137.000,00

12.361.0007.1.091 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR  
Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico  
4.0.00.00 - Despesas de Capital  
4.4.00.00 - Investimentos  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.03 - Departamento de Cultura  
13 - Cultura  
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico  
13.391.0009 - Apoio e desenvolvimento da cultura  
13.391.0009.1.019 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - DEPTO. DE CULTURA  
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários  
4.0.00.00 - Despesas de Capital  
4.4.00.00 - Investimentos  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

13.391.0009.1.121 - CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DE EVENTOS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários  
4.0.00.00 - Despesas de Capital  
4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos

10.301.0010.1.034 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO/VAN

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 48.200,00

10.301.0010.1.035 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de outubro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei Nº 3.702/2013

LEI Nº 3.702, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta LEI.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Maravilha para o quadriênio 2014/2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas do ANEXO II desta LEI.

Art. 3º As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo III desta LEI.

Art. 4º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo II desta LEI.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma



a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;  
III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;  
IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;  
V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;  
VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;  
VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 7% ao ano.

Art. 6º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 7º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal, em cada exercício, serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 9º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 21 de outubro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei Nº 3.703/2013**

LEI Nº 3.703, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre repasse de recursos financeiros à Comissão Central Organizadora - CCO e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à Comissão Central Organizadora dos eventos do Município, inscrita no CNPJ nº 01.244.124/0001-85, no valor de R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais).

Art. 2º Os recursos repassados serão utilizados para promoção e organização do Natal Maravilha 2013.

Art. 3º A Comissão Central Organizadora deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012, apresentando os documentos relacionados no Anexo Único da presente LEI.

Parágrafo único. O prazo para prestação de contas de que trata este artigo é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso.

Art. 4º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos e/ou caso a prestação de contas não seja aprovada pelo órgão fiscalizador, a CCO deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 21 de outubro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **ANEXO ÚNICO**

Documentos que devem acompanhar a prestação de contas dos recursos concedidos a título de subvenção, auxílio ou contribuição (Art. 43, § 4º):

I - Processo de concessão dos recursos;

II - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

III - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

IV - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

V - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório - resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VII - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

VIII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

IX - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

X - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 5.024/2013 - Modalidade de Tomada de Preços n. 004/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa para execução de 7.445,33 m<sup>2</sup>, de pavimentação asfáltica, com sinalização viária, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 11 de novembro de 2013, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 21 de outubro de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

**Massaranduba****PREFEITURA****Editais de Credenciamento Nº 003/2013 - Fass**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2013 - FASS  
PROCESSO LICITATÓRIO - Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2013 - FASS

**1 - PREÂMBULO**

1.1. O Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pessoa jurídica de direito público, situado à Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Massaranduba, SC, por intermédio de sua Gestora, Senhora Anna Karine Reinke Franz, comunica a todos os interessados, que estão abertas, à partir de 01/11/2013, as inscrições para o credenciamento de empresas/entidades Prestadoras de Serviços de Saúde para internações de pessoas com dependência química de álcool e outras drogas, para adolescentes e crianças de ambos os sexos.

Massaranduba, 16 de outubro de 2013.  
ANNA KARINE REINKE FRANZ  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Proc. Lic. 77.2013 Pp36.2013 Rp - Mangueiras Hidráulicas**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 77/2013 -  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 36/2013 - PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial- REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por item, visando aquisição de diversas mangueiras hidráulicas destinadas a manutenção da frota veicular do Município de Massaranduba.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 04/11/2013  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 04/11/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 22 de Outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

**Meleiro****PREFEITURA****Decreto N.º 069/2013.**

DECRETO n.º 069/2013.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

**DECRETA**

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 26.300,00 (Vinte e seis mil e trezentos reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO  
040112.306.2016 - Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0120.0 - Aplicações Diretas (14) R\$ 26.300,00  
Total R\$ 26.300,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### Edital 1 2013 Conselheiros Tutelares M Carlo

EDITAL Nº 001/2013

"ABRE INSCRIÇÕES PARA ESCOLHA DOS CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON RAYZEL DA CRUZ, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, com base na Lei n. 8.069/90 e na Lei Municipal nº 23/2007, com suas alterações posteriores, que estão abertas as Inscrições de Candidatos para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município.

#### 1- DADOS INTRODUTÓRIOS:

- 1.1. Prazo para Inscrição: de 24/10/2013 a 13/11/2013
- 1.2. Local de Inscrição: Prefeitura Municipal - Departamento Tributário
- 1.3. Horário: 08h00min às 18h00min horas.
- 1.4. Número de Cargos: 02 (dois) Conselheiros mais cadastro de reserva.
- 1.5. Período do Mandato: até 04/10/2015, conforme art. 139 da lei 8.069/90 e Resolução CANANDA 152 de 09/08/2012;
- 1.6. Remuneração: R\$ 678,00 - Conforme estabelecido no art. 22 §1 da Lei Municipal n. 023/2007 e suas alterações.

#### 2- DO CALENDÁRIO ELEITORAL:

##### 2.1. Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

- DIA 23/10/2013 - Publicação do Edital;
- DE 24/10/2013 a 13/11/2013 - prazo para inscrição dos Candidatos, até às 17:00 horas;
- DIA 14/11/2013 - Homologação das inscrições, publicadas no mural público municipal e no site do município [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e da Amplasc ([www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br)) - após as 18h00min horas;
- DIA 23/11/2013 - Realização das provas escritas;
- DIA 23/11/2013 - Divulgação gabarito provisório;
- DIA 26/11/2013 - Resultado Preliminar;
- DIA 27/11/2013 - Identificação Pública dos Candidatos
- DIA 28 E 29/11/2013 - Recurso da Classificação Preliminar;
- DIA 03/12/2013 - Homologação do Resultado de Classificação Final.
- DIA 08/12/2013 - Eleição, apuração e proclamação do resultado - na Prefeitura Municipal-sala de reuniões, das 15h00min às 16h00min horas;
- DIA 09 a 10/12/2013 - Prazo de Recurso do resultado de eleição;
- DIA 12/12/2013 - Homologação do Resultado final;
- DIA 13/12/2013 - Posse dos eleitos.

##### 2.2. O CMDCA fará divulgar os editais integrantes do processo de escolha dos conselheiros tutelares e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades:

- I. Poderes Executivo e Legislativo do Município.
- II. Juiz de Direito da Vara de Família, da Infância e Juventude da Comarca de Fraiburgo
- III. Promotoria de Justiça da Comarca de Fraiburgo.

#### 3 - DO REGISTRO DOS CANDIDATOS:

3.1 - Poderão concorrer aos cargos os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;

III - Ensino médio ou superior;

IV - Residir no Município a mais de 3 (três) anos;

V - Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício da função de conselheiro tutelar;

VI - Ser aprovado em prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, promovida ou contratada pelo CMDCA;

VII - Conhecimento em informática básica;

3.2 - A inscrição será realizada mediante requerimento do candidato em formulário

próprio, devendo apresentar, no ato da inscrição:

a) Cédula de identidade (cópia);

b) Título de eleitor (cópia);

c) Comprovação de residência no município há pelo menos três anos (cópia);

d) Certificado de conclusão do ensino médio (cópia);

e) Certidão negativa de distribuição de feitos criminais expedida pela Comarca onde residiu o candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

f) Uma foto 3x4, colorida.

3.2.1 - Será permitido ao candidato que tiver concluído o Ensino Médio e ainda não estiver de posse do certificado de conclusão, apresentar declaração, emitida pela Instituição onde concluiu o curso. Obriga-se, no entanto, a apresentar o referido certificado até a data estabelecida para a posse, sob pena de não ser empossado.

3.3 - Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições, ressalvado o previsto no parágrafo anterior.

3.4. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

3.5 - Ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado (art. 140 da Lei n. 8.069/90).

3.6 - O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá pedir o seu afastamento da função no ato da inscrição da candidatura.

3.7 - Os atuais membros do Conselho Tutelar que vierem a se candidatar à reeleição, estarão impedidos de usar a máquina administrativa (veículo, telefone, computador, material de expediente e função que exerce) para fins de campanha/promoção individual ou coletiva, sob pena de ser cancelada sua inscrição pelo CMDCA.

#### 4 - DA PROVA:

4.1. Os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar serão submetidos à prova de conhecimentos específico sobre o Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8.069/90, e questões de casos práticos.

4.2. Serão considerados aprovados no processo de escolha os candidatos que obtiverem o maior Índice Geral (IG) no processo de escolha, que será regulamentado e coordenado pelo CMDCA, mediante fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - O processo de escolha dos conselheiros respeitará as seguintes etapas e diretrizes:

I - Os dez (dez) primeiros candidatos que preencherem os requisitos e forem aprovados na prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente serão submetidos ao voto facultativo, direto e secreto dos eleitores do Município;

II - Consideram-se aprovados na prova de conhecimentos

específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente os candidatos que obtiverem pontuação final diferente de zero (0,00); III - O resultado da prova de conhecimento específico, denominado Índice de Conhecimentos Específicos (ICE), será convertido em percentual e dividido por dois, sendo que a pontuação máxima da prova equivale a 100% (cem pontos percentuais), mediante a seguinte fórmula:

$$\text{ICE} = ( \text{NAC} \times 100\% / \text{NQT} ) / 2$$

Onde:

ICE = Índice de Conhecimentos Específicos

NAC = Número de Acertos do Candidato

NQT = Número de Questões Totais da Prova

IV - O resultado da votação, denominado Índice de Votos Recebidos (IVR), será convertido em percentual e dividido por dois, sendo que o total de votos válidos será equivale a 100% (cem pontos percentuais), mediante a seguinte fórmula:

$$\text{IVR} = ( \text{NVC} \times 100\% / \text{NTV} ) / 2$$

Onde:

IVR = Índice de Votos Recebidos

NVC = Número de Votos Recebidos pelo Candidato

NTV = Número Total de Votos Válidos da Eleição

§ 2º - O Índice Geral (IG) no processo de escolha, critério de classificação final para escolha dos conselheiros, será obtido pela soma do índice da prova de conhecimentos específicos (ICE) e do índice decorrente dos votos recebidos (IVR), mediante seguinte fórmula:

$$\text{IG} = \text{ICE} + \text{IVR}$$

Onde:

IG = Índice Geral

IVR = Índice de Votos Recebidos

ICE = Índice de Conhecimentos Específicos.

4.3. As provas para os cargos de Conselheiro Tutelar previstos neste Edital serão realizadas na seguinte data, local e horário:

DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2013

LOCAL: Escola de Educação Básica Carlos Pisani

Monte Carlo/ SC

Horário: das 09:00 às 12:00 horas.

4.4. A prova objetiva escrita, para os cargos previstos neste Edital, será composta de 20 (vinte) questões de conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente, valendo 0,5 (meio) ponto cada, e questões de casos práticos, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 5 (cinco) pontos.

4.5. Cada questão objetiva será do tipo múltipla escolha, subdividida em 04 (quatro) alternativas, sendo: "a", "b", "c", e "d", sendo que somente uma alternativa poderá ser assinalada.

4.6. As questões da prova escrita serão respondidas no caderno de provas, fornecido ao candidato quando da realização da mesma. Os candidatos utilizar-se-ão, exclusivamente de uma caneta na cor azul ou preta.

4.7. O candidato deverá comparecer no local das provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, devidamente munido do documento de identidade e documento de inscrição. Não será permitido a presença na sala da prova, daquele candidato que deixar de apresentar tais documentos.

4.8. O candidato que chegar além do horário fixado para o início das provas, não mais poderá fazê-la e, por conseguinte, estará

automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.9. O candidato só poderá se ausentar definitivamente da sala da prova após 30 (trinta) minutos do seu início.

4.10. Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova.

4.11. No decurso das provas o candidato só poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas se acompanhado por um fiscal.

4.12. Será passível de exclusão do Processo Seletivo o candidato que se utilizar de qualquer meio no sentido de burlar e/ ou fraudar a prova, ou mesmo, valer-se de procedimentos contrários às normas impostas neste Edital.

4.13. No decorrer da prova é vedada qualquer consulta ou a utilização de qualquer meio, equipamento ou aparelho que possibilite o armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como telefones celulares, agendas eletrônicas, calculadoras e similares, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

4.14. A elaboração da prova escrita ficará a cargo da AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense, podendo, para tal, solicitar o CMDCA para auxiliar na fiscalização de aplicação das provas.

## 5. DA ELEIÇÃO:

5.1. Os dez (dez) primeiros ou qualquer quantidade inferior dos candidatos que preencherem os requisitos e forem aprovados na prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente serão submetidos ao voto facultativo, direto e secreto dos eleitores do Município.

5.2. A eleição será realizada por votação secreta, na qual terá direito ao voto todos os eleitores do município que estejam em dia com suas obrigações eleitorais e será realizada na seguinte data, local e horário:

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2013

LOCAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo (Sala de Reuniões)

Horário: das 15:00 às 16:00 horas.

5.3. Será utilizada para votação uma Cédula Eleitoral contendo o nome dos candidatos.

5.4. Os eleitores deverão votar 5 (cinco) candidatos, sob pena de nulidade do voto.

5.5. Nas cabines de votação serão afixadas listas com os nomes dos candidatos.

5.6. Os escrutinadores da votação serão todos os membros do CMDCA presentes na sessão.

## 6. DA APROVAÇÃO E DO RESULTADO

6.1. Serão considerados aprovados no processo de escolha os dois (2) candidatos para nomeação imediata e o restante dos aprovados irão compor o cadastro de reserva entre os que obtiverem o maior número de votos válidos no processo eleitoral.

6.2. Concluída a apuração dos votos, a presidência do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Ata a ser publicada nos termos deste edital.



6.2. Havendo empate na classificação, com o mesmo número de votos, será considerado eleito o candidato que tiver obtido maior nota na prova de conhecimentos específicos.

6.3. Prevalecendo empate, será considerado eleito o candidato com maior idade. Se ainda assim prevalecer empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

6.4. Os candidatos aprovados e não classificados entre os dois (02) primeiros colocados, ficarão na lista de cadastro de reserva, na ordem de classificação, podendo assumir o cargo de conselheiro mediante posterior vacância do cargo, ou caso houver convocação por determinação legal.

6.5. O julgamento das eventuais impugnações e dúvidas de qualquer natureza sobre a eleição serão analisadas e decididas no dia da eleição, pelo CMDCA.

Monte Carlo/SC, 22 de outubro de 2013  
EMERSON RAYZEL DA CRUZ  
Presidente do CMDCA

ANEXO I  
FICHA DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO N. 001/2013

FOTO 3X4

Nº DA INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_  
NOME DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

Filiação ( Pai \_\_\_\_\_  
Mãe \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Sexo: ( \_\_\_\_ ) Masc. ( \_\_\_\_ ) Fem.  
Estado Civil \_\_\_\_\_. Nº de Filhos \_\_\_\_\_  
Natural de: \_\_\_\_  
RG Nº \_\_\_\_\_; CPF Nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_; TÍTULO ELEITORAL \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_. Nº ZONA ELEITORAL N. \_\_\_\_\_  
SEÇÃO ELEITORAL N. \_\_\_\_\_.

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_

É PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS ( \_\_\_\_ ) SIM; ( \_\_\_\_ ) NÃO.

TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL: \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

EU, \_\_\_\_\_, declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento deste cadastro de inscrição, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo, certificando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital n.01/2013, e todas as disposições nele contidas.  
Monte Carlo,SC, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL

ANEXO II

EXTRATO DO EDITAL Nº. 001/2013

PROCESSO SELETIVO N.001/2013 -  
"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DE MONTE CARLO-SC"

EMERSON RAYZEL DA CRUZ, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, com base na Lei n. 8.069/90 e na Lei Municipal nº 23/2007, com suas alterações posteriores, que estão abertas as Inscrições de Candidatos para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Monte Carlo, no prazo de 24/10/2013 a 13/11/2013 - prazo para inscrição dos Candidatos, até às 17h00min. As Provas serão realizadas no dia 23 de novembro de 2013 das 09h às 12horas. A eleição dos classificados ocorrerá no dia 08 de dezembro de 2013. Maiores informações e integra do edital nos sites: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br).

Monte Carlo, 22 de outubro de 2013.  
EMERSON RAYZEL DA CRUZ  
PRESIDENTE DO CMDCA

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Prorroga Efeitos de Concurso Público

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: [gabinete@navegantes.sc.gov.br](mailto:gabinete@navegantes.sc.gov.br)  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
DECRETO N.º 1079 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013  
PRORROGA EFEITOS DE CONCURSO PÚBLICO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1.º Ficam prorrogados os efeitos do Concurso Público n.º 001/2011, destinado a prover vagas no nível inicial de cargos do quadro de servidores públicos da Prefeitura de Navegantes.

Art. 2.º A prorrogação de que trata o artigo anterior compreende o período de 02 (dois) anos, de 1º/12/2013 a 1º/12/2015.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/12/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**Portaria de Exonera**

PORTARIA Nº. 3418 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. Maria das Neves Godinho de Moura, matrícula Nº.6080403, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14 de outubro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3427 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. NOEMI COLLA REIS, matrícula Nº.6276501 do cargo de monitor de Educação Infantil com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14 de outubro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3431 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. Caroline Benites Ferreira Vargas, matrícula Nº.6312901, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3434 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. Andréia Rodrigues dos Santos Batista, matrícula Nº.510605, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 21 de outubro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de outubro de 2013.

**Portaria de Licença Premio**

PORTARIA Nº. 3417 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

**RESOLVE:**

I - Retorna, a pedido, da Licença Prêmio, a Srª. Marcia Regina Couto de Souza, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, após usufruir de 01 mes desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 22/10/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012, conforme Portaria nº 3273/2013, restando 60 dias para gozo posterior.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

**Portaria Licença Maternidade**

PORTARIA Nº. 3429 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ANA CLAUDIA DE FREITAS, matrícula nº. 47111, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 11/10/2013 a 08/04/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11/10/2013 a 08/04/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 11 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 15 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3430 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ADRIANA GESSER, matrícula nº. 2080204, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 16/10/2013 a 23/04/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/10/2013 a 26/04/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.

**Portárias Licença Saúde**

PORTARIA Nº.3414 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ANA REGINA CLAUDINO, matrícula 385908, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 09/09/2013 á 02/10/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de setembro de 2013 á 02 de outubro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de setembro de 2013,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de outubro de 2013.  
PORTARIA Nº.3415 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. JAQUELINE MELLIES DA CONCEIÇÃO, matrícula 1982001 no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 06/09/2013 à 27/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de setembro de 2013 à 27 de outubro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de outubro de 2013.  
PORTARIA Nº.3416 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Sr. SEBASTIÃO DELAMAR DE SOUZA TORRES, matrícula 404203, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 25/02/2013 à

05/10/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de fevereiro de 2013 à 05 de outubro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de outubro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3428 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANA CLÁUDIA DE FREITAS, sob matrícula nº 6276701, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30(trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 26/08/2013 à 10/10/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 26 de agosto de 2012 à 10 de outubro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 26 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3435 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

XXVIII. Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 339504, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 31/07/2013 à 10/10/2013.

XXIX. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 31 de julho de 2013 à 10 de outubro de 2013.

XXX. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 31 de julho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de outubro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3436 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIZA MARIA AMORIM, sob matrícula nº 20406 e 20407, no cargo de Professora, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 05/09/2013 à 17/10/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de setembro de 2013 à 17 de outubro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de outubro de 2013.

## **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 19/2013 Fmv**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (CARTEIRAS UNIVERSITÁRIAS) PARA AS SALAS DE AULA DO 25º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 05/11/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 05/11/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 22 de outubro de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

## **Errata Edital de Remoção**

EDITAL nº 007/2013/SME

Fixa data e estabelece normas para o processo de Remoção, Permuta e Lotação permitido aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes.

A Secretaria Municipal de Educação comunica que estarão abertas as inscrições para o processo de Remoção, Permuta e Lotação, para os ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, de acordo com as prerrogativas legais previstas nos artigos 33, 34, 35 e 36 da Lei nº 009 de 11 de novembro de 2003.

### **1. Do Processo**

1.1. Poderão participar do processo de Remoção, Permuta e Lotação os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialistas em Assuntos Educacionais, que atendam as determinações da inscrição indicadas no item 02 (dois) desse edital.

1.2. No ato da inscrição para remoção o servidor poderá optar por uma única unidade escolar, desde que seja comprovada a existência da vaga e a compatibilidade de carga horária de trabalho efetivo.

1.3. As opções de unidades escolares para pleitear a remoção e a permuta, estarão indicadas no quadro de vagas que será emitido pela Secretaria Municipal de Educação de Navegantes até a data prevista no item 5.2.

1.4. O professor com o regime de trabalho de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, somente poderá optar por unidades escolares que funcionem em dois turnos.

### **2. Das Inscrições**

2.1. O período de inscrição será de 25 a 31 de outubro de 2013, nas respectivas Unidades Escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Navegantes.

2.2. A ficha de inscrição, constante do anexo 1 deverá ser preenchida nas Unidades Escolares.

2.3. O servidor deverá anexar à ficha de inscrição para remoção:  
a) Atestado de tempo de serviço municipal;  
b) Certidão de nascimento dos dependentes;



2.4. O atestado de tempo de serviço deve estar expresso em anos, meses e dias contados até 25 de outubro de 2013, contendo o tempo de serviço prestado no cargo efetivo.

2.5. É vedada a inscrição do servidor em mais de uma Unidade Escolar.

2.6. Efetuada a inscrição, o servidor deverá verificar a exatidão das informações e assinar a ficha de inscrição que será encaminhada e protocolada pela direção da unidade escolar junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Navegantes, até o dia 31 de outubro de 2013.

### 3. Das Condições para candidatar-se ao processo de remoção

3.1 Não poderá candidatar-se à remoção o Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais:

- a) Que não tenham completado 365 dias de trabalho efetivo, a partir da data de nomeação;
- b) Readaptados ou em processo de readaptação;
- c) Em licença para tratar de interesses particulares;
- d) Em licença para acompanhar cônjuge servidor público;
- e) Em licença por motivo de doença, em pessoa da família, de prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;
- f) Em afastamento para servir em outro órgão ou unidade administrativa da esfera estadual ou federal;
- g) O profissional aprovado no processo de remoção do ano de 2012/2013 que deverá permanecer, no mínimo, 1 (um) ano letivo no novo local de lotação, exceto para exercer cargo de provimento em comissão ou função gratificada, conforme determina o parágrafo 2º do artigo 36 da Lei nº 009 de 11 de novembro de 2003.
- h) Que tiver sofrido pena disciplinar no ano antecedente à remoção;
- i) Por inassiduidade habitual. (Entende-se a falta ao serviço sem causa justificada, por trinta dias, de forma intermitente, durante o período de doze meses).

### 4. Da Classificação

4.1. A classificação dos servidores dar-se-á de acordo com o seguinte critério:

- a) 01(um) ponto para cada mês para o tempo de serviço efetivo prestado ao Magistério Público Municipal.

4.2. No cômputo do tempo de serviço, não será permitida a contagem do tempo paralelo à carga horária de efetivo exercício e aquele utilizado para a aposentadoria.

4.3. Em caso de empate, na soma total de pontos, dar-se-á preferência:

- a) Ao que tiver mais idade;
- b) Ao que tiver maior número de dependentes.

4.4. No cálculo de pontos para o tempo de serviço, computar-se-á 15 (quinze) dias ou mais, como 01 (um) mês.

4.5. O resultado do presente concurso será processado automaticamente, segundo a classificação do servidor e o quadro oficial de vagas.

### 5. Das Disposições Finais

5.1 O pedido de inscrição do servidor importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas deste processo.

5.2 As vagas das unidades escolares disponíveis para este processo serão afixadas em cada unidade escolar e na sede da Secretaria

Municipal de Educação e no Departamento Administrativo da Secretaria da Educação que funciona anexo ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Navegantes a partir do dia 21 de outubro de 2013.

5.3 Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, na unidade escolar, onde foi realizada a inscrição, a partir do dia 08 de novembro de 2013.

5.4 A contar da data de publicação do indeferimento das inscrições, o servidor terá 3 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição, ou seja, no período compreendido entre 11 a 13 de novembro de 2013.

5.5 A solicitação do recurso administrativo e ou de anulação deverá se dar através de requerimento e entregue e protocolado no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação, até o último dia previsto no item anterior.

5.6 Poderão participar do Concurso de Remoção e Permuta os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialista, com no mínimo 01 (um) ano de exercício no cargo até fevereiro de 2014.

5.7 Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, os procedimentos quanto ao levantamento de vagas excedentes e a classificação dos servidores para este concurso.

5.8 O resultado do concurso bem como suas classificações, será divulgado no dia 22 de novembro de 2013, nas respectivas unidades escolares e na Secretaria da Educação.

5.9 Na remoção por permuta, serão observadas as seguintes condições:

- a. Os permutantes devem ter a mesma carga horária e estar em exercício na área;
- b. Ter idêntica habilitação e ministrar a mesma disciplina.

5.10 Os efeitos do processo de Remoção, Permuta e Lotação valerão a partir do ano letivo de 2014 (dois mil e quatorze).

5.11 O processo de que trata o presente Edital, terá validade resrita ao período de sua realização.

5.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação de comum acordo com o Departamento Administrativo.

Navegantes (SC), 01 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### Extrato Ata Registro de Preços Nº 44/2013 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 44/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 44/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 44/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas listadas abaixo:

Empresa: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 32.761,80 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).

Empresa: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 118.445,00 (cento e dezoito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Empresa: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES.

Valor: R\$ 96.175,00 (noventa e seis mil cento e setenta e cinco reais).



Empresa: GAYER MED PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA.

Valor: R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 07/10/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 07 de outubro de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Resumo Primeiro Aditivo Ata de Registro de Preços N° 004/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2013

Origem: Processo Licitatório nº 005/2013 - Pregão Presencial nº 003/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA- EPP, inscrita no CNPJ nº 75.812.115/0001-80. Objeto do Contrato: Acrescer em 25% a quantidade de Cestas Básicas conforme previsto no item 1.3 do edital, mantendo os mesmos preços obtidos em certame licitatório. Serão acrescidas 105 cestas básicas no valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais) , totalizando R\$ 7.665,00 (sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).

Validade do Contrato: 31/12/2013.

Nova Trento, 02 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

## Orleans

### PREFEITURA

#### Lei 2.519 Altera Dispositivos da Lei 2.122/2007

LEI N.º 2.519 DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 2.122 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O artigo 9.º da Lei n.º 2.122, de 02 de outubro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco (05) membros Titulares e cinco (05) membros suplentes, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha".

Art. 2º O artigo 11 da Lei n.º 2.122, de 02 de outubro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 -

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor".&#148;

Art. 3º O § 2.º do artigo 39 da Lei n.º 2.122, de 02 de outubro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 -

§ 2º Aos conselheiros tutelares eleitos são assegurados os seguintes direitos:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, nos termos do art. 1.º deste artigo (com a redação dada pela Lei n.º n.º 2.356, de 21/12/2010)

;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

"

Art. 4º O artigo 41 da Lei n.º 2.122, de 02 de outubro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - Constará da lei orçamentária municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares"

Art. 5º Ficam prorrogados os mandatos dos conselheiros tutelares empossados no ano de 2011, até a posse daqueles escolhidos no pleito unificado que ocorrerá no ano de 2015, assegurados a estes todos os direitos previstos no § 2º do art. 39 da Lei n.º 2.122/07.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 16 de outubro de 2013; 128 anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

#### Lei 2.520

LEI N.º 2.520 DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ORLEANS A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISTAS LOBOS DA COLINA - AMLC E DÁ OUTRA PROVIDENCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder repasse financeiro a Associação de Motociclistas Lobos da Colina - AMLC, inscrito no CNPJ n. 17.560.409/0001-65, destinados a participação do Município na infraestrutura para realização do 1º Encontro de Motociclistas Lobos da Colina, a ser realizado no período de 18 a 20 de outubro de 2013.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o Art. 1º desta Lei

corresponde ao valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), que serão repassados em parcela única pelo tesouro municipal.

Art.3º A Entidade beneficiada com a presente Lei fica obrigada a apresentar até o dia 31 de dezembro de 2013, respectiva prestação de contas, que deverá conter:

- a) Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- b) Comprovante de despesas;
- c) Extrato bancário;
- d) Conciliação bancária;
- e) Outras informações pertinentes.

Art.4º As despesas decorrentes com implantação da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária nº 02.01.2.002.3.3.50.01 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 16 de outubro de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

### Edital de Chamamento Concurso Público 02/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO 02/2011, mediante o qual ficam CONVOCADAS, para nomeação, as candidatas aprovadas no Concurso Público 02/2011, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h30min às 17h30min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do item 12, do Edital de Concurso Público nº 002/2011 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br)), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item 12.1.12, do Edital de Concurso Público nº 02/2011, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CH	CARGO
ELIS DELA JUSTINA GALVÃO	40 HS	Agente Comunitária de Saúde (Santo Antonio)
PRISCILA MORAES	40 HS	Agente Comunitária de Saúde (Santo Antonio)

Orleans, 21 de outubro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Extrato Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO ADITIVO I DO CONTRATO Nº. 0085/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: SUPERMERCADO R MARTINI LTDA

Objeto: aquisição de forma parcelada de cestas de alimentos para os Projetos de Assistência Social, no Município de Ouro Verde/ SC. Amparo legal P. L. nº 0046/2013, P.P. nº 0019/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02.

Ouro Verde, 10 de outubro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Portaria Nº. 3349/2013.

PORTARIA Nº. 3349/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 3141 de 01 de outubro de 2013, que Removeu no Interesse do Serviço Publico a servidora SOLANGE MARIA DE MELO, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

#### Concorrência Pública 150/2013 - Abertura Propostas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ABERTURA PROPOSTAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 150/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a abertura dos envelopes de Propostas de Preços da Concorrência Pública nº150/2013, no dia 24 de outubro de 2013, às 16:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº150/2013 que tem como objeto a contratação de empresa para construção de 03 (três) creches do tipo "C", no âmbito do PAC 2, no Loteamento Jardim Coqueiros, no Loteamento Mirian II e no Loteamento Alaor Silveira - Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todo o material. Empresas participantes do Processo: WAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP,

TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA e VINICIUS GOEDERT ME.

Palhoça, 22 de outubro de 2013.  
Prefeito Municipal.

### **Errata 001 Pregão Presencial Nº 185/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I do Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 05/11/2013, às 14:00hs, a abertura do Pregão Presencial nº 185/2013. Os demais itens permanecem inalterados. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 21 de outubro de 2013.  
A PREGOEIRA.

### **Resultado Pregão Nº 182/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 182/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a locação de ônibus para transporte da Orquestra de Cordas (OMEP), do Coral (COMEP) e da Banda Municipal da Rede Municipal de Ensino (BAMEP) deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital. No dia da abertura dos envelopes não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado DESERTO.

Palhoça, 21 de outubro de 2013.

### **Resultado Pregão Nº 183/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 183/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição parcelada (diária) de combustíveis e lubrificantes para abastecimento e manutenção das viaturas do Corpo de Bombeiros de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

ÁVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01 e 02, totalizando R\$ 21.589,00 (vinte e um mil quinhentos e oitenta e nove reais).

Palhoça, 21 de outubro de 2013.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Errata II da Carta Convite Nº007 - Pavimentação do Estacionamento da Camara Municipal de Palhoça**

ERRATA Nº 02/2013

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAREM DA

CARTA CONVITE Nº007/2013

PAVIMENTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO

A Câmara Municipal de Palhoça comunica a alteração do dia da Abertura da Licitação Modalidade Carta Convite nº007/2013 - Pavimentação do Estacionamento passa a vigorar com a seguinte data:

DIA: 29/10/2013.

HORA: 14h00min.(abertura do processo licitatório)

Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC ou Através do site [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br)

Maiores Informações Fone (48)3242-1501

Palhoça, 21 de outubro de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente CPL

## **Papanduva**

## **PREFEITURA**

### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 035/2013 Concorrência Para Alienação Nº 035/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2013 CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO Nº 035/2013. Objeto: A presente licitação tem por objeto a doação de bens imóveis de propriedade do Município, com encargos e cláusula de reversão, constantes das descrições abaixo, com objetivo de incentivo e estímulo à instalação de empresas, conforme autoriza a Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013; Tipo: Melhor Oferta; Entrega dos Envelopes: até o dia 09/12/2013 - 08:30 horas; Abertura dos Envelopes: 09/12/2013 - 08:45 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 22 de outubro de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 024/13 de 18 de Outubro de 2013**

"CONCEDE À SERVIDORA SANDRA MARIA DE MORAES, MATRICULADA SOB O Nº. 121, 15 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, OS QUAIS SERÃO GOZADOS NO PERÍODO DE 07 DE OUTUBRO DE 2013 A 21 DE OUTUBRO DE 2013."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas na Subseção IV do Estatuto dos Servidores Públicos de Papanduva, RESOLVE: Art. 1º - Fica concedido à servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora Sandra Maria de Moraes, portadora do CPF nº. 605.752.639-20, 15 dias de licença prêmio correspondente ao período de 22 de junho de 2006 à 21 de junho de 2011, os quais serão gozados no período de 14 de outubro de 2013 a 28 de outubro de 2013, ficando um saldo de 45 dias da respectiva licença para ser gozada posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 14 de outubro de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 18 de outubro de 2013.  
JACINTA MIKALOVICZ  
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA  
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI  
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI  
2º Secretário

**Passos Maia****PREFEITURA****Notificação D Recebimento de Recursos**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:  
Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 18.244,95 (dezoito mil duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Destinação: QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Data liberação: 21/10/2013

Passos Maia - SC, 22 de outubro de 2013.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento de Recursos.**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 16.547,11(dezesesseis mil quinhentos e quarenta e sete reais com onze centavos).

Destinação: 8º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR.

Data liberação: 21/10/2013

Passos Maia - SC, 22 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Decreto Nº 51/2013.**

DECRETO Nº 51/2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA: Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 120,38 (cento e vinte reais e trinta e oito centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 120,38

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 120,38

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001110 - Aplicações Diretas R\$ 120,38

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 120,38 (cento e vinte reais e trinta e oito centavos) da fonte 0.1.24.001110 - Convênio SDR.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

**Decreto Nº 52/2013**

DECRETO Nº 52/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.540/2012 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas, no orçamento fiscal vigente, as



dotações abaixo, no limite de R\$ 3.634,60 (três mil seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.634,60  
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 3.634,60  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.24.001108 - Aplicações Diretas R\$ 3.634,60

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.3.24.001108 - Convênio Ministério do Planejamento (PAC) - no valor de R\$ 3.634,60 (três mil seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

#### **Decreto Nº 53/2013** DECRETO Nº53/2013

Fixa o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício de 2014 e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando da competência que lhe confere o incisoIV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, decreta:

Art. 1º O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será corrigido, para o exercício de 2014, conforme avaliação do INPC relativo ao período de 01/2012 a 12/2012, em 6,19% (seis vírgula dezoito por cento), incidindo sobre valores fixados na Lei Complementar nº 022 de 06 de novembro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

#### **Portaria Nº 443/2013** ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES PORTARIA Nº 443/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR PRAZO PARA ESTÁGIO, de Nicole Gonçalves de Matos, brasileira, portadora do CPF nº 088.050.009-30, matrícula nº 10432, para atuar no Cargo de Estagiária em Nutrição, a

disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período até 02/11/2013.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de Outubro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 444/2013** ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES PORTARIA Nº 444/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Angela de Bittencourt Machado, brasileira, portadora do CPF nº 014.672.249-36, matrícula nº 68, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo II a disposição da Secretaria Municipal de Administração, no período de 09/10/2013 até 22/11/2013, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de Outubro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 445/2013** ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES PORTARIA Nº 445/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rafaela Vieira Adriano, portadora do CPF nº 070.638.079-78, matrícula 10957, ocupante do Cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 399/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 21 de Outubro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração



# Pomerode

## PREFEITURA

### Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 056/2013

Processo Administrativo n.º 107/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS E SUPORTES PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA, LOCALIZADA NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 649 - CENTRO, POMERODE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 08/11/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 08/11/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode SC, 22 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### Inexigibilidade de Licitação N.º 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2013

Processo Administrativo nº 004/2013.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL.

Contratado: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PREMIAÇÃO DA 6ª MEIA MARATONA DA CIDADE DE POMERODE/SC, A REALIZAR-SE NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2013.

Valor total Contratado: R\$25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais).

Prazo: 31/10/2013.

Pomerode/SC, 21 de Outubro de 2013.

CÉLIO SCHLINGMANN

Presidente da FUNPEEL

### Extrato do Contrato N.º 055/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2013

Processo Administrativo n.º 099/2013. Convite para Compras e Serviços n.º 019/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: CONECTA.COM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE CONECTIVIDADE, COM INSTALAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DE REDE DE TELECOMUNICAÇÃO (CABEAMENTO ESTRUTURADO, ENERGIA E TELEFONIA), COM INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, AJUSTES, REMANEJAMENTO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE REDE DE CABEAMENTO ESTRUTURADO DO DATA CENTER (CPD), VISANDO ATIVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS: SWITCHS, ROTEADORES, STORAGE, SERVIDORES PARA A MELHORIA DE DESEMPENHO DA REDE IP MULTISERVIÇOS PARA ATENDIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TIC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, MATERIAIS E CERTIFICAÇÕES SE HOUVER E INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REMANEJAMENTO DE PONTOS DE REDE ELÉTRICA, PONTOS DE REDE DE COMPUTADORES NO PADRÃO CAT5E E CAT6, PONTOS DE TELEFONIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, MATERIAIS E CERTIFICAÇÕES SE HOUVER NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Valor Total contratado: R\$77.004,00 (setenta e sete mil e quatro reais). Prazo de execução: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 15 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### Extrato do Contrato N.º 056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2013

Processo Administrativo n.º 105/2013. Dispensa de Licitação n.º 017/2013. Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE. Locadores: ANA MARIA ROHLING e PORTO AÇO CONSTRUTORA INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME. Objeto: LOCAÇÃO DE CINCO (05) SALAS COMERCIAIS DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 649 - CENTRO, POMERODE/SC, PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA. Valor aluguel mensal: R\$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Valor Total 12 meses: R\$52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais). Prazo de locação: 12 meses - 16/10/2014.

Pomerode/SC, 17 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### Termo de Autorização N.º 002/2013

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 002/2013  
AUTORIZA A JZ ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA A DESENVOLVER ESTUDOS TÉCNICOS, PARA A BUSCA DE SOLUÇÕES TÉCNICAS E ECONÔMICAS VOLTADAS PARA A APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME O PREVISTO NO ARTIGO 21 DA LEI 8.987/95, ARTIGO 3 DA LEI 11.079/2004 E DECRETO

**MUNICIPAL 2.781/2013.**

O Prefeito do Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987/95, artigo 3º da lei 11.079/2004 e Decreto Municipal nº 2.781/2013, resolve:

Autorizar a empresa, JZ ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.004.714/0001-58, nos termos apresentados na Manifestação de Interesse do Particular, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da respectiva autorização e disponibilização dos documentos necessários para a execução dos estudos e levantamentos, a desenvolver os estudos técnicos necessários para a apresentação de soluções, levantamentos e projeto e universalização dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário para o Município de Pomerode.

A presente autorização é por conta e risco do autorizado, não possui caráter exclusivo, não vincula a administração à empresa autorizada, nem gera responsabilidade do município por atos de terceiros ligados e ou contratados pela autorizada.

Os demais interessados em apresentar estudos, propostas e projetos devem seguir os termos do Procedimento de Manifestação de Interesse n. 001/2013, publicado em 18 de setembro de 2013. Este termo de autorização entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode.  
Pomerode, 21 de outubro de 2013.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal

## Porto União

### PREFEITURA

**Portaria N.º 708/2013 - RH**

PORTARIA Nº 708, de 14 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a servidora efetiva Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Compras e Licitações, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 4.110, de 03 de abril de 2013.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 709/2013 - RH**

PORTARIA Nº 709 de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso

II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Simone de Fátima Húpalo, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de junho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 710/2013 - RH**

PORTARIA Nº 710, de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Eliane Lídia Córscio Tomal, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), para a Classe "C", Referência "05", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de junho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 711/2013 - RH**

PORTARIA Nº 711 de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Danieli Katchorowski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de junho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 712/2013 - RH**

PORTARIA Nº 712, de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Aline Cristina Colita, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de junho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 713/2013 - RH**

PORTARIA Nº 713, de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Deisi Viviane Schier Kosloski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de junho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 714/2013 - RH**

PORTARIA Nº 714, de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Agnes Margarete Muller, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de julho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 715/2013 - RH**

PORTARIA Nº 715, de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Monica Langa, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 716/2013 - RH**

PORTARIA Nº 716, de 16 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Rita de Cássia do Nascimento Pecharke, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2013.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Portaria Nº 047/2013

PORTARIA Nº 047, de 18 de outubro de 2013.

Dispõe sobre substituição de membro em Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "g" da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Ilse Aparecida Simioni, como membro da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 030, de 30 de julho de 2013, em substituição a Nilza Custodio Michelotto, em razão do afastamento desta para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Portaria Nº 048/2013

PORTARIA Nº 048, de 18 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação antecipada de ausências prolongadas e viagens particulares aos Secretários Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Torna-se obrigatório aos Secretários Municipais comunicar com antecedência à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, através de Ofício contendo as devidas justificativas, ausências prolongadas e viagens particulares.

Art. 2º Recomenda-se aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades para que seja intensificado ao máximo o controle de faltas dos servidores lotados em cada Secretaria, mantendo informada diretamente a Chefia de Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2013.

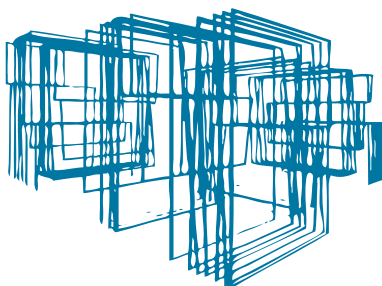
ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Pregão Presencial 097/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2013

OBJETO: Contratação de serviços de reparos em mobiliários da Secretaria da Fazenda.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 05/11/2013, às 10:30h. na sala de Licitações, no endereço abaixo.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 05/11/2013. na sala de Licitações, no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 18 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

### Contrato Administrativo Nº 310/2013 - Rosalia Zaniz

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSALIA ZANIZ, portador(a) do CPF nº 851.037.489-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pref. Luiz Adelar Soldatelli, 1680, Valada São Paulo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinha, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 835,38 (oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/10/2013 e encerrando-se em 20/11/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência

administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 18 de outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSALIA ZANIZ

Contratado (a)

### Termo de Posse e Exercício - Sara Gracielle Klauberg Christen

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SARA GRACIELLE KLAUBERG CHRISTEN, nomeado (a) pela Portaria n. 1156/RH, de 25/09/2013, publicada no DOM na data de 09/10/2013, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Nível C, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 21/10/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 715/2013

RESOLUÇÃO No 715, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza pagamento de uma diária e indenização de transporte a vereadora e assessor parlamentar.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara



Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de uma diária à Vereadora Zeli da Silva no valor de R\$ 275,75 (duzentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e uma diária ao Assessor Parlamentar Weliton Patrick de Sousa, no valor de R\$ 211,74 para participarem do Seminário Internacional de Legislação e Lixo Zero, a ser realizado no dia 22 de outubro do corrente ano, tendo como local o Auditório Antonieta de Barros, anexo a Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Florianópolis - SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de outubro de 2013.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

### Resumo Termo de Credenciamento

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2013

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2013

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.

Contratada: Editora Jornal A CIDADE.

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2013.

Valor: O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,00 (dois reais) o centímetro/coluna, para jornal/revista de periodicidade diárias, e de R\$ 1,00 (um real) o centímetro/coluna, para jornal/revista de periodicidade semana, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara Municipal

## Salto Veloso

**PREFEITURA**

### Decreto Municipal Nº. 69/2013

DECRETO Nº. 69/2013, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 17.400,00 (Dezesse mil e Quatrocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 4.016 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 64 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 17 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 17.400,00

Fonte: 02.64.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação da Atenção Básica, apurado na média aritmética entre o valor orçado com o arrecadado até a presente data.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 14 de Outubro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### Decreto Municipal Nº. 74/2013

DECRETO N. 074/2013, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ESTABELECE O CRONOGRAMA REFERIDO NO ARTIGO REGULAMENTA A LEI N. 1.493 DE 11 DE SETEMBRO DE 2013, QUE INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DO USO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NFS-E NO ÂMBITO DESSA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 1.493/2013,

DECRETA:

DA OBRIGATORIEDADE DA EMISSÃO

Art. 1º. A partir da aprovação do presente regulamento ficam obrigados a emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica, NF-E, todos os contribuintes prestadores de serviços devidamente inscritos e licenciados no município, optantes ou não do Simples Nacional.

DA DISPENSA

Art. 2º. Estão dispensados da emissão da NF-E os seguintes contribuintes devidamente inscritos e licenciados no município:

I - Os profissionais autônomos;

II - As sociedades de Profissionais Liberais na forma do Código Tributário Municipal.

III - As Instituições Financeiras estabelecidas no município;

IV - O microempresário individual optante do MEI;

V - Os cartórios e tabelionatos devidamente inscritos e licenciados como prestadores de serviços no município;

VI - As empresas, os templos religiosos, os partidos políticos e a

suas fundações, as instituições filantrópicas e demais relacionadas no Art. 150, VI da CF/88 com reconhecida imunidade tributária pelo município;

Art. 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 22 de outubro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### **Decreto Municipal Nº. 75/2013**

DECRETO Nº 075/2013, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Regula o uso e emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E no âmbito deste Município.

O Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 1.493/2013,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA EMISSÃO DA NOTA

Art. 1º O acesso à ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, se dará por login e senha de acesso no padrão fornecido pela ferramenta "SERVIÇOS ONLINE", disponibilizada pela prefeitura no site: [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br), ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 2º O prestador de serviço deverá efetuar a solicitação de acesso para a utilização do sistema para emissão de NFS-e através da ferramenta SERVIÇOS ONLINE, na opção solicitação de acesso.

§1º Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura deste município.

§2º Fica dispensado o parágrafo anterior ao contribuinte que efetuar a solicitação de acesso utilizando a certificação digital.

Art. 3º A NFS-e obedecerá o modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal de Finanças, e conterá, no mínimo:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, apresentando:

- a) nome empresarial;
- b) endereço físico;
- c) endereço de correio eletrônico (e-mail);
- d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal;

V - identificação do tomador dos serviços, contendo:

- a) nome ou nome empresarial;
- b) endereço físico;
- c) endereço de correio eletrônico (e-mail), se houver;
- d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal, se houver;

VI - discriminação do serviço e o código correspondente, conforme

item da Lista de Serviços de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

VII - o valor total da operação;

VIII - a base de cálculo do ISSQN e a dedução efetuada, quando permitida pela legislação municipal ou determinada por decisão judicial;

IX - alíquota e valor do ISSQN;

X - indicação das seguintes informações, se ocorridas:

- a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;
- b) serviço não tributado pelo Município de Salto Veloso;
- c) retenção de ISSQN na fonte;
- d) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;
- e) número e data do RPS convertido;

§1º A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços.

Art. 4º O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo único. Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo Fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso ao sistemas. Sendo pré-requisito para a liberação do acesso.

Art. 5º A NFS-e emitida será enviada por "e-mail" ao tomador do serviço ou, por solicitação deste, será impressa em via única.

CAPÍTULO II

DO CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 6º A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto;

CAPÍTULO III

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 7º Os contribuintes poderão emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS para acobertar operações de prestação de serviços, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

I - na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;

II - por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Art. 8º É obrigatória a conversão do RPS em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte à sua emissão.

Art. 9º O RPS será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços - RPS", não podendo ser confundido com documento fiscal.

Art. 10 O RPS terá formato livre, mas observará obrigatoriamente o seguinte:

I - será numerado em ordem crescente sequencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série RPS;

II - será emitido contendo apenas um código de serviço por

documento;

III - conterá todas as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:

a) a data de emissão;

b) a mensagem: "Este documento será convertido em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte. Para confirmar, acesse "".

§1º O prestador deverá solicitar a autorização para a confecção do RPS na fazenda municipal.

§2º O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

Art. 11 A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes, na forma definida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§1º A correção de quaisquer inconsistências nas informações transmitidas deverá ser efetuada no prazo definido para a conversão do RPS em NFS-e.

§2º A falta de conversão do RPS em NFS-e configura não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

#### CAPÍTULO IV

##### DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 12 O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observados os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

I - Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;

II - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

#### CAPÍTULO V

##### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Salto Veloso, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 14 Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 15 Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Salto Veloso, 22 de outubro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Legislativa N. 003/2013

Resolução Legislativa nº 003/2013 de 21 de outubro de 2013.

Artigo 1º - Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso - Dá publicidade a escritura de aquisição de imóvel para a edificação da sede da Câmara de Vereadores de Salto Veloso.

República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso, Comarca de Videira  
Escrivania de Paz de Salto Veloso  
LIRIA MARIA ABATI RECH - Escrivã de Paz

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE TRANSADO  
TERRAS URBANAS, SEM BENFEITORIAS, na forma Livro:026 | Folha: 172

Que segue Protocolo: 336

Data do Protocolo: 20/09/2013

SAIBAM os que esta pública escritura de compra e venda de terras urbanas, sem benfeitorias virem que, aos (vinte) 20 dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e treze (2013), neste, município de Salto Veloso, comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, em Cartório, perante mim, LIRIA MARIA ABATI RECH, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado, como outorgantes vendedores: MARISTELA DE BORTOLI, brasileira, divorciada, declarando não viver em união estável, professora, portadora da cédula de identidade RG nº 45999939 SSP/SC, expedida em 16/04/1986, inscrita no CPF nº 461.201.819-20, nascida em 21/06/1962, casamento no Ofício de Registro Civil de Caçador-SC, Termo nº 0001900, fls. 150 do livro B-00008, em 17/09/2001, certidão emitida em 15/08/2013, selo digital DEJ10846-96L0, com averbação de Divórcio em 16/08/2007, residente e domiciliada na Rua Contestado, nº 838, bairro Berger, na cidade de Caçador-SC; e, CLAIR TIBES DA LUZ, brasileiro, divorciado, declarando não viver em união estável, motorista, portador da cédula de identidade RG nº 1107708 SSP/SC, expedida em 23/10/1985, inscrito no CPF nº 464.893.399-00, nascido em 10/12/1961, casamento no Ofício de Registro Civil de Caçador-SC, Termo nº 0001900, fls. 150 do livro B-00008, em 17/09/2001, certidão emitida em 15/08/2013, selo digital DEJ10846-96L0, com averbação de Divórcio em 16/08/2007, residente e domiciliado na Rua Mário Luz, nº 86, Centro, na cidade de Caçador-SC; e, de outro lado, como outorgada compradora: CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, de natureza jurídica - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, inscrita no CNPJ sob nº 08.607.626/0001-72, situada na Rua Padre Agostinho Rombaldi, nº 58, Centro, cidade de Salto Veloso-SC, de conformidade com o Decreto Legislativo nº 003/2013 de 21 de Agosto de 2013, e aqui representada por: SILVANO TINELLI - Presidente da Mesa Diretora, brasileiro, viúvo, motorista, portador da cédula de identidade RG nº 26661519 SSP/SC, inscrito no CPF nº 767.356.059-34, residente e domiciliado na Rua São João, nº424, bairro Escolar, Salto Veloso-SC; CLAUDEMIR SARTOREL - Vice Presidente, brasileiro, casado, motorista, portador da cédula de identidade RG nº 2971861 SSP/SC, inscrito no CPF nº 019.003.229-43, residente e domiciliado na Rua Joinville, 247, bairro Escolar, Salto Veloso-SC; VALDENIR JOSÉ ZAMBONI - Secretário, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 24058840 SSP/SC, inscrito no CPF nº 774.246.379-72, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, interior, Salto Veloso-SC; SANTO CIVIERO - Secretário Adjunto, brasileiro, união estável, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 29703115 SSP/SC, inscrito o CPF nº 800.372.839-87, residente e domiciliado na Rua João Domingos Cantú, 618, bairro Escolar, Salto Veloso-SC; Pessoas conhecidas entre si, e por mim



reconhecidas como as próprias, do que dou fé. E pelos outorgantes vendedores foi dito: Que a justo título, e em virtude de compra feita à Frederico de Bortoli e esposa, por escritura pública deste ofício, fls 108 do livro nº 21, em 11/05/2007, registrada no CRI da Comarca de Videira-SC. sob nº 5/16.359-RG, em 18/05/2007; São senhores e legítimos possuidores, livre de ônus ou impostos, reais, pessoais ou reipersecutórios, de um terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 400.00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados), constante do lote nº 14, da quadra nº 03, no Loteamento "João De Bortoli", situado ao lado par da Rua Izidoro De Bortoli, centro, nesta cidade de Salto Veloso, Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações: ao NORTE, com 20,00 metros com o lote nº 13 de Faustino Victor De Bortoli; ao SUL, com 20,00 metros com a Rua Izidoro De Bortoli; ao LESTE, com 20,00 metros com a área pública "B"; e ao OESTE, com 20,00 metros com o lote nº 12 de Solange De Bortoli Beal; E tendo os outorgantes aludido terreno resolvem vendê-lo, como de fato ora vendido têm à outorga compradora Camara de Vereadores de Salto Veloso, pela presente escritura; O imóvel acha-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Salto Veloso-SC. Com Inscrição Imobiliária sob nº 01.00.01.101.048.001; As partes declaram que o valor do negócio é de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), com as seguintes condições de pagamento: R\$ 125.000,00 mediante apresentação do registro imobiliário em nome da Outorgada/Compradora, o saldo, ou seja, R\$ 20.000,00, em duas parcelas de R\$ 10.000,00, sendo a 1ª em 31/10/2013, e a 2ª e última em 30/11/2013; de cujo valor os outorgantes dão plena e geral quitação, desde que, cumpridas as condições aqui descritas; Vendem à outorgada compradora, como de fato vendido tem, o bem descrito, obrigando-se eles outorgantes vendedores, a fazerem a esta venda sempre boa, firme e valiosa e a responderem pela evicção, quando chamados à autoria, podendo a outorgada compradora empossar-se desde já do bem vendido, pois a ela transferem neste ato e pela cláusula "constituti", todo o direito, domínio, ação e posse que sobre o mesmo vinham exercendo. Então pela outorgada compradora, por seus representantes, foi dito que aceitava(m) esta escritura, em todos seus termos por se achar a mesma de pleno acordo com o ajustado e contratado entre si e os vereadores apresentando os documentos que trata a Lei Federal nº 7.433 de 18/12/1985. CERTIDÕES: Certidão Atual, de Ônus e reipersecutórias referente o imóvel da matrícula nº 16.359-RG. do CRI da Comarca de Videira-SC; Negativas Municipais; Negativas de Débitos Federais, Estaduais, Negativas de Protesto, Ações e Execuções Cíveis e Fiscais, e Execuções Criminais, Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, todas arquivadas nestas Notas; FRJ-Fundo de Reaparelhamento da Justiça, dispensando o recolhimento por ser a outorgada imune de tal contribuição, conforme regulamentação vigente; o ITB-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, dispensado o recolhimento por ser a outorgada imune de tal contribuição, conforme regulamentação vigente; DOI-Declaração Sobre Operações imobiliárias, conforme instrução normativa nº 163 da Receita Federal; Cumprindo determinação do Ofício-Circular 185/2011 da CGJ/SC, "As partes fora cientificadas que a presente escritura só produzirá efeitos constitutivos após o seu registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira-SC". ASSIM CONVENCIONADOS E CONTRATADOS pediram lhes lavrasse esta escritura, que lhes sendo lida, acharam conforme, e foi aceita em tudo por aqueles que reciprocamente outorgam e assinam. Ficam dispensadas as testemunhas conforme Artigo nº 884 do CNCGJ/SC, Dou fé. Eu, Líria Maria Abati Rech Escrivã de Paz que a digitei, conferi, rubriquei, subscrevo e assino em público e raso. Assinaram nesta escritura: MARISTELA DE BORTOLI como Outorgante/Vendedora, CLAIR TIBES DA LUZ como Outorgante/Vendedor, SILVANO TINELLI como Presidente da Mesa Diretora representando a CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, CLAUDEMIR SARTOREL como Vice Presidente representando a CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, VALDENIR JOSE ZAMBONI como Secretário representando a CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO,

SANTO CIVIERO como Secretário Adjunto representando a CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO. Nada mais, transladada em seguida. Porto por fé que o presente traslado, é cópia fiel da escritura lavrada, por este serviço notarial. Observação: Eventualmente, a quantidade de folhas do livro e traslado podem divergir, pois o livro dependerá do número de partes envolvidas no ato e o traslado dependerá da quantidade de selos utilizados, onde os mesmos saem impressos ao final do traslado. Emolumentos: 1, Selo de fiscalização Isento (COC10701-G28H) - Isento, 1 Escritura com valor - Isento, Total: Isento.

Salto Veloso - SC, 20 de Setembro de 2013.

LIRIA MARIA ABATI RECH

Escrivã de Paz

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor da na data de sua publicação.

Salto Veloso, 21 de outubro de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente da Câmara de Vereadores de Salto Veloso

### **Contrato Administrativo N. 005/2013**

Contrato Administrativo n.005/2013

de Compromisso de Compra e Venda

De um lado a Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.607.626/0001-72 na Rua Padre Agostinho Rombaldi, 58, Centro, Salto Veloso - SC CEP 89595-000, telefone(49) 3536-0035, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Silvano Tinelli, brasileiro, casado, servidor público municipal, CPF nº 767.356.059-34, RG 2.666.151-9, residente e domiciliado na Rua São João, Bairro Escolar em Salto Veloso - Santa Catarina, neste ato denominado PROMITENTE COMPRADOR e de outro lado Maristela De Bortoli, brasileira, divorciada professora, RG nº 4.599.993-9, CPF nº 461.201.819-20, e Clair Tibes da Luz, residentes e domiciliados em Salto Veloso - Santa Catarina, neste ato denominados PROMITENTES VENDEDORES subscrevem o presente Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda nos termos a seguir dispostos:

1. Os Promitentes Vendedores, são proprietários de um terreno urbano sem benfeitorias, com área total de 400m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados), constante do lote nº 14, da quadra nº 03, do Loteamento "João de Bortoli", localizado ao lado par da Rua Izidoro De Bortoli, no Centro de Salto Veloso - Santa Catarina, matrícula nº 2/16.359-RG, folhas 018, verso à 19 do Livro nº 16-A aos 26 de fevereiro de 1996 registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao NORTE com 20,00 metros lineares, com lote nº 13 de Faustino Victor De Bortoli, ao SUL com 20,00 metros lineares, com a Rua Izidoro de Bortoli, ao LESTE com 20,00 metros lineares, com área pública "B", ao OESTE com 20,00 metros lineares, com lote nº 12 de Solange De Bortoli Beal, sucessora de Frederico De Bortoli.

2. Os Promitentes Vendedores vendem o imóvel descrito na cláusula 01, ao Promitente Comprador, pelas medidas apontadas ou quaisquer outras que vierem a ser apuradas em trabalho de agrimensura (ad corpus), devendo transferir a propriedade no Registro de Imóveis, ao Promitente Comprador ou a quem este indicar após o completo cumprimento dos pagamentos previstos, os quais compõe o preço atribuído a venda.

3. O preço a ser pago pelo objeto do presente contrato é de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) pagos da seguinte forma:

3.1. R\$ 125.000,00 (cento e trinta mil reais) para pagamento à

vista da subscrição deste instrumento, através de depósito bancário na conta corrente nº 183254-9 agência 5204-3 do Banco Brasil no nome de Maristela De Bortoli a serem pagos após confirmação do registro da escritura publica no Registro de Imóveis;

3.2. R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a partir da data de assinatura deste contrato, sendo divididos em duas parcelas no valor de R\$.10.000,00.(Dez.mil reais), em 31 de Outubro de 2013, e 10.000,00.(Dez mil reais) em 30 de Novembro de 2013 conforme dotação orçamentária nº.3003. e empenho nº 129 do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso.

4. O Promitente Comprador declara que CONSTITUI EM GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS anteriormente citadas (pagamento do preço) a dotação orçamentária nº 3003 o empenho nº 129 do orçamento da Câmara Municipal de Salto Veloso.

5. Quaisquer obrigações tributárias ou civis incidentes sobre o imóvel com fato gerador até a presente data é de responsabilidade integral dos Promitentes Vendedores, devendo adimpli-las.

6. Os Promitentes Vendedores comprometem-se a transcrever a propriedade do objeto da presente compra e venda, no registro imobiliário competente, imediatamente.

7. A presente promessa de compra e venda é feita sem qualquer reserva ou ônus que não esteja descrito no presente instrumento devendo os Promitentes Vendedores fazer a transmissão da propriedade, no registro imobiliário, livre de qualquer ônus ou encargo.

8. Os Promitentes Vendedores a partir da subscrição deste instrumento transmitem a posse do imóvel, ficando o Promitente Comprador autorizado a construir sobre o mesmo, sendo que para transferir a presente promessa de compra e venda por cessão de direito, permuta ou venda a quaisquer pessoas deverá obter anuência expressa dos Promitentes Vendedores.

9. A partir da data de subscrição deste instrumento a responsabilidade tributária do imóvel negociado, decorrente da propriedade e da compra e venda atribui-se ao Promitente Comprador. Cumprirá, também, ao Promitente Comprador, as despesas de registro do ato de compra e venda.

10. O presente contrato é irrevogável e irretratável, não podendo nenhuma das partes rescindir o presente, bem como obriga em todos os seus termos não só os contratantes, como seus cônjuges, sócios, herdeiros e sucessores.

11. Pelo descumprimento das condições aqui pactuadas, a parte infratora pagará a outra que não tenha dado causa, ou incorrido em culpa concorrente, a multa contratual de 10% (dez por cento) do valor total da compra e venda.

12. Os Promitentes Vendedores declaram que não têm contra si ação judicial, protesto ou procedimento judicial que pelo montante em litígio, prejudiquem a perfeição jurídica deste instrumento, respondendo pelos riscos da evicção na forma da Lei, declarando ainda que sobre o imóvel ora transacionado não incide quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, legais, fiscais ou convencionais, que pelo seu montante possam comprometer o cumprimento das obrigações dos promitentes vendedores aqui pactuados.

13. Os Promitentes Vendedores autorizam o Promitente Comprador por este ato a averbação do presente instrumento na matrícula do imóvel objeto da compra e venda ajustada.

14. Fica eleito o foro da Comarca de Videira - Santa Catarina, para conhecer de litígio decorrente do presente instrumento, o qual é subscrito em três vias de igual teor e forma, juntamente com as

testemunhas.

Salto Veloso, 20 de setembro de 2013.  
Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso  
SILVANO TINELLI - PRESIDENTE  
Promitente Comprador

MARISTELA DE BORTOLI  
Promitente Vendedora

CLAIR TIBES DA LUZ  
Promitente Vendedor

Testemunhas:  
GABRIELA BISSANI  
CPF nº 078.605.259-76

SILBELI MATOS GANASINI  
CPF nº 715.854.609-82

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3257/2013

LEI Nº 3257, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.063.088,95 (dois milhões, sessenta e três mil, oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(165) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$1.573.088,95

Atividade: 4.026 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(159) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$ 460.000,00

(161) 3.1.90.13.00.00.00.00.0019 - Obrigações Patronais  
R\$ 30.00,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Suplementar abertos, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 1.703.088,95 (Um milhão setecentos e três mil, oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) e a anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(164) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$135.000,00

(533) 3.1.90.16.00.00.00.00.0018 - Outras Desp. Variáveis - PC  
R\$ 50.000,00





Atividade: 4.026 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental  
(158) 3.1.90.11.00.00.00.0018 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$ 175.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3258/2013

LEI Nº 3258, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EM DOAÇÃO DA UNIÃO, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação com encargos da União, por intermédio do Ministério da Saúde, equipamentos de informática, sendo 07 (sete) impressoras Zebra GC420D.203 dpi 104 mm.4/s. EPL/ZPL. 8MB, no valor total de R\$ 6.762,00 (seis mil, setecentos e sessenta e dois reais), para utilização na impressão e decalque das etiquetas com os dados individuais dos usuários do Cartão Nacional de Saúde, exclusivamente.

Art. 2º. Os equipamentos encontram-se na Secretaria Municipal de Saúde e serão instalados nas Unidades de Saúde, conforme as prioridades e necessidades de cada uma delas, tendo como objetivo agilizar o atendimento à comunidade.

Art. 3º. Os equipamentos acima recebidos, sem qualquer ônus, serão incorporados ao patrimônio público municipal.

Art. 4º. Fica o município responsável apenas pela manutenção e por qualquer dano cometido aos equipamentos.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3259/2013

LEI Nº 3259, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDINHA DO OPA

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar os equipamentos e instrumentos musicais a seguir relacionados, constantes no cadastro de Bens Móveis da Prefeitura, para a Bandinha do Opa:

Espécie

02 Tuba 3/4 (Bombardão) Eb, 3 pistos

01 Saxofone Alto Mib

01 Saxofone Tenor em Sib

01 Barítono em Sib

01 Bombardino em Sib

02 Trombone de Vara Sib

04 Flugelhorn Afinação Sib

01 Amplificador de Potência

03 Caixas de retorno de palco, passiva

01 Equalizador 15 bandas, 2/3 de oitava

02 Trompetes linha estudante, afinação Bb

01 Bombardino 3 pistos, afinação Bb

02 Sax-Horn, afinação em Mib, 3 pistos

01 Sax Alto, linha estudante, afinação Eb

01 Barítono 3 pistos, afinação em Sib

01 Potência DBL 360 108 WRMS por canal

01 Mesa de som 24 canais

02 Gabinetes Tp 12 com corteneta 2 alça e copo para suporte

02 Drive profissional 2552TI reprodução de altas e médias frequências

02 Alto Falantes 550W15 250W, rms impedância 8 ohms

02 Divisores de frequência 372TI 300wrms

10 Microfones condenser para instrumento de sopro com clamp CX 506

01 Microfone MS 115 em banda alta (720 a 870 mhz) com fonte Bi Volt Aut

01 Equalizador 2 canais 15 banda 2/3 de oitavas centradas CGE2151

01 Medusa com prensa cabo 20 vias 1 saída

02 Tripés em ferro para caixa alt 1,5m cor preta

01 Requinta Mib, 17 chaves

01 Clarineta Sib, 17 chaves Vivace

Art. 2º. A Fundação Cultural de São Bento do Sul, através de projeto aprovado pelo Ministério da Cultura, inscrito sob o PRONAC 07-2684, obteve recursos para a realização de projeto intitulado "Bandinha do Opa: Resgate e preservação da música germânica" e adquiriu os equipamentos e instrumentos musicais acima, no valor total de R\$ 49.164,49 (quarenta e nove mil, cento e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), e passa a doá-los à Bandinha do Opa, tornando-a detentora definitiva dos mesmos.

Art. 3º. Os aparelhos e os instrumentos musicais serão devidamente baixados do patrimônio público.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3260/2013

LEI Nº 3260, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO, CNPJ/MF 07.202.151/0001-71 no valor total de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de futsal feminino durante o ano de 2013.

§1º - A entidade referida no "caput" deste artigo fica isenta da contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos JOSÉ ERMÍNIO GREIN, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.648.740, CPF nº 548.155.419/49, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bolmann, 147, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.202.151-0001-71, estabelecida à Rua Francisca Rueckel, nº 126, Bairro Serra Alta, São

Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente ODIMAR RODRIGUES DA LUZ, brasileiro, separado, professor, portador da Carteira de Identidade nº 3.570.705-0, CPF/MF nº 550.550.959-20, residente e domiciliado à Wenceslau Pscheidt, s/nº, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da Associação São Bentense de Futsal Feminino com o custeio de taxas federativas e inscrições, alimentação, hospedagem e transporte em competições, materiais esportivos, uniformes, e outros constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 6478/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), repassados pelo CONCEDENTE, ficando a CONVENIENTE isenta da contrapartida mínima prevista no parágrafo único do art. 62 da Lei nº 3.105/2012 - LDO 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 2 parcelas, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 03200112 a favor da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação

financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;  
V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;  
VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;  
VII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;  
VIII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

JOSÉ ERMÍNIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ODIMAR RODRIGUES DA LUZ

Presidente da Associação São Bentense de Futsal Feminino

TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 3261/2013

LEI Nº 3261, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

(criar) 3.3.90.93.00.00.00.00.0100 - Indenizações e Restituições R\$ 40.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 181.671,81 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e um centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 2.025 - Manutenção Ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO

(118) 3.3.90.30.00.00.00.00.0158 - Material de Consumo

R\$ 15.000,00

(121) 3.3.90.39.00.00.00.00.0158 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 15.000,00

(122) 4.4.90.51.00.00.00.00.0158 - Obras e Instalações

R\$ 151.671,81

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Especial e Suplementar, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0158 - SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 181.671,81 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e um centavos) e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico



(357) 3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria  
R\$ 40.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 320/2013**

DECRETO Nº 320, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3257, de 21 de outubro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.063.088,95 (dois milhões, sessenta e três mil, oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(165) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$1.573.088,95

Atividade: 4.026 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(159) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$ 460.000,00

(161) 3.1.90.13.00.00.00.00.0019 - Obrigações Patronais  
R\$ 30.00,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 1.703.088,95 (Um milhão setecentos e três mil, oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) e a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(164) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$135.000,00

(533) 3.1.90.16.00.00.00.00.0018 - Outras Desp. Variáveis - PC  
R\$ 50.000,00

Atividade: 4.026 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(158) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vantagens Fixas - PC  
R\$ 175.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 321/2013**

DECRETO Nº 0321, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3261, de 21 de outubro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

(criar) 3.3.90.93.00.00.00.00.0100 - Indenizações e Restituições  
R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

(357) 3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria  
R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Listagem de Portarias**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 3577, de 17 de outubro de 2013. Admite Empregado Público, a partir de 17 de outubro de 2013. Eliete do Prado. Agente Comunitário de Saúde - ESF Vila São Paulo. SEMUS.

Portaria nº 3595, de 18 de outubro de 2013. Revoga, a partir de 18 de outubro de 2013, a Portaria nº 3511/2013 que nomeou servidora pública Francielle Cristina Gaertner, no cargo de Assistente Social, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 3596, de 18 de outubro de 2013. Opera Remoção do servidor Hiago de Souza Fernandes, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 19 de setembro de 2013.

Portaria nº 3597, de 18 de outubro de 2013. Opera Remoção do servidor João Helio Cardoso, ocupante do cargo de Atendente Educativo, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo para o quadro da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25 de setembro de 2013.

Portaria nº 3598, de 18 de outubro de 2013. Opera Remoção da servidora Bianca Felipp Chiella Santiago, ocupante do cargo de Psicólogo, da Secretaria Municipal de Saúde para o quadro da

Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 13 de junho de 2013.

Portaria nº 3599, de 18 de outubro de 2013. Opera Remoção da servidora Silvia Santiago Martins, ocupante do cargo de Assistente Social, da Secretaria Municipal de Saúde para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 13 de junho de 2013.

Portaria nº 3600, de 18 de outubro de 2013. Opera Remoção do servidor Fernando Grossl Pickler, ocupante do cargo de Motorista II, da Secretaria Municipal de Saúde para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 13 de junho de 2013.

Portaria nº 3601, de 18 de outubro de 2013. Concede Auxílio Doença INSS, período de 20/09/2013 a 05/11/2013. Bernardo Becker. Diretor Dpto de Pecuária. SEMAN.

Portaria nº 3602, de 18 de outubro de 2013. Concede Auxílio Doença INSS, período de 17/09/2013 a 31/10/2013. Elisabeth Lisboa da Silva Prado. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 3603, 18 de outubro de 2013. Concede Licença Maternidade, período de 28/09/2013 a 26/01/2014. Joice Resende Vieira. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 3604, de 18 de outubro de 2013. Prorroga Licença Maternidade, período de 27/01/2014 a 27/03/2014. Joice Resende Vieira. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 3605, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Maternidade, período 02/10/2013 a 29/01/2014. Leonice Maia. Coordenador de Serviços do CAFI - Bairro Serra Alta. SEMAS.

Portaria nº 3606, de 18 de outubro de 2013. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período de 02/10/2013 a 31/10/2013. Marilea Soares. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 3607, de 18 de outubro de 2013. Concede Readaptação Funcional, a partir de 21 de outubro de 2013 - conforme Ofício nº 501/2013/IPRESBS. Ronaldo José de Souza. Motorista. SEMUS.

Portaria nº 3608, de 18 de outubro de 2013. Concede Auxílio Doença INSS, período de 06/09/2013 a 22/11/2013. Thiago Grahl. Técnico Desportivo II. FMD.

Portaria nº 3609, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Andrei Rafael Galkowski. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 3610, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Angela Maria de Souza. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3611, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Daniela Aparecida Cabral. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3612, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Eliane Martendal. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3613, de 18 de outubro de 2013. Demite Empregado Público, a pedido. Gilmara Staffen de Oliveira. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 3614, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Marcia Aparecida Martendal. Auxiliar de Serviço. SEMED.

Portaria nº 3615, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Marines Martins Farias da Rocha. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 3616, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Marli Teresinha Schumacher da Silva Soares. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3617, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Michele Cristina Sennes. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3618, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Sandra Soeli Ferreira. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3619, de 18 de outubro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Vanessa Slominski. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3620, de 18 de outubro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Viviane Emanuelle Ferreira. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3625, de 21 de outubro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Mariana Bodnar. Bioquímico. SEMUS.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Aviso de Licitação - Pregão Nº 286/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 286/2013  
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 08 de novembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SOFTWARE DE OPERAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SENDO LICENÇA DE USO, PERÍODO DE NOVEMBRO A MARÇO/14. CONFORME DESCRIÇÃO E EXIGÊNCIAS ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira



# **Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1748/2013 e 1749/2013**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1748/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC6409	54593301E	6920/0	02/08/2013	R\$ 127,69	233
ADH4085	55723965D	5169/1	03/08/2013	R\$ 1.915,38	165
AIB7797	54593180E	6920/0	16/08/2013	R\$ 127,69	233
ALG7345	55728125D	6912/0	03/08/2013	R\$ 53,20	232
BZM8192	55728123D	6912/0	02/08/2013	R\$ 53,20	232
DCD7295	55724406D	6548/0	07/05/2013	R\$ 85,12	229
HXL6201	54591513E	6920/0	04/06/2013	R\$ 127,69	233
IDT5804	54592815E	6920/0	18/06/2013	R\$ 127,69	233
KYK0741	55723832D	6599/2	03/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAQ5815	54593401E	6920/0	16/07/2013	R\$ 127,69	233
MBX8709	55724644D	5010/0	04/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBX8709	55724645D	6599/2	04/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ7033	54592928E	5010/0	02/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCZ7033	54592929E	5118/0	02/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCZ7033	54592930E	6599/2	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ7033	54592931E	6726/1	02/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCZ7033	54592932E	6653/2	02/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MCZ7033	54592933E	6637/2	02/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDY9411	54592624E	6920/0	08/07/2013	R\$ 127,69	233
MEA4283	54592763E	5045/0	19/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEA4283	54592764E	6912/0	19/08/2013	R\$ 53,20	232
MEA4283	54592765E	5142/0	19/08/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MEN9139	54592514E	6700/0	31/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MFP6259	55723964D	6769/1	02/08/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MIY8674	55723962D	6599/2	01/08/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1749/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADI1114	55511853D	7366/2	22/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AGJ3923	55511674D	5380/0	30/04/2013	R\$ 85,12	181 * I
AHV3964	55512619D	5568/0	03/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AKN4947	54044298D	5541/4	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AMG5541	55511867D	6050/2	29/05/2013	R\$ 191,53	208
AMY5499	55511719D	5568/0	09/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
ANQ0174	54593051E	7234/0	19/08/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
APC2850	54593274E	7366/2	22/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
APP8639	55511827D	5568/0	06/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
DQH8778	54593453E	5452/1	26/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DVI2070	55512050D	7366/2	01/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LXV0906	55512659D	5843/4	05/08/2013	R\$ 127,69	196
LZC3006	55513007D	5185/1	23/08/2013	R\$ 127,69	167
LZH7304	54592958E	7234/0	06/06/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MAV2895	55512577D	5568/0	01/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBU4951	55724542D	6122/0	14/08/2013	R\$ 191,53	214 * I
MBZ8374	55512540D	5568/0	03/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCC4013	55511956D	5819/6	12/06/2013	R\$ 574,61	193
MCE4706	55512529D	5541/2	13/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW3388	55511790D	5746/1	03/06/2013	R\$ 85,12	187 * I
MEG2412	54593254E	5967/0	14/08/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEM9682	54044291D	5843/4	23/07/2013	R\$ 127,69	196
MEN4995	55512854D	5185/1	13/08/2013	R\$ 127,69	167
MEP0692	54044674D	5541/2	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH9324	55512209D	5550/0	24/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFT7446	55724532D	7366/2	13/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFX2902	55512001D	5541/2	20/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL0683	55511901D	5185/1	03/06/2013	R\$ 127,69	167
MHG0799	55512111D	5541/2	19/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK1369	55512202D	5541/5	03/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF3983	54044245D	5541/2	08/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF7991	55511788D	5746/1	03/06/2013	R\$ 85,12	187 * I
MIH2783	55512641D	5568/0	08/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIQ5494	55512569D	5541/2	08/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIY1124	55511799D	5746/1	03/06/2013	R\$ 85,12	187 * I
MJA0228	55512571D	7366/2	29/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJE1171	55512541D	7366/2	05/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJW9413	54044441D	5568/0	29/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKB3404	55512631D	5835/0	06/08/2013	R\$ 127,69	195
MKP7694	54593264E	5185/1	19/08/2013	R\$ 127,69	167
MKZ7831	54044450D	5460/0	05/06/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MLC4037	55512617D	6181/0	01/08/2013	R\$ 127,69	215 * II
MMD8201	55512254D	5185/1	26/06/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1746/2013 e 1747/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1746/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACX1840	54593017E	6920/0	27/08/2013	233
AEM3364	55723910D	5320/0	06/10/2013	176 * V
AEM3364	55723911D	6599/2	06/10/2013	230 * V
AGV5103	54591964E	6920/0	24/09/2013	233
ALU0363	54591751E	6599/2	03/09/2013	230 * V
ALU0363	54591752E	6610/2	03/09/2013	230 * VII
AOE2460	54591719E	6599/2	23/09/2013	230 * V
AOE2460	54591720E	5045/0	23/09/2013	162 * V
AOE2460	54591721E	5142/0	23/09/2013	164 c/c 162 * V
DHC7312	54591981E	6920/0	30/09/2013	233
JRC9358	54591757E	6548/0	07/09/2013	229
KQA0786	54591764E	6912/0	11/09/2013	232
LAF5219	54591997E	6920/0	02/10/2013	233
LYS7609	54593039E	6920/0	02/09/2013	233
LZG6040	54591978E	6920/0	27/09/2013	233
MAD4072	55725068D	6610/2	08/09/2013	230 * VII
MAG4343	54591758E	5320/0	08/09/2013	176 * V
MBR2616	54591984E	6920/0	30/09/2013	233
MCJ8583	54593011E	6920/0	23/08/2013	233
MCZ4492	54591755E	6548/0	07/09/2013	229
MER3324	54591781E	6726/1	27/09/2013	230 * XVIII
MHR9757	54592000E	6920/0	02/10/2013	233
MIE1356	54591969E	6920/0	25/09/2013	233
MJJ4024	54591972E	6920/0	25/09/2013	233
MJP4984	54592053E	6599/2	24/09/2013	230 * V
MJP4984	54592054E	5045/0	24/09/2013	162 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKC7189	54591989E	6920/0	30/09/2013	233
MKE6655	54591782E	5010/0	27/09/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1747/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK9766	55724550D	5185/1	11/09/2013	167
AGB5348	55512815D	7366/2	23/08/2013	252 * VI
ALZ4167	55513218D	5746/1	02/10/2013	187 * I
AUA6940	55513220D	7366/2	02/10/2013	252 * VI
BCR2801	54591859E	5452/1	29/09/2013	181 * VIII
CAA4415	55513132D	7366/2	30/09/2013	252 * VI
IPL5306	55512756D	5541/2	30/08/2013	181 * XVII
JND4320	54591663E	5185/2	08/09/2013	167
LYP8590	55513068D	5568/0	06/09/2013	181 * XIX
LZL7478	54044684D	5541/2	12/09/2013	181 * XVII
MBE1733	55513290D	5541/1	04/10/2013	181 * XVII
MBK9687	55512145D	5746/1	06/09/2013	187 * I
MBP7481	55513286D	5452/1	02/10/2013	181 * VIII
MBR2616	55513282D	5541/1	26/09/2013	181 * XVII
MCB3463	55513131D	7366/2	30/09/2013	252 * VI
MEE7898	55512969D	5541/1	05/09/2013	181 * XVII
MEQ8977	55512917D	5541/2	19/08/2013	181 * XVII
MGI0561	55512726D	5193/0	01/10/2013	168
MGK1861	55724271D	7048/1	07/09/2013	244 * II
MHE2927	55512966D	5738/0	03/09/2013	186 * II
MHI2124	55512699D	7366/2	10/09/2013	252 * VI
MHO4878	55512999D	5541/2	20/09/2013	181 * XVII
MHY8461	55512991D	5541/1	27/09/2013	181 * XVII
MIX8702	55513287D	7366/2	02/10/2013	252 * VI
MJC3934	55513225D	5541/2	18/09/2013	181 * XVII
MJT7737	55512142D	7366/2	03/09/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLB4792	55513000D	5541/2	19/09/2013	181 * XVII
MLN5019	55512921D	5967/0	27/09/2013	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 835/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 835/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACR1771	8492053134	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGY1017	8492052182	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIS8900	8492054248	6050/3	31/07/2013	R\$ 191,53	208
AJN9224	8492054360	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKZ0076	8492054158	7463/0	27/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
AQW0420	8492054365	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARS8176	8492053969	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ASK1953	8492053358	5673/2	30/06/2013	R\$ 85,12	183
BAX1260	8492052451	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
BUA6834	8492054171	6050/3	25/07/2013	R\$ 191,53	208
CNE7683	8492053297	7455/0	21/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
DFP5730	8492053339	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
DWK0253	8492054347	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
HQL5406	8492052984	5673/2	14/06/2013	R\$ 85,12	183
HRP3868	8492053916	5673/2	21/07/2013	R\$ 85,12	183
HSG0668	8492053192	6050/3	20/06/2013	R\$ 191,53	208
IDZ5539	8492054308	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
INJ9137	8492053412	6050/3	01/07/2013	R\$ 191,53	208
ITN1721	8492054718	7455/0	08/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
JNO1163	8492053473	7455/0	30/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWU1217	8492052899	7455/0	07/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXQ6150	8492054164	6050/3	28/07/2013	R\$ 191,53	208
LXT8201	8492053653	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYM1601	8492053761	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYW9644	8492053261	5673/2	25/06/2013	R\$ 85,12	183
MAO0053	8492054389	7463/0	25/07/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAP1210	8492052635	7455/0	04/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAQ7146	8492052885	7455/0	09/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBE5450	8492054096	7455/0	21/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDC1366	8492053399	6050/3	29/06/2013	R\$ 191,53	208
MDE6743	8492052957	7471/0	08/06/2013	R\$ 574,61	218 * III
MDO6789	8492052806	7455/0	10/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDX7087	8492052568	7463/0	03/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEL0133	8492052545	7455/0	03/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEL1835	8492054335	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEN4979	8492052492	7455/0	24/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEO7285	8492054671	5673/2	09/08/2013	R\$ 85,12	183
MFS9115	8492053806	6050/3	12/07/2013	R\$ 191,53	208
MGH8012	8492053124	7455/0	18/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGM5910	8492054324	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGN9393	8492054742	7455/0	09/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGV2465	8492053664	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGV2465	8492053753	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGV2465	8492053831	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHB0911	8492054727	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE2724	8492052371	7455/0	26/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE2724	8492052373	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE2724	8492052863	7455/0	08/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE2724	8492052868	7455/0	10/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE8562	8492053565	7463/0	04/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIB9816	8492053046	6050/3	13/06/2013	R\$ 191,53	208
MIG8382	8492052712	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIM1316	8492052730	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJK0642	8492053145	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJP9369	8492052407	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJR5523	8492054060	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJU1386	8492054077	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKA3623	8492054288	7455/0	28/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKC3984	8492053967	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKE5837	8492054165	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKI2850	8492054156	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKO3702	8492054359	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKT2332	8492053920	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLL6500	8492054379	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMD0602	8492052825	7463/0	11/06/2013	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 834/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 834/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW7975	8492055930	7463/0	21/09/2013	218 * II
ACR9155	8492054789	7455/0	09/08/2013	218 * I
ADX0469	8492054047	7455/0	18/07/2013	218 * I
AHL2121	8492056241	7455/0	30/09/2013	218 * I
AIJ8808	8492055341	7455/0	29/08/2013	218 * I
AIK7652	8492056113	6050/3	01/10/2013	208
AKR1987	8492054287	7455/0	27/07/2013	218 * I
ALA2454	8492056024	7463/0	20/09/2013	218 * II
ALQ6840	8492055355	7455/0	02/09/2013	218 * I
ANV4403	8492055365	7455/0	01/09/2013	218 * I
ARL5856	8492054581	7463/0	03/08/2013	218 * II
ARW6698	8492056039	7455/0	18/09/2013	218 * I
ATB1507	8492055388	7455/0	29/08/2013	218 * I
AUE9221	8492055754	5673/2	16/09/2013	183
AXC1590	8492054639	7455/0	09/08/2013	218 * I
BZM9481	8492056132	7455/0	26/09/2013	218 * I
BZM9481	8492056171	7455/0	28/09/2013	218 * I
CCD7103	8492056108	7455/0	01/10/2013	218 * I
DAK5830	8492056244	7455/0	26/09/2013	218 * I
DAW6331	8492055892	6050/3	21/09/2013	208
DEV0432	8492055390	7455/0	29/08/2013	218 * I
DGX8981	8492056112	6050/3	01/10/2013	208
EIK7576	8492055909	7455/0	24/09/2013	218 * I
GWB9692	8492055757	7455/0	13/09/2013	218 * I
HNM0226	8492055965	5673/2	23/09/2013	183
KPM8970	8492056138	7455/0	29/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXB1142	8492055321	7455/0	29/08/2013	218 * I
LXO7259	8492055563	7463/0	07/09/2013	218 * II
LYF2881	8492055343	7455/0	31/08/2013	218 * I
LYF7711	8492056187	7455/0	30/09/2013	218 * I
LZG4870	8492055660	7455/0	07/09/2013	218 * I
LZI8700	8492056121	7455/0	27/09/2013	218 * I
MAD6034	8492055360	7455/0	29/08/2013	218 * I
MAQ1199	8492056248	7455/0	01/10/2013	218 * I
MAV4617	8492055073	7455/0	27/08/2013	218 * I
MBC4343	8492055259	7455/0	02/09/2013	218 * I
MBQ1588	8492056232	7455/0	26/09/2013	218 * I
MBQ4668	8492056184	7455/0	30/09/2013	218 * I
MCD2269	8492055602	7455/0	08/09/2013	218 * I
MCG6360	8492055929	7455/0	21/09/2013	218 * I
MCP6649	8492055255	7455/0	03/09/2013	218 * I
MCQ4717	8492056126	7455/0	28/09/2013	218 * I
MCT7791	8492055251	7455/0	31/08/2013	218 * I
MDR1898	8492056173	7455/0	30/09/2013	218 * I
MEF1501	8492055338	7455/0	01/09/2013	218 * I
MEI6036	8492055212	6050/3	28/08/2013	208
MEP8433	8492056217	7455/0	29/09/2013	218 * I
MEQ7565	8492055400	7455/0	31/08/2013	218 * I
MFD0198	8492056224	7455/0	26/09/2013	218 * I
MFJ6917	8492055024	7455/0	23/08/2013	218 * I
MFO4715	8492055334	7463/0	31/08/2013	218 * II
MFY5234	8492056265	7455/0	29/09/2013	218 * I
MFZ5701	8492056254	7471/0	29/09/2013	218 * III
MFZ5701	8492056255	7471/0	29/09/2013	218 * III
MFZ6622	8492056150	6050/3	29/09/2013	208
MGF0121	8492056096	6050/3	27/09/2013	208
MGG6504	8492055339	7463/0	03/09/2013	218 * II
MGU3176	8492056219	7455/0	30/09/2013	218 * I
MIE0348	8492055202	7455/0	22/08/2013	218 * I
MIE1185	8492055417	7455/0	30/08/2013	218 * I
MIS9016	8492055625	7455/0	09/09/2013	218 * I
MIY6004	8492055282	5673/2	30/08/2013	183
MJA1750	8492055293	6050/3	30/08/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB9264	8492056216	7455/0	29/09/2013	218 * I
MJJ5825	8492056235	7463/0	26/09/2013	218 * II
MJT4973	8492056167	5673/2	01/10/2013	183
MJW2458	8492055383	7463/0	02/09/2013	218 * II
MKD3764	8492055257	7455/0	31/08/2013	218 * I
MKK1832	8492055372	7455/0	28/08/2013	218 * I
MKT1173	8492055397	7455/0	31/08/2013	218 * I
MLB2006	8492056102	7463/0	29/09/2013	218 * II
MLE7434	8492056114	7463/0	26/09/2013	218 * II
MLH9801	8492056139	7455/0	01/10/2013	218 * I
MMM0543	8492056247	7463/0	30/09/2013	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

## IPRESBS

### Errata da Relação de Candidatos Aos Conselhos do IPRESBS

ERRATA: Na relação de candidatos ao pleito de 27 e 28 de novembro de 2013 para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPRESBS, publicada em 22/10/2013, na edição nº 1351, página 241, tendo como título "Comissão Eleitoral dos Conselheiros Deliberativo e Fiscal do IPRESBS":

Onde se lê:

CONSELHO DELIBERATIVO - ATIVOS  
CARLOS ESPEZIN LOPES FILHO  
DORACI MARIA KRAINSKI BAPTISTA FRAGOSO  
EDELTRAUD BAIER

Leia-se:

CONSELHO DELIBERATIVO - INATIVOS  
CARLOS ESPEZIN LOPES FILHO  
DORACI MARIA KRAINSKI BAPTISTA FRAGOSO  
EDELTRAUD BAIER

## SAMAE

### Retificação de Edital - Pregão Nº 44/2013

RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO Nº. 44/2013.

Onde se lê: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 29/10/2013 ÀS 09:30 HORAS

Leia-se: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 06/11/2013 ÀS 09:30 HORAS

Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido edital.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2013.

MARCOS DUARTE  
Pregoeiro

**São Domingos**

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1369, de 21 de Outubro de 2013.

Nomeia membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Municipais nº 1.497, de 29/06/07, nº 1.518, de 19/10/07 e nº 1.577, de 10/12/08;

Considerando o vencimento do mandato dos membros que compõem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; Considerando a indicação de representantes pelas entidades que compõem o conselho;

Considerando que alguns membros serão reconduzidos e outros substituídos;

Considerando o disposto no § 2º do art. 3º da Lei n. 1.585 que permite a recondução dos membros do Conselho para o mandato imediatamente subsequente;

Considerando a solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de São Domingos (SC), os seguintes membros:

Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente: Titular 1: Nair Fátima Babinski Roell;

Suplente 1: Lorita de Fátima de Jesus Bigolin;

Titular 2: Patrícia Merlin;

Suplente 2: Iraci Inês Marmentini Walendorff.

Um representante dos professores da Educação Básica Pública:

Titular 1: Elaine Terezinha de Mello Guadagnin;

Suplente 1: Alenize Maria Bertozzo Brunetto.

Um representante dos diretores das escolas públicas:

Titular 1: Anileida Nicolao Pretto;

Suplente 2: Bruno Zanella.

Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas:

Titular 1: Lorena Lucia Anghinoni;

Suplente 1: Franciane Renata Panassolo Lodi.

Dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular 1: Roselei Dalla Libera dos Santos;

Suplente 1: Giovani Tamanho.

Titular 2: Marione Lammel;

Suplente 2: Cleci Fátima Trentin.

Dois representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular 1: Luana Ribeiro Ferreira;

Suplente 1: Andréia Scheffer Mazurek.

Titular 2: Maria Anghinoni Camargo;

Suplente 2: Solange de Fátima Ferreira.

Um representante do respectivo Conselho Municipal de Educação:

Titular 1: Ivanete Rodrigues Hennerich;

Suplente 1: Clari Comerlato.

Um representante do Conselho Tutelar:

Titular 1: Elton Antonio Bolzan;

Suplente 1: Vilmar Candido.

Art. 2º Os membros acima nomeados, não receberão qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de relevante interesse social.

Art. 3º O mandato dos membros do conselho será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos até 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretário de Administração e Fazenda

### Ata de Reunião da Comissão de Licitações

Reuniram-se na data de 21 de outubro de 2013, às 08:30 horas, o Pregoeiro e Equipe de Apoio para Sessão Pública referente ao Processo de Licitação PREFE N. 062/2013, na modalidade Pregão



Presencial para Registro de Preços n. 027/2013 que visa eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE ADE-REÇOS PARA DECORAÇÃO NATALINA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA. Participaram do certame, apresentando credenciamento e envelopes n. 01 e n. 02, as empresas: Postec Instaladora Elétrica Ltda, CNPJ n. 00.064.379/0001-01 credenciado o Sr. Pedro Luiz Volkweis, CPF n. 477.185.289-87; Eletroeste Materiais Elétricos Ltda, CNPJ n. 07.324.090/0001-15, credenciado o Sr. Jaime Ribeiro de Freitas, CPF n. 893.517.899-34 e Eletro Ferragem Bigolin, CNPJ n. 83.407.403/0001-87, credenciado o Sr. David Edílio Klein Filho, CPF n. 593.771.009-68 com envelopes protocolados sob os números 202 a 204/2013, respectivamente. Nenhuma das empresas comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 4.12 do edital). Indagados acerca dos documentos de credenciamento, os participantes disseram nada ter a declarar. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes n. 01- Proposta de Preços e n. 02 - Habilitação, das empresas participantes, sendo os mesmos rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e credenciados. Passou-se para a abertura do envelope n. 01 - Proposta de Preços, sendo constatado pelo pregoeiro e equipe de apoio que todas as propostas cumpriram integralmente com os requisitos exigidos no instrumento convocatório. Passou-se à fase de lances, restando vencedoras as empresas: 1 - Eletro Ferragem Bigolin Ltda com os seguintes itens e valores unitários: 01, no valor de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos); 02 com o valor de R\$ 36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos); item 03 com o valor de R\$ 51,00 (cinquenta e um reais); item 04 com o valor de R\$ 11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos); item 05 com o valor de R\$ 19,95 (dezenove reais e noventa e cinco centavos); item 06 com o valor de R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos); item 07, com o valor de R\$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos); item 08, no valor de R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos); item 09, no valor de R\$ 2,41 (dois reais e quarenta e um centavos); item 10 no valor de R\$ 15,95 (quinze reais e noventa e cinco centavos); item 11 no valor de R\$ 19,80 (dezenove reais e oitenta centavos); item 12 no valor de R\$ 31,90 (trinta e um reais e noventa centavos); item 13 no valor de R\$ 48,95 (quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos); item 14 no valor de R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos); item 15 com o valor de R\$ 9,95 (nove reais e noventa e cinco centavos); item 16, com o valor de R\$ 15,45 (quinze reais e quarenta e cinco centavos); item 17 com o valor de R\$ 13,98 (treze reais e noventa e oito centavos); item 18 com o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais); item 32 com o valor de R\$ 6,70 (seis reais e setenta centavos); item 37 com o valor de R\$ 0,99 (noventa e nove centavos); item 38 com o valor de R\$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos); item 39 com o valor de R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos); item 40 com o valor de R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos); item 41 com o valor de R\$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos); item 42 com o valor de R\$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos); item 44 no valor de R\$ 24,90 (vinte e quatro reais e noventa centavos); item 45 com o valor de R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos); item 46 com o valor de R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos); item 47 com o valor de R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos); item 52 com o valor de R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos); item 54 com o valor unitário de R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos); item 55 com o valor de R\$ 1,24 (um real e vinte e quatro centavos); item 62 com o valor de R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos), totalizando, a proposta da licitante, a importância de R\$ 13.528,41 (treze mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos); 2 - A empresa Eletro Oeste Comércio de Materiais Elétricos Ltda com os seguintes itens e valores unitários: item 19, com o valor de R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos); item 20 com o valor de R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos); item 21 com o valor de R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos); item 22 com o valor de R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos); item 23 com o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais); item 24 com o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos); item 25

com o valor de R\$ 104,00 (cento e quatro reais); item 26 com o valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais); item 27 com o valor de R\$ 223,00 (duzentos e vinte e três reais); item 28 com o valor de R\$ 33,50 (trinta e três reais e cinquenta centavos); item 29 com o valor de R\$ 33,50 (trinta e três reais e cinquenta centavos); item 30 com o valor de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais); item 31 com o valor de R\$ 10,00 (dez reais); item 33 com o valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos); item 34 com o valor de R\$ 9,00 (nove reais); item 35 com o valor de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos); item 36 com o valor de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos, item 43 com o valor de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos); item 48 com o valor de R\$ 0,90 (noventa centavos); item 49 com o valor de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos); item 50 com o valor de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos); item 51 com o valor de R\$ 10,00 (dez reais); item 53 com o valor de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos); item 56 com o valor de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos); item 57 com o valor de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) e; item 60 com o valor de R\$ 93,00 (noventa e três reais), totalizando a proposta da empresa, o valor de R\$ 102.527,20 (cento e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos); 3 - Poste Instaladora Elétrica Ltda, nos itens 58 e 59, com o valor unitário de R\$ 4.995,00 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais), totalizando a importância de R\$ 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa reais), tudo conforme Ata do Pregão Presencial anexa ao Processo.. Com relação ao item 61, a única participante que cotou-o foi a empresa Eletro Ferragem Bigolin, todavia, ao ser indagada, esta pediu desistência do referido item, por não possuir, em seu contrato social, a atividade de plotagem de outdoor. Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes n. 02 - Documentos de Habilitação, sendo aferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que todas as participantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios. Indagados acerca da interposição de recursos, nenhuma das participantes manifestou interesse em interpô-lo. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. O presente processo será remetido ao setor jurídico para elaboração de parecer e após, à autoridade competente para deliberação.

São Domingos, SC, 21 de outubro de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

### Dados e Texto de Convênio

MÊS/ANO: Outubro/2013

NÚMERO DO CONVÊNIO: Prefe 011/2013 de 14/10/2013

DATA CONVÊNIO: 14/10/2013

DESCRIÇÃO: Este Convênio/Termo de Doação Com Encargos, que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Prefeitura Municipal de São Domingos (SC), tem por objetivo a doação de 01 (um) Automóvel marca/modelo FIAT PALIO WEEKEND, cujas características são as constantes no Anexo 1 do Termo - Resumo Operacional do Termo, para desenvolver ações de fortalecimento do Conselho Tutelar instalado no Município.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC N. 29.784-B

DOADORA: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

CNPJ: 05.478.625/0001-87  
DONATÁRIA: Município de São Domingos - SC  
CNPJ: 83.009.894/0001-08  
DATA VENCIMENTO: 14/10/2023

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 126/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

VIGÊNCIA: 02/09/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 840,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 061/2013 - Dispensa de Licitação nº 015/2013 de 22/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0103.2003  
-3.1.71.70.01.00.00.00.1080; 0301 - 04.122.0103.2003  
-3.3.71.70.01.00.00.00.1080; 0301 - 04.122.0103.2003 -  
4.4.71.70.01.00.00.00.1080.

São João do Sul, 22 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 127/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ALEXANDRA DOS PASSOS EPP

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 794,72 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 055/2013 - Pregão Presencial nº 018/2013 de 01/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.122.0116.2023  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022  
-3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.366.0116.2027  
-3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024 -  
3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 128/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ELMO PAPELARIA LTDA EPP

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 2.404,49 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 055/2013 - Pregão Presencial nº 018/2013 de 01/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.122.0116.2023  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022  
-3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.366.0116.2027  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0101; 0701 - 12.365.0116.2024 -  
3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 129/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JR COMÉRCIO VAREJISTA DE PAPELARIA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 28.202,56 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 055/2013 - Pregão Presencial nº 018/2013 de 01/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.122.0116.2023  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022  
-3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.366.0116.2027  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0101; 0701 - 12.366.0116.2027 -  
3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.0116.2024  
-3.3.90.30.16.00.00.00.0102 - 0701 - 12.361.0116.2022 -  
3.3.90.30.17.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 130/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME  
VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 2.078,60 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 055/2013 - Pregão Presencial nº 018/2013 de 01/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 131/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: MACRO MUNDY ATACADO LTDA ME  
VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 419,00 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 055/2013 - Pregão Presencial nº 018/2013 de 01/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102; 0701 - 12.366.0116.2027 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0101; 0701 - 12.365.0116.2024 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 132/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL E CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP  
VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 1.766,95 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 055/2013 - Pregão Presencial nº 018/2013 de 01/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.122.0116.2023 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.32.99.00.00.00.0102; 0701 - 12.366.0116.2027 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0101; 0701 - 12.365.0116.2024 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 133/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; MOBILIÁRIO EM GERAL; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO VÍDEO E FOTO; EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MOBILIÁRIO EM GERAL; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP  
VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 8.670,72 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.33.00.00.00.0110; 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.35.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.33.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.12.00.00.00.0110; 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.42.00.00.00.0110; 0701 - 12.365.0116.2024 - 4.4.90.52.12.00.00.00.0110; 0701 - 12.365.0116.2024 - 4.4.90.52.42.00.00.00.0110.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 134/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMA MESA; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: BOX E TECIDOS SÃO JOÃO LTDA ME  
VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 716,00 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.365.0116.2024 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 135/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MAQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP  
VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 2.649,00 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.34.00.00.00.0102.



São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 136/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL DE CAMA MESA, EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO VÍDEO E FOTO; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 8.418,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 -4.4.90.52.33.00.00.00.3110; 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.33.00.00.00.0110.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 137/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL DE CAMA MESA E BANHO; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO VÍDEO E FOTO; EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MOBILIÁRIO EM GERAL; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MACRO MUNDY ATACADO LTDA -ME

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 3.004,82 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 -4.4.90.52.35.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024 -3.3.90.30.20.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022 -4.4.90.52.33.00.00.00.0110; 0701 - 12.361.0116.2022 - 4.4.90.52.42.00.00.00.3110.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 138/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMA MESA E BANHO; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL; EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: TATIANA MACHADO SCHLIMANN & CIA LTDA ME

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 8.242,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão

Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 -4.4.90.52.35.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024 -3.3.90.30.20.00.00.00.0101; 0701 - 12.365.0116.2024 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 139/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; MOBILIÁRIO EM GERAL; E PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E MOBILIÁRIO EM GERAL; E. PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS, PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: TS COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 3.736,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº 019/2013 de 12/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 -4.4.90.52.51.00.00.00.3110; 0701 - 12.361.0116.2022 -4.4.90.52.42.00.00.00.3110; 0701 - 12.365.0116.2024 -4.4.90.52.12.00.00.00.0110; 0701 - 12.365.0116.2024 -4.4.90.52.12.00.00.00.0110; 0701 - 12.365.0116.2024 - 4.4.90.52.51.00.00.00.0110.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 140/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS COM OS SEGUINTE TEMAS: COMBATE AS DROGAS, ACESSIBILIDADE E MEIO AMBIENTES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PLANO PESQUISAS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 23/08/2013 à 30/09/2013.

VALOR: R\$ 7.800,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 023/2013 - Dispensa de Licitação nº 016/2013 de 23/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.32.01.00.00.00.0102.

São João do Sul, 23 de Agosto de 2013.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 141/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (MATERIAL

GRAFICO) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: J.R.C MULLER EPP

VIGÊNCIA: 29/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 52.112,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 059/2013 - Carta Convite nº 023/2013 de 19/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022; 3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 29 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 142/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA OS ALINOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAULO CARDOSO CONSTANTE - ME

VIGÊNCIA: 29/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 11.818,70 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 060/2013 - Pregão Presencial nº 020/2013 de 19/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 29 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 143/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA OS ALINOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA DO CARMO G. DA ROSA ME

VIGÊNCIA: 29/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 8.040,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 060/2013 - Pregão Presencial nº 020/2013 de 19/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 29 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 144/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA OS

ALINOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DOUTEL ALVES ME

VIGÊNCIA: 29/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 3.400,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 060/2013 - Pregão Presencial nº 020/2013 de 19/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 29 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 145/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA OS ALINOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LEONIR RAUPP ESPINDOLA ME

VIGÊNCIA: 29/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 1.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 060/2013 - Pregão Presencial nº 020/2013 de 19/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 29 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 146/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2013

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTENCIA TÉCNICA GOVERNAMENTAL EM GESTÃO PÚBLICA NAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E ADMINISTRATIVO, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO E LOA); EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; REGISTROS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS; ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS; REGISTROS E CONTROLE DE TESOURARIA; ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DOS INDICES E LIMITES DENTRE OUTROS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: R.S ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP

VIGÊNCIA: 30/08/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 16.580,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Carta Convite nº 024/2013 de 23/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.35.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 30 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal



**Extrato de Contrato Nº 149/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: E.M.S MATERIAUS ELETRICOS EIRELI - EPP

VIGÊNCIA: 11/09/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 27.992,10 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 064/2013 - Pregão Presencial nº 021/2013 de 28/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 15.452.0112.2036 - 3.3.90.30.26.00.00.00.0080; 0501 - 15.452.0112.2036 - 3.3.90.30.26.00.00.00.3080.

São João do Sul, 11 de Setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 150/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PROJECT CONSTRUÇÕES LTDA ME

VIGÊNCIA: 11/09/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 7.933,90 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 064/2013 - Pregão Presencial nº 021/2013 de 28/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 - 15.452.0112.2036 - 3.3.90.30.25.00.00.00.3080.

São João do Sul, 11 de Setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 148/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 148/2013  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2012

OBJETO: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS DO ITEM 02 DO CONTRATO ORIGINAL, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA PARA O VEICULO SPIN GM DE PLACAS MKT 8064, DO CEJA - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E PARA O VEICULO GM CRUZE DE PLACAS MKI 7234 DO GABINETE DO PREFEITO.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2013 - Pregão Presencial nº. 004/2013 de 18/02/2013 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0201 - 04.122.0102.2002 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2027 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0101.

São João do Sul, 04 de Setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

**São José****PREFEITURA****Decreto Nº 1.567/2013**

DECRETO Nº 1567/2013

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", CANDICE BOPPRE BESEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, matrícula nº 13.973, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1.573/2013**

DECRETO Nº 1573/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JULIANA BELLI VIEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGA, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 17 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1.584/2013**

DECRETO Nº 1584/2013

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 010/2013/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional e em conformidade com a Lei N.º 4.955 de 26 de abril de 2010;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data prevista para Admissão
Juliana da Silveira Pinheiro	Professor de Ensino Superior Substituto	05h	22/10/2013

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no dia 22/10/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 1.585/2013**

DECRETO Nº 1585/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, GISELI MATTOS, para o cargo em comissão de Assessor II Administrativo - CCM 2, com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 2- 1 de outubro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 1.586/2013**

DECRETO Nº 1586/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, SILVIO SEVERINO, ocupante do cargo de Direção II de CEM - CCM-5, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 1.587/2013**

DECRETO Nº 1587/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada, THAYNÁ FIGUEIREDO VIEIRA, para exercer o cargo de Direção II de CEM - CCM-5, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 1.588/2013**

DECRETO Nº 1588/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, RAQUEL DÓRIS MATHIAS para exercer o cargo de Assessor II - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Ordinária nº 4.784 de 06 de maio de 2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 1.589/2013**

DECRETO Nº 1589/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "a pedido" a servidora, MICHELLE MENEZES WEICKERT ocupante do cargo de Direção II de Escolas Profissionais - CCM 5, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/10/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 1.590/2013**

DECRETO Nº 1590/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "a pedido" a servidora, SUZIANE MARIA GESSER, ocupante do cargo de Direção IV de CEM - CCM 7, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1.591/2013**

DECRETO Nº 1591/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, DANIEL LORENZETTI, ocupante do cargo de Assessor Técnico Jurídico - CCM8, com lotação na Procuradoria Geral.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1.592/2013**

DECRETO Nº 1592/2013

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DE SÃO JOSÉ - CMPD/SJ PARA O BIÊNIO 2012/2014.

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 8º e 9º, da Lei Municipal nº 4.308, de 06 de junho 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia integrantes para comporem o Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência de São José - CMPD/SJ para o Biênio 2012/2014, conforme abaixo relacionados:

§1º - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

I - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Titular: OLIVA RECH SILVA

b) Suplente: MILEINE DELONÊ DA SILVA PIRES

II - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

a) Titular: GISELLE CORRÊA COSTA

b) Suplente: AGUIDA TERESINHA LUCIANO ALVES

III - SECRETARIA DA SAÚDE

a) Titular: JORDANA DE LIMA

b) Suplente: CINTHIA REGINA BARROSO

IV - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

a) Titular: EDSON SERAFIM

b) Suplente: CARLOS EDUARDO VIEIRA ARÊAS

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

a) Titular: KARINA MULLER COSTA

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

a) Titular: MAURÍCIO AROLDI DUARTE

b) Suplente: KEILA MARY DA SILVA THEISS

VII - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO

a) Titular: LAIS MARI RABELO

b) Suplente: ALBERTO ROBERGE CAUSS

VIII - UNIVERSIDADES

- Centro Universitário Municipal de São José - USJ

a) Titular: SILVANIRA LISBOA SCHEFFER

b) Suplente: ADARZILSE MAZZUCO DALLARIDA

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS (SUSP)

a) Titular: LUIZ PAULO CARDOSO FARIA

X - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

a) Titular: CLEBER FABIANO GOULART

b) Suplente: LUIZ CARLOS DAMS JUNIOR

§ 2º REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

XI - ORIONÓPOLIS CATARINENSE

a) Titular: DEOLINDA PICKLER PEREIRA

b) Suplente: Pe. JOSÉ MANOEL DOS SANTOS

XII - APAE DE SÃO JOSÉ

a) Titular: SANDRA MOTA COLLAÇO

b) Suplente: VALDIRENE DA SILVA CLAUSEN

XIII - INSTITUTO DE AUDIÇÃO E TERAPIA EM LINGUAGEM - IA-TEL

a) Titular: DAYSE COSTA LAUREANO

b) Suplente: KÁTIA APARECIDA VIEIRA

XIV - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCANDOS DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

a) Titular: VERA LUCIA BARBOZA LOPES

b) Suplente: DILMA ORLINDA FIRMINO

XV - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE AUTISTAS - AMA

a) Titular: FRANCISCO APARECIDO LUIZ

b) Suplente: LUCIANA VIEIRA KUHNEM SARKIS

XVI - SOCIEDADE DE SURDOS DE SÃO JOSÉ

a) Titular: MARCELO PORTO

b) Suplente: SAULO ZULMAR VIEIRA

XVII - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - APABB.

a) Titular: DENISE APARECIDA MICHELUTE GERARDI

b) Suplente: ADRIANA DA COSTA

XVIII - CONSELHO PROFISSIONAL

TITULAR: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SUBSEÇÃO DE SÃO JOSÉ

a) Titular: HUGO MARTINS PINTO

b) Suplente: GIOVANI RODRIGUES MARIOT

SUPLENTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

a) Titular: ANA APARECIDA TESSARI

b) Suplente: SUELY MARIA GUARALDO DE ARARIPE

XIV - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SANTA CATARINA

a) Titular: GEOVANE PERES

b) Suplente: TELMO DEMARCH

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº1.583/2013**

DECRETO Nº1583/2013

ERRATA DO DECRETO Nº 1480 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1480 de 24 de setembro de 2013 contém erro material e vislumbrando sua correção,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 1480/2013 que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RAQUEL RONISE ALVES para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria da Receita.”

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Pregão Presencial 106/2013 - Reabertura**

PREGÃO PRESENCIAL 106/2013 - REABERTURA - Processo nº 275/2013: Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a decoração temática através da confecção de arvora natalinas, para compor a decoração nas praças do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/11/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/11/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Pregão Presencial 107/2013 - Reabertura**

PREGÃO PRESENCIAL 107/2013 - REABERTURA - Processo nº 276/2013: Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a decoração temática através da criação, confecção e fornecimento de presépios e fornecimento e instalação de iluminação natalina, para compor a decoração de natal do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/11/2013 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/11/2013 às 15h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Pregão Presencial 118/2013**

PREGÃO PRESENCIAL 118/2013 - Processo nº 275/2013: Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar as atividades artísticas do natal solidário do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/11/2013 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/11/2013 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Resultado da Tomada de Preços Nº 011/2013**

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2013 - PROCESSO Nº 225/2013: Objeto: Contratação de empresa para realização de demolição de edificações em área invadida (área verde) e de risco, incluindo limpeza posterior e na ocorrência de possíveis sinistros, calamidade pública e situações de emergência. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª Mundial Serviços Ltda. EPP; 2ª Cone Construções Ltda EPP; e 3ª De Faria Construções Ltda. EMPRESA DESCLASSIFICADA: DJP Construções e Comércio Ltda. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT  
Presidente/CPL.

**Resultado de Inexigibilidade Nº 014/2013**

RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE Nº 014/2013 - Processo nº 298/2013. Objeto: Inexigibilidade para contratação do Instituto de Arquitetos do Brasil para organização de concurso público de arquitetura para projeto de requalificação urbana para o Centro Histórico de São José/SC. Contratado: Instituto dos Arquitetos do Brasil Depart. - SC. Valor: R\$ 268.957,50 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT  
Presidente da CPL

**Resultado do Pregão Eletrônico 026/2013**

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 026/2013 - Processo nº 221/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual confecção e fornecimento de jalecos destinados aos funcionários da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Contratado: Nó de Bambu Indústria e Comércio Ltda - ME. Valor Total: R\$ 45.901,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e um reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Revogação do Pregão Presencial 050/2013**

Revogação do Pregão Presencial 050/2013 - Processo nº 101/2013 - Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) veículo, zero quilômetro, para ser utilizado pela procuradoria geral do Município de São José/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

**Contrato/Ct: Nº 262/2013**

Contrato/CT: nº 262/2013 - Inexigibilidade 006/2013 - Processo 143/2013 - Contratado: RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A. Objeto: Contratação da empresa RBS - Zero Hora Editora Jornalística, para aquisição do Programa Jornal e Educação Transformando a Informação em Educação para atender as unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Global: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais). Prazo: O prazo de vigência e execução deste contrato será de 09 (nove) meses, a partir da assinatura deste instrumento. Data da Assinatura do Contrato: 27 de setembro de 2013.

**Contrato/Ct: Nº 272/2013**

Contrato/CT: nº 272/2013 - DL 069/2013 - Processo 288/2013 - Contratado: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - "FEPESE". Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa de prestação de serviços técnicos na organização, planejamento, execução de: I) processo seletivo para contratação de ACT'S - Admissão em caráter temporário, II) concurso de relocação e aumento de carga horária dos professores efetivos, para a rede municipal de ensino de SJ. Valor Global: R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais). Prazo: Este termo terá vigência a partir de sua assinatura com término em 180 (cento e oitenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 08 de outubro de 2013.



**Termo Aditivo/TA Nº 422/2012-02**

Termo Aditivo/TA nº 422/2012-02 - DL 013/2012 - Processo 140/2012 - Locador: Isaias Levi Gomes. Objeto: Locação de imóvel para instalação do Almoxarifado da Secretária Municipal de Educação, situado na Rua Raulino Raitz, Bairro Areias - São José/SC, com 600 m², 02 (dois) escritórios, construídos nos Lotes 18 e 19 da quadra 10 do Loteamento SUVEC. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 422/2012 por mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 23/08/2013. Data da assinatura: 08 de outubro de 2013.

**Ata de Registro de Preços Nº 069/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2013 - PE 036/2013 - Processo 244/2013 - Fornecedores: HP & E Comercial Ltda - EPP (item 01); Elisvândia Matos Donini - ME (itens 02, 04 e 06); e Prime Graphics Comércio e Serviços Ltda - ME (itens 03 e 05). Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual prestação de serviços de confecção e fornecimento de camisetas, materiais gráficos, malhas, fitas e balões destinados ao movimento "outubro rosa" da Secretária de Saúde do Município de São José. Valor por item: Item 01 - R\$ 256,80 (duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos); Itens 02, 04 e 06 - R\$ 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais); e Itens 03 e 05 - R\$ 7.410,00 (sete mil, quatrocentos e dez reais). Valor Global: R\$ 76.166,80 (setenta e seis mil reais, cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura da Ata: 25 de setembro de 2013.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

**Decreto Nº 4.752, de 21 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº 4.752, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 19.212,43 (dezenove mil, duzentos e doze reais e quarenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	
08.01.12.361.4505.2.01		
5.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022	149	Aplicação Direta R\$ 19.212,43

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de outubro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 18/10/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 18/10/2013 até 18/10/2013

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		480.121,78
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	93.001,61
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	91.513,69
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	91.463,49
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	54.878,10
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	22.865,87
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	13.719,52
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50,20
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	30,12
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	12,55
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	7,53
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.487,92
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PTMC	1.487,92
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	405.422,90
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	405.422,90
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	243.253,74
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	162.169,16
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-18.302,73
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-18.302,73
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-18.292,69
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-10,04

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/10/2013

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Termo de Posse do Senhor Félix Eufrásio

Termo de Posse do Senhor Félix Eufrásio. Filho de Altamiro de Lima Eufrásio e Maria Natalia Souza Eufrásio. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Marcos Rodrigo Reitz, tendo em vista pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcelo Stähelin, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 21 de outubro de 2013.

AMARILDO NAZARENO STÄHELIN  
Presidente da Câmara

MARCELO STÄHELIN  
Primeiro Secretário

FÉLIX EUFRÁSIO  
Empossado

### Termo de Posse do Senhor Klaus Everton Oliveira

Termo de Posse do Senhor Klaus Everton Oliveira. Filho de Maria Solange de Oliveira e José Manoel de Oliveira. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Odair Luiz Laurentino, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcelo Stähelin, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 21 de outubro de 2013.

AMARILDO NAZARENO STÄHELIN  
Presidente da Câmara

MARCELO STÄHELIN  
Primeiro Secretário

KLAUS EVERTON OLIVEIRA  
Empossado

Schroeder

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.756/2013, de 21 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 2.756/2013, de 21 de outubro de 2013  
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia 28 de outubro de 2013 (segunda-feira) - Dia do Servidor Público, nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**FECAM  
CONVOCA  
ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA**

**PREFEITOS DE  
SANTA CATARINA**



**Ata de Tomada de Preços Nº 05/2013-PMS Sequencia 04**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2013 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 155/2013 Data do Processo: 05/09/2013

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 128/2013 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto de engenharia viária urbana para diversas ruas do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se após recebimento do mandado de notificação - mandado de segurança, autos nº 026.13.004143-8, da 2ª Vara da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. O mandando de segurança concede a liminar a empresa INTELLI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, onde determina que "autoridade impetrada autorize a habilitação e participação de impetrante no certame promovido pelo "edital tomada de preços nº 005/2013", independentemente da apresentação do contrato indicado no item 8.1.12, alínea "a", item 2, na forma "autenticada". Diante da liminar e do Ofício nº 0307/2013-Gab. Pref. do Prefeito o senhor Osvaldo Jurck, determinando que se cumpra a o mandado de notificação - mandado de segurança, autos nº 026.13.004143-8, a empresa INTELLI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA está habilitada. Diante do todo o exposto as empresas PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA, E.A.C. CONSULTORIA LTDA, KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, GREIDE ENGENHARIA LTDA e INTELLI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, estão habilitadas. Fica marcada para dia 23 de outubro de 2013, às 14h, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata, juntamente com o mandado de segurança as empresas participantes.

Schroeder, 22 de Outubro de 2013

**COMISSÃO:**

Orlando Tecilla	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Daniela Samulescki	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Nádia Cristiane Helfer Tambosi	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Cheila Adriane klitzke	- ..... - Membro Suplente

**Ata de Tomada de Preços Nº 5/2013-PMS Sequencia 03**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2013 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 155/2013 Data do Processo: 05/09/2013

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 127/2013 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto de engenharia viária urbana para diversas ruas do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para cancelamento da sessão marcada para dia 22 de outubro de 2013, às 11h, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, devido ao mandado de segurança/lei especial autos nº 026.13.004143-8. Será encaminhada nova ata com a nova data para abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 22 de Outubro de 2013

**COMISSÃO:**

Orlando Tecilla	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Daniela Samulescki	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Nádia Cristiane Helfer Tambosi	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Cheila Adriane klitzke	- ..... - Membro Suplente

**I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 25/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: http://www.schroeder.sc.gov.br

**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2013-FMS**

PROCESSO Nº. 83/2013-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de inclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 25/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelhos condicionadores de ar para as unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Inclui-se:

ANEXO III  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2013-FMS –  
PROCESSO Nº. 83/2013-FMS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	MARCA/ MODELO	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split Hi-Wall inverter, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 9.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 450m³/h, corrente elétrica 4,1A. Selo procel classe A, consumo de 17,3kWh/m, gás ecológico R410a. Painel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	25	Unidade			

02	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split Hi-Wall inverter contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 12.000btus FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 550m³/h, corrente elétrica 5,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Painel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	7	Unidade			
03	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 24.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 980m³/h, corrente elétrica 11,6A. Selo procel classe C, gás ecológico R410a, tripla filtragem (Ultra Filter + Carbono + Nylon), Ajuste preciso da posição da aleta, painel digital e controle remoto em português. Garantia mínima de 3 anos. (Eco Turbo TI24F/TE24F). Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	2	Unidade			



04	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split Hi-Wall inverter, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 18.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 860m³/h, corrente elétrica 7,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	3	Unidade			
05	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 30.000 btus Piso Teto QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 1200m³/h. Selo procel classe C, gás ecológico R410a, tripla filtragem (Ultra Filter + Carbono + Nylon), Ajuste preciso da posição da aleta, Controle remoto com display em cristal líquido, Entrada superior de ar, Display de Temperatura Digital, Diagnóstico automático. Garantia mínima de 3 anos. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	1	Unidade			
VALOR R\$ TOTAL						

**ANEXO X**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2013-FMS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de aparelhos condicionadores de ar para as unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split Hi-Wall inverter, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 9.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 450m³/h, corrente elétrica 4,1A. Selo procel classe A, consumo de 17,3kWh/m, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	25	Unidade	1.600,00	40.000,00
02	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split Hi-Wall inverter contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 12.000btus FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 550m³/h, corrente elétrica 5,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	7	Unidade	1.770,00	12.390,00
03	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 24.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 980m³/h, corrente elétrica 11,6A. Selo procel classe C, gás ecológico R410a, tripla filtragem (Ultra Filter + Carbono + Nylon), Ajuste preciso da posição da aleta, pannel digital e controle remoto em português. Garantia mínima de 3 anos. (Eco Turbo TI24F/TE24F). Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	2	Unidade	2.960,00	5.920,00



04	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split Hi-Wall inverter, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 18.000btus QUENTE/ FRIIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 860m³/h, corrente elétrica 7,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.	3	Unidade	2.360,00	7.080,00
05	Aquisição e instalação de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 30.000 btus Piso Teto QUENTE/ FRIIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 1200m³/h. Selo procel classe C, gás ecológico R410a, tripla filtragem (Ultra Filter + Carbono + Nylon), Ajuste preciso da posição da aleta, Controle remoto com display em cristal líquido, Entrada superior de ar, Display de Temperatura Digital, Diagnóstico automático. Garantia mínima de 3 anos. Não será cobrado adicional referente a utilização do cano de cobre se a distância for menor que 4 metros entre a máquina evaporizadora e a condensadora.,	1	Unidade	4.750,00	4.750,00
VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA					70.140,00

Schroeder, 21 de outubro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Nº. 118/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 118/2013-FMS  
Dispensa de Licitação nº. 50/2013-FMS - Processo nº. 88/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA CRISTO, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.094.341/0001-63, estabelecida na Marechal Castelo Branco, nº. 3554, Centro, neste Município de Schroeder/SC, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de construção de alvenaria com 190m² para atender as necessidades do Núcleo de Apoio á Saúde da Família - NASF e Centro de Referência Especializado e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, para o período de janeiro a dezembro de 2014, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de construção de alvenaria com 190m², subdividido em 07 salas, 03 banheiros e uma área aberta. Localizado na Rua Castelo Branco nº 3554, Centro, no Município de Schroeder/SC	12	Unidade	2.068,40	24.820,80
Valor total R\$					24.820,80

Valor do contrato: R\$ 24.820,80 (Vinte e quatro mil, oitocentos e vinte reais e oitenta centavos).  
Data da Assinatura: 22/10/2013 – Vigência: 01/01/2014 até 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 209/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 209/2013 - PMS  
Processo Licitatório nº. 163/2013-PMS  
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.649.579/0001-20, estabelecida na Rua Prefeito Jose Bauer, nº 2445, fundos, Três Rio do Sul, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-100.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de construção: areia, brita, pó de brita para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Brita número 01	300	cúbico	44,20	13.260,00
04	Pó de Brita	300	cúbico	51,00	15.300,00
TOTAL R\$					28.560,00

Valor do contrato: R\$ 28.560,00 (vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 22/10/2013 – Vigência: 22/10/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 210/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 210/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 163/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de construção: areia, brita, pó de brita para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Areia fina reboco branca	200	cúbico	50,50	10.100,00
02	Areia fina reboco normal	200	cúbico	50,50	10.100,00
TOTAL R\$ 20.200,00					

Valor do contrato: R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 22/10/2013 - Vigência: 22/10/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº. A15/2013 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A15/2013 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2013 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: LM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.731.383/0001-29, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3409, centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pela Senhora Melissa dos Santos Marcon, inscrita no CPF

sob o nº. 016.322.189-84, portadora da Carteira de Identidade nº. 2.893.967-0- expedida pela SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 109/2013 - FMS, celebrado em 10 de setembro de 2013, decorrente da Chamada Pública nº. 03/2013 - FMS, Processo nº. 70/2013 - FMS, para contratação de entidades de prestação de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico (exames laboratoriais) do referido grupo da Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde e exames não constantes na referida tabela, afim de disponibilizar o serviço/exames aos usuários do Sistema Único de Saúde, possibilitando para o profissional médico a confirmação (ou não) de uma patologia diagnosticada numa avaliação clínica/física, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação de prazo, 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, conforme pedido da Secretaria de Saúde pela necessidade da continuidade de prestação de serviço com finalidade diagnóstica em laboratório clínico para o ano de 2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "da Vigência", no item 2.1, a vigência de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 109/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 22 de outubro de 2013.

CONTRATADA:

LM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME

MELISSE DOS SANTOS MARCON

CPF nº. 016.322.189-84

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
NOME: ORLANDO TECILLA  
CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_  
NOME: DANIELA SAMULESKI  
CPF nº. 053.350.739-18

**Convocação Concurso Público N°. 001/2009-Gab/  
PMS - Rosemeri Riegel Blaesing**

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSEMERI RIEGEL BLAESING, inscrito no CPF sob nº. 004.299.249-41, aprovada em 18º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 30 de outubro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 21 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO

Secretária de Saúde e Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº22/2013-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/4

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013****Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 22/10/2013****Válido até: 22/10/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Edredons- em algodão, antiácara, antifungicida e antialérgica, padrão solteiro.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	94,0000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	94,0500	2
			COMERCIAL VITÓRIA LTDA (12658)		0	94,6400	3
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	94,6500	4
2	Fronha lisa, sem abas, 100% algodão, 300 fios, 50x70cm. Cor Branca.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	4,1500	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	4,1800	2
			COMERCIAL VITÓRIA LTDA (12658)		0	4,1800	3
3	Lençol solteiro com elástico, 100% algodão, 300 fios. Cor Branca.Tamanho: 88 x 190 x 15 cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	17,1000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	17,1200	2
			COMERCIAL VITÓRIA LTDA (12658)		0	17,1200	3
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	17,5600	4
4	Lençol solteiro sem elástico, 100% algodão, 300 fios. Cor Branca.Tamanho: 200 x 225 cm	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	20,7000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	20,8200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013****Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 22/10/2013****Válido até: 22/10/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL VITÓRIA LTDA (12658)		0	20,8200	3
5	Toalha de banho, 100% algodão. Dimensões: 70x140cm; Cor Branca.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	11,9000	1
			COMERCIAL VITÓRIA LTDA (12658)		0	11,9400	2
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	11,9500	3
6	Travesseiro hospitalar com espumas de bloco único de poliuretano antiácaro, antifungicida e antialérgica, com densidade D26, com acabamento com zíper e ilhós para respiro. Dimensões: 0,60 x 0,40 x 0,05 .	UN	COMERCIAL VITÓRIA LTDA (12658)		0	15,8200	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	15,8300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013****Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 22/10/2013****Válido até: 22/10/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	25,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013****Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 22/10/2013****Válido até: 22/10/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013****PROCESSO Nº 80/2013**

(7082) - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

(10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP

(12068) - 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA

(12658) - COMERCIAL VITÓRIA LTDA

Schroeder, 22 de Outubro de 2013.

**Mapa de Arrematação Edital de Leilão No 01/2013 - Leilão de Bens Disponíveis do Município de Schroeder**  
 Edital de Leilão no 01/2013 – Leilão de Bens Disponíveis do Município de Schroeder  
 Mapa de Arrematação

LOTE	DESCRIÇÃO BEM	LANCE INICIAL	VALOR VENDA	Arrematante
LOTE – 1:	Um Veículo Automóvel VW Gol MI, Ano Fab. 1998, Mod. 1999, cor branca, gasolina, Placa MAS 8598, Chassi 9BWZZ373WP599135, RENAVAL 707674352, com documentos, no estado que se encontra.	R\$ 1.800,00.	R\$ 5.200,00	Sebastião de Oliveira Ramos
LOTE – 2:	Lote de kit gás veicular contendo reservatório cilindros, válvulas, braçadeiras, no estado em que se encontra.	R\$ 750,00.	R\$750,00	Marino Manske
LOTE – 3:	Lote de Sucata de informática, Monitores, CPU's, Impressoras Matriciais, Impressoras Jato de Tinta e Laser, Nobreaks, Estabilizadores, Máquina digital, etc., no estado em que se encontra	R\$ 50,00.	R\$ 100,00	Marco Aurélio de Oliveira Duarte
LOTE - 4:	Lote de sucata, contendo: ferro velho, móveis oriundos de várias secretarias, diversos: fogões, luminárias, geladeiras, roçadeira costal, enceradeira, motor elétrico, moto bomba, ferramenta elétrica, cadeiras, carteiras e mesas escolares, escrivaninhas, macas, freezers, geladeiras, máquina lavar, compressores de ar, coletores de lixo, arquivo de aço, tambores, capotas de caminhoneiro, caixa com suporte para moto, bebedouro, divisórias, armários de aço, mobiliário ambulatorial, odontológico, hospitalares, mobiliário de escritório, balcão de madeira, cadeiras escritório, portas de madeira e vidro, etc., no estado em que se encontra	R\$ 150,00.	R\$ 1.000,00	Marco Aurélio de Oliveira Duarte

LOTE – 5:	Lote de sucata contendo aproximadamente 2.000 kg de sucata. Composto por sucatas de caçamba, sucata de materiais escolares, de escritório, de secretarias diversas, ambulatoriais, cozinha, mesas, estantes, cadeiras de roda, armários de aço, tubos de ferro, tanque de água, arames, telas, etc. no estado em que se encontra.	R\$ 250,00.	R\$ 3.500,00	Paulo Henrique Gomes
LOTE – 6:	Uma Moto Pas/motociclo, HONDA/CG 125 TITAN KS Ano Fab. Mod. 2001 Gasolina, Cor Azul, Placa MBO 2081, Chassi 9C2JC30101R083207, RENAVAL 752755242, com Documentos, no estado que se encontra.	R\$ 750,00.	R\$ 900,00	Mario José Staniski
LOTE – 7:	Uma Moto Pas/motociclo, HONDA/CG 125 TITAN KS Ano Fab. 2003 Mod. 2004 Gasolina, Cor Vermelha, Placa MDQ 8881, Chassi 9C2JC30104R030949, RENAVAL 821452843, com Documentos, no estado em que se encontra	R\$ 750,00.	R\$ 1.200,00	Mauro Manske
LOTE – 8:	Uma Moto Pas/motocicleta, HONDA/GS 125 cargo Ano Fab. Mod. 1998 Gasolina, Cor Branca, Placa MAG 8445, Chassi 9C2JA-010WWR007364, RENAVAL 703721720, Com Documentos, no estado que se encontra	R\$ 250,00.	R\$ 1.300,00	Adir Freitag
LOTE – 9:	Uma Moto Pas/motociclo, HONDA/GS 125 FAN Ano Fab. Mod. 2005 Gasolina, Cor vermelha, Placa MFM3931, Chassi 9C2JC30706R801287, RENAVAL 876917112, Com Documentos, no estado que se encontra.	R\$ 400,00.	R\$ 1.300,00	Joni Rafael Schewinski
LOTE – 10:	Uma Moto Pas/motociclo, HONDA/CG 125 TITAN KS Ano Fab. Mod. 2002 Gasolina, Cor Azul, Placa MCI 1392, Chassi 9C2JC30102R158597, RENAVAL 777167751, Com Documentos, no estado que se encontra.	R\$700,00.	R\$ 1.100,00	Valdemar Rodrigues Varela

LOTE – 11:	Uma Moto Pas/motociclo, YAMAHA/YBR 125K Ano Fab. Mod. 2003 Gasolina, Cor Roxa, Placa MBY 0453, Chassi 9C6KE044030020930, RENAVAL 804531072, Com Documentos, no estado que se encontra.	R\$750,00.	R\$ 900,00	Edmilson Jochem
LOTE – 12:	Um Caminhão/Basculante, Mercedes Bens L1313, Diesel, Ano Fab. 1980 Mod. 1981, Cor Azul, Placa MAF7034, Chassi 34500212528573, RENAVAL 557253608, Com Documentos, no estado que se encontra	R\$18.000,00.	R\$ 28.300,00	Pasquali Terraplanagem e Serviço Ltda ME
LOTE – 13:	Um veículo Camioneta/C Aberta, FORD F100, gasolina Ano Fab. Mod. 1979 Cor Vermelha, Placa LZU 2098, chassi LA7AXT55226, RENAVAL 557255244 Com Documentos, no estado que se encontra	R\$ 1.200,00.	R\$ 4.000,00	Paulo Henrique Gomes
LOTE – 14:	um trator/tr misto (Retroescavadeira) M.A. New Holland, Diesel, Ano Fab. Mod. 2005, Placa MFS 1442, cor amarela, Chassi N5AH10592, RENAVAL 540180319, Documentos em dia, no estado que se	R\$ 30.000,00.	R\$ 58.100,00	Charley Giacomozzi
LOTE – 15:	Um veículo VW/ Kombi Comb. Gasolina, Ano Fab. 1998 Mod.1999 cor branca Placa MAU 8747, Chassi 9BWZZZ237WP017289, RENAVAL 706617169, Com Documentos, no estado que se encontra	R\$ 1.000,00.	R\$3.100,00	Construtora Trentim Ltda
LOTE - 16:	Um veículo GM/ Caravan, Gasolina Ano Fab. Mod. 1990, Placa LZT 7714 Chassi 9BGVN15ELLB117756, RENAVAL 557261660, cor branca, com Documentos, no estado que se encontra	R\$ 150,00.	R\$ 300,00	Valdir Lux
LOTE – 17:	Um veículo Gol 1000 comb. Gasolina, ano Fab. Mod. 1994 Placa LZR0608 Chassi – 9BWZZZ30ZRT-0ZRT052469, RENAVAL 557262941, Cor branca, com documentação, no estado que se encontra	R\$ 400,00.	R\$ 2.600,00	Antonio Demarchi Neto

LOTE – 18:	Uma escavadeira hidráulica, marca KOMATSU, modelo PC150SE com caçamba 0,80m, Art. caçamba. Braço 2250 mm, lança 5150 mm, sapata 700mm motor Komatsu S6D102, 103HP motor nº. 30755270 serie NR.B1791 ano2001 , no estado que se encontra. Com nota fiscal	R\$ 55.000,00.	R\$ 76.000,00	Denisia Ilíbio da Silva Terraplanagem e Extração ME
LOTE – 19:	Um ônibus Modelo Mercedes Bens/ COMIL /SVELTO, Ano fabricação e modelo 1998, comb. Diesel, Placa IHI2544 chassi 9BM382069WB156643, RENAVAL 695978110, Com documentação, no estado que se encontra.	R\$ 15.000,00.	R\$ 15.000,00	Valdir Candido da Silva
	TOTAL	R\$127.350,00	R\$ 203.950,00	

## Serra Alta

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 134/2013

DECRETO Nº 134/2013 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

“CONSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DO MUNICÍPIO.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 40, inciso VII e artigo 66, s/s da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR a Comissão de Avaliação da Planta Genérica dos Imóveis existentes no Município de SERRA ALTA/SC.

Art. 2º NOMEAR os membros integrantes da Comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, conforme a seguir especificado:

I - AMAURI NEMERSKI - AGENTE DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS

II -VANDERLI RUI DE GASPARI - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO;

III - ADERNANDA MARQUES DOS SANTOS - ENGENHEIRA CIVIL;

IV - EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA - ACESSOR JURÍDICO;

V - LAURO DE AVILA E SILVA - CORRETOR DE IMÓVEIS;

VI - CLAUDINEI SENHOR - CORRETOR DE IMÓVEIS;

Parágrafo Único - Fica designado o servidor VANDERLI RUI DE GASPARI como presidente da Comissão constituída no art. 1º deste Decreto.



Art. 3º Os membros da Comissão deverão apresentar relatório relativo às atualizações necessárias, até o dia 30 de OUTUBRO de 2013.

Art. 4º O Presidente, visando cumprir o prazo estipulado no art. 3º deste Decreto, bem como reunir condições de trabalho aos membros desta Comissão, poderá requisitar equipamentos e apoio dos servidores municipais lotados nos diversos Órgãos do Município, que tenham afinidades com os trabalhos a serem desenvolvidos, mediante simples solicitação ao Secretário do respectivo Órgão.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

#### **Extrato Contratual Nº 106/2013**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2013  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 106/2013  
Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA  
Contratada ALTERNATIVE CONCURSOS LTDA

Objeto O presente contrato tem por objetivo, a contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de organização e execução de Processo Seletivo Municipal para provimento de vagas do quadro de pessoal para a contratação de cargos temporários para o ano de 2014, suprimindo as necessidades do Município de Serra Alta, nas Secretarias de: Educação, Agricultura e Departamento Social, englobando todas as fases do processo com provas escritas e práticas até a homologação do resultado final, compreendendo as seguintes responsabilidades:

1.1.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo planejamento e execução do Processo Seletivo, devendo atender às seguintes etapas:

- Elaboração do Edital do Processo Seletivo
- Divulgação do Processo Seletivo
- Alocação de candidatos para realização de provas objetivas
- Elaboração das provas objetivas e acondicionamento
- Aplicação das provas objetivas
- Divulgação do gabarito
- Correção das provas objetivas.
- Análise de recursos quanto às provas objetivas
- Classificação e desempate de candidatos

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº. 049/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

Valor: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação do serviço o valor total preposto de R\$ 8.700,00 (Oito mil e setecentos reais) nas condições estabelecidas neste contrato.

O pagamento será efetuado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após a aplicação da

prova, e outros 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após a homologação e entrega do relatório final do Processo Seletivo.

Vigência 23/10/2013 á 21/04/2014.

Dotação Orçamento vigente: 05.01.2.500/33.90.00 DR0001/  
06.02.2.900/33.90.00/ DR0001/ 07.01.2.010/33.90.00 DR0001.

SERRA ALTA, 23 de Outubro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Leilão Público Nº 51/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2013  
LEILÃO PÚBLICO Nº 51/2013  
Tipo: Maior Lance/Por Lote.

OBJETO: Alienação (venda) de Sucatas (materiais usados oriundos de obras de construção).

Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08 de Novembro de 2013.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 08 de Novembro de 2013.

O Edital se encontra disponível no site do Município de Serra Alta e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 23 de outubro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### **Ato de Publicação do Resumo do Edital Pregão Presencial PMS 78/2013**

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 78/2013

O Município de Siderópolis, através da Prefeitura Municipal torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei .10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 04/11/2013, às 09:30 horas (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propos-tas para a contratação de empresa especializada em coleta regular, transporte e descarga de resíduos sólidos domiciliares e outros compactáveis para aterro sanitário. O edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações poderão ser sanadas através do e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 22 de outubro de 2013.  
FABÍOLA CARDOSO COMIN  
Pregoeira

# Sombrio

## PREFEITURA

### Decreto 182/2013

DECRETO Nº 182, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.  
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO NATAL ENCANTADO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão organizadora do Natal Encantado do Município de Sombrio - SC, do ano de 2013, integrada pelos seguintes membros:

Rosângela Garcia Margute  
Aldinéia Gomes Raupp Cândido  
Ricardo Davi Aires  
Adriana Cecília Coelho Januário  
Márcia Regina da Silva Coelho  
Agenor Colares Gomes  
José Sidnei Januário

Parágrafo Único. A Comissão fica autorizada a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização do Natal Encantado do Município de Sombrio - SC.

Art. 2º. Todas as decisões da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 21 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 183/2013

DECRETO Nº 183, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado parcialmente a suplementação realizada através do Decreto nº 61 de 20 de Fevereiro de 2013, no valor de R\$ 18.744,52, (dezoito mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), por conta do superávit de recursos a utilizar de exercícios anteriores proveniente de "outros convênios", na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS  
1.027 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.3024 - Aplicações Diretas  
R\$ 18.744,52

Art. 2º. Fica suplementado na seguinte dotação do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC.

03.01 - SECRET. MUNICIPAL DE FINANÇAS  
0.002 - Encargos Gerais do Município  
4.4.90.00.00.00.00.3024 - Aplicações Diretas  
R\$ 18.744,52

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 21 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Edital 02/2013

SECRETARIA DE FINANÇAS  
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA  
EDITAL N.º 002/2013  
NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital de Notificação, o Município de Sombrio torna público que, em virtude de recusa de recebimento ou insuficiência de dados cadastrais que impossibilitam a identificação e localização dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para recolhimento dos valores lançados em dívida Ativa, referente aos TLL, TLF, ISS, ISSC e TAS, alcançados pelo presente edital, os fins e objetivos constantes dos Arts. 145 e 173, Parágrafo Único, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1996). Art. 111, § 2º e Art. 112 do Código Tributário Municipal (Lei 780 de 28 de Dezembro de 1990). O prazo para regularização, pagamento ou parcelamento é de 30 (Trinta) dias ciente desta, sendo que após será promovida a cobrança judicial.

N. Inscrição Municipal	Nome	Valor R\$
25036	A DE OLIVEIRA ME	258,79
25834	ADEMAR SOUTO ME	538,22
22427	ADRIANE DABOIT ROSA CUSTODIO ME	258,79
24631	ALANO & CUNHA LTDA ME	279,43
25518	ALECIO MARTINS JOAQUINA ME	258,79
25590	ANDREA DE SOUZA PEREIRA	25590
25845	ANSELMO BITENCOURT JORGE ME	258,79
25459	ANTONIO DOS SANTOS CUSTODIO ME	538,22
143	ANTONIO JOAO TEIXEIRA	19.293,63
29376	AUTO ELETRICA REIS LTDA ME	273,24
23532	AUTO POSTO G.M. LTDA	512,52
25753	B.K.M. TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME	274,36
25830	C A E LUMMERTZ EXTINTORES ME	258,79
24996	CAEV CONFECÇÕES LTDA ME	258,79
24099	CALÇADOS SILVER LTDA ME	322,24
29257	CARDOSO & VALENTIM IND E COM DE CONFEC LTDA ME	322,24
25762	CARLOS ROBERTO SCHIMIDT ME	322,24
25651	CENTRO CLINICO DOM JOAQUIM LTDA	322,24
23499	CLAUDI COELHO SUPPI	538,22
25415	CLEBER GOMES TEIXEIRA	587,92
2530	CLEUSA FRANCISCA DA ROCHA DE OLIVEIRA	208,26

27825	COELHO & SOUZA AGROPECURIA LTDA ME	258,79
24238	COIMPAR IND ALIMENTOS & MANUFATURADOS LTDA	449,10
25866	COM DE BOLSAS MARTINS PEREIRA LTDA ME	279,43
28682	COMERCIAL ROLDÃO LTDA	322,24
25538	COMERCIAL ROSILOVE LTDA ME	258,79
24434	COMERCIAL ROSILOVE LTDA ME	322,24
24181	COMERCIAL SOL E MAR LTDA ME	274,36
21909	COMERCIAL STEINER LTDA ME	258,79
24776	CONFECÇÕES CITY BLUE LTDA ME	258,79
28733	CONFECÇÕES NETO LTDA ME	322,24
25695	CR AUTOMOVEIS LTDA ME	258,79
29191	CUSTODIO & CAETANO TINTAS LTDA ME	385,66
28450	D. R. DOS SANTOS ME	258,79
25777	D.V. PEREIRA CALÇADOS E CONFEC LTDA ME	258,79
25750	D' COSTE IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA ME	385,66
25876	DIOMAR COBRANÇAS LTDA ME	178,48
24731	DIONEI DE SOUZA TEIXEIRA	1.065,89
23651	DONISETE MACIEL DA SILVA ME	322,24
21923	DONIZETE DA SILVA BEZ	390,72
23668	E DA SILVA OLEIRO	322,24
28959	E.L.A. CONFECÇÕES LTDA ME	322,24
25504	E.T.C CLAUDINO PUBLICIDADE	178,48
25584	EDSON DE QUADROS VARGAS ME	142,43
28243	ELIANE PEREIRA SANTANA ME	258,79
25088	ELOSPLAST FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA ME	258,79
25588	EVERALDO GONÇALVES DE BORBA	279,43
25281	FABIANA DE SOUZA ROCHO	274,36
28583	FACÇÕES DHEYNICE LTDA ME	322,24
29168	FELICIANO VEICULOS LTDA ME	258,79
29039	FERNANDO PEREIRA LAMARK ME	258,79
25787	FONTE NATURAL DIST DE AGUA LTDA ME	258,79
23822	FORTEX CORRUGADOS LTDA	322,20
25672	FRANCISCO ASSIS DE SOUZA DE MATOS ME	258,79
24296	GELSON LUIZ DEMARCH	63,48
25641	GERTRUDES ALFREDA MARTINS	131,93
20135	GLAUCO MELO ELIAS	20135
25068	GRA CONFECÇÕES LTDA	538,22
24124	GRAEFF & PEDROSO LTDA ME	322,24
25543	GUIMEIRA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME	2.625,90
29285	HELEODORO & CIA LTDA	385,66
22758	HORALCIDE CORREA DE LIMA	322,24
22387	IND E COM DE CONFECÇÕES PEMALDY LTDA ME	258,79
25731	ISMAIL CAMILO SPERFELD ME	258,79
25764	IVONETE ARAUJO DOS SANTOS	538,22
25786	J.L.J. CONFECÇÕES LTDA ME	258,79
24747	JACKSON ALANO POMIER	385,66
25655	JADERSON GARCIA HOFF	538,22
23274	JAIR JOSE BORGES ME	258,79
23674	JAIR MATOS PEREIRA ME	322,24
25624	JANILSE GOMES DE MATOS	538,22
3414	JANILSON SILVEIRA	1.166,02
22940	JEAN FERNANDO GOMES ELIAS ME	258,79
24902	JOSE ANTONIO MUNARINI	1.275,53
24961	JOSE DA SILVA ME	258,79
20377	JOSE LUIZ DA SILVA GARCIA	492,31
29394	JOSIEL FERREIRA DA SILVA	273,24
17316	JUCELI JACINTO	704,19
28144	JUENIL MARTINS GOULART	131,93
24823	JULIANO CARDOSO MATHEUS	279,43

25593	KCM FERREIRA EXTINTORES ME	538,22
25823	L.D.G. TRANSPORTES LTDA ME	274,36
23148	LARA MOVEIS LTDA	322,24
25688	LEANDRO PADILHA VEFAGO	279,43
24051	LEONARDO SANTOS DA SILVA	538,22
24300	LEVES DO BRASIL LTDA	347,91
24039	LISIANE TUON GENEROSO BITENCOURT	322,24
25720	M V P ELIAS CONFECÇÃO ME	258,79
24085	M.N. DE MATOS DA SILVA ME	322,24
22042	MACHADÃO DISESEL COMERCIAL LTDA ME	322,24
24279	MARIA REGINA MACHADO DE OLIVEIRA	390,72
29164	MARTA REGINA DA ROSA ME	258,79
24890	MATIAS DA CUNHA & CIA LTDA	131,93
23667	MECANICA CLEMES LTDA ME	258,79
25653	MEGA SHOW BAZAR LTDA ME	246,09
25633	MELOS E MAGNUS COM DE ART MED E ORTO-PEDIA LTDA ME	258,79
28586	MGM TRANSPORTES LTDA ME	131,93
24593	MIDIA MIX PAINEIS E PROPAGANDAS LTDA ME	178,48
25510	MILTON VANDERLEI SUPPI	274,36
20453	NILTON DA SILVA	802,07
25867	P.R.JACOBUS ME	322,24
28916	PANO E ARTE CONFECÇÕES LTDA ME	322,24
23843	PAULO HUMBERTO BORGES	279,43
25357	PAULO ROBERTO MARTINS	142,43
25682	PROMESSA DIVINA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME	258,79
25766	R.M.G. TRANSPORTES LTDA	274,36
24692	RAILANA FRANCISCO FELISBERTO	538,22
25780	REAL TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CAR-GAS LTDA ME	274,36
24777	REINALDO ELIAS	258,79
23975	REPRESENTAÇÕES EBRIGALI LTDA ME	142,43
28642	REVISTA MIDIA VIP LTDA ME	258,79
25827	R.F.K. ARTS GRAFICAS LTDA ME	274,36
24585	ROBERTO MORALES CARNEIRO	1.019,99
28904	ROCHA E OLIVEIRA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	258,79
22444	RODA DGUA COM DE GENEROS ALIM LTDA ME	726,36
29843	RODRIGO DA ROSA PEREIRA	102,80
25463	ROGER DA SILVA COLARES	258,79
25597	ROGERIO NICHELE ME	258,79
24503	ROSELI DOS SANTOS DE OLIVEIRA	258,79
20350	SANDRA MARILDA CAMILO ME	934,01
25703	SEBASTIÃO RAMOS PEREIRA ME	538,22
24306	SOL VEICULOS E CONSORCIOS LTDA ME	538,22
29162	SOLANGE MANOEL DOMINGOS ME	322,24
23455	SPY CONFECÇÕES LTDA ME	347,91
24641	SPY CONFECÇÕES LTDA ME	279,43
28183	SUL BRASIL IND E COM DE BOLAS LTDA	258,79
25244	SULEIDE RAMOS DE MELO ME	258,79
25760	SUNSHINE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	274,36
25421	T. SANTELENA ME	538,22
28715	TAISE ACCORDI ZANATTA	192,81
28744	TAISE ACORDI ZANATTA ME	258,79
25670	TECHFONE INFORMATICA E TELEFONIA LTDA ME	258,79
25497	TGM SPORTES LTDA ME	258,79
21925	TICIANO CALÇADOS LTDA ME	258,79
25772	TILO TRANSPORTES LTDA ME	131,93
25361	TRANS WILIAN TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME	131,93
23439	TRANSPORTES MONTEIRO LTDA	274,36
31465	TRANSPORTES RODAVAN LTDA	131,93

24189	VALDENI RODRIGUES TAVARES	258,79
25626	VALMIR FERRARI	258,79
25634	VIEIRA BRBOSA & TEIXEIRA LTDA ME	258,79
24743	VLADIMIR GOMES MIRANDA ME	258,79
4896	ZENOIR ZEFINO	789,40
25560	ZUEDNA FERRAZ CONFECÇÕES ME	322,24

Município de Sombrio-SC, 18 de outubro de 2013.

JOÃO ALBERTO VARGAS

Diretor de Fiscalização

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto 162/2013

DECRETO Nº 162, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

DEMITE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam demitidos os Servidores abaixo identificados do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

ROSANGELA DE OLIVEIRA

MATRICULA 2769 PROFESSOR

TAINA TONETTO SOUZA

MATRICULA 2840 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 18 DE OUTUBRO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

#### Portaria 87/2013

PORTARIA Nº 87, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

Suspende Servidor ocupante de cargo efetivo no Município de Timbé do Sul.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei orgânica do Município de Timbé do Sul;

Considerando:

A detenção do servidor público municipal, conforme mandado de prisão, autos nº 076.13.002572-6, de 30/09/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender o Servidor Municipal JAIRO LUIZ NUNES PIZZOLO, matrícula nº 1003, ocupante do Cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, por prazo indeterminado, conforme mandado de prisão autos nº 076.13.002572-6 de 30/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

tem efeitos a partir de 07/10/2013.

Timbé do Sul/SC, 16 DE OUTUBRO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

## Timbó

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato 2013/153

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/153

AUTORIZANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: BSA Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental LTDA.

OBJETO: Serviços de engenharia para elaboração de estudo e projeto para ampliação e modernização do Sistema de Abastecimento de Água do município de Timbó.

VALOR: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil).

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2013.

WALDIR GIRARDI

Presidente do SAMAE

#### Extrato Ata de Registro de Preço N.º 116 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para fornecimento de alimentação tipo refeição livre aos servidores que trabalham em caráter excepcional, nos moldes autorizados pela Lei Municipal Nº. 2.445, de 18 de dezembro de 2009, em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Trânsito e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro e Polícia Militar. (Repetição Pregão Presencial nº. 99/2013 com alterações)

EMPRESA FORNECEDORA: Villa Gourmet Eventos LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 22.402,00 (vinte e dois mil quatrocentos e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/10/2014.

Timbó, 22/10/2014

ALFREDO BERRI

Secretário Municipal da Saúde

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**Extrato Ata de Registro de Preço N.º 41 2013 SAMAE**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2013 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para serviços de publicação de leis, atos administrativos e demais publicações de interesse do SAMAE, em jornal com circulação no município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Raiter Editora e Eventos LTDA ME e Editora Jornal do Médio Vale LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 90.069,00 (noventa mil e sessenta e nove reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/10/2014.

Timbó, 22/10/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

**Extrato Ata de Registro de Preço N.º 42 2013 SAMAE**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2013 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para impressão digital, colagem, impermeabilizações e veiculação em pontos de outdoor de publicidade para o SAMAE de Timbó, a fim de divulgar as ações feitas no município para a população.

EMPRESA FORNECEDORA: Arte Visual Paineis LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

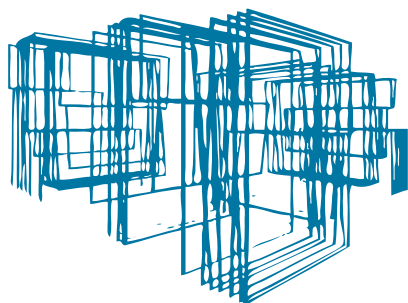
VALIDADE DA ATA: 20/10/2014.

Timbó, 21/10/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 454/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC5034	8756034002	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AAI1222	8756034735	7463/0	31/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
AAV5252	8756032607	7463/0	15/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
ABA6101	8756034125	7463/0	24/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
ABS4747	8756034705	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AEP5973	8756033973	6050/3	17/07/2013	R\$ 191,53	208
AFC8011	8756034387	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHB1969	8756033379	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHB1969	8756033389	7455/0	09/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHB1969	8756034000	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHX8791	8756034611	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJQ0858	8756033809	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKX6926	8756034642	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALY2641	8756034158	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMI2866	8756034401	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
BHP0830	8756033832	7455/0	03/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
BQA5261	8756033689	5673/2	06/07/2013	R\$ 85,12	183
BZM6481	8756034199	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CFG7775	8756034240	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CFM0255	8756032811	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
CON6857	8756034568	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTZ9315	8756034588	5673/2	01/08/2013	R\$ 85,12	183
CVC5180	8756033986	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CVE5367	8756033678	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CXN1995	8756033951	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
DME3579	8756033998	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EBM2256	8756033999	7463/0	17/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
EBM2256	8756034033	6050/3	14/07/2013	R\$ 191,53	208
EBM2256	8756034036	6050/3	19/07/2013	R\$ 191,53	208
EGM5836	8756032937	6050/3	28/05/2013	R\$ 191,53	208
EMJ0159	8756034377	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ENL6550	8756034447	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
HWH6375	8756033022	7455/0	03/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
IIR0088	8756034362	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
IJU9148	8756033741	6050/3	06/07/2013	R\$ 191,53	208
IKO3221	8756034341	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
IKO9158	8756034072	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ILJ1984	8756034194	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ILM2149	8756035029	5673/2	17/08/2013	R\$ 85,12	183
ILX4724	8756032878	5673/2	01/06/2013	R\$ 85,12	183
JOO6150	8756033893	7463/0	13/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
JRO2139	8756033798	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
JWQ5364	8756034398	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
KIR6639	8756034786	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
LTH0119	8756034496	7463/0	24/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
LWR8374	8756033837	6050/3	13/07/2013	R\$ 191,53	208
LWS2132	8756033964	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWX1427	8756033472	7455/0	19/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXC4368	8756034003	7455/0	19/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXD3859	8756033018	7455/0	03/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXE4292	8756033872	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXE9456	8756033978	7455/0	19/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXF0116	8756034610	7463/0	30/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXF4084	8756034366	7463/0	25/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXK8279	8756032898	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM9652	8756034709	6050/3	03/08/2013	R\$ 191,53	208
LXT3813	8756033255	7455/0	10/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYA5862	8756034291	6050/3	24/07/2013	R\$ 191,53	208
LYD4472	8756035005	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYK4376	8756032910	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYL2436	8756033715	6050/3	30/06/2013	R\$ 191,53	208
LYL2436	8756034301	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYQ8664	8756033280	7455/0	13/06/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY2811	8756033739	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYY2811	8756033789	7463/0	06/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYZ0740	8756033796	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZE0846	8756034370	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAM0620	8756034619	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAP0175	8756033905	7455/0	09/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAP0175	8756034742	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAP1950	8756033957	5673/2	14/07/2013	R\$ 85,12	183
MAP3241	8756033788	7455/0	05/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAR6835	8756034423	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAS7428	8756034354	7463/0	23/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAU7224	8756032973	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ1416	8756033094	6050/3	07/06/2013	R\$ 191,53	208
MBB5835	8756034234	7463/0	24/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBF6857	8756034102	5673/2	22/07/2013	R\$ 85,12	183
MBG4872	8756034594	7463/0	01/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBG5638	8756033820	7463/0	02/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBG9930	8756034384	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBM1548	8756033390	6050/3	09/06/2013	R\$ 191,53	208
MBP1915	8756033877	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBQ1808	8756034105	5673/2	23/07/2013	R\$ 85,12	183
MBR6765	8756032924	7455/0	26/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBU5784	8756034148	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBV9012	8756034061	6050/3	17/07/2013	R\$ 191,53	208
MBX0448	8756034046	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBX6504	8756034686	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBY4208	8756034767	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCD1724	8756033140	7455/0	04/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8756034077	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCI7985	8756034547	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCJ4319	8756034794	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCQ3730	8756034358	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCR7145	8756033681	5673/2	03/07/2013	R\$ 85,12	183
MCY5217	8756032886	7455/0	01/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY5277	8756033219	6050/3	07/06/2013	R\$ 191,53	208
MDE9388	8756034094	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDG4702	8756034258	7463/0	21/07/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH1799	8756033055	7455/0	06/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDI9889	8756034139	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK2828	8756034419	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK3297	8756033476	7463/0	21/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDK8333	8756034941	7455/0	06/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDL0602	8756033779	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDO3881	8756034315	6050/3	24/07/2013	R\$ 191,53	208
MDX3359	8756033888	7455/0	09/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDX8055	8756034651	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDY3521	8756034356	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEA1313	8756034655	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE0179	8756034726	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEF7872	8756032933	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEG0525	8756032891	6050/3	31/05/2013	R\$ 191,53	208
MEG0981	8756034450	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEG5246	8756034016	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH6858	8756033695	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEI3068	8756033814	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP3333	8756033813	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEQ0376	8756034057	7463/0	17/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MER2663	8756032935	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MES1818	8756033945	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756034772	7463/0	01/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEU6314	8756033937	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFA1027	8756032807	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB1409	8756034877	6050/3	04/08/2013	R\$ 191,53	208
MFB3613	8756034732	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB7648	8756034697	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB9329	8756034009	7455/0	16/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD0659	8756034581	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD6860	8756033327	6050/3	09/06/2013	R\$ 191,53	208
MFD8996	8756035073	6050/3	17/08/2013	R\$ 191,53	208
MFH7052	8756033198	6050/3	02/06/2013	R\$ 191,53	208
MFM1448	8756033701	7455/0	01/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFO8306	8756034086	5673/2	27/07/2013	R\$ 85,12	183
MFP2536	8756034006	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFP3071	8756033852	5673/2	09/07/2013	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ0615	8756034435	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFQ8126	8756034593	6050/3	31/07/2013	R\$ 191,53	208
MFV9710	8756034607	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFW0201	8756034213	7463/0	25/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGH6032	8756034281	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGI4754	8756034339	6050/3	27/07/2013	R\$ 191,53	208
MGM3250	8756033575	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGO8033	8756034472	7463/0	24/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGQ7095	8756033797	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGX0773	8756033148	7455/0	06/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGX3035	8756033969	5673/2	19/07/2013	R\$ 85,12	183
MGY7033	8756033027	7463/0	03/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGZ7867	8756034267	7463/0	23/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHA7338	8756034801	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHJ2847	8756033862	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN0695	8756034266	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN5163	8756033848	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHR0976	8756034676	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHS2748	8756032730	7455/0	22/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHV8400	8756033954	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHV8573	8756034091	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHX1436	8756034644	6050/3	30/07/2013	R\$ 191,53	208
MHZ4548	8756034216	7463/0	25/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIA6262	8756034575	5673/2	03/08/2013	R\$ 85,12	183
MIF9789	8756034741	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIH6131	8756034781	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MII8324	8756034748	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIS5322	8756033911	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIU8828	8756034093	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC9843	8756032881	7455/0	30/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJE0046	8756034309	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJI1689	8756034601	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJJ5585	8756034746	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJP3175	8756035178	7455/0	14/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ0574	8756033654	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ0574	8756034047	7463/0	14/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJQ8705	8756033337	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJR6743	8756033611	7455/0	27/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJT7691	8756033988	7455/0	19/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJU0835	8756034556	7463/0	29/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJX3012	8756033760	7455/0	30/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJY8875	8756033423	7455/0	15/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKA2149	8756033674	5673/2	30/06/2013	R\$ 85,12	183
MKB7700	8756032918	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKL8147	8756032884	7455/0	01/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN8563	8756032766	7455/0	20/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN8563	8756032978	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN8563	8756033215	7463/0	05/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKP0507	8756034598	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKS5220	8756034643	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLA1074	8756034044	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLD1362	8756034453	7463/0	18/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLN8459	8756034386	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMJ8877	8756034169	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMK0520	8756034606	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MQY7974	8756033941	6050/3	10/07/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1572/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIN8564	55370895D	6599/2	25/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
AIN8564	55370896D	5045/0	25/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
AJJ2611	55371392D	6920/0	20/07/2013	R\$ 127,69	233
BOH4850	55371879D	6599/2	06/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
BOH4850	55371880D	6610/2	06/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
CYQ4184	54571330E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
DBO7794	55370893D	6599/2	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
KHL5327	55370846D	5010/0	05/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
KIP9489	54544152E	6599/2	06/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXV2728	55371877D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXV2728	55371878D	5010/0	05/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ1863	55371722D	5010/0	20/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ1863	55371723D	5169/1	20/07/2013	R\$ 1.915,38	165
LXZ1863	55371724D	6599/2	20/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXZ1863	55371725D	6912/0	20/07/2013	R\$ 53,20	232
LXZ1863	55371726D	5274/1	20/07/2013	R\$ 191,53	175
LYS7459	54544268E	6912/0	10/07/2013	R\$ 53,20	232
LYT5807	55370848D	5010/0	09/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYU2215	54571316E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
MAB6842	55371398D	6920/0	20/07/2013	R\$ 127,69	233
MAI7188	54544233E	6726/1	12/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAN8932	54544174E	6599/2	07/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAV4062	54571349E	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233
MAX0218	54544248E	6548/0	24/07/2013	R\$ 85,12	229
MBA0043	55371399D	6920/0	20/07/2013	R\$ 127,69	233
MBB0571	54571343E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCB0621	54571341E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
MCV8321	54544341E	6599/2	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCX1872	55371884D	6599/2	30/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDS1601	54544461E	6599/2	07/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDU1973	54571302E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
MEG5524	55371377D	6920/0	13/07/2013	R\$ 127,69	233
MEK6135	54544403E	6408/0	25/07/2013	R\$ 85,12	221
MEV0333	55371172D	6599/2	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEW3837	55371728D	6637/2	26/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFV2734	55370888D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFW7473	55371374D	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233
MGX6821	55370449D	6599/2	12/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGX6821	55370450D	5010/0	12/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGY4206	55371168D	6912/0	11/07/2013	R\$ 53,20	232
MJS9026	55371223D	6912/0	11/07/2013	R\$ 53,20	232
MKI9453	55371400D	6920/0	20/07/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1573/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EBM2256	54544391E	5541/1	23/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV1553	54544453E	5541/1	05/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE6024	55371409D	5185/1	04/07/2013	R\$ 127,69	167
MEW3837	55371727D	7030/2	26/07/2013	R\$ 191,53	244 * I
MFB0240	55370442D	5185/1	27/06/2013	R\$ 127,69	167
MFJ5641	54544158E	5541/1	06/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV5483	54544342E	7366/2	18/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGF7840	54544237E	5568/0	17/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MGY4206	55371167D	5738/0	11/07/2013	R\$ 191,53	186 * II
MGZ4861	55371313D	7030/2	23/05/2013	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 453/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW4787	8756035665	5673/2	06/09/2013	183
ABD4900	8756036492	7455/0	29/09/2013	218 * I
ABW9226	8756035583	7455/0	31/08/2013	218 * I
ACH8851	8756036434	6050/3	25/09/2013	208
AEB4225	8756035828	7455/0	08/09/2013	218 * I
AGL7662	8756036365	7455/0	26/09/2013	218 * I
AMT6667	8756036539	7455/0	29/09/2013	218 * I
BBB1272	8756035418	7455/0	13/08/2013	218 * I
BKW7474	8756036566	7455/0	27/09/2013	218 * I
CJR4942	8756035731	6050/3	02/09/2013	208
CNP7497	8756035484	5673/2	01/09/2013	183
CYC0117	8756036565	7455/0	27/09/2013	218 * I
CZD3187	8756036424	5673/2	26/09/2013	183
EAN8132	8756035877	7455/0	02/09/2013	218 * I
IBF5500	8756035505	5673/2	28/08/2013	183
IJP4347	8756036586	7455/0	25/09/2013	218 * I
JOL0440	8756035786	7463/0	08/09/2013	218 * II
KKG7916	8756035993	6050/3	10/09/2013	208
LOE6736	8756036337	7455/0	26/09/2013	218 * I
LXK4847	8756036430	6050/3	23/09/2013	208
LXM2817	8756035427	7455/0	15/08/2013	218 * I
LXN1942	8756036593	7455/0	28/09/2013	218 * I
LXO2552	8756036331	7455/0	26/09/2013	218 * I
LYS9350	8756035475	7463/0	28/08/2013	218 * II
LZD6936	8756035705	7455/0	07/09/2013	218 * I
LZX9283	8756035600	7455/0	27/08/2013	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAM3322	8756036318	7455/0	18/09/2013	218 * I
MAW5540	8756035838	7455/0	04/09/2013	218 * I
MAX0483	8756036005	7455/0	11/09/2013	218 * I
MBB0445	8756036269	7455/0	17/09/2013	218 * I
MBJ4370	8756035670	5673/2	07/09/2013	183
MBL1461	8756036587	7455/0	26/09/2013	218 * I
MBL8865	8756036435	6050/3	25/09/2013	208
MBQ9714	8756036208	6050/3	20/09/2013	208
MBT1932	8756035626	7463/0	31/08/2013	218 * II
MBT1932	8756035635	7455/0	28/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035650	7463/0	01/09/2013	218 * II
MBX6504	8756036530	7455/0	28/09/2013	218 * I
MCI8828	8756036360	7463/0	26/09/2013	218 * II
MCM8842	8756035529	7455/0	29/08/2013	218 * I
MCO5037	8756035712	7455/0	03/09/2013	218 * I
MCQ1087	8756035658	7455/0	30/08/2013	218 * I
MCT7405	8756036322	7463/0	18/09/2013	218 * II
MDB0799	8756035649	7455/0	31/08/2013	218 * I
MDC1146	8756035524	7455/0	28/08/2013	218 * I
MDF6570	8756036336	7455/0	26/09/2013	218 * I
MDG6205	8756036531	7455/0	28/09/2013	218 * I
MDK2123	8756035434	7455/0	21/08/2013	218 * I
MDS8925	8756036396	5673/2	25/09/2013	183
MEH8150	8756036239	7455/0	17/09/2013	218 * I
MEQ9117	8756035577	7455/0	30/08/2013	218 * I
MES5500	8756035602	7455/0	27/08/2013	218 * I
MET8227	8756036548	7455/0	23/09/2013	218 * I
MET8227	8756036582	7455/0	23/09/2013	218 * I
MEZ8427	8756036225	7455/0	22/09/2013	218 * I
MFA4918	8756036525	6050/3	27/09/2013	208
MFB7648	8756036407	7455/0	24/09/2013	218 * I
MFB7648	8756036471	7455/0	23/09/2013	218 * I
MFG6358	8756035794	7455/0	03/09/2013	218 * I
MFG7376	8756035832	7455/0	08/09/2013	218 * I
MGJ3253	8756036366	7455/0	26/09/2013	218 * I
MGM5571	8756036479	7455/0	26/09/2013	218 * I
MGM5571	8756036517	7455/0	26/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGR8824	8756036556	7455/0	25/09/2013	218 * I
MGT1123	8756035578	7455/0	30/08/2013	218 * I
MGT9307	8756035615	7455/0	30/08/2013	218 * I
MGW0401	8756036440	6050/3	24/09/2013	208
MHB3099	8756035459	7455/0	28/08/2013	218 * I
MHD9411	8756036481	7455/0	26/09/2013	218 * I
MHF3183	8756036489	7455/0	28/09/2013	218 * I
MHG8236	8756036050	7455/0	13/09/2013	218 * I
MHK3310	8756036422	5673/2	25/09/2013	183
MHP9785	8756036420	6050/3	23/09/2013	208
MHR6311	8756036529	7455/0	28/09/2013	218 * I
MIB1670	8756036248	7455/0	20/09/2013	218 * I
MII0190	8756036549	7463/0	23/09/2013	218 * II
MIM8352	8756036456	7463/0	25/09/2013	218 * II
MIM8352	8756036459	7463/0	26/09/2013	218 * II
MIO8011	8756036393	5673/2	24/09/2013	183
MJL5797	8756036297	7455/0	17/09/2013	218 * I
MJM7040	8756036532	7455/0	28/09/2013	218 * I
MJX4033	8756035612	7455/0	29/08/2013	218 * I
MKB4949	8756036573	7455/0	27/09/2013	218 * I
MKK7411	8756036445	7455/0	26/09/2013	218 * I
MKL3865	8756036410	7455/0	25/09/2013	218 * I
MKN9045	8756036350	7455/0	26/09/2013	218 * I
MKS6406	8756036345	7455/0	26/09/2013	218 * I
MKW0210	8756035592	7455/0	01/09/2013	218 * I
MKW7397	8756036416	7455/0	27/09/2013	218 * I
MLA5910	8756035657	7455/0	29/08/2013	218 * I
MLD0179	8756035820	7455/0	08/09/2013	218 * I
MLD1362	8756036482	7455/0	26/09/2013	218 * I
MLN7272	8756035574	7455/0	29/08/2013	218 * I
MMK5883	8756036575	7463/0	28/09/2013	218 * II
NOY8028	8756035989	7455/0	14/09/2013	218 * I
NOY8028	8756036200	5673/2	21/09/2013	183
NOY8028	8756036207	5673/2	20/09/2013	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1570/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LVA5643	54571272E	6920/0	16/09/2013	233
LYR8610	55371470D	6556/5	07/09/2013	230 * I
LZA3393	54571275E	6920/0	16/09/2013	233
MCG9408	54571256E	6920/0	16/09/2013	233
MDD4740	54571252E	6920/0	16/09/2013	233
MDZ2955	54544483E	6599/2	11/09/2013	230 * V
MIP6673	54571255E	6920/0	16/09/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1571/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYR8610	55371469D	5347/0	07/09/2013	178
MGF1816	54544297E	5541/1	26/09/2013	181 * XVII
MJO4015	54544444E	5541/6	05/09/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



# Três Barras

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.310 de 18 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 4.310 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE RESPONSABILIDADE TÉCNICA NA ÁREA DA SAÚDE E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de atribuir responsabilidade técnica profissional na área de saúde e nas unidades de saúde do Município;

Considerando as normas editadas pelo Ministério da Saúde a respeito da responsabilidade técnica;

Considerando as Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Farmácia;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a Responsabilidade Técnica na área da saúde e nas unidades de saúde do Município da seguinte forma:

#### I - Área da Saúde do Município:

a) Coordenadoria da Atenção Básica -  
Enfermeira Solange Andrejack de Souza - matrícula nº 289.5

b) Coordenadoria da Saúde Bucal -  
Odontóloga Dra. Letícia Pereira - matrícula nº 14277.8

#### II - Unidades de Saúde:

##### a) Unidade Central de Saúde:

1 - Responsável Técnico Médico -  
Médico Dr. Jivago Sabatini - matrícula nº 15686.8

2 - Responsável Técnico Enfermagem -  
Enfermeira Mayara Martins de Matos Cristani - matrícula nº 15786.4

##### b) Unidade Sanitária Dr. Mário Mussi

1) Responsável Técnico Médico -  
Dra. Marina Togami Seleme - matrícula nº 16.029.6

2) Responsável Técnico Enfermagem -  
Enfermeira Cristiane Hoffmann Lechinheski - matrícula nº 14.268.9

c) Unidade de Saúde do São João dos Cavalheiros  
Enfermeira Kátia Reis - matrícula nº 11.465.0

d) Unidade de Saúde da Campininha  
Enfermeira Kátia Reis - matrícula nº 11.465.0

e) Unidade de Saúde Barra Grande/Km6  
Enfermeira Kátia Reis - matrícula nº 11.465.0

f) Unidade de Saúde da Família 004  
Enfermeira Raquel Cunher Vieira - matrícula nº 10.066.8

Art. 2º. Deverá ser afixado em área visível ao público, nas unidades de saúde, quadro com identificação dos respectivos responsáveis técnicos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de outubro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Portaria Nº 524 de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 524 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a Comissão Permanente de Avaliação, instituída pela Portaria nº 46 de 14 de janeiro de 2013, que proceda a avaliação da área de 24.200,00 m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: "{Inicia-se se no marco denominado 'ponto 7' georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 564.274,5073 m e N= 7.107.195,6121 m {, marco este localizado \$situacao1, }dividindo-o com o SC - 303; Daí segue confrontando com SC - 303 com o azimute de 96°05'31" e a distância de 73,10 m até o marco 'ponto 8' (E=564.347,1934 m e N=7.107.187,8547 m); Daí segue confrontando com Roberto Rosa com o azimute de 189°42'08" e a distância de 163,18 m até o marco 'ponto 9' (E=564.319,6933 m e N=7.107.027,0121 m); Daí segue confrontando com Rio Canoinhas com o azimute de 195°38'31" e a distância de 137,81 m até o marco 'ponto 10' (E=564.282,5356 m e N=7.106.894,3045 m); Daí segue confrontando com Rio Canoinhas com o azimute de 251°58'00" e a distância de 19,28 m até o marco 'ponto 11' (E=564.264,2033 m e N=7.106.888,3361 m); Daí segue confrontando com Rio Canoinhas com o azimute de 224°03'24" e a distância de 43,98 m até o marco 'ponto 12' (E=564.233,6243 m e N=7.106.856,7331 m); Daí segue confrontando com (42) com o azimute de 6°52'44" e a distância de 341,34 m até o marco 'ponto 7' (E=564.274,5073 m e N=7.107.195,6121 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1,9404 ha." conforme Levantamento Topográfico Planimétrico, elaborado por Irio Gustavo Golanowski - Engenheiro Agrimensor CREA nº 20990-8, identificada através da matrícula imobiliária nº 16.828 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC.

Art. 2º. Deverá a Comissão, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar laudo de avaliação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., 18 de outubro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2012.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: RENASCER - ORGANIZACAO DE PLANOS ASSIS-  
TENCIAS LTDA - ME - CNPJ 06.117.653/0002.12.

OBJETO: Prestação de Serviços Funerais.  
FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012.

Data do Credenciamento: 21 de outubro de 2013.

Data da Contratação: 21 de outubro de 2013.

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1570/2013 de 23 de Outubro de 2013.

Decreto nº 1570/2013 de 23 de outubro de 2013.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.143/2013,

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES04.00	
Unidade:	EDUCAÇÃO INFANTIL04.03	
Proj./Ativ	Manutenção da Educação Infantil12.365.0005.2.012	
3.1.90.00.00.00.00.00.0105	150.000,00Aplicações Diretas (59)	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113	17.500,00Aplicações Diretas (60)	

Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (68)	7.000,00	

Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR	
Proj./Ativ	12.364.0006.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (78)	13.000,00	

Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR	
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (107)	30.000,00	

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo	

3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (117)	10.000,00	
----------------------------	--------------------------	-----------	--

Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (122)	6.177,90	

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ	08.241.0021.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (131)	5.000,00	

Proj./Ativ	08.244.0022.2.033	Manutenção das Atividades do CRAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (138)	5.000,00	

TOTAL. . . . . R\$ 243.677,90

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES04.00	
Unidade:	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL04.01	
Proj./Ativ	Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes e Obras12.361.0002.1.006	
4.4.90.00.00.00.00.00.0105	20.000,00Aplicações Diretas (27)	

Proj./Ativ	12.361.0005.1.009	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (38)	7.500,00	

Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (43)	10.000,00	

Proj./Ativ	12.361.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (49)	20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (50)	20.000,00	

Proj./Ativ	12.361.0005.2.049	Auxílio Financeiro a Casa Familiar Rural	
3.3.50.00.00.00.00.00.0105	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (52)	4.871,85	

Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO	
Proj./Ativ	12.362.0004.2.013	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0204	Aplicações Diretas (200)	10.000,00	

Proj./Ativ	12.362.0004.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes	
3.3.50.00.00.00.00.00.0104	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (74)	8.000,00	

Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (80)	40.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (96)	97.128,15

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (123)	6.177,90

TOTAL. .... R\$ 243.677,90  
 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 23 de outubro de 2013.

ENOÍ SCHERER  
 Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
 Técnico me Controladoria Interna

### Lei Nº 1.142/2013 de 23 de Outubro de 2013.

Lei nº 1.143/2013 de 23 de outubro de 2013.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES04.00	
Unidade:	EDUCAÇÃO INFANTIL04.03	
Proj./Ativ	Manutenção da Educação Infantil12.365.0005.2.012	
3.1.90.00.00.00.00.00.0105	150.000,00Aplicações Diretas (59)	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113	17.500,00Aplicações Diretas (60)	

Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (68)	7.000,00

Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR
Proj./Ativ	12.364.0006.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (78)	13.000,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (107)	30.000,00

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (117)	10.000,00

Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (122)	6.177,90

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0021.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (131)	5.000,00

Proj./Ativ	08.244.0022.2.033	Manutenção das Atividades do CRAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (138)	5.000,00

TOTAL. .... R\$ 243.677,90

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES04.00	
Unidade:	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL04.01	
Proj./Ativ	Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes e Obras12.361.0002.1.006	
4.4.90.00.00.00.00.00.0105	20.000,00Aplicações Diretas (27)	

Proj./Ativ	12.361.0005.1.009	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (38)	7.500,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (43)	10.000,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar
3.1.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (49)	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (50)	20.000,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.049	Auxílio Financeiro a Casa Familiar Rural
3.3.50.00.00.00.00.00.0105	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (52)	4.871,85

Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO
Proj./Ativ	12.362.0004.2.013	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0204	Aplicações Diretas (200)	10.000,00

Proj./Ativ	12.362.0004.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes
3.3.50.00.00.00.00.00.0104	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (74)	8.000,00

Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (80)	40.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (96)	97.128,15

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (123)	6.177,90

TOTAL. .... R\$ 243.677,90  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 23 de outubro de 2013.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico me Controladoria Interna

### Lei Nº 1.143/2013 de 23 de Outubro de 2013.

Lei nº 1.143/2013 de 23 de outubro de 2013.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a

seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:		SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES04.00
Unidade:		EDUCAÇÃO INFANTIL04.03
Proj./Ativ		Manutenção da Educação Infantil12.365.0005.2.012
3.1.90.00.00.00.00.00.0105		150.000,00Aplicações Diretas (59)
3.1.90.00.00.00.00.00.0113		17.500,00Aplicações Diretas (60)

Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (68)	7.000,00

Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR
Proj./Ativ	12.364.0006.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (78)	13.000,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (107)	30.000,00

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (117)	10.000,00

Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (122)	6.177,90

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0021.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (131)	5.000,00

Proj./Ativ	08.244.0022.2.033	Manutenção das Atividades do CRAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (138)	5.000,00

TOTAL. .... R\$ 243.677,90

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias



abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	04.01
Proj./Ativ	Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes e Obras	12.361.0002.1.006
4.4.90.00.00.00.00.0105	20.000,00	Aplicações Diretas (27)

Proj./Ativ	12.361.0005.1.009	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (38)	7.500,00	

Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (43)	10.000,00	

Proj./Ativ	12.361.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (49)	20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (50)	20.000,00	

Proj./Ativ	12.361.0005.2.049	Auxílio Financeiro a Casa Familiar Rural	
3.3.50.00.00.00.00.0105	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (52)	4.871,85	

Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO	
Proj./Ativ	12.362.0004.2.013	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.0204	Aplicações Diretas (200)	10.000,00	

Proj./Ativ	12.362.0004.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes	
3.3.50.00.00.00.00.0104	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (74)	8.000,00	

Unidade:	04.09	ESPORTES	
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas	
3.1.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (80)	40.000,00	

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (96)	97.128,15	

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
4.4.90.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (123)	6.177,90	

TOTAL. .... R\$ 243.677,90  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 23 de outubro de 2013.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico me Controladoria Interna

**Lei Nº 1.143/2013 de 23 de Outubro de 2013.**  
Lei nº 1.143/2013 de 23 de outubro de 2013.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 243.677,90 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	EDUCAÇÃO INFANTIL	04.03
Proj./Ativ	Manutenção da Educação Infantil	12.365.0005.2.012
3.1.90.00.00.00.00.0105	150.000,00	Aplicações Diretas (59)
3.1.90.00.00.00.00.0113	17.500,00	Aplicações Diretas (60)

Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (68)	7.000,00	

Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR	
Proj./Ativ	12.364.0006.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes	
3.3.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (78)	13.000,00	

Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR	
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes	
3.3.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (107)	30.000,00	

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo	
3.3.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (117)	10.000,00	

Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (122)	6.177,90	



Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0021.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (131)	5.000,00
Proj./Ativ	08.244.0022.2.033	Manutenção das Atividades do CRAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (138)	5.000,00

TOTAL. .... R\$ 243.677,90  
 Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	04.01
Proj./Ativ	Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes e Obras	12.361.0002.1.006
4.4.90.00.00.00.00.00.0105	20.000,00 Aplicações Diretas (27)	

Proj./Ativ	12.361.0005.1.009	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (38)	7.500,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0114	Aplicações Diretas (43)	10.000,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar
3.1.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (49)	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0105	Aplicações Diretas (50)	20.000,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.049	Auxílio Financeiro a Casa Familiar Rural
3.3.50.00.00.00.00.00.0105	Transf.a Instituições Privadas s/ Fins Lucr. (52)	4.871,85

Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO
Proj./Ativ	12.362.0004.2.013	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0204	Aplicações Diretas (200)	10.000,00

Proj./Ativ	12.362.0004.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes
3.3.50.00.00.00.00.00.0104	Transf.a Instituições Privadas s/ Fins Lucr. (74)	8.000,00

Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (80)	40.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (96)	97.128,15

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas (123)	6.177,90

TOTAL. .... R\$ 243.677,90  
 Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 23 de outubro de 2013.  
 ENOÍ SCHERER  
 Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
 Técnico me Controladoria Interna

### Decreto Nº 1.569/2013 de 23 de Outubro de 2013.

Decreto nº 1.569/2013 de 23 de outubro de 2013.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.500,00 (Cento e vinte mil e quinhentos reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências. ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.142/2013,  
 Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 120.500,00 (Cento e vinte mil e quinhentos reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.01
Proj./Ativ	Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanentes	10.301.0012.1.025
4.4.90.00.00.00.00.00.0223	37.500,00 Aplicações Diretas	

Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	15.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.060	Manutenção do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	20.000,00



Proj./Ativ	10.302.0012.2.062	Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	10.000,00

Proj./Ativ	10.304.0012.2.040	Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
4.4.90.00.00.00.00.00.0298	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0263	Aplicações Diretas	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0279	Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0300	Aplicações Diretas	19.000,00

TOTAL. .... R\$ 120.500,00  
 Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.1.024	Construção, Ampliação e Conservação de Unidade Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0295	Aplicações Diretas	7.500,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0223	Aplicações Diretas	30.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.055	Manutenção da Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	45.000,00

Proj./Ativ	10.304.0012.2.040	Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
3.3.90.00.00.00.00.00.0279	Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0298	Aplicações Diretas	5.000,00

Proj./Ativ	10.305.0012.2.054	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde – ECD
3.3.90.00.00.00.00.00.0263	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0300	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0263	Aplicações Diretas	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0300	Aplicações Diretas	14.000,00

TOTAL. .... R\$ 120.500,00  
 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 23 de outubro de 2013.

ENOÍ SCHERER  
 Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
 Técnico me Controladoria Interna

## Contrato 14.2013 Fundo

### CONTRATO Nº 14/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Casa Cirúrgica Chapecó Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.756.441/0001-43, estabelecida na Rua Uruguai, 1123-E, Bairro Maria Goretti, no Município de Chapecó/SC, neste ato representado pelo representante comercial Sr. Marcelo Ávila, denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço Unitário R\$	Preço Total
2	02	Uni	Travesseiros. Tamanho: Altura: 0,16 m; Comprimento: 0,53 m; Largura: 0,33 m; Composição: Espuma em flocos de alta qualidade; Revestido com Preto; MARCA ISP	54,00	108,00
5	01	Uni	Barra ling. Em madeira Medidas do Produto 47 x 238 x 92 cm (PxAxL) Peso - 17,600 Kg Suporta até 135 Kg MARCA ISP	370,00	370,00
7	01	Par	Tornezeleira 1kg Composição: Nylon com costura reforçada; Regulagem por velcro; Dimensões: 60.0 cm x 11.5 cm x 3.0 cm (C x L x A) MARCA ISP	19,53	19,53
8	01	Par	Tornezeleira 2kg Composição: Nylon com costura reforçada; Regulagem por velcro; Dimensões: 60.0 cm x 11.5 cm x 3.0 cm (C x L x A) MARCA ISP	28,00	28,00
9	01	Par	Halteres 500gr -Anatômico Colorido -Fabricado em poliestireno de alto impacto -Envasado com densa argamassa metálica -Dimensões: 6x6x22cm (LxAxP) -Peso: 0,500kg MARCA ISP	5,50	5,50
10	01	Par	Halteres 1 kg -Anatômico -Colorido -Fabricado em poliestireno de alto impacto -Envasado com densa argamassa metálica -Dimensões: 6x6x22cm (LxAxP) MARCA ISP	11,00	11,00

11	01	Par	Halteres 2 kg -Anatômico: -Colorido -Fabricado em poliestireno de alto impacto -Envasado com densa argamassa metálica -Dimensões: 6x6x22cm (LxAxP) MARCA ISP	22,00	22,00
13	01	Uni	Fita métrica Peso 80g. Tamanho da fita 1,8x200cm. Em fibra de vidro para medições das circunferências do corpo, com medidas rápidas e precisas. Com sistema de retração automática e trava na extremidade da fita.MARCA MACROSUL	6,00	6,00
15	01	Uni	Infra vermelho Suporte infravermelho de mesa e lâmpada 220 watts MARCA PHILIPS	138,00	138,00
16	02	Uni	Bolsa de gel para crioterapia Composição -Filme camadas de poli- amida/polietileno internamente e polietileno na camada externa. -Gel polímero vinílico, TEA, conservante e agente anticongelante. Medidas Tamanho 15x26 cm Peso 400 g. MARCA MERCUR	15,00	30,00
24	20	Uni	Bolas cravo. Medida 6 cm. MARCA ISP	3,60	72,00
TOTAL GERAL					810,03

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 810,03(Oitocentos e dez reais e três centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

## CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos

em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.00.00223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

## CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

## CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

Casa Cirúrgica Chapecó Ltda,  
Contratado

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

#### Contrato 15.2013

CONTRATO Nº 15/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Cirúrgica Master Materiais Equipamentos Odontológicos, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.850.926/0001-88, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 950 d, Bairro Goretti, no Município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unitário Previsto R\$	Preço Total
12	01	Uni	Goniômetro em plástico transparente com 2 réguas para mensuração de amplitude articular. Sistema de transferidor de 0° a 360°. Marca Carci	28,50	28,50

14	01	Uni	Bola suíça 65 cm Peso máximo suportado 300 kg de peso estático (parado). Tamanho 65 cm na cor azul. Marca Carci	76,00	76,00
17	01	Uni	Ultrassom Dimensões do equipamento - 26,5x27,5x11,5cm (LxPxA) Peso do equipamento - 1,1 Kg Dados Técnicos Específicos operação micro controlada; Frequência de 1 e 3 MHz; 50 protocolos de tratamento pré-programados; Modo de emissão onda pulsada e contínua; Repetição de pulso com 100Hz e 16 Hz e modulação em 20 ou 50 de tempo ON; ERA de 7 cm²; Potência Máxima de Saída - 21 Watts Potência Máxima por cm² - 3 w/cm² Intensidade regulada e mensurada em W e W/cm² visualizadas através do painel digital; Timer de até 30 minutos; Saída para terapia combinada; protegido contra gotejamento de água. Marca Carci	1.195,00	1.195,00
19	01	Uni	Faixa elástica intensidade fraca Faixa elástica atóxica - Medidas 1,5m de comprimento e 14cm de largura. Marca Carci	15,10	15,10
21	01	Uni	Faixa elástica intensidade forte Faixa elástica atóxica - Medidas 1,5m de comprimento e 14cm de largura. Marca Carci	20,10	20,10
22	21	Uni	Bola de borracha 16 cm diâmetro. Marca ISP	23,70	497,70
25	20	Uni	Bastão de Madeira com acabamento arredondado com 1,30m de comprimento, peso 2 Kg. Marca Carci	19,90	398,00
			TOTAL		2.257,50

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 2.257,50 (Dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres



de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.00.0223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

CIRÚRGICA MASTER MATERIAIS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

Contratada

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

#### Contrato 16.2013

CONTRATO Nº 16/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Telecopy Equipamentos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 662, Centro, no Município Maravilha/SC, considerada doravante



CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unitário Previsto R\$	Preço Total
28	03	Uni	Cadeiras escritório Assento giratório estofado com estrutura em madeira com regulagem de altura por pistão a gás, prático e eficiente. Revestimento do assento em tela de alta resistência e durabilidade.	675,00	2.025,00
29	10	Uni	Cadeira Fixa Secretária Pé em "S" Assento e Encosto em Madeira Compensado Anatômico. Estofada c/ Espuma Injetada de Alta Densidade. Pés em Tubo de Aço de Uma Polegada de Diâmetro e Pintura Epoxi. Revestida em Tecido Várias Cores.	97,00	970,00
38	01	Uni	Cafeteira elétrica 24 cafés.	73,90	73,90
			Total Geral		3.068,90

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 3.068,90(Três mil sessenta e oito reais e noventa centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletins bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.**

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferencia do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/ Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/ Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.0223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.**

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.**

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.**

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.**

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Contratada

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

**Contrato 17.2013**

CONTRATO Nº 17/2013

**CONTRATANTE:** O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

**CONTRATADO:** A empresa Potencia Som e Informática Ltda, pessoa jurídica de direito privados, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.958.284.0001-11, estabelecida na Rua Almirante Barroso, 684, Centro, no Município de São Miguel do Oeste/SC, considerada doravante CONTRATADA.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações

constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço máximo Previsto R\$	Preço Total
32	03	Uni	Central telefônica (telefonista) terminal inteligente visualização dos ramais e troncos para central.	496,00	496,00
34	10	Uni	Placa de ramais analógicos balanceados para central.	250,00	250,00
36	01	Uni	Armário em MDF com 02 portas, tampo 25mm, cor wengue. Tampo em 25mm e laterais em 15mm, medidas aproximadas 1,60ª x 0,90C x 0,40P. Agolmerado com fita de borda ABS e revestimento BP.	607,00	2.428,00
46			Banner em lona plástica, dimensões 0.80 x 1.20 cm impressão em digital	76,80	460,80
			Total Geral		3.634,80

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.**

2.1 O pagamento de R\$ 3.634,80 (Três mil seiscentos trinta quatro reais e oitenta centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.**

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados

da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.0223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA

Contratada

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

#### Contrato 17.2013

CONTRATO Nº 17/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Potencia Som e Informática Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.958.284.0001-11, estabelecida na Rua Almirante Barroso, 684, Centro, no Município de São Miguel do Oeste/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço máximo Previsto R\$	Preço Total
32	03	Uni	Central telefônica (telefonista) terminal inteligente visualização dos ramais e troncos para central.	496,00	496,00
34	10	Uni	Placa de ramais analógicos balanceados para central.	250,00	250,00



36	01	Uni	Armário em MDF com 02 portas, tampo 25mm, cor wengue. Tampo em 25mm e laterais em 15mm, medidas aproximadas 1,60 <sup>a</sup> x 0,90C x 0,40P. Aglomerado com fita de borda ABS e revestimento BP.	607,00	2.428,00
46			Banner em lona plástica, dimensões 0.80 x 1.20 cm impressão em digital	76,80	460,80
			Total Geral		3.634,80

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 3.634,80 (Três mil seiscentos trinta quatro reais e oitenta centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho,

ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.00.00223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.  
BRUNO JOSÉ HEBERLE  
Contratante

POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA  
Contratada

Testemunhas  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER  
CPF: 020.226.259.60

### Contrato 18.2013 CONTRATO Nº 18/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Megha Equipamentos e Materiais Médicos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.184.520/0001-02, estabelecida na Rua Araucária, 139E Bairro Palmital, no Município de Chapecó/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço máximo Previsto R\$	Preço Total
3	01	Uni	Escada de dois degraus 2 degraus; Largura: 0,40 m; Comprimento: 0,44 m; Altura: 0,32 m; Peso máximo permitido: 135 kg; Composição: Madeira padrão eucalipto (espécie Lyptus Grandis); Faixas de lixa nos degraus, antiderrapante;	104,50	104,50
4	01	Uni	Espelho com rodas Estrutura em madeira. Medidas 0,60 x 1,87 x 0,50m	329,00	329,00
6	01	Par	Tornozeleira 500 gr composição: Nylon com costura reforçada; Regulagem por velcro; Dimensões: 60,0 cm x 11,5 cm x 3,0 cm (C x L x A)	20,00	20,00

			Interferencial Estimulador transcutâneo neuromuscular que utiliza tecnologia de microcomputadores, ou seja, é microcontrolado, utilizado nas terapias por correntes 1. tens 2. fes 3. russa 4. aussie 5. interferencial 6.polarizada 7.microcorrente -Dimensões do equipamento 37,5x31,5x12,5 (LxPx A) -Peso do equipamento 2,2Kg Dados Técnicos Específicos Possibilitar escolha do ciclo de trabalho (10, 30 e 50); -Operar nos modos contínuo, síncrono, recíproco e sequencial e modulação em rampa on, off, rise e decay, quatro canais de saída com controles independentes de intensidade, timer que ao final do tempo programado cessa automaticamente a emissão.	1.820,00	1.820,00
18	01	Uni	TOTAL		2.273,50

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 2.273,50(Dois mil duzentos setenta e três reais e cinquenta centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.



4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.00.0223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA

Contratada

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

#### Contrato 19.2013

CONTRATO Nº 19/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AW Informática Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.515.045/0001-12, estabelecida na Avenida Gustavo Fetter, 828, Centro no Município de Iporã do Oeste/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço Unitário R\$	Preço Total
33	02	Uni	Impressora multifuncional Laser Jet M1132 MFP - Scanner e Copiadora - Monocromática - 110V - Compatível com Toner HP 85ª	884,00	884,00
37	02	Uni	Receptor de antena parabólica banda "C" analógico com controle multiponto 31 canais.	148,00	296,00
			TOTAL		2.064,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.**

2.1 O pagamento de R\$ 2.064,00(Dois mil e sessenta quatro reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.**

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA

SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.**

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.**

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.**

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4.Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.**

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

AW INFORMÁTICA LTDA

Contratada

## Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

**Contrato 20.2013**

CONTRATO Nº 20/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Atual Informática e Assistência Técnica Ltda, pessoa jurídica de direitos privados, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, 541- sala 02, Centro, no Município de Maravilha/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço Unitário R\$	Preço Total
27	02	Uni	CPU com processador de 2 núcleos de 2.3 ghz, hd de 500 gb, memória de 2gb ddr3, gravador de dvd, nobreak de 600 va bi volt, saída 110v com autonomia de 20 minutos	1.398,00	2.796,00
47	06	Uni	Placa pvc adesivo impressão digital 0.70 x 1.60	100,49	602,94
48	06		Placa em aço, aplicação de 0,7x1,20 cm adesivo impressão digital	76,00	456,00
			Total Geral		3.854,94

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.**

2.1 O pagamento de R\$ 3.854,94 (Três mil oitocentos e cinquenta quatro reais e noventa e quatro centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.**

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor



acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.00.0223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

Contratada

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60

#### Contrato 21.2013

CONTRATO Nº 21/2013

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa JP Equipamentos Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.772.057/0001-50, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 208, Centro, no Município Cunha Porã/SC considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2013 e Pregão Presencial nº 17/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ E PRÓPRIOS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unitário R\$	Preço Total
23	20	Uni	Tatames Medidas 2,00x1,00m e 01cm de espessura Material EVA	64,00	1.280,00
30	03	Uni	Nobreak de 600 va bi volt, saída 110v com autonomia de 20 minutos	256,00	768,00
31	04	Uni	Aparelho telefone sem fio, com agenda de 10 números para discagem rápida, e 3 níveis de volume de campainha.	97,50	390,00
35	01	Uni	Cabo de rede 305 metros (telefone - internet)	379,00	379,00
40	02	Uni	Persiana horizontal alumínio micro 25mm altura comando 1,3 largura 2,5 altura 0,85.	234,00	468,00
41	01	Uni	Persiana horizontal alumínio micro 25 mm altura comando 1,3 largura 2,35 altura 0,85.	230,00	230,00
42	01	Uni	Persiana horizontal alumínio micro 25 mm altura comando 1,3 largura 2,4 altura 0,85.	230,00	230,00
43	01	Uni	Persiana horizontal alumínio micro 25 mm altura comando 1,3 largura 1,85 altura 0,85.	225,00	225,00
44	01	Uni	Persiana nuance altura comando 1,2 largura 1,8 altura 2,7.	230,00	230,00
45	01	Uni	Persiana nuance altura comando 1,2 largura 2,1 altura 2,7.	270,00	270,00
			TOTAL GERAL		4.470,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 4.470,00 (Quatro mil quatrocentos e setenta reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem

como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/FUNDO.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos e materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos e materiais no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 71)	4.4.90.00.00.00.00.00.0223 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.030 (dot 69)	3.390.00.00.00.00.00.0223 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de Outubro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Contratante

JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME

Contratada

Testemunhas

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER

CPF: 020.226.259.60



Programa de  
Gestão Tributária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Turvo

### PREFEITURA

#### Decreto 49/2013

DECRETO Nº 049/13, de 18 de Outubro de 2013  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº 2142/12, de 11 de Dezembro de 2012,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para pavimentação e drenagem pluvial com recursos do Programa Badesc Cidades, assim classificado:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1004 - Vias Urbanas Pavimentação Passeio e Pças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0090 ( ) - Aplicações Diretas  
R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta dos recursos de Operação de Crédito a ser realizada junto ao Banco BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 18 de Outubro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado

## Vargeão

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução de um projeto de construção da Primeira Etapa do Museu do Município de Vargeão, totalizando 166,65 m².

VALOR: R\$ 238.525,00 (duzentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Tomada de Preços nº 03/2013 e Contrato nº 144/2013.

Vargeão, SC, 22 de outubro de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 10.635/13

DECRETO Nº 10.635/13, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

Designa servidora para representar a Prefeitura Municipal de Videira junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 15.940/2013,

#### RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora ROSANI LUIZA SCHNEIDER, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Ação Social, para atuar como representante da Prefeitura Municipal de Videira, junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em todos os atos que se fizerem necessários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.630/13.

Videira, 18 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

#### Decreto Nº 10.636/13

DECRETO Nº 10.636/13, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0770/13**  
PORTARIA nº 0770/13  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16238/2013,

**RESOLVE**  
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT, Analista de Nível Superior, de 02 de dezembro de 2013 até 02 de março de 2014, referente ao quinquênio de 19 de setembro de 2007 até 16 de setembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2013.

Videira, 17 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0771/13**  
PORTARIA nº 0771/13  
Revoga a Portaria nº 0766/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 15.458/13,

**RESOLVE**  
Revogar a Portaria nº 0766/13, que concedeu Licença Prêmio a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 02 de dezembro de 2013 até 02 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0772/13**  
PORTARIA nº 0772/13  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15713/2013,

**RESOLVE**  
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LEONICE APARECIDA DEBASTIANI BOGONI, Auxiliar de Serviços Gerais, de 02 de dezembro de 2013 até 02 de março de 2014, referente ao quinquênio de 1º de junho de 2006 até 31 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2013.

Videira, 18 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Dispensa de Licitação Nº 26/2013 - PMV**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/13 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/13 - PMV  
HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NO EQUIPAMENTO DESENCARCERADOR WEBER, TESOURA DE CORTE E EXPANSÃO E CILINDRO DE EXPANSÃO UTILIZADOS DURANTE AS ATIVIDADES DE RESGATE VEICULAR PELA CORPORAÇÃO DOS BOMBEIROS DE VIDEIRA.

CONTRATADA: SOLETÉCNICA EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS - EIRELI - EPP.

Valor: R\$ 5.197,90 (cinco mil cento e noventa e sete reais e noventa centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 21 de Outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial Nº 24/2013 - FMAS**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013 - FMAS  
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 24/2013 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE ARTESANATO PARA SER UTILIZADO NOS PETIS - PROGRAMA DE ERRADIAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GRUPOS DE IDOSOS, CASA LAR MENINO JESUS E CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 12/11/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 21 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

#### **Tomada de Preços Nº 08/2013 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (C.A.U.Q) NA RUA ANTÔNIO FÁVERO (BEIRA RIO), COM ÁREA TOTAL DE 8.404,80 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 07 de Novembro de 2013. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 ou pelos telefones (49) 3566-9012/3566-9034.

Videira, 21 de Outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

#### **Tomada de Preços Nº 09/2013 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA JOSÉ DAL PIZZOL, BAIRRO FARROUPILHA, COM ÁREA TOTAL DE 1.064,21 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 11 de Novembro de 2013. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 ou pelos telefones (49) 3566-9012/3566-9034.

Videira, 21 de Outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

#### **Extrato do Contrato N. 0654/2013**

Extrato do Contrato n. 0654/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DRIELI FINGER MORESCO  
CPF: 049.580.919-55

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LORECI TEREZINHA VANIN DE LIMA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO  
VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2013 a 02 de dezembro de 2013  
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

#### **Extrato do Contrato N. 0658/2013**

Extrato do Contrato n. 0658/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA  
CPF: 026.617.269-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NELI BOCCA BECEGATTO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2013 a 21 de novembro de 2013  
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

#### **Extrato do Contrato N. 0659/2013**

Extrato do Contrato n. 0659/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GRAZIELI FERREIRA DA ROSA  
CPF: 022.005.910-12

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 05 de setembro de 2013 a 31 de outubro de 2013  
FUNÇÃO: ENFERMEIRA  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.998,38 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)

#### **Extrato do Contrato N. 0660/2013**

Extrato do Contrato n. 0660/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SOLANGE KRUGER LEANDRO GONÇALVES  
CPF: 017.139.199-31

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA DORVALINA SCOPEL  
VIGÊNCIA: de 05 de setembro de 2013 a 31 de novembro de 2013  
FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

#### **Extrato do Contrato N. 0664/2013**

Extrato do Contrato n. 0664/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIANA RAMOS DA CUNHA

CPF: 072.639.859-42

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LUCIANE CORREA DA ROCHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
 VIGÊNCIA: de 10 de setembro de 2013 a 02 de outubro de 2013  
 FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
 SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Contrato N. 0678/2013**

Extrato do Contrato n. 0678/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ENEDINA DE MORAES PICCOLI

CPF: 425.793.769-68

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CRISTIANE GUILL EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO  
 VIGÊNCIA: de 19 de setembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013  
 FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
 SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

**Extrato do Contrato N. 0685/2013**

Extrato do Contrato n. 0685/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEANDRO ALVES RIBEIRO SOVRANI

CPF: 095.535.609-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
 VIGÊNCIA: de 20 de setembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013  
 FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
 SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Editais de Convocação Nº 07413**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 - Rosângela de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
2 - Gisele Morais	Auxiliar de Serviços Gerais
3 - Angélica Rodrigues dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
4 - Marisângela Pires	Auxiliar de Serviços Gerais
5 - Daniela Costa	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;

- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;

- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 21 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Xavantina****PREFEITURA****Ata PP 55/2013 - 01**

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. JOSÉ DAL BOSCO, e a empresa DILCEU SEGNETTO - ME, inscrita no CNPJ nº 06.912.563/0001-32, nesta Ata representada pelo seu(ua) Proprietário Sr., Sr(a). DILCEU SEGNETTO, portador(a) do CPF nº 716.037.279-49 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 55/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material esportivo, premiação e serviços de arbitragem.



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
5	Redes para arcos de futsal fio em mix com 67 % polietileno (PEAD) e 33% de polipropileno (PP) nº 4, medidas 3,20 metros de largura e 2,10 metros altura (visão frontal) medida superior de 0,30 cm e medida inferior 1,20 metros (visão lateral).	UNIDADE	6	R\$ 113,05
7	Troféu com inscrição em adesivo. Troféu com 128 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor dourada com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatueta fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor dourada com 44 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável, com 18 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	UNIDADE	15	R\$ 229,90
8	Troféu com inscrição em adesivo. Troféu com 119 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor dourada com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatueta fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor dourada com 44 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável com 18 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	UNIDADE	15	R\$ 214,47

9	Troféu goleador com 38 cm de altura, com base com 9,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado. e sobre este suporte uma estatueta com 30,3 cm de altura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	25	R\$ 35,58
10	Troféu disciplina com 38 cm de altura, com base com 9,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta honra ao merito com 32,6 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	20	R\$ 37,48
11	Troféu disciplina com 38 cm de altura, com base com 9,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 24,6 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	20	R\$ 36,53



12	Troféu com altura de 87 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Bola metalizada na cor dourada com anel metalizado na cor prata. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável com 15,5 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação.	UNIDADE	6	R\$	118,15
13	Troféu com altura de 80 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Bola metalizada na cor dourada com anel metalizado na cor prata. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável com 15,5 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação	UNIDADE	6	R\$	109,13
14	Troféu com altura de 65 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável com 15,5 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação.	UNIDADE	6	R\$	98,69
15	Troféu com 81 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preto, suporte metalizado na cor dourado, taça fechada com 27 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa interna na cor dourado com tampa metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável com 15,5 cm de altura. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	5	R\$	86,35

16	Troféu com 75 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preto, suporte metalizado na cor dourado, taça fechada com 27 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa interna na cor dourado com tampa metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável com 15,5 cm de altura. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	5	R\$	74,49
17	Troféu com 63 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preto, suporte metalizado na cor dourado, taça fechada com 27 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa interna na cor dourado com tampa metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável com 15,5 cm de altura. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	5	R\$	70,22
18	Troféu com altura de 100 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Taça metalizada na cor dourada com 40 cm de largura a partir da alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Adornado com coroa de dezesseis pontas metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável com 18 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação	UNIDADE	6	R\$	168,92

19	Troféu com altura de 95 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Taça metalizada na cor dourada com 40 cm de largura a partir da alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Adornado com coroa de dezesseis pontas metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável com 18 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação	UNIDADE	6	R\$	167,93
20	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro com adesivo na frente e atrás a combinar. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. Acompanhada de fita de cetim cor azul.	UNIDADE	450	R\$	3,08
21	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro, com adesivo na frente e atrás a combinar. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura Acompanhada de fita de cetim na cor vermelha.	UNIDADE	450	R\$	3,12
22	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro com adesivo na frente e atrás a combinar. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura Acompanhada de fita de cetim nas cores a combinar.	UNIDADE	250	R\$	3,12

23	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 55 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Medalha vazada e com textura nas bordas. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha deve vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, 2,5 cm de largura. Com adesivo na frente e atrás a combinar.	UNIDADE	450	R\$	2,26
24	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 55 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Medalha vazada e com textura nas bordas. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha deve vir acompanhada de fita de cetim na cor vermelha com 2,5 cm de largura, e com adesivo na frente e a atrás a combinar.	UNIDADE	450	R\$	2,22
25	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 55 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Medalha vazada e com textura nas bordas. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha deve vir acompanhada de fita de cetim na cor verde com 2,5 cm de largura, e com adesivo na frente e a atrás a combinar..	UNIDADE	700	R\$	2,12
26	Troféu com 49 cm de altura, com base retangular com 15 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, coluna na cor prata, com efeito, texturizado e corte em diagonal na extremidade, com tampa metalizada na cor dourada e suporte para estatueta com a largura de 13,5 cm. Estatueta superior intercambiável com 30,3 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	UNIDADE	30	R\$	63,10

27	Rede de Voleibol Oficial 4 Faixas - Polipropileno (seda) Confeccionada com fio de Polipropileno (seda) de 2,0 mm de alta resistência, malha 10, com 4 faixas de algodão, Tamanho: (LxA) 9,50x1,0 m	UNIDADE	10	R\$	95,00
28	Troféu com 57 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, tampa fechada com frisos e textura metalizada na cor dourada com 27 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável com 19,5 cm de altura. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	UNIDADE	15	R\$	58,50
29	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 11,2 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	10	R\$	24,00
30	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 13,5 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	15	R\$	26,90

31	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 15,7 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	5	R\$	30,90
32	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 15,7 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	3	R\$	30,80
33	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 11,4 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	5	R\$	26,90

34	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 11,4 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	5	R\$	24,00
35	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 113,5 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	3	R\$	26,98
36	Troféu com 36 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourado e sobre este suporte uma coroa com 12 pontas com 11 cm de largura, com uma copa interna metalizada na cor prata e uma tampa metalizada na cor dourado, estatueta com 15 cm de altura. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	UNIDADE	10	R\$	26,98

37	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro com adesivo na frente e atrás a combinar. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. Acompanhada de fita de cetim cor azul.	UNIDADE	300	R\$	3,34
38	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro, com adesivo na frente e atrás a combinar. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura Acompanhada de fita de cetim na cor vermelha.	UNIDADE	300	R\$	3,36
39	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro com adesivo na frente e atrás a combinar. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura Acompanhada de fita de cetim nas cores a combinar.	UNIDADE	300	R\$	3,36
40	Troféu com altura de 128 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágios com bases de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável honra ao merito com 32,6 cm de altura. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira	UNIDADE	3	R\$	212,00

41	Troféu com altura de 122 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável honra ao mérito com 32,6 cm de altura. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira	UNIDADE	3	R\$	208,00
48	Bola de Vôlei, tamanho Infantil 4500, matrizada, com 18 gomos, confeccionada com PU. (MG 4500). Modelo 2014. Diâmetro: 60 - 63 cm Peso: 240 - 270 g Câmara: Câmara Airbilty Construção: Matrizada Material: PVC Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado	UNIDADE	40	R\$	70,00
55	Rede de Vôlei: fio de nylon (polietileno) seda (polipropileno) média, com 04 faixas na cor branca. Malha de 10x 10cm, lona de algodão com 5 cm de largura.	UNIDADE	5	R\$	45,00
56	Rede de goleiras: redes de futebol de salão média 3,20x 2,10m fio 2mm (par)	UNIDADE	5	R\$	45,39
59	Bolinhas: produzido em material de alto brilho e resistente, pacote com 500 unidades.	PACOTE	8	R\$	100,00
62	Jogo de bingo profissional: com globo armado com suporte de metal para sorteio automático, bico regulador, bolinhas numeradas, com tabela para marcação de números sorteados, com mínimo de 50 cartelas.	JOGO	5	R\$	83,89

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei

8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 55/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de outubro de 2013.

DILCEU SEGNETTO CPF: 716.037.279-49	JOSÉ DAL BOSCO Prefeito Municipal em Exercício
--	---

#### Ata PP 55/2013 - 02

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. JOSÉ DAL BOSCO, e a empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83, nesta Ata representada pelo seu(ua) Sócia Administradora Sra., Sr(a). DAIANE ROSA, portador(a) do CPF nº 949.233.889-00 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 55/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material esportivo, premiação e serviços de arbitragem.



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	Bola oficial de futsal, tamanho mirim (sub-11), Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU. Embalagem diferenciada. (Max 100) Modelo 2014. Diâmetro: 50 - 55 cm Peso: 300 - 350 g Câmara: Câmara Airbility Construção: Termotec Material: PU Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado	UNIDADE	15	R\$ 75,59
3	Bola oficial de futsal, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada Neogel, deixando a bola mais macia e elástica. Embalagem diferenciada. (Max 1.000) Modelo 2014. Diâmetro: 61 - 64 cm Peso: 410 - 440 g Câmara: Câmara Airbility Construção: Termotec Material: PU Ultra 100% Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado	UNIDADE	30	R\$ 125,99
6	Pares de meia profissional grossa na cor branca, tamanho adulto 39 a 43. Composição: poliamida 48%, algodão 39%, poliéster 11% e elastodieno 02%.	UNIDADE	90	R\$ 6,00
49	Bola de borracha: bola de iniciação numero 10, diâmetro de 50 cm peso aproximado de 180 gr, câmara airbility, material borracha	UNIDADE	60	R\$ 15,54

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 55/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de outubro de 2013.

DAIANE ROSA CPF: 949.233.889-00	JOSÉ DAL BOSCO Prefeito Municipal em Exercício
------------------------------------	---

#### Ata PP 55/2013 - 03

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. JOSÉ DAL BOSCO, e a empresa ADEVAL BYKE PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 00.266.051/0001-60, nesta Ata representada pelo seu(ua) Sócia Administradora Sra., Sr(a). ADELAZIR RIBEIRO, portador(a) do CPF nº 385.688.109-34 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 55/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material esportivo, premiação e serviços de arbitragem.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
42	Troféu com altura de 113 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágios com bases de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável honra ao merito com 32,6 cm de altura. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira	UNIDADE	6	R\$ 350,00
51	Bolas de Ping- pong feito de acetado de celulóide, aproximadamente 3 gr por unidade e 40mm embalagem com 06 unidades.	UNIDADE	35	R\$ 14,90

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 55/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de outubro de 2013.

ADELAZIR RIBEIRO CPF: 385.688.109-34	JOSÉ DAL BOSCO Prefeito Municipal em Exercício
---	---

**Ata PP 55/2013 - 04**

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. JOSÉ DAL BOSCO, e a empresa KALIDUK COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.527.323/0001-30, nesta Ata representada pelo seu(ua) Sócio Administrador Sr., Sr(a). VOLNEI PEDRO KALINOVSKI, portador(a) do CPF nº 706.489.050-04 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 55/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de material esportivo, premiação e serviços de arbitragem.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
2	Bola oficial de futsal, tamanho infantil (sub-13), Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU. Embalagem diferenciada. (Max 200). Modelo 2014. Diâmetro: 55 - 59 cm Peso: 350 - 380 g Câmara: Câmara Airbility Construção: Termotec Material: PU Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado	UNIDADE	15	R\$ 81,59
4	Bola Oficial de Futebol de Campo, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU. Campo S11 R1. Modelo 2014. Diâmetro: 68 - 70 cm Peso: 410 - 450 g Câmara: Câmara Airbility Construção: Termotec Material: PU Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado	UNIDADE	35	R\$ 87,59
47	Bola Oficial de Handebol, tamanho Infantil, costurada, com 32 gomos, confeccionada com PVC. Bola aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB). (HAND H1L). Modelo 2014. Diâmetro: 49-51 cm. Câmara: Câmara Aurability. Costurada. Material: PVC. Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado.	UNIDADE	30	R\$ 56,39
50	Bola de Espiribol: confeccionado com PVC, costurada, diâmetro 58-62cm/ 30cm, altura 30cm, peso 420- 450gr, câmara butil.	UNIDADE	5	R\$ 40,00
52	Bola de Tênis superfície externa composta por tecido uniforme e deve ser de cor branca ou amarela. Se houver qualquer emenda deve ser sem costura. Revestido por vidro com peso entre 55 e 60 gr, diâmetro aproximado de 7 cm.	UNIDADE	35	R\$ 3,19
53	Raquete Tênis de mesa: 26 x15 cm, material MDF e EVA, a partir de 04 anos, embalagem plástica.	UNIDADE	20	R\$ 5,07
54	Frecobol: Fabricado em MDF 10mm excelente acabamento, cabo com EVA varias cores bola de borracha(densidade 8).	UNIDADE	10	R\$ 16,00
57	Bambolê: material plástico, polietileno, alta densidade, diâmetro de 60 cm, tubo de 16 mm e parede de 1,2mm.	UNIDADE	130	R\$ 1,48
58	Piscina de Bolinhas. formato de casinha multicolorida, fácil montagem, altura com revestimento de espuma, revestimento de espuma de alta densidade, acompanha colchonete no fundo. Tamanho 2,00x2,00x1,95.	UNIDADE	4	R\$ 790,00

60	Cama Elástica:segura e reforçada, tubo resistente, rede de pulo em QR. proteção lateral multicolorida. Maior área de pulo, pintura galvanizada ou pintada, acompanha escada de acesso protetor de molas e rede lateral tamanho 3,10m.	UNIDADE	4	R\$ 1.320,00
61	Jogo de Futebol de botão:um tabuleiro confeccionado em chapa de Eucatex ou MDF pintado com dimensões aproximadas de 90x60 cm, na cor verde. Par de traves, lentes coloridas sem especificações de times, lentes acrílicas para montagem de times.	JOGO	5	R\$ 60,00
63	Jogo adivinha quem: material de plástico com tabuleiro cartas de moldura pinos para contagens de pontos e manual de regras.	JOGO	10	R\$ 48,80
64	Jogo dominó: 28 peças duplas em tamanho grande 2,5x5x1cm numerados de 0 a 06 com estojo para guardar.	JOGO	20	R\$ 20,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 55/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de outubro de 2013.

VOLNEI PEDRO KALINOVSKI CPF: 706.489.050-04	JOSÉ DAL BOSCO Prefeito Municipal em Exercício
--	---

## Associações

### AMMVI

#### Contrato Administrativo Nº TP 04/2013

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS ATOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI:

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº TP 04/2013

CONTRATADA: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 83.748.038/0001-74.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia e fornecimento de materiais na execução de fundações com estaca tipo hélice contínua tele-monitorada por computador para ampliação da área física da sede da AMMVI.

VALOR: O valor total do contrato será de R\$ 40.236,40 (quarenta mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), pago em parcela única no prazo de até cinco dias úteis da prestação integral dos serviços.

DATA DE ASSINATURA: 21/10/2013

PRAZO/VIGÊNCIA: O contrato tem vigência da data de sua assinatura até 31/12/2013, podendo ser prorrogado.

BASE LEGAL: Lei nº 8.666, de 21/6/93.

### EGEM

#### Aditivo ao Edital Nº 76/2013 \_Conselheiros Tutelares \_amnoroste

ADITIVO AO EDITAL Nº 76/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES: DESAFIOS TEÓRICOS PRÁTICOS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização e palestrante do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos Práticos, a realizar-se em São Lourenço do Oeste de acordo com o edital nº 76/2013 publicado em 05/09/2013.

Cidade/Local	São Lourenço do Oeste - SC Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense Rua Jarbas Mendes nº 270, Ed. Martini Sala 09 Bairro: Brasília CEP: 89990-000
Período das inscrições	05/09 à 27/01/2014
Vencimento do boleto de cobrança	27/01/2014
Homologação das inscrições	29/01/2014
Período de realização	10 e 11 de fevereiro de 2014
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

#### PALESTRANTE

Ismael Francisco de Souza

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2006). Professor de Direito da Criança e do Adolescente

e Sociologia do Direito (UNESCO). Coordenador do Projeto Ação Adolescente (UNESCO/Prefeitura de Criciúma). É pesquisador do Instituto Ócio Criativo; Pesquisador do Núcleo de pesquisa em Política, Estado e Direito (NUPED), e do Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva (LADSSC). Foi Consultor da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2012) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em atividades para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS (2011-2012). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito da Criança e do Adolescente e Direito Socioassistenciais, atuando principalmente nos seguintes temas: Assistência Social, criança, adolescente, trabalho infantil, Conselho Tutelar e Direitos humanos e Direitos Fundamentais e políticas públicas.

Florianópolis, 21 de outubro de 2013.

#### **Aditivo ao Edital Nº 75/2013 \_Cerimonial e Protocolo \_amnoroste**

ADITIVO AO EDITAL Nº 75/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE CERIMONIAL E PROTOCOLO

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Cerimonial e Protocolo, a realizar-se em São Lourenço do Oeste de acordo com o edital nº 75/2013 publicado em 29/08/2013.

Cidade/Local	São Lourenço do Oeste - SC Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense Rua Jarbas Mendes nº 270, Ed. Martini Sala 09 Bairro: Brasília CEP: 89990-000
Período das inscrições	29/08 à 08/11/2013
Vencimento do boleto de cobrança	08/11/2013
Homologação das inscrições	12/11/2013
Período de realização	22/11/2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

#### **Edital Nº 80/2013 \_Procedimentos Para Encerramento do Exercício \_fpolis**

EDITAL Nº 80/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Procedimentos para o Encerramento do Exercício nos Municípios

##### **1. OBJETIVO DO CURSO**

Apresentar e discutir os procedimentos contábeis e de Controle Interno a serem adotados no encerramento do exercício de 2013 bem como as principais obrigações para o início do exercício de 2014.

##### **2. PÚBLICO-ALVO**

Contadores, controladores internos municipais.

##### **3. CALENDÁRIO**

#### **QUADRO I**

Cidade/Local	Florianópolis/SC (A definir – Acompanhar no hot site da EGEM)
Período das inscrições	23/10/2013 à 08/11/2013
Vencimento do boleto de cobrança	08/11/2013
Homologação das inscrições	12/11/2013
Período de realização	22/11/2013
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	100 vagas

#### **4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**

##### **QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

##### **5. Direitos de imagem**

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.



**6. PROGRAMAÇÃO**

08h30 às 12h	Conferência de Saldos Contábeis Classificação das Contas Restos a Pagar DDO Multas de Trânsito Fechamento entre Repasses Concedidos e Repasses Recebidos Conferência das Conciliações Bancárias Dívida Ativa Dívida Ativa de Curto Prazo Atualização Monetária, Juros e Multas RPPS – Regime Próprio de Previdência Social Transferências de Longo para Curto Prazo Lançamentos e análise do Saldo dos Precatórios Lançamento do Cálculo Atuarial (RPPS)
	Registro do Passivo sem execução orçamentária
13h30 às 17h30	Apuração e lançamentos das Disponibilidades Financeiras por Fonte de Recursos Análise dos Limites Legais Educação FundeB Saúde Pessoal Equilíbrio Orçamentário Equilíbrio Financeiro Gastos do Legislativo Avaliação das Alterações Orçamentárias Parecer da Controladoria Geral sobre as Contas Anuais do Prefeito Regularidade das Despesas Confraternizações Distribuição de Brindes Restrições que geram recomendação pela Rejeição de Contas Anuais pelo TCE/SC Análise das Demonstrações Contábeis Receita Segundo as Categorias Econômicas Resumo Geral da Despesa Demonstração das Variações Patrimoniais Balanco Patrimonial Principais Obrigações Municipais para o Início do Exercício

**7. PALESTRANTES****GILBERTO BRASIL**

Contador, Especialista em Auditoria Governamental, Assessor Técnico da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, e de Prefeituras.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

**REALIZAÇÃO**

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

**FIQUE ATENTO!**

**7. ANEXOS**

**Resolução nº 001/2013**

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

**Resolve:**

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.  
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.  
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**VANDERLEI ALEXANDRE**

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

## Consórcios

### ARIS

**Extrato Processo Licitatório - Dispensa 028 /2013**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2013

DISPENSAS Nº 28/2013

OBJETO: prestação serviços para a promoção do evento intitulado IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental, a ser realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2013, no Auditório da ALESC, Florianópolis/SC.

CONTRATADA: Escola de Gestão Pública - EGEM.

CNPJ: 08 940 383/0001-90.

VALOR: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

**ADIR FACCIO**

Diretor Geral

**Extrato Processo Licitatório - Dispensa 023/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2013

ATO DE DISPENSA Nº 23/2013

OBJETO: Aquisição de certificados, crachás e blocos para os participantes do "IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental", promovido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

CONTRATADO: GRÁFICA NATAL EDITORA LTDA-ME

CNPJ: 04.458.374/0001-06



VALOR: R\$ 1.152,00 (hum mil, cento e cinquenta e dois reais)

Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

#### **Extrato Processo Licitatório - Dispensa 024/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2013

ATO DE DISPENSA Nº 24/2013

OBJETO: Aquisição de banners para promoção do "IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental"

CONTRATADO: RDO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

CNPJ: 09.912.425/0001-41

VALOR: R\$ 344,00 (trezentos e quarenta e quatro reais)

Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

#### **Extrato Processo Licitatório - Dispensa 025/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2013

ATO DE DISPENSA Nº 25/2013

OBJETO: Aquisição de canetas para promoção do "IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental"

CONTRATADO: BRINDESTAR COMÉRCIO DE BRINDES

CNPJ: 06.981.587/0001-43.

VALOR: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

#### **Extrato Processo Licitatório - Dispensa 026/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2013

ATO DE DISPENSA Nº 26/2013

OBJETO: Aquisição de pastas para promoção do "IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental"

CONTRATADO: COMPLASTIC IND. E COM. DE PLASTICOS LTDA.

CNPJ: 73.211.260/0001-80.

VALOR: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

#### **Extrato Processo Licitatório - Dispensa 027/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2013

ATO DE DISPENSA Nº 27/2013

OBJETO: fornecimento de café, alimentos e bebidas para coffee break na Assembléia Legislativa de Santa Catarina- ALESC, em virtude da realização do "IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental", promovido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

CONTRATADO: CARLA REGINA VERENA ME.

CNPJ: 08.050.238/0001-33.

VALOR: R\$ 5.700,00 (cinco mil setecentos reais)

Florianópolis, 16 de outubro de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

#### **Convocação Processo Seletivo**

Ofício/Diretor Geral nº 372/2013

Florianópolis, 21 de outubro de 2013.

Ilma. Senhora

Mayara Lilian Prá

Engenheira Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-la da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, re-tificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,

ADIR FACCIO

Diretor Geral

#### **Convocação Processo Seletivo**

Ofício/Diretor Geral nº 373/2013

Florianópolis, 21 de outubro de 2013.

Ilma. Senhora

Daniela Tancredo

Engenheira Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-la da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, re-tificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,

ADIR FACCIO

Diretor Geral

#### **Convocação Processo Seletivo**

Ofício/Diretor Geral nº 341/2013

Florianópolis, 25 de setembro de 2013

Ilmo. Senhor

Gustavo Carlsson Delambert

Engenheiro Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-lo da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, re-tificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis

contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,

ADIR FACCIO  
Diretor Geral

### CIS/AMUREL

#### Extrato de Contrato de Credenciamento 39/2013 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 39/2013.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ORL KIST OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA. ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de otorrinolaringologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 24/09/2013.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Guilherme Kist pelo Contratado.

#### Extrato de Contrato de Credenciamento 40/2013 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 40/2013.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA ANA LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 21/10/2013.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Analice Porto dos Santos Calegari pelo Contratado.

### CISAMA

#### Extrato de Contrato Pe 06/2013

O CISAMA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE

CONTRATO: 10/2013

CONTRATADA: AV7 - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - ME, com sede à Rua Silva Jardim Nro. 1928, São José do Rio Preto SP - CEP 15025-065.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, para ampliação da estrutura da Central Regional de Distribuição de Alimentos da Região da Serra Catarinense.

Fundamento Legal: Pregão Eletrônico nº 06/2013, aberto em 30/09/2013 e homologado em 10/10/2013.

PRAZO VIGÊNCIA CONTRATO: será de 90 (noventa) dias a contar da assinatura.

VALOR: R\$ 10.080,00 (Dez mil e oitenta reais)

Lages, 10 de outubro de 2013.

ADEMAR DE BONA SARTOR

Presidente do CISAMA.



#### O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)